



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ISSN 1519-3446

**Centro de
Ciências Humanas**

Humanitas - v. 5, n. 1 e 2, jan./dez., 2002

HUMANITAS

Editor/Editor

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias

Editor associado/Associate Editor

Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy

Revisor de normalização/

Profa. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

Conselho Editorial/Editorial Board Scientific

Profa. Dra. Beatriz R. Solveira

Profa. Dra. Doraci Alves Lopes

Profa. Dra. Elisete Zanlorenzi

Prof. Dr. Kabengele Munanga

Prof. Dr. José Carlos Bruni

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho

Profa. Dra. Lília Inês Zanotti de Medrano

Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria

Profa. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas G. Barbosa

Equipe técnica/Technical Group

Profa. Rosa Maria B. Oliveira (SBI/PUC-Campinas)
normalização/normalization

Profa. Nair Leme Fobe - revisão do idioma inglês/English
revision

Washington Neves da Silva - Editoração das Revistas do Centro
de Ciências Humanas

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos
emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for
concepts emitted in sign articles.

Copyright©Humanitas

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A
reprodução total depende da autorização da Revista.

Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total
reproduction depends on the authorization of the Revista

Humanitas é a continuação do título Revista Humanitas do CCH da PUC-Campinas, fundada em 1997. É publicada semestralmente e é de responsabilidade das Faculdades de Ciências Sociais e História da PUC-Campinas. Publica trabalhos da área de Ciências Humanas realizados na Universidade, bem como os colaboradores externos.

Humanitas is former Revistas Humanitas do CCH, PUC-Campinas, founded in 1997. It is published every bi-annually and is of responsibility of the Faculdade de Ciências Sociais e História, PUC-Campinas. It published works carried out in the University in the field of Humans Science, as well as external contributors works.

Colaborações/Contributions

Os manuscritos devem ser encaminhados a revista Humanitas, CCH - PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH conforme as instruções aos Autores”, publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts should be sent to the Revistas Humanitas, CCH PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH and should comply with the “Instructions for Authors”, published in the end of each issue.

Assinaturas/Subscriptions

Pedidos de assinatura (Anual R\$ 20,00) ou permuta devem ser encaminhados Revistas Humanitas, Editoração das Revistas do CCH

Subscription (Anual US\$7,00) or exchange orders should be addressed to the Revistas Humanitas, Editoração das Revistas do CCH

Correspondência/Correspondence

Toda a correspondência deve ser enviada à Revistas Humanitas no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Revista Humanitas at the address below:

Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas PUC-Campinas

Rodovia D. Pedro I, Km 136
CEP 13086-900 - Prédio Administrativo II
Campus I, Sala 22
Tel.: (19) 3756-7298
Parque das Universidades - Campinas-SP
Caixa Postal 317 - CEP 13012-970
E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

ARTIGOS/ARTICLES

- 3 Pertinencia y urgencia de inversión social en el mejoramiento barrial y habitacional de Latino-América
Pertynencia and urgency of social investiment in the improvement claypit and habitacional of Latin America
Julián Salas Serrano
- 23 Reinventando o passado, reodernando o presente: a Festa da Uva de Vinhedo, Estado de São Paulo
Reinventing the past, reordering the present: the grape fair from Vinhedo, São Paulo, Brazil
André Pires
- 39 La Política agraria en el contexto de la experiencia desarrollista em Argentina durante el gobierno de Arturo Frondizi (1958-1962)
The agrarian policy in the context of the desarrollista experience in Argentina during the government of Arturo Frondizi (1958-1962)
Sílvia B. Lazzáro
- 57 O espaçamento nativo no Brasil: uma leitura introdutória a partir do critério de áreas culturais
The native espaçamento in Brazil: an introductory reading from the criterion of cultural areas
Agenor José Teixeira Pinto Farias e Lenize Lemos Miñarro
- 79 A questão tecnológica na sociologia ambiental: a necessidade de incorporar a dimensão da inovação
The technological issure of environmental sociology: the need to incorporate the innovation aspect
Thales de Andrade
- 91 A coleta informal de resíduos no distrito de Barão Geraldo – Campinas - SP
An informal collection of waste in Barão Geraldo – Campinas - SP
Cleci Schalemberger Streb e Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
- 103 Greve de outubro de 1957 em São Paulo: identidades de classe e de nação
The general strike of October 1957 in São Paulo: national and class identities
Murilo Leal Pereira Neto
- 115 História, Rotas e Comércio
History, Routes and Commerce
Ruy Machado

RESENHA

- 135 LLOSA, Mário Vargas. A Festa do Bode.
Mônica Brincalpe Campo

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A revista *Humanitas* publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original** e **Resenhas**.

Submissão de trabalhos. Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de *figuras* ou *tabelas* publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. O Conselho Editorial devolverá os trabalhos que não se seguirem os padrões destas "Instruções".

Apresentação das colaborações. Enviar os textos e/ou resenhas para o Conselho Editorial do Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas, em uma cópia, preparado em espaço 1,5, com fonte Time New Roman tamanho 11 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português e espanhol, com título, resumo e palavras chave no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5", empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: Conselho Editorial - CCH-PUC-Campinas, Campus I, Bloco H 11, Rodovia D. Pedro I, km 136 - Campinas, SP - Caixa Postal 317 - CEP: 13086-900. Endereço eletrônico: fcs@puc-campinas.edu.br

Página de título. A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo (português e inglês), b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência e/ou endereço eletrônico; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

Resumo/abstract: Com exceção dos textos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 50 e no máximo 100 palavras no idioma original e em inglês. Não deve conter citações e abreviaturas. E deve estar na primeira página.

Palavras-chave/keywords: seguido do resumo/abstract, em mínimo de 3 e um máximo de 5.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/1989.

No texto citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em

CAREY & SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido *de et al.* e do ano da publicação, como em STARK *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. **A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.**

Exemplos:

Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2.ed. São Paulo : Vértice, 1986.

Artigos

REIS, E., "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". In **Dados**, v. 25, n.3, p.275-269, 1982.

Coletânea

ABRANCHES, S.H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA O.B., e ABRANCHES, S.H. (org.). **As origens da crise**. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1987.

Teses acadêmicas

DARNELL, Regna. The Development of American Anthropology 1879-1920. From The Bureau of American Ethnology to Franz Boas. Tese de Doutorado (inédita). Universidade da Pensilvânia. EUA. 1969.

Citações bibliográficas no texto. Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, figurando como nota de rodapé, devendo constar da lista de referências bibliográficas ao final do texto. Pode-se citar como no exemplo: Barbosa, 1996:247, o que diminui o excesso de notas de rodapé.

As nomenclaturas deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.

**PERTINENCIA Y URGENCIA DE INVERSIÓN SOCIAL
EN EL MEJORAMIENTO BARRIAL Y
HABITACIONAL DE LATINOAMÉRICA**

***RELEVANCY AND URGENCY OF SOCIAL INVESTIMENT
IN THE IMPROVEMENT CLAYPIT AND
HABITACIONAL OF LATIN AMERICA***

Julián Salas SERRANO¹

RESUMEN

La acelerada turgurización de la vivienda en particular y del hábitat en general en Latinoamérica, es sin lugar a duda, uno de los problemas más lacerantes que padece el continente americano. Las últimas estadísticas oficiales elaboradas con motivo de la Conferencia Mundial de Naciones Unidas sobre las Ciudades, Hábitat II (1996), pusieron de manifiesto la gravedad del problema tanto en sus aspectos cuantitativos –más de 150 millones de latinoamericanos se alojan en infraviviendas- así como su profundo deterioro físico, cuya mejora requeriría unos 171.000 millones de dólares de presupuesto.

El autor detecta un creciente interés por parte de los organismos multilaterales y de algunos gobiernos nacionales para paliar la situación, mediante la ejecución de programas y proyectos de mejoramiento de barrios precarios. Programas que tienen como bases conceptuales los nuevos paradigmas de las políticas no convencionales de vivienda enfocadas a la lucha contra la pobreza. Dichos programas abordan en forma multisectorial la consecución de objetivos tales como: el incremento de la salud pública, la lucha contra la vulnerabilidad, el fomento de la economía familiar, la mejora de la seguridad y la dinamización social, entre otras.

Palabras clave: *Asentamientos humanos, ciudad difusa, infraviviendas, Latinoamérica, rehabilitación urbana, vivienda marginal.*

ABSTRACT

The accelerated slumming particularly of housing and of habitat in general in Latin America, is without doubt one of the most lacerating problems that the American

⁽¹⁾ Dr. Ing. Industrial, es Director de la Cátedra UNESCO en *Habitabilidad Básica* en la ETSAM y autor del libro *Contra el Hambre de Vivienda, soluciones tecnológicas latinoamericanas*. Edit. Escala, Bogotá, 1997. E-mail: jss3@mcyt.es

continent suffers. The last official statistics elaborated for the United Nations World Conference about Cities, Habitat II (1996), have showed the importance of the problem in the quantitative aspects – more than 150 million people lodged in extremely poor shelter - as well as the deep physical deterioration, whose improvement would require about 171,000 million \$USA of budget.

The author maintains that an increasing interest on the part of multilateral organisms and some national governments is detected to palliate the situation, with the execution of programs and projects of improvement of precarious districts. This programs have as conceptual base the new paradigms of non-conventional housing policies, focused on fighting against the poverty. The projects are undertaken with a multisectorial approaching to reach objectives such as: the increase of public health, fight against the vulnerability, promotion of the household economies, improves of the security and social promotion, among others.

Key words: *Slumses, diffuse city, infrahouses, Latin America, urban rehabilitation, marginal house.*

RAÍCES DEL PROBLEMA

¿DE QUÉ VOLUMEN DE NECESIDADES HABLAMOS?

NUEVOS PARADIGMAS: LA VIVIENDA COMO HERRAMIENTA DE LUCHA CONTRA LA POBREZA

Un punto de no retorno: el derecho a permanecer

Las políticas no convencionales de hábitat

La vivienda como proceso

Nuevos elementos para el debate de la legalización de la propiedad de las parcelas

¿QUÉ HACER?: ...APOYAR INVERSIONES SOCIALES EN MEJORAMIENTO

Mejoramiento como inversión social en salud

Mejoramiento como inversión social contra la vulnerabilidad

Mejoramiento como inversión social para revitalizar la economía

Mejoramiento como inversión social contra la inseguridad

Mejoramiento como inversión social en pro de la calidad de vida

Mejoramiento como inversión social rentable

RAÍCES DEL PROBLEMA

Del modelo oficial renacentista para la creación de nuevas ciudades en Latinoamérica emanadas de las instrucciones urbanizadoras de la Corona, parece oportuno resaltar dos momentos especialmente brillantes: la defensa en la Ordenanza de Carlos I (1523) de “*la retícula en forma de damero ...que aunque la población vaya en gran crecimiento, se pueda siempre proseguir y dilatar en la misma for-ma*” y la Ordenanza de Felipe II (1573), código político-urbanístico que en su momento fue una sólida aportación manualística en la que se detallaban, entre otras muchas directivas, que:

...toda la ciudad se organizará comenzando desde la plaza mayor y sacando desde ella las calles;

...la plaza mayor será el lugar del poder, de la justicia, la religión, el comercio y los festejos...

...la división en barrios: por parroquias o cuarteles;

...la parcelación antes de la construcción y su abastecimiento de agua y alcantarillado;

...un programa constante y uniforme.

Pese a lo enunciado, hay que tener nítidamente claro que el llamado *damero colonial* nunca se

concibió con la idea de ofrecer habitabilidad básica para **todos** los ciudadanos. También entonces, y puede que aún más que hoy, la sociedad latinoamericana fue dual en su composición social y económica y ello se plasmó en las nuevas ciudades. Coincidimos con Zillmann² cuando afirma que “En

las ciudades pre-colombinas, coloniales y post-coloniales, las regulaciones de construcción se utilizaron fundamentalmente para centralizar las funciones administrativas, económicas y religiosas en el centro de la ciudad. Por contraste, las áreas de vivienda

Tabla 1. El sueño de un orden para la burguesía: la retícula hispana (1850-1950).

PERÍODO	LATINOAMÉRICA NÚMERO DE HABITANTES	CARACTERÍSTICAS RESEÑABLES	
1850	32 Millones	FINAL DE LA UTILIZACIÓN NÍTIDA DE LA TRAZA URBANA REGULAR: APARICIÓN DEL FERROCARRIL, DE LOS GRANDES PUERTOS Y DE LAS INCIPIENTES ÁREAS INDUSTRIALES	
		CONTRATACIÓN DE INGENIEROS, ARQUITECTOS Y URBANISTAS ITALIANOS, FRANCESES, INGLESES, ALEMANES Y NORTEAMERICANOS	SURGE UNA SOCIEDAD CRIOLLA CON VOLUNTAD DE RUPTURA Y DE DISCONTINUIDAD CULTURAL, TAMBIÉN EN LOS TEMAS URBANOS
1900	64 Millones	BRASIL Y MÉXICO SUPONEN EL 50% DE LA POBLACIÓN DE LATINOAMÉRICA	INICIO DE LA ETAPA DE INDUSTRIALIZACIÓN EN ALGUNOS PAÍSES DEL CONTINENTE
1932		BUENOS AIRES PASA DE 663.000 HABITANTES EN EL AÑO 1900 A 2.178.000 HABITANTES EN 1932	EN POCO MÁS DE UNA GENERACIÓN LAS ÁREAS CENTRALES DE LAS PRINCIPALES CIUDADES PERDIERON LA HOMOGENEIDAD TÍPICA DE CIUDAD COLONIAL QUE MANTUVIERON DURANTE EL PERÍODO REPUBLICANO
1925 - 1945		LLEGADA MASIVA DE EMIGRANTES EUROPEOS	SAO PAULO “ACOGE” EN UNA DÉCADA A UNOS TRES MILLONES DE ITALIANOS
1950	240 Millones	SÓLO ARGENTINA, URUGUAY, CHILE Y MÉXICO CONTABAN CON CIUDADES DE MÁS DE UN MILLÓN DE HABITANTES	

Fuente: J. Salas elaborada sobre información diversa.

⁽²⁾ Zillman Kerstin, *Compact Cities*, Spon Press, Londres, 2000.

popular fueron ignoradas y descuidadas por las elites urbanas en todos los periodos.” Saldarriaga³ ratifica esta misma idea sosteniendo que ya entonces la *ciudad informal* existía en las aldeas y pueblos durante la Colonia y fueron de hecho ciudades en las que una cultura compartida otorgaba una fisonomía singular a los espacios

urbanos. Los sectores habitados por indios, mulatos y negros se localizaron en las periferias de las ciudades ordenadas por las instrucciones de la Corona. De ello hay clara constancia en grabados del XVIII y XIX, testimonio en forma de preludeo del crecimiento exponencial que se generó en la segunda mitad del siglo XX.

Tabla 2. La exposición del desborde popular⁴ (1950-1996)

PERÍODO	LATINO AMÉRICA NÚMERO DE HABITANTES	CARACTERÍSTICAS RESEÑABLES	
1950	240 Millones	LA POBLACIÓN LATINOAMERICANA SE REPARTÍA APROXIMADAMENTE EN UN 50% DE POBLACIÓN RURAL Y UN 50% DE POBLACIÓN URBANA	SE INTENSIFICA EL ÉXODO MASIVO RURAL-URBANO
1970	283 Millones	SE TOMA CONSTANCIA DEL DEFICITARIO RITMO DE NUEVAS CONSTRUCCIONES: 3 VIVIENDAS POR CADA 1000 HABITANTES Y AÑO FRENTE A LAS 10 QUE RECOMIENDA NACIONES UNIDAS	SE CUANTIFICÓ EL DÉFICIT: SE FIJÓ EN 20 MILLONES LA NECESIDAD DE NUEVAS VIVIENDAS Y EN 11 MILLONES EL NÚMERO DE INFRAVIVIENDAS EXISTENTES
1976		SE CELEBRA LA PRIMERA CONFERENCIA MUNDIAL DE LA VIVIENDA, HÁBITAT I, EN VANCOUVER (CANADÁ):	HÁBITAT I DIAGNOSTICÓ LA GRAN CIUDAD COMO PROBLEMA PARA ALCANZAR EL DESARROLLO
1996	450 Millones	SE CELEBRA LA SEGUNDA CONFERENCIA MUNDIAL DE LA VIVIENDA, HÁBITAT II, EN ESTAMBUL (TURQUÍA):	SE CUANTIFICÓ NUEVAMENTE EL DÉFICIT: SE FIJÓ EN 28 MILLONES LA NECESIDAD DE NUEVAS VIVIENDAS Y EN 25 MILLONES EL NÚMERO DE INFRAVIVIENDAS EXISTENTES HÁBITAT II DIAGNOSTICÓ LA GRAN CIUDAD COMO ESPERANZA DE SOLUCIÓN PARA ALCANZAR EL DESARROLLO.

Fuente: J. Salas elaborada sobre información diversa.

³ Saldarriaga Alberto. Pensamiento sobre la ciudad y Arquitectura en Colombia (1900-2000). Cien Años de Arquitectura en Colombia. XVIII Bienal de Arquitectura, Bogotá 2000.

⁴ Tomamos la expresión desborde popular del título del libro del sociólogo peruano Matos Mar.

De forma necesariamente aproximada y como síntesis del crecimiento imparable del problema que este trabajo se propone abordar, valgan los siguientes datos esquemáticos de lo ocurrido en el último medio siglo (1950-2000) en Latinoamérica:

- LA POBLACIÓN LATINOAMERICANA SE HA DUPLICADO, pasando de 250 a 500 millones de habitantes;
- LA POBLACIÓN URBANA (en núcleos de más de 25.000 habitantes) SE HA TRIPLICADO, pasando de 125 a 375 millones;
- LA POBLACIÓN TUGURIZADA SE HA QUINTUPLICADO, de 30 millones en esta situación en 1950 se llegó a 150 millones en el año 2000.

En las Tablas 1 a 3 se han pretendido esquematizar algunas de las características reseñables, en relación con el crecimiento de los barrios marginales y/o tugurizados, para lo que se han diferenciado tres etapas a modo de estereotomía temporal que responde a las siguientes etapas:

- 1850–1950, El Sueño de un “Orden para la Burguesía”: La Retícula Hispana (Tabla 1);
- 1950–1996, La Explosión del Desborde Popular (Tabla 2)
- 1996 - ..., El Caos Imperante: La Ciudad Fragmentada (Tabla 3).

El Informe de la Comisión Mundial de Medio Ambiente y Desarrollo⁵ entiende por desarrollo sostenible *el que satisface las necesidades del presente sin poner en peligro la capacidad de*

Tabla 3. El caos imperante: la ciudad fragmentada (1996-...)

PERÍODO	NÚMERO DE HABITANTES	CARACTERÍSTICAS RESEÑABLES	
1996 - 2000	495 Millones	LA CIUDAD LATINOAMERICANA SERIAMENTE FRAGMENTADA	LA CIUDAD FORMAL A EXPENSAS DEL LIBRE MERCADO
			LA CIUDAD INFORMAL SOSTENIDA POR LA LLAMADA “TERCERA SOCIEDAD”
2000	495 Millones	LA POBLACIÓN LATINOAMERICANA SE REPARTÍA APROXIMADAMENTE EN UN 26% (129 Millones) DE POBLACIÓN RURAL Y UN 74% (366 Millones) DE POBLACIÓN URBANA	ENTRE LAS DIEZ MAYORES CIUDADES DEL MUNDO SE ENCUENTRAN: (2) MÉXICO D.F. (18,1 Millones) (4) SAO PAULO (17,6 Millones) (10) BUENOS AIRES (12,6 Millones)
2003	595 Millones	SE CONSOLIDA EL “DESBORDE” POPULAR, SE QUIEBRA EL “MODELO”, LA CIUDAD LATINOAMERICANA YACE CONVALECIENTE... ¿?	LA CIUDAD OPULENTE EMERGE COMO ÁREA DE NUEVOS NEGOCIOS Y OPORTUNIDADES EMPRESARIALES LA CIUDAD MAYORITARIA RESISTE COMO ESPACIO DE SOLIDARIDAD Y DE COOPERACIÓN

Fuente: J. Salas elaborada sobre información diversa.

las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades. Desarrollo sostenible, como reflejo de una política y una estrategia de desarrollo económico y social continuo, sin detrimento del medio ambiente ni de los recursos naturales, de los que depende el desarrollo de los seres humanos. Sin ánimo de escandalizar a conservacionistas radicales, no queremos ocultar que en el ámbito de la vivienda en América Latina y más aún en las actividades de *mejoramiento barrial*, los déficit y las carencias que gravitan y azotan abatiendo la posibilidad de desarrollo humano, son de tal magnitud, que no adoptamos como prioritaria la siempre deseable condición de sustentabilidad, por entender que estamos muy lejos de que se cumplan las premisas previas y de contorno en las que se gestó el Informe Brundtland “...que los recursos deben de distribuirse y consumirse con justicia en todas las naciones y regiones del mundo”⁶. Ello nos lleva a no ponderar la sostenibilidad (frente a las necesidades ingentes, la precariedad de las condiciones sanitarias, los altos niveles de vulnerabilidad, la promiscuidad y el hacinamiento de convivientes, la violencia social, carencia de privacidad...) como condicionante prioritario a la hora de diseñar respuestas a carencias de habitabilidad básica o de áreas precarias.

El mejoramiento y consolidación barrial y del hábitat construido en condiciones de extrema necesidad, son asignaturas pendientes en América Latina y retos urgentes para la agenda de los gobiernos democráticos nacionales, regionales y/o municipales. La Tabla 4 muestra el extraordinario volumen de necesidades. Basaremos las reflexiones que siguen en los 25,6 millones de soluciones habitacionales precarias que requieren urgente rehabilitación-consolidación-mejora según cifras oficiales de los gobiernos latinoamericanos.

Aceptando como ajustadas a la realidad las valoraciones que recogen las Tablas 5 y 6 puede concluirse, que América Latina está necesitada de altísimas y urgentes necesidades de inversión social en materia de hábitat. En forma muy concisa, puede afirmarse que si existiese voluntad política para abordar esta carencia histórica de ingentes cantidades de hábitat precario, la inversión social necesaria generaría *negocio para todo tipo de actores*⁷, para el sector formal y para el informal, para los productores de elementos simples y livianos y para las empresas especializadas en obras públicas con elementos complejos y pesados. El subsector activo en trabajos de mejoramiento barrial puede ser –así nos parece– un claro ejemplo de convivencia entre formalidad e informalidad.

Tabla 4. Déficit habitacional (1995) de América Latina y el Caribe.

REGIÓN	Número de acciones habitacionales en miles, necesarias para superar el déficit en 1995				
	Total	Rehabilitación		Construcción	
		Número	% Total	Número	% Total
Total	53.654	25.659	48	27.995	52
América del Sur	37465	19402	52	18063	48
América Central y México	11972	4850	41	7122	59
El Caribe	4217	1407	33	2810	67

Fuente: CEPAL, sobre la base de informaciones oficiales. Datos elaborados para su presentación oficial en la Conferencia Hábitat II de 1996.

⁽⁵⁾ Gro H. Brundtland, Informe *Nuestro Futuro Común*, editado por NNUU, 1987.

⁽⁶⁾ El Informe Brundtland apunta que los países desarrollados, con sólo el 26% de la población mundial, consumen el 80% de la energía, del acero, de otros metales y del papel que se produce en el mundo, así como el 40% de todos los alimentos.

⁽⁷⁾ Recientemente, año 1999, en el foro de reflexión en Davos reservado a los “grandes”, afirmó Carlos Slim –en opinión del ex-presidente Felipe González “... quizás el primer empresario de latinoamérica” que: “... el mayor negocio del siglo XXI será declarar la guerra a la pobreza”.

Tabla 5. Valoración del Déficit Cualitativo de Viviendas al Año 1995 en América Latina y El Caribe.

PAÍSES	STOCK DE VIVIENDAS PERMANENTE (miles)	DÉFICIT CUALITATIVO (miles de viviendas)	
		% del stock	NÚMERO (miles de viviendas)
	A	B^(a)	C^(b)
TOTAL	89.584	28,6	25.659
ARGENTINA	8.044	4,6	366
BOLIVIA	1.468	33,3	489
BRASIL	32.459	39,0	12.659
COLOMBIA	6.557	21,8	1.428
CHILE	3.098	9,6	296
ECUADOR	2.136	52,3	1.118
PARAGUAY	795	77,2	614
PERÚ	3.842	57,9	2.224
URUGUAY	844	3,9	33
VENEZUELA	3.351	5,2	175
TOTAL AMÉRICA DEL SUR	62.594	31,0	19.402
MÉXICO	15.271	21,4	3.275
COSTA RICA	650	3,4	22
EL SALVADOR	988	12,4 ^(c)	123
GUATEMALA	1.543	41,9	646
HONDURAS	729	52,1	380
NICARAGUA	566	57,0	323
PANAMÁ	498	16,2	81
TOTAL AMÉRICA CENTRAL Y MÉXICO	20.246	24,0	4.850
CUBA	2.382	15,6	371
HATÍ	997	68,9	687
JAMAICA	517	20,0	103
PUERTO RICO	1.030	1,1	11
REPÚBLICA DOMINICANA	1.818	12,9	234
TOTAL CARIBE	6.745	20,9	1.407

FUENTE: Exposición del Presidente de la Unión Interamericana para la Vivienda (UNIAPRAVI), en la segunda Reunión Regional de Ministros y Autoridades Máximas del Sector Vivienda y Urbanismo de América Latina y El Caribe.

NOTA: el déficit cualitativo se compone de aquél conjunto de viviendas cuyos jefes de hogar forman parte de la demanda potencial de viviendas, si bien las viviendas que ocupan podrían ser rehabilitadas a través de acciones de mejoramiento, ampliación y complementación. Para su determinación se hicieron estudios de casos en Bolivia, Chile, Ecuador y Honduras y se pudo establecer que existe una alta correlación con el déficit de abastecimiento de agua potable intradomiciliaria sobre el total de las viviendas permanentes. Por ello, en la columna B se expresan los déficit de agua potable sobre el total de viviendas permanentes al año 1995.

- Porcentaje de viviendas con déficit de agua potable respecto del stock.
- Las cifras corresponde al porcentaje de viviendas carentes de agua potable respecto del stock.
- Información preliminar.

Tabla 6. Valoración del acciones de Mejoramiento (*), Ampliación (**) y Complementación (***) Requeridas para Saldar el Déficit Cualitativo Acumulado (Año 1995) en Países de América Latina y El Caribe.

PAÍSES	VALOR ACCIONES DE REHABILITACIÓN (millones de SUSA de 1988)			INVERSIÓN TOTAL (millones \$USA 1988)
	Mejoramiento	Ampliación	Complementación	
	A	B	C	D=A+B+C
TOTAL	28.869	49.268	93.349	171.486⁸
Países Grupo I (de PIB>2000 \$)	18.152	39.789	78.569	136.510
Puerto Rico	10	39	79	128
Argentina	323	1.283	2.615	4221
Venezuela	103	700	1.427	2.230
Uruguay	19	132	269	420
México	3.363	8.661	17.288	29.312
Chile	174	1.184	2.414	3.772
Brasil	14.067	27.613	54.131	95.811
Panamá	90	177	346	613
Países Grupo II (PIB 1000 \$-2000 \$):	8.233	6.157	11.600	25.990
Cuba	519	418	749	1.686
Costa Rica	31	25	44	100
Paraguay	859	692	1.240	2.791
Jamaica	144	116	208	468
Colombia	1.998	1.609	2.883	6.490
Perú	3.002	2.339	4.081	9.422ç
Ecuador	1.514	1.229	2.169	4.912
El Salvador	166	129	226	521
Países Grupo III (PIB<1000 \$):	2.484	2.923	3.180	8.587
Guatemala	654	638	764	2.056
Rep. Dominicana	263	300	437	1.000
Bolivia	414	511	519	1.444
Honduras	324	399	406	1.129
Nicaragua	265	344	337	946
Haití	564	731	717	2012

(*) Por '**mejoramiento**' se entiende la construcción del **suelo**, compuesto de una base de hormigón y revestimiento vinílico y **techo** (costanera y cobertura de placa de asbesto cemento o similares). (**) Por '**ampliación**' se entiende **agregar un dormitorio a cada vivienda**. El cálculo se aplicó al 75% de las viviendas, pues se consideró que el 25% de las viviendas incluidas en el déficit cualitativo no soportaban ampliación. (***) Por '**acciones de complementación**' se entiende la conexión de **agua potable y alcantarillado** intradomiciliario. Su valoración fue de 24,4% del valor de la vivienda..
Fuentes: CEPAL, sobre la base de informaciones oficiales y MIDEPLAN de Chile 1995.

⁸ La cifra final estimada en 171.486 millones de dólares para el total de las acciones de mejoramiento, ampliación y complementación que recoge la Tabla 6, no cabe duda que resulta sobrecogedora, no obstante, invitamos al lector a que la relativice y obtenga sus propias conclusiones frente a los 75.000 millones de \$USA conseguidos por el Presidente Bush para la guerra en Irak (25.03.2003) y los 87.000 millones suplementarios solicitados (08.09.2003) que hacen un total de 162.000 millones de \$USA para gastos de guerra.

NUEVOS PARADIGMAS: LA VIVIENDA COMO HERRAMIENTA DE LUCHA CONTRA LA POBREZA

Un punto de no retorno: el derecho a permanecer

El Banco Mundial⁹, con más de tres décadas de actuaciones en el sector del hábitat, plantea conclusiones que merecen una reflexión pausada: *“El sector de vivienda no estructurado tiene una importante contribución que aportar”*... No se justifica la demolición sin más de los barrios de tugurios y los asentamientos de ocupantes ilegales porque son inferiores a la norma o porque constituyen un peligro para el medio ambiente. Los barrios de tugurios y los asentamientos de ocupantes ilegales, que alguna vez fueron considerados síntomas de funcionamiento anormal del mercado de terrenos y viviendas, están considerados actualmente como un importante sub-mercado en el que las viviendas generalmente mejoran con el tiempo. En la mayoría de las ciudades, los barrios de tugurios y los asentamientos de ocupantes ilegales no parecen representar un peligro inmediato para el orden económico establecido.

Las políticas no convencionales de hábitat

Las políticas de vivienda que hasta bien recientemente se han centrado en la búsqueda de soluciones de viviendas terminadas “llave en mano”, han ganado en realismo y pragmatismo entrando en un proceso imparabable que de forma hipersimplificadora por nuestra parte, hemos tratado de condensar su evolución reciente en las cuatro etapas que se enuncian en la Tabla 7.

Una síntesis, que valoramos como ajustada de las tendencias vigentes, y que denominaremos respectivamente políticas “no convencionales” y “facilitadora”, las hemos presentado en forma de las Tablas 8 y 9 siguiendo esquemas previos de R. F. Wagner¹⁰.

La vivienda como proceso

A la vista de los cambios radicales que pueden apreciarse en los contenidos conceptuales que recogen las Tablas 7, 8 y 9, la pregunta que surge inmediatamente es por qué la vivienda, estrella de las reivindicaciones sociales del paradigma “fordista”, no se trasladada aquí como tal. La respuesta pasa por el hecho de considerar la vivienda como objeto o hecho productivo, mientras que la salud y la educación, son servicios de alguna manera intangibles. La solución pasa por cambiar el concepto de qué es la vivienda para adecuarlo a los tiempos de la especialización flexible: la vivienda, especialmente para los niveles más bajos e inexcusablemente para los indigentes, ha pasado de ser objeto a ser proceso, **uno de cuyos elementos es el objeto en sí.**

“La pobreza urbana y su consiguiente costo humano es quizás el mayor desafío de nuestro tiempo. El futuro de nuestras ciudades, que es donde la mayoría de la humanidad vivirá durante el próximo siglo, depende de nuestra habilidad para enfrentarlo con éxito. Al entrar en el Siglo XXI el centro de las políticas urbanas debe, por lo tanto, ser la lucha contra la pobreza, con objetivos tales como la integración de la ciudad informal, la recuperación y uso democrático del espacio

Tabla 7. Evolución Simplificada y Esquemática de Las Políticas de Hábitat Recientes.

Años sesenta	⇒ “... DAR VIVIENDA A LOS POBRES”
Años setenta	⇒ “... PUESTA EN PRÁCTICA DE POLÍTICAS NO CONVENCIONALES DE VIVIENDA”
Años ochenta	⇒ “... POLÍTICAS DE TOLERANCIA PERMISIVA CON LOS PROCESOS INFORMALES EN MATERIA DE HÁBITAT”
Año 1996 (Hábitat II):	⇒ “... NUEVA ESTRATÉGIA FACILITADORA PARA EL ACCESO A UNA VIVIENDA DIGNA PARA TODOS”

⁽⁹⁾ Documento de Política del Banco Mundial, *Vivienda. Un entorno propicio para el mercado habitacional*, Washington, EEUU, 1994.

⁽¹⁰⁾ Aconsejamos al lector interesado el trabajo del argentino Raúl Fernández Wagner *“La Agenda Global y la gestión local del hábitat”*, apuntes de la Maestría en Hábitat y Vivienda en la Universidad de Mal del Plata y Rosario, Argentina, 2001.

Tabla 8. Políticas no Convencionales de Hábitat.

<p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipo de intervención: <ul style="list-style-type: none"> → Erradicación de asentamientos irregulares; ▪ Tipo de producto: <ul style="list-style-type: none"> → Construcción de baja y media complejidad (con escasa productividad); ▪ Tipo de financiación: <ul style="list-style-type: none"> → Fondos generalmente públicos, con recuperación parcial o total de la inversión. ▪ Tipo de decisión y planificación: <ul style="list-style-type: none"> → Centralizada, con distintos grados de participación de la población; ▪ Tipo de asistencia técnica: <ul style="list-style-type: none"> → Brindada por ONGs y/o los municipios; ▪ Tipo de ejecución: <ul style="list-style-type: none"> → Pequeñas empresas locales, cooperativas, o los propios usuarios organizados ▪ Tipo de asignación social: <ul style="list-style-type: none"> → Pre-acordada / proyecto gestado en respuesta a una demanda específica. ▪ Tipo de usuario: <ul style="list-style-type: none"> → Receptor activo, con diferentes grados de implicación en el proceso.

Tabla 9. Política Facilitadora de hábitat.

<p>La “facilitación” constituye un sistema de nuevos principios rectores para las políticas de hábitat.</p>
<p>Para Naciones Unidas (UNCHS, 1997) significa: Propiciar soporte a los procesos espontáneos de la población Recomienda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ financiar las pequeñas acciones; ▪ asistir técnicamente la gestión habitacional; ▪ flexibilizar las normas y reglamentos de construcción; ▪ asegurar la provisión de tierras apropiadas, etc. <p>Para el Banco Mundial, (1992) En el marco de los procesos de reforma del Estado implica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ el Estado desestima toda intervención directa (construcción / regulación del mercado); ▪ el Estado asume un rol facilitador del funcionamiento del mercado habitacional; ▪ el mercado es el mejor asignador de recursos; <p>Recomendación: “crear entornos propicios (facilitar) para que el mercado habitacional trabaje”</p>
<p>Para que “el mercado trabaje” el Banco Mundial recomienda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desarrollar los derechos de propiedad (privatizar la vivienda pública y regularizar la tenencia de la tierra); ▪ Racionalizar y/o esclarecer la situación de los subsidios, no permitiendo subsidios encubiertos. ▪ Focalizar el financiamiento en los más pobres. ▪ Suministrar infraestructuras con recuperado de costos. ▪ Flexibilizar las normas urbanas y penalizar la escasez artificial del suelo. ▪ Apoyar al sector construcción para una mayor eficiencia, eliminando prácticas monopólicas y fomentando empresas pequeñas. ▪ Establecer un marco normativo que dé oportunidades al sector privado de equiparar al estado en la provisión habitacional.

público, y la reversión de la tendencia hacia la concentración de la riqueza y las oportunidades, la cuales tan frecuentemente terminan en un espiral de violencia". Este párrafo inicia la "Declaración de Recife" formulada en la "Reunión Internacional sobre la Pobreza Urbana", en Recife, Brasil, en 1996.

La atención que se presta a la pobreza urbana responde en parte a la misma corriente de ideas concernientes a la pobreza en general que ha producido una cantidad considerable de literatura que muestra una preocupación por definir lo que la pobreza urbana "es", mostrando menos interés en las causas de su existencia. Esta situación ha creado dudas acerca de la necesidad de definir conceptualmente la pobreza urbana de manera diferente a la pobreza en general, dado especialmente las dimensiones del proceso de urbanización a escala mundial. Los estudios disponibles muestran que los conceptos dominantes de pobreza referidos a las ciudades y a la sociedad en su conjunto son similares. También muestran, en opinión de R. Ramírez,¹¹ que estas ideas han evolucionado como parte del mismo movimiento, desde concepciones cuantitativas, basadas en los ingresos, hacia versiones cualitativas, complejas y participativas.

El fenómeno de la urbanización ilegal, resultado en muchísimas ocasiones –aunque no siempre– de procesos de "tomas" de tierras podría calificarse desde posiciones teóricas desvinculadas de la realidad que circunda de los hechos, de objetivamente no deseable, ya que son hechos con evidentes efectos negativos para el proceso de crecimiento de la ciudad. Socialmente, por el contrario, nos parece que es un camino comprobado por el que pueden transitar millones de pobres e indigentes en procura de una futura solución habitacional. Entre los problemas que pueden ocasionar este tipo de procesos hay quienes apuntan que:

1. Han inducido a la expansión incontrolada, incluso en zonas muy vulnerables con alto

riesgo, no aptas para la construcción de infraestructuras o servicios;

2. Han supuesto sobrecostos más que significativos para la ciudad en la construcción de caminos, acueductos, alcantarillas, líneas eléctricas... en condiciones difíciles que llegan a duplicar y triplicar lo que podían haber sido costes de primera implantación;
3. Han dificultado a la administración municipal / local la planificación del crecimiento de la ciudad.

Nuevos argumentos para el debate sobre la legalización de la propiedad de las parcelas¹².

Se esboza en este apartado un debate controvertido, sobre el que todo "viviendista" debería tener ideas claras ya que afecta horizontalmente a los diferentes aspectos de la temática del mejoramiento y que de alguna forma lo precede. Antes que la necesidad del mejoramiento de una vivienda o de un barrio, existía la parcela y por extensión el territorio sobre el que se asienta la solución habitacional individual o colectiva, por precarias que sean las "soluciones".

Otra constatación de la práctica latinoamericana que parece de interés debatir, es que toda acción de mejoramiento colectiva debe venir precedida del correspondiente "saneamiento" de la legalidad jurídica y documental de la propiedad del lote, terreno, predio, parcela... que se va a mejorar. Que dichas acciones legales tengan carácter preceptivo o de simple recomendación, será decisión a la que se llegará en función de los condicionantes de contexto. Nos ratificamos en la pertinencia del principio que desde hace lustros propugnamos y que enunciamos como la conveniencia de propiciar la *formalización de la informalidad*. Ello nos lleva a defender la legalización de la propiedad como condición previa al mejoramiento, y de forma muy especial, si dichas acciones se realizan con fondos públicos o de

⁽¹¹⁾ Ronaldo Ramírez, *Evaluación social de políticas y programas de vivienda: Un análisis de la contribución de la vivienda a la reducción de la pobreza urbana*. Boletín INVI n° 45, Santiago de Chile, Mayo de 2002.

⁽¹²⁾ Trabajando en este tema en los inicios de 2003 nos llenó de esperanza la decisión, en la primera semana de mandato del Presidente de Brasil Luis Ignacio da Silva, de dar títulos de propiedad a los habitantes de las favelas. Ello nos impulsó a publicar el texto *Lula y el hambre de vivienda*, Tribuna Inmobiliaria, pag. 5, Madrid, febrero 2003.

cooperación internacional. No es el lugar para entrar en profundidad en el debate, por lo que únicamente enunciaremos dos hechos recientes de gran importancia sobre el tema de la legalización, aunque de origen y calado muy distintos. Nos referimos al aporte del peruano Hernando de Soto y a las medidas sobre el tema anunciadas por el Presidente de Brasil.

En el primer caso, el aporte del libro *El misterio del capital*¹³, nos parece recomendable para “viviendistas” ya que es la primera vez, que sepamos, que desde la defensa descarada y airada del capitalismo imperante, se denuncia la injusta situación en la que se encuentran los “informales”. El autor se propone paliar el fracaso del capitalismo fuera de Occidente propugnando el perfeccionamiento del sistema operante mediante la ampliación drástica del número de participantes en el mismo y es por ello que adopta como subtítulo de su obra –muy elogiada por Margaret Thatcher¹⁴– *Por qué el capitalismo triunfa en occidente y fracasa en el resto del mundo*.

Dos aportes, ambos con respaldo gráfico, nos parecen especialmente reseñables del trabajo de de Soto. Uno, recuperar *la campana de cristal de Braudel* (ver Fig. 1), explicando el autor, que ésta hace del capitalismo (sector formal) un club privado, abierto sólo a una minoría privilegiada y frustra a miles de millones de personas que miran ese recinto desde fuera. Ese apartheid capitalista continuará inexorablemente hasta que, en opinión de de Soto, no se enfrente el defecto crítico de los sistemas legales y políticos de muchos países donde se impide que la mayoría ingrese al sistema de la propiedad formal. Lo cual nos parece meridianamente cierto y deseable aunque nos muevan diferentes objetivos.

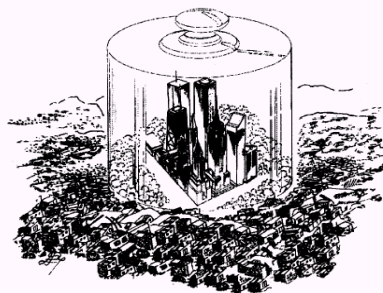
La segunda imagen que plasma de Soto y que nos parece una aportación, la Fig. 2 representa un puente a modo de acueducto romano del que se preocupa, no de su ingeniería estructural, sino de la “ingeniería financiera” del “proceso” de su

construcción, todo un brillante artificio conceptual que parece destinado más a vender sus fortalezas como consultor internacional que a resolver el problema de cientos de millones de pobres e indigentes que no disponen de la propiedad formal de los terrenos o parcelas en los que han echado raíces. El gran salto del sector “extralegal” al “legal” que propugna de Soto es para nosotros un milagro – para él un misterio- consistente en transformar el “capital muerto” en “capital vivo”. Para tan fructífera pirueta, la propuesta necesita sortear tres grandes tramos básicos del puente:

EL MISTERIO DEL CAPITAL

Hernando de Soto

Traducción de Mirko Lauer y
Jessica Mc Lauchlan



*Por qué el capitalismo
triunfa en occidente y
fracasa en el resto del mundo*

- La estrategia del descubrimiento;
- La estrategia política y legal;
- La estrategia operacional.

Pero el puente de de Soto presenta cimientos movedizos más que frágiles, que no pueden ser producto del desconocimiento sino de mala fe manifiesta: ¿Cómo es posible proponer desde dentro

⁽¹³⁾ H. De Soto, *El misterio del capital. Por qué el capitalismo triunfa en occidente y fracasa en el resto del mundo*. Edit. El Comercio, Lima, Perú, 2001.

⁽¹⁴⁾ “El misterio del capital tiene el potencial para crear una revolución nueva y enormemente beneficiosa. Debería ser lectura obligatoria para todos los que tienen a su cargo la riqueza de las naciones.”

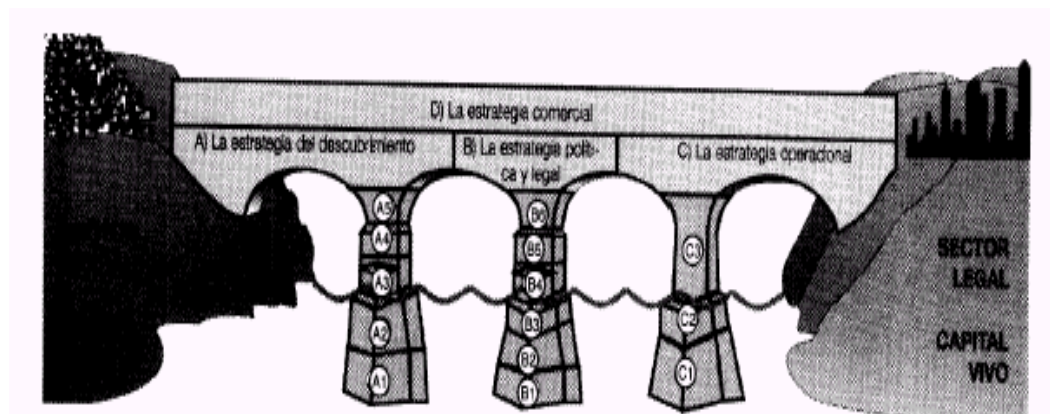
de la ortodoxia del sistema capitalista que el “capital muerto”, en su gran mayoría resultado de añejas o recientes “tomas” de terrenos con cuestionable propiedad “legal” pasen “legalmente” a manos de sus actuales ocupantes? ¿Es sensato orquestar toda la estrategia sobre la base de que los “propietarios” finales de tierras ocupadas por otros autoinmolen su propiedad para que *se beneficie el capitalismo universal con el fin de que éste no fracase en el Tercer Mundo?*

El segundo hecho, de extraordinaria trascendencia ocurrió los primeros días del año 2003. Saltó a la prensa internacional la noticia del decreto presidencial de Brasil por el que se ordenaba dar títulos de propiedad de los terrenos a los habitantes de las favelas. La formalización de la propiedad de hecho de parcelas, lotes, sitios,... procedentes de “tomas” clandestinas o no, de adquisiciones extralegales, de loteamientos ilícitos, cambios fraudulentos de calificaciones de suelo, cesiones provisionales en razón de emergencias,... así como de operaciones de “provisión” de suelo mediante “contratos de invasión”, uso del “derecho expectatio de propiedad”, compraventas ilegales de terrenos agrícolas, invasiones simuladas, actuaciones de intermediarios “piratas”... son

prácticas bien conocidas y generalizadas en la ciudad informal latinoamericana. Tampoco son nuevas las operaciones de legalización resultantes de dichas prácticas. Afirmar lo contrario sería desconocer la realidad latinoamericana donde se han dado a lo largo y ancho de su dilatada geografía y en muy variadas situaciones políticas (desde la revolución Sandinista al mandato corrupto de Fujimori) un buen número de procesos de legalización y otros muchos que o no llegaron a materializarse o que se vieron condenados al fracaso.

La importancia de la decisión del Presidente “Lula” la centraríamos en su carácter generalizador. No se trata de paliar un caso concreto, una favela determinada, sino de cumplir una aspiración de justicia con los más pobres¹⁵. La magnitud de la repercusión en millones de familias faveladas, podrá suponer un punto de inflexión en Latinoamérica—esperemos—respecto al tratamiento de la propiedad de la tierra de los asentamientos humanos precarios. Importan ciertamente las razones por las que se toma la decisión, pero más aún el que se ejecute su contenido enunciado y diseñado con anterioridad en el Programa Electoral del Partido del Trabajo¹⁶.

PROCESO DE CAPITALIZACIÓN MOVIMIENTO DE CAPITAL MUERTO A CAPITAL VIVO



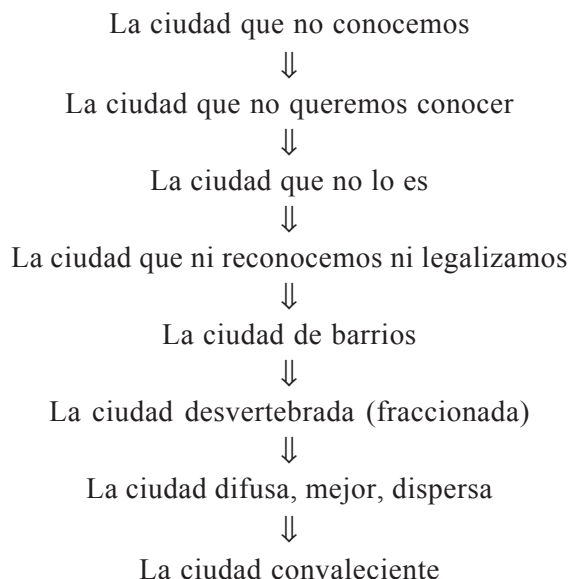
¹⁵ No olvidemos que 17 de los textos constitucionales vigentes de los 19 países latinoamericanos consagran sin paliativos el derecho a una vivienda digna para todos sus ciudadanos.

¹⁶ Ver al respecto el N° 56, julio de 2003, de la revista *Sinpro Cultura*, Caderno de Cultura do Sindicato dos Professores de Campinas e Região, Brasil.

¿QUÉ HACER?: ...PROMOVER INVERSIONES SOCIALES EN MEJORAMIENTO

Propuestas y realizaciones destinadas a propiciar operaciones de sutura, recomposición y acercamiento físico y funcional entre los barrios informales y la ciudad “nominalmente” formal, merecen nuestro aplauso. Hemos defendido¹⁷ como propuesta metodológica para la formación de nuevos profesionales¹⁸, también para las actuaciones prácticas, que sería oportuno acercarnos a la ciudad latinoamericana como *a una ciudad pobre en la que hay bolsones físicos de riqueza, más que como se hace hoy día, pensando que estamos ante ciudades ricas en las que hay bolsones de pobreza*. Nos parece que este enfoque alternativo, adoptado sin dogmatismos, sería cuando menos más cercano a las mayorías, más equitativo, más realista.

La lectura del excelente trabajo “*La ciudad que no conocemos*” del colombiano Nicolás Rueda¹⁹ nos surgió la siguiente cadena de títulos concatenados, que enumeramos sin orden de prioridad y que pretenden en conjunto aportar un perfil del mayor y más grave problema del hábitat de los latinoamericanos:



“...se hace ciudad a partir de la simple adición de unidades de vivienda...” vaticinaba Aymonio, pero en Latinoamérica se hacen barrios (no ciudades) a partir de la simple adición de lotes de terrenos no urbanizados en los que al inicio –un inicio prolongado, los tiempos son distintos en el Norte que en el Sur-, se implantan soluciones habitacionales, viviendas semilla, viviendas inconclusas, viviendas desnudas, espacios que parecen estancados en un inconcluso proceso de construcción, testimonio de la vitalidad y polivalencia de sus pobladores.

¿Qué hacer? Un posible camino, no alternativo, sino complementario con otros también urgentes, es el mejoramiento. Invertir en mejoramiento es hacerlo simultáneamente en muchas cosas a la vez: es declararle la guerra a la pobreza; equivale a invertir en salud, en seguridad frente a la vulnerabilidad, en vigorizar la economía informal, en luchar contra la violencia... en buscar la “vida buena” que propugnaba Aristóteles.

Mejoramiento como inversión social en salud

...un estudio sobre el hábitat recientemente realizado por la ONU ha demostrado ya científicamente que la “intensidad de la exposición” –niños que duermen juntos o que comparten vivienda con animales domésticos- aumenta la incidencia de las enfermedades mucho más de lo que cabría esperar sólo de la precariedad de los servicios sanitarios.

El factor intensidad es causa de tuberculosis, sarampión, tos ferina convulsiva y diarrea, todos los cuales se propagan con mucha mayor rapidez y matan más a menudo en las casas y barrios donde reina el hacinamiento.

Susan George²⁰

La Tabla 10 aporta datos globales sobre “salud” en Latinoamérica, de los que pueden

⁽¹⁷⁾ J. Salas y F. Colavidas en *La enseñanza de la Habitabilidad Básica en la ETSAM. Una mirada al frente*, ponencia en la IX Reunión ULACAV, Asunción (Paraguay), agosto 2003.

⁽¹⁸⁾ J. Salas, *Por la enseñanza de una arquitectura para la humanidad*, Rev. Sinmarca, n 2, Madrid, julio 2003.

⁽¹⁹⁾ N. Rueda, *La ciudad que no conocemos*. Publicación 100 Años de Arquitectura Colombiana, XVII Bienal de Arquitectura, 2000.

⁽²⁰⁾ Susan George, *El Informe Lugano*, Editorial Icaria / Intermón, Barcelona 2000.

derivarse algunos comentarios que enfatizan la fuerte interrelación entre “hábitat precario” (carencia de agua potable, hacinamiento crítico, precariedad o inexistencia de servicios de saneamiento;...) y tasas de mortalidad infantil por cada mil nacidos vivos o de mortalidad derivada de la maternidad por cada 100.000 nacidos. La situación del acceso al agua potable dista mucho de ser satisfactoria en Latinoamérica y ello se refleja en la Tabla mencionada en la que pueden contabilizarse 11 países de los 19 estudiados con porcentajes de acceso por debajo del 75% de la media mundial y también son 11 los países que dedican como gasto público en salud menos del 2,5% del PIB que presenta la media de “todo el mundo”. Por otra parte, la tasa de mortalidad infantil por cada 1.000 nacidos vivos, aún sin

correlaciones estadísticas que demuestren una relación directa con la precariedad habitacional, nos lleva a valorarla como de gran importancia, como puede deducirse de los altos valores –por encima de 40 por cada 1.000- que presentan Bolivia, Guatemala, Haití, y Nicaragua.

La vida en un barrio donde en vez de plazas y calles peatonales haya barrizales o empinadas veredas, donde en vez de zonas verdes hay polvo, basura y líneas de alta tensión, y donde se carece de equipamientos culturales, comerciales o deportivos... incrementarán indefectiblemente los principales factores de riesgo sanitario. La epidemiología aporta pruebas sobradas de la existencia de un gradiente de salud a medida que mejora la situación de las clases sociales y los barrios, al mejorar las viviendas mejora la salud en

Tabla 10. Datos sobre "Salud" en latinoamérica.

SALUD EN LATINOAMÉRICA	Gasto público en salud % del PIB	Acceso a agua potable % de la población	Acceso a los servicios de saneamiento. % de la población	Tasa de mortalidad de menores de 5 años por cada 1.000 nacidos vivos	Tasa de fecundidad total. Nacimientos por mujer	Tasa de Mortalidad derivada de la maternidad por cada 100.000 nacidos vivos	Esperanza de vida al nacer
PAÍSES	1997	1985	1995	2000	1997	1997	2000
ARGENTINA	4,3	65	75	22	2,6	100	74
BOLIVIA	3,8	70	41	79	4,4	370	63
BRASIL	1,9	69	67	39	2,3	160	68
CHILE	2,3	91	81	12	2,4	65	76
COLOMBIA	2,9	75	59	23	2,8	100	72
COSTA RICA	6,0	100	97	13	2,8	55	77
ECUADOR	2,0	55	53	34	3,0	150	70
EL SALVADOR	2,4	53	77	35	3,2	300	70
GUATEMALA	1,7	67	67	49	4,5	190	65
HAITÍ	1,2	39	26	111	4,4	600	53
HONDURAS	2,8	77	82	44	4,3	220	66
MÉXICO	2,8	95	76	36	2,8	110	73
NICARAGUA	5,3	62	59	41	3,9	160	69
PANAMÁ	4,7	84	90	24	2,6	55	75
PARAGUAY	1,8	39	32	28	3,8	190	70
PERÚ	2,2	66	61	41	3,2	280	69
R. DOMINICANA	1,8	73	80	47	3,0	110	67
URUGUAY	1,9	89	61	17	2,4	85	74
VENEZUELA	1,0	79	72	24	3,0	120	73
TODO EL MUNDO	2,5	75		78	2,8		66

Datos sobre “salud” en Latinoamérica, tomados del Informe de Desarrollo Mundial 2003 del Banco Mundial.

general. La inversa nos parece totalmente cierta, cuanto más precario es un barrio suele ser más insalubre, o lo que es lo mismo, se incrementa el número y la gravedad de las enfermedades, con las secuelas que ello supone: decrece la esperanza de vida, aumenta el absentismo y disminuye el rendimiento escolar y laboral, repercutiendo en el presupuesto familiar la partida dedicada a medicinas,...

E. Martínez²¹ en nombre de FUNDASAL y sobre la base de la dilatada experiencia práctica de esta ONG en el mejoramiento de barrios marginales en El Salvador, afirma que: “*Parece que el esquema de razonamiento que se utiliza para definir la responsabilidad del estado frente a la educación y la salud de la población se quiebra en el caso de la vivienda. No hay práctica en asignar una dotación básica a la*

Tabla 11. América Latina y el Caribe, 1980-1993 (15 países): niveles de saneamiento según área (Porcentajes de las viviendas ocupadas según disponibilidad de servicios básicos)

País	Año	Áreas urbanas (porcentaje sobre parque habitacional)				Áreas rurales (porcentaje sobre parque habitacional)		
		Número de viviendas particulares	Con agua al interior de la vivienda	Con agua fuera de la vivienda	Con alcantarillado o fosa séptica	Número de viviendas particulares	Con acceso agua de tubería	Con alcantarillado o fosa séptica
Bolivia	1992	845.589	42,10	38,21	34,57	769.406	19,75	0,77
Brasil	1991	27.157.268	81,23	6,58	62,89	7.577.447	9,44	9,53
Chile	1992	2.594.359	84,75	12,38	80,91	506.997	42,38	13,91
Cuba	1981	1.609.699	69,61	20,67	...	680.477	35,96	...
Ecuador	1990	1.148.342	56,49	23,14	62,38	860.313	40,13	8,93
El Salvador	1992	548.303	63,59	16,70	63,93	500.888	28,12	2,94
Guatemala	1989	597.807	58,22	29,00	59,20	993.481	49,64	8,44
Honduras	1988	318.070	45,27	39,54	51,92	444.047	47,47	8,08
México	1990	12.026.425	62,61	27,22	76,65	4.008.808	49,61	13,64
Panamá	1990	295.105	72,05	25,37	69,27	229.179	59,20	11,88
Paraguay	1992	443.691	49,35	8,56	65,48	411.856	3,04	14,11
Perú	1993	3.017.681	63,30	5,20	58,71	1.409.836	7,12	0,00
República Dominicana	1981	587.332	43,72	34,89	44,71	527.076	32,29	5,72
Uruguay	1985	728.860	80,10	9,40	65,11	94.633	9,00	34,80
Venezuela	1990	2.972.561	86,36	544.668	48,72	39,91
Región			73,24	13,76	67,50		25,34	10,28

Fuente: CEPAL, elaborado sobre la base de censos nacionales. Para El Salvador: Ministerio de Planificación y Coordinación del Desarrollo Económico y Social (MIPLAN), Encuesta de hogares, 1992-1993.

Sistema de eliminación de excretas: porcentaje de cobertura considerando tanto alcantarillado como fosa o tanque séptico

Para Bolivia: porcentaje con servicio sanitario con descarga.

Para Ecuador: incluye sólo porcentaje conectado a red de alcantarillado (categoría censal pozo ciego no discrimina entre pozo séptico y pozo negro).

Para Guatemala: porcentaje de hogares con inodoro exclusivo o compartido y con excusado lavable.

Para Paraguay: incluye baño moderno con pozo ciego y con red pública, y letrina municipal.

Para Perú: servicios higiénicos conectados a red dentro o fuera de la vivienda.

Para República Dominicana: viviendas con inodoro.

Para Uruguay: porcentaje de hogares con servicio sanitario con descarga.

⁽²¹⁾ Edín Martínez, *La situación de la vivienda en El Salvador después del Mitch*, ponencia en las Jornadas Cooperación Española en materia de hábitat después del Mitch, AECI, Madrid, 2000.

vivienda, como la que existe en educación y lo mismo sucede en salud. Las dos enfermedades mas frecuentes en El Salvador son las de las vías respiratorias y las gastrointestinales por la enorme incidencia de la situación habitacional en la que vive más de la mitad de la población. ¿No habrá que aumentar la asignación presupuestaria en vivienda para que no tenga que aumentar la asignación para la salud?”.

Mejoramiento como inversión social contra la vulnerabilidad

Centroamérica, la estrecha cintura de sufrimiento.

Miguel Ángel Asturias

A efectos de este trabajo, entenderemos como “riesgo”, la probabilidad de que un suceso exceda un valor específico de daños sociales, ambientales y/o económicos en un lugar y en un momento dados. *Riesgo*, que de forma grosera podríamos dividir entre los ocasionados por factores externos o internos. Los externos suelen ser amenazas o “peligros” (por lo general de carácter incontrolable) que pueden traducirse como el potencial de ocurrencia de un suceso capaz de causar daño. Los *riesgos* debidos a factores internos, traducible como “vulnerabilidad” (por lo general ocasionados o debidos a la acción humana) pretende medir la disposición intrínseca a ser dañado.

De lo anterior se deriva una ecuación de interés puramente pedagógico, consistente en establecer que:

PELIGRO X VULNERABILIDAD = RIESGO

“Peligro” se considera la contingencia inminente de que suceda algún mal (lo que vulgarmente la sabiduría popular expresa como “correr peligro”). La vulnerabilidad (calidad de vulnerable): la entenderemos como conjunto de factores de riesgo de una persona o grupo de personas afectados por la exposición a la amenaza de un daño. Amenazas que pueden ser de carácter físico, ambiental, social o económico.

El mejoramiento básico de la viabilidad en general y el transporte público urbano en concreto, son fundamentales de cara a la integración de los barrios a la ciudad y para su rehabilitación física, ya que ésta sólo será sostenible si las acciones se estructuran sobre una malla de vialidad y de transporte público. Desde el punto de vista de la vulnerabilidad de los barrios marginales hay que tener muy presente que sin acceso vehicular es prácticamente imposible atender sus emergencias cotidianas y garantizar un adecuado nivel de servicios de infraestructuras, seguridad de personas y bienes, servicios educacionales, médico-asistenciales, culturales; y menos aún, actuar con rapidez y eficacia durante (las primeras 24 horas posteriores a cualquier desastre) y después de ocurrida una catástrofe de mediana o grandes proporciones.

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL -Publicación Notas n° 3-1998) estimó que la media de pérdidas anuales durante la última década en Latinoamérica ocasionadas por desastres de origen sísmico, volcánico e hidrometeorológico, sobrepasaron las 6.000 muertes por año con pérdidas materiales evaluadas en unos 1500 millones de dólares por año²².

⁽²²⁾ Las catástrofes naturales han sido especialmente trágicas para los latinoamericanos y su hábitat en los últimos años. Sin ánimo de ser exhaustivos y mencionando únicamente los desastres más devastadores, podemos enumerar en forma cercana en el tiempo: Las lluvias torrenciales que en 1998 dejaron en Ecuador el siguiente balance: 286 personas muertas; 2.870 millones de \$USA en pérdidas; 60% de la población afectada y una caída de la tasa de crecimiento del 3,5% al 1,0%. El huracán *George*, mató a 500 personas y dejó sentir su furia en septiembre de 1998 a su paso por el Caribe, Florida y el Golfo de México. La República Dominicana y Haití, que comparten la isla de la Hispaniola, fueron los países más castigados por el *George* en pérdidas humanas y materiales: 2.193 Millones de \$USA de pérdidas (14% del PIB), 300.000 damnificados; en 1999, el 24 de enero aconteció el sismo en Armenia (Colombia): 1.230 muertos, 200.000 afectados; impacto económico del orden del 1,5% del PIB del país; las inundaciones del noreste de Argentina, también en enero; en octubre, acontecieron las inundaciones de México (Puebla, Veracruz, Hidalgo, Tabasco,...). A finales de 1999, el huracán *Mitch* azotó Centroamérica dejando sólo en Honduras: 5.657 muertos (12.275 heridos); 24,2% de la población afectada de algún modo y 4.000 millones de \$USA de pérdidas (equivalente al 80,5% del PIB del país). En la madrugada del domingo 18 de diciembre de 1999, en Venezuela, torrentes de barro y agua se precipitaron de las montañas hacia el mar dejando entre quince y veinte mil muertos y unas cien mil personas sin vivienda, en la que se considera la mayor tragedia del país en los últimos cien años.

Mejoramiento como inversión social para revitalizar la economía

Para muchas familias no existe una distinción clara entre las actividades domésticas (reproducción) y actividades económicas (producción).

P. Kellett²³

Si se tiene en cuenta que el sector informal es un factor importantísimo en la economía global de los países latinoamericanos –en unos más que en otros, obviamente- tanto por lo que supone su contribución al PIB como a la generación de empleo, resulta fácil colegir que su importancia en los barrios con presencia preponderante de hábitat precario será extremadamente importante, hegemónica nos atreveríamos a afirmar. Es por ello, que al estudiar en detalle el hábitat de las áreas degradadas se encontrarán inexcusablemente un buen número de viviendas, incluso las extremadamente precarias y/o muy pequeñas, que propician no sólo alojamiento a los convivientes sino que en muchas ocasiones también alojan actividades productivas, transformadoras, artesanales, gastronómicas, de servicios, de comercio... ocupando éstas, en ocasiones, los mayores y mejores espacios de las viviendas, en detrimento de la maltrecha calidad de vida de los alojados.

Nos parece ajustada a la realidad del mundo informal latinoamericano la clasificación que propone Kellett²⁴, en cinco tipologías de actividades de las microempresas domésticas que ocurren dentro de la vivienda o en el lote:

1. Servicio de venta: de productos perecederos de consumo diario, sobre todo donde la gente no tiene refrigerador o espacio para almacenar. Las tiendas más especializadas incluyen venta de ropa de segunda mano, pescado, carne, parafina, verduras... también se dan ventas para

el consumo inmediato: bebidas alcohólicas, refrescos, cafés, etc.

2. Producción de artículos: ropa, tejidos, componentes electrónicos, zapatos, productos para la construcción, artesanías, maletas, joyas, carpintería, etc. Preparación de comida para vender en empresas, escuelas, cuarteles y en la calle.

3. Prestación de servicios: reparaciones de todo tipo, servicios personales: salones de belleza, dentistas, curanderos, médicos, teléfonos, fotocopias y fotografía, etc.

4. Actividades de carácter social: escuelas, hogares infantiles, centros de salud, gestorías... algunos en forma de negocios privados, ONGs o agencias oficiales.

5. Actividades en el lote de la vivienda: cría de animales domésticos; cultivo de hortalizas y/o plantas medicinales, agricultura para autoconsumo, etc.

Hay algo que no podemos dejar de recordar al hablar de la importancia del sector informal en la economía general de los países latinoamericanos y es que la Organización Internacional del Trabajo (OIT) informa que durante la década 1990-2000 el 85 por ciento de todos los nuevos puestos de trabajo en América Latina y el Caribe fueron creados en el sector informal de la economía. Es más, habría que matizar que el sector es el gran empleador de los sectores más pobres: las mujeres y la mano de obra no especializada. Puede afirmarse por tanto, que en un porcentaje muy elevado, la vivienda y los barrios marginales cobijan al dinámico sector informal de la economía y que la repercusión de las acciones de mejoramiento barrial y/o habitacional, tendrán inexcusablemente una fuerte repercusión sobre la economías de estas pequeñas empresas familiares.

Las inversiones sociales en mejoramiento barrial y habitacional suponen un incontestable factor de dinamización de la economía informal, en el sentido de formalizar la informalidad, en su manifestación más genuina: las microempresas

⁽²³⁾ P. Kellett, Global Urban Research Unit, School of Architecture, Planning and Landscape, University of Newcastle upon Tyne, NE1 7RU, Inglaterra

⁽²⁴⁾ Peter Kellett, El espacio doméstico y la generación de ingresos: la casa como sitio de producción en asentamientos informales, Vº Coloquio Internacional de Geocrítica: la vivienda y la construcción del espacio social de la ciudad, Barcelona, Mayo 2003.

domésticas. Dinamización que en opinión de los especialistas en el tema puede cubrir varios flancos se manifiesta de muy diversas maneras, como:

- Contribución directa a la economía nacional;
- Reducción de la pobreza;
- Creación de empleo entre el vecindario;
- Mejora física de la vivienda, de sus equipos e instalaciones;
- Mejora de la calidad de vida de los vecinos.

Mejoramiento como inversión social contra la inseguridad

La vida en la favela engendra muerte, acarrea basura, botes, perros vagabundos, antiguas cuentas que ajustar, rabiosos vestigios de tiros, noches para velar cadáveres, charcos dejados por las crecidas, lombrices viejas en intestinos infantiles, revólveres, hambre, traición y muerte.

Pablo Lins²⁵, *Ciudad de Dios*

Sin alarmismos, ya que aún sin poner en duda la extrema violencia social que Lins ha sabido plasmar en su libro *la Ciudad de Dios*, no hay razones para generalizar este tipo de situaciones a todas las favelas, ni a todos los barrios marginales de América Latina. Pero de lo que no cabe duda es de que la marginalidad física propicia y encubre la marginalidad social. Los miles de barrios en los que se encuentran mayoritariamente parte de esos 25,66 millones de viviendas en condiciones deleznable que contabiliza la Tabla 5, son en mayor o menor medida objetivamente inseguros lo que no quiere decir que sus moradores sean necesariamente violentos.

En el Informe Mundial de la Coyuntura del Hábitat que elabora anualmente la oficina de Naciones Unidas UNCHS-HÁBITAT, en el

correspondiente a 2001 sobre la situación de las ciudades del mundo, se concluye de forma contundente: *El 29% de las ciudades del mundo en desarrollo presentan áreas urbanas consideradas como inaccesibles o peligrosas para los servicios policiales. En Latinoamérica y el Caribe este valor asciende al 49%*. Se trata del único valor, de los muchos que analiza el mencionado Informe, en el que Latinoamérica y El Caribe aparecen en peores condiciones que la media de las ciudades del mundo.

Mejoramiento como inversión social en pro de la calidad de vida²⁶

*Urbanizar-se? Renove-se?
Extingue-se a pau e fogo?
Que fazer com tanta gente
brotando do Chão, formigas
De formigueiro infinito?
Encinar-Ihes paciência,
conformidade, Renuncia...*

Carlos Drummond de Andrade, 1985

Comprendemos, pero no compartimos, alguna actitud de rechazo de muy diverso origen y motivaciones ante el título –mejor dicho, preocupación- por la consecución de una determinada estética en los barrios marginales. Recomendamos el excelente trabajo de tesis doctoral de la arquitecta brasileña Laura Bueno, reubicando la preocupación por lo estético en el lugar que le corresponde desde un trabajo monográfico como el realizado por esta autora. Las formas urbanas resultantes al consolidarse las zonas de ranchos, cantigriles, callampas, tugurios, villas o favelas urbanizadas suelen ser bastante semejantes por el trazado y la longitud de sus calles, por sus callejones, plazuelas y escaleras públicas, por el tamaño de los lotes y rincones de las edificaciones adaptados a topografías complejas... que hacen evocar lo que debieron ser en sus orígenes a ciertos barrios de viejas ciudades medievales europeas.

⁽²⁵⁾ Pablo Lins, *Ciudad de Dios*, Edit. Tusquets, Barcelona, 2003, guionista de la película de idéntico nombre.

⁽²⁶⁾ Laura Bueno “Uma questão também estética”, *Rev. Oculum*, N° 01, año 2000 FAU – PUC, Campinas (Brasil). Artículo tomado de la tesis doctoral leída en la FAUUSP en el 2000 con el título “Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização” que tiene por objetivo principal en opinión de su autora consolidar una instrumentación para la acción proyectual de los profesionales (cada vez en mayor número) ocupados con intervenciones en las favelas brasileñas.

Benévolo²⁷, describe magistralmente el desarrollo de la ciudad medieval y nos reafirma en el paralelismo –obviamente que guardando las singularidades del caso- con lo que se observa con el transcurrir del tiempo en no pocos barrios latinoamericanos de origen informal: “Las nuevas instalaciones se adaptan con seguridad al ambiente natural y, entre las ruinas del ambiente construido antiguo, no respetan ninguna regla preconcebida, siguen con indiferencia las formas irregulares del terreno y las formas regulares de las realizaciones romanas; en fin, apagan toda posible diferencia entre naturaleza y geometría, esto es, deforman con pequeñas irregularidades las líneas precisas de los monumentos y de las calles antiguas y simplifican las formas imprecisas del paisaje, marcando las líneas generales de los dorsos montañosos, las ensenadas, los cursos de agua”.

Mejoramiento como inversión social rentable

Sólo nos resta reafirmar nuestro profundo convencimiento en la altísima rentabilidad social

de las inversiones en mejoramiento de los barrios y hábitats humanos precarios en Latinoamérica. Sus resultados deberán medirse no sólo mediante la cuantificación de la nada despreciable repercusión directa en el tejido productivo formal y en la creación de puestos de trabajo, que también, sino que habrá que cuantificar acuciosamente, a la par que lo anterior, su repercusión como ya se ha tratado de mostrar, en términos de:

- Aumentar la salud pública, y a medio plazo, la esperanza de vida de sus moradores;
- Paliar la alta vulnerabilidad extrema de los asentamientos y las viviendas en zonas de alto riesgo;
- Revitalizar la economía de las microempresas domésticas;
- Propiciar y aumentar la seguridad ciudadana que tanto incide en el desarrollo humano;
- Mejorar la calidad de vida de los ciudadanos.

Agua Amarga, Almería, (España), agosto 2003

⁽²⁷⁾ Leonardo Benévolo, *A Cidade na História da Europa*, Colección Construir a Europa. Editorial Presença, Brasil.

REINVENTANDO O PASSADO, REORDENANDO O PRESENTE: A FESTA DA UVA DE VINHEDO, ESTADO DE SÃO PAULO¹

REINVENTING THE PAST, REORDERING THE PRESENT: THE GRAPE FAIR FROM VINHEDO, SÃO PAULO, BRAZIL

André PIRES²

RESUMO

A partir de uma análise da Festa da Uva de Vinhedo, São Paulo, procurar-se-á mostrar como a progressiva associação da festa com a cultura italiana, observada desde 1997 até o presente, tem implicações importantes na forma como o município se representa e relaciona-se com transformações mais amplas pelas quais o espaço rural da região atravessa: de essencialmente agrícola ele passa abrigar também indústrias, moradias e atividades de turismo. Analisando a programação da festa dos últimos anos, podemos notar como tradições passam a ser reinventadas, tal como a cerimônia de pisar uvas da Festa. Em nossa interpretação, o recurso a identidades tradicionais (agricultor e italiano, por exemplo) pode ser lido como forma de resposta ao processo de transformação mais geral que a cidade vem sofrendo nas últimas décadas.

Palavras-chaves: ruralidades, identidades, invenção de tradições.

ABSTRACT

Since 1997, the activities of Grape Fair from Vinhedo, a small town nearby São Paulo, have been associated with Italian culture. Within this process some ceremonies, as the making wine ceremony, are invented based on a common past in which the rural aspects, as well as the Italian culture, are for granted. This paper aims to develop the idea that the uses of traditional identities, such as the rural-Italian, are essentially connected with the present. They can be seen as a response for some changes that have taken place in the region in the last decades: from an agrarian-based economy in the fifties, the city has diversified it. Housing, industrial and tourist functions have become important.

Key-words: ruralities, identities, invention of traditions.

¹ Texto apresentado no VI CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL no GT 21 Nova Ruralidade. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 25 a 29 novembro de 2002. Gostaria de agradecer a leitura e os comentários de Osvaldo Lopez Ruiz, Verena Sevá Nogueira e David Goodman, eximindo-os, entretanto, de quaisquer responsabilidades sobre o texto.

² Doutorado em Ciências Sociais, Professor na Faculdade de Campinas e Pesquisador do Projeto Rubarno.

“Copiar a realidade pode ser uma boa coisa; mas inventar a realidade é melhor, muito melhor (Giuseppe Verdi)” (Souza, 1993:153)

O ACONTECIMENTO MÁXIMO DE VINHEDO

Até 1949, ano de sua emancipação política e administrativa, Vinhedo, então um distrito de paz de Jundiaí, era conhecida pelo nome de Rocinha. Desde o final do século XIX, com a chegada de imigrantes italianos na região, a cultura da uva foi paulatinamente adquirindo importância (Cf. Inglez de Sousa, 1959) a ponto de, no momento da emancipação, dos quatro nomes selecionados para a denominação da nova cidade, três se referiam especificamente a tal cultivo: Vinhalândia, Videral e Vinhedo. O quarto nome, Arariúna, referia-se ao processo de ocupação do município cuja origem remonta à Fazenda Cachoeira de propriedade do Barão de Arari (Cf. Histórico do Município de Vinhedo, 1999:2)

A Festa da Uva de Vinhedo é uma festa do período pós-emancipação. A primeira festa ocorreu em 1950 apenas um ano após a cidade ter adquirido sua autonomia política-administrativa. Antes de ter a sua própria festa, os produtores locais e sua população celebravam a festa da Uva em Jundiaí. Mais do que uma curiosidade, isso para nós tem um sentido importante: a festa é criada dentro de um processo de afirmação da cidade nos níveis político, econômico e cultural. A emancipação de Vinhedo, além de ser um processo formal administrativo, é também um conjunto de práticas na qual os administradores e seus habitantes se afirmam como uma coletividade em relação ao seu entorno. Esta afirmação da diversidade, necessária para o estabelecimento de uma “comunidade imaginada”, passa em grande parte pelo fortalecimento e criação de atividades de sociabilidade nas quais as festas e celebrações, sejam religiosas ou seculares, têm funções importantes.

Em 1953, Medeiros Júnior, fundador do primeiro jornal do município e também secretário da primeira administração municipal, já salientava a importância da Festa no sentido de representar o município. Segundo ele, a Festa da Uva era impor-

tante não apenas para comemorar a satisfação do lavrador pela colheita “*mas também, o cartão de visitas com que o município se faz representar, abrindo aos olhos dos nossos visitantes toda uma riqueza sólida e inabalável. Quantos municípios do Estado podem fazer uma festa agrícola? Bem poucos. Felizes daqueles que o podem*” (Cf. Folha de Vinhedo, 22 de abril de 1953, p. 3).

Esta característica de representar o município faz com que a importância da Festa extrapole o nível da produção agrícola e incorpore dimensões políticas e culturais. Tal como a arguta manchete do jornal dos anos cinquenta indica, a Festa da Uva era o acontecimento máximo de Vinhedo.

“Amanhã, a Festa da Uva acontecimento máximo de Vinhedo. Tudo o que produzimos estará representado dentro da exposição de frutas, ao lado da exposição industrial (...) Seis milhões de pés de uva constituem os magníficos parreirais vinhedenses, com uma produção anual acima de um milhão de caixas, que proporciona um valor em cruzeiros de mais de sessenta milhões.(...) Haverá desfiles de bicicletas, haverá rodeios, haverá música, haverá coroação da rainha da uva (...). Haverá a exposição das frutas com prêmios aos melhores classificados. Haverá ainda exposição industrial, mostrando ao forasteiro e visitante amigo, um pouco do nosso parque industrial.” (Folha de Vinhedo, 16 de janeiro de 1952, p. 1)

Apesar de ser considerada o acontecimento máximo da cidade, a Festa da Uva passou por algumas dificuldades durante a sua história. Entre 1950 e 1982, a festa não foi realizada durante seis anos mas, a partir de 1982 e até o presente momento, ela vem sendo realizada sem interrupções (Cf. Ruschmann, 1998:78).

Em 1997, a atual administração municipal (eleita em 1996 e reeleita em 2000) inicia um processo de associação da Festa com a cultura italiana. Naquele ano (1997) o slogan da Festa foi “*Vinhedo é só alegria. Capisci?*” e desde então a programação da festa, seu material publicitário e atuação de seus organizadores têm se pautado por esta associação.

O presente texto tem por objetivo refletir sobre o caráter desta associação e do tipo de ruralidade que é construída a partir da vinculação com a cultura italiana. Ele será feito tendo por base nossa participação nas últimas três edições da festa (2000, 2001 e 2002).

O LOCAL

O visitante ao se aproximar do Parque Municipal Jaime Ferragut (nome dado em homenagem a um antigo prefeito da cidade cuja família é de origem espanhola), local onde se localiza a Festa da Uva de Vinhedo, pode ficar surpreso com a quantidade de carros e de ônibus estacionados. Apesar da entrada ser franca, as ruas em volta do parque foram transformadas em estacionamentos a céu aberto (ao custo de R\$ 5,00) o que deve render um bom dinheiro para a prefeitura, administradora deste espaço.

Os ônibus ficam estacionados ao lado da entrada principal do parque e pode-se notar que eles vêm de vários lugares: São Paulo (a maioria); Jundiaí, Campinas, Itatiba, Mogi Mirim, Piracicaba, Ribeirão Preto entre outras. Mais tarde, fico sabendo que há excursões que vêm de outros estados para a festa, tais como de cidades do sul de Minas e até do Rio de Janeiro.

Logo na entrada, há uma placa de boas vindas da prefeitura com fotos das principais obras da administração municipal. A placa se localiza no início da rua principal da festa, rua que além de dar acesso a outras localidades é também a rua da alimentação. É nela que as principais barracas e estandes de comidas e bebidas da festa ficam. Passear por esta rua e na de cima (onde se concentram as barracas de artesanato, de roupas e de calçados) dá-nos a sensação de estar numa grande feira livre.

A rua da alimentação oferece um leque bastante variado de produtos para o visitante da festa. Trafegar nesta rua faz o visitante se sentir numa espécie de festa das nações: barraca de *krep's suíço* lado a lado da barraca de doces portugueses, sem contar a “Embaixada da Alemanha”, um conjunto de duas barracas, uma vendendo joelho de porco assado, salsichas,

chucrutes e demais iguarias da cozinha alemã e outra o chopp Germânia - produzido na região.

Saindo da rua de alimentação encontramos o pavilhão das frutas. Trata-se de uma grande área acobertada montada especialmente para a festa. Em 2000 e 2002, era lá que se encontrava o local de exposição das frutas vencedoras do concurso. Este espaço é administrado pela Associação dos produtores rurais da região, a qual dá direito aos seus associados de venderem produtos durante a festa. Nem todos os associados, entretanto, se interessam em ter uma barraca na festa, assim a associação e a organização da festa concedem também o direito de utilização deste espaço para terceiros.

Um pouco mais à frente fica o Parque de Diversão. Uma série de brinquedos, tipo montanha russa e outros de “causar emoção” estão a disposição dos visitantes que se dispuserem a pagar pelas suas entradas. Saindo do Parque de Diversão, chega-se ao complexo das piscinas. Durante a festa, as piscinas ficam fechadas para o público mas há um grande espaço coberto que serve como local de exposições de fotos antigas da cidade, de pinturas de artistas locais e também de apresentações de teatro. Em 2002, logo após a cerimônia de inauguração, houve um coquetel neste local para certos convidados e “autoridades” políticas presente neste evento, os chamados *VIPs*.

Próximo das piscinas, às margens de um pequeno lago, é montado um palco que serve como local para apresentações de shows de música e de dança. Até 2000, este era o principal palco da festa onde as principais atrações musicais ocorriam. A partir de 2001, mais quatro outros palcos foram montados em diversos locais do parque.

Saindo do complexo das piscinas e subindo alguns lances de escada, encontramos o ginásio municipal. O espaço interno do ginásio teve uma utilização bastante variada nos últimos três anos, abrigando desde local para exposição das flores da Holambra (2000), lugar da inauguração da festa, da exposição e do leilão de frutas (2001) ou, em 2002, espaço sob o qual foi cenografado um bairro rural que serviu de palco. Nele foi encenada uma peça que, permitindo o leitor uma certa ironia, pode ser qualificada como uma espécie de Romeu e Julieta rural.

Trata-se da história de um amor quase impossível, protagonizado por dois jovens camponeses, Francesca e Giusepe, filhos de duas famílias rivais, os Mancini e os Bertino. Cada família já havia escolhido os cônjuges de seus filhos, para o desespero de Francesca e Giusepe que teriam que submeter suas vontades individuais aos rígidos padrões de comportamento ditados por seus familiares. A situação somente se “resolve” quando é feita uma grande encomenda de vinho que obriga as duas famílias a trabalharem juntas e, a partir disso, passam a aprovar o casamento. O dinheiro arrecadado serviria para comprar mais terra que abrigaria o novo casal. A peça termina com a cerimônia de pisar uvas, que será objeto de discussão mais tarde, ao som da música Funiculi, Funiculá.

A INAUGURAÇÃO³

Antes de começar oficialmente, a cerimônia de inauguração inicia-se com a concentração de políticos e demais “autoridades” nos bastidores. Uma vez que a composição político-partidária da prefeitura de Vinhedo é um tanto quanto peculiar, o prefeito é do PSDB e o vice é do PT (partidos adversários no plano federal e estadual), podemos encontrar, na concentração de políticos e “autoridades”, pessoas dos diferentes partidos e tendências. Esta alta concentração de políticos faz com que, muitas vezes, a diferença entre o número de “autoridades” presentes na inauguração seja quase o mesmo do público que a assiste.

A cerimônia, propriamente dita, inicia-se quando o locutor oficial anuncia as “autoridades” presentes e as chama para o seu local reservado. Uma vez instalados em seus locais previamente estabelecidos dentro do ginásio, o locutor anuncia os presentes de acordo com princípios hierárquicos: primeiro os deputados federais, depois os estaduais, os prefeitos das cidades da região presentes, os secretários de administração municipal e os vereadores.

O ginásio, palco da inauguração em 2001, foi decorado com as cores da bandeira italiana. Depois de anunciado os presentes, um saxofonista, posicionado em frente ao coral da terceira idade do município, executou o hino nacional. As mulheres, a maioria do coral, representavam as *nonas* e vestiam roupas que lembravam o passado italiano e rural. Várias *nonas* eram negras ou mulatas reforçando ainda mais o caráter de encenação.

Após a execução do hino, tem início a parte dos discursos. O primeiro a falar é o secretário de indústria, comércio e turismo que também preside a Festa da Uva, GL. Em 2000, GL disse que seu trabalho a frente da organização da festa da uva deu-se no sentido de resgatar a tradição italiana no município. Depois, destacou as principais obras da administração municipal e deu total apoio a reeleição do prefeito que, segundo o secretário, “*precisará de mais quatro anos para continuar sua ótima administração*”. Em 2001, GL destacou em sua fala a cerimônia de pisar uvas que estava sendo inaugurada naquele ano. Disse que era preciso reproduzir a cerimônia para lembrar o que os ancestrais faziam nesta terra e que, portanto, o fato mais importante da festa era a oportunidade do encontro de Vinhedo consigo mesma. “*A finalidade sociológica da Festa*”, nas palavras do secretário, era preservar a cultura e a raiz do povo vinhedense. Ao final, GL leu uma lista no qual agradeceu todos as pessoas que o ajudaram a organizar a festa.

Depois da fala do secretário é a vez do presidente da Câmara de Vinhedo. Depois, falam os deputados federais e estaduais presentes. A fala do prefeito, normalmente, antecede a fala do governador. Nos dois anos, o prefeito fez referência aos produtores rurais da região. Em 2000, ano eleitoral, o prefeito disse que o governador liberou verba para o asfaltamento do córrego do Pinheirinho e que isso iria beneficiar os agricultores. Também destacou a importância do Turismo ligado à agricultura. No final do seu discurso, entregou uma carta ao governador na qual ele pediu duas ambulâncias para o município. Tudo nos leva a crer que a cerimônia de inauguração é um momento

³ As observações sobre a cerimônia de inauguração baseiam-se em dados coletados por mim nos anos de 2000 e 2001. Em 2002, a cerimônia estava prevista para começar as 16:00hs, mas por solicitação do governador do Estado ela foi adiantada, sem aviso prévio, para as 15:00hs. Quando cheguei no local ela já havia começado o que impediu a coleta de informações durante este ano.

privilegiado para os administradores municipais afirmarem seu poder político e oportunidade ímpar para a solicitação de pedidos.⁴ Em 2001, o prefeito agradeceu os agricultores da região, segundo ele “os maiores heróis entre nós, pois resistem e mostram que é possível sobreviver da agricultura”. O prefeito fez questão de lembrar que embora a festa valorize a cultura italiana, a terra também tem espanhóis, alemães, suíços e portugueses. “Mas, em nome dos italianos, homenagem todas as tradições”, disse o administrador da cidade. Antes de encerrar, retomou a idéia de que o turismo e a agricultura devem andar juntos no desenvolvimento do município.

A presença de autoridades, na cerimônia de inauguração da festa, indica a importância política do município no estado. No caso de Vinhedo, as primeiras edições da festa contavam com a presença de secretários de estado e de um vice-governador, fato que foi bastante alardeado pelo jornal dos anos cinquenta. A Festa de Jundiá de 1953, por sua vez, contou com a presença do próprio governador em pessoa além do cardeal (Cf Folha de Vinhedo, 11 de fevereiro de 1953, p. 4).

Mas, cerca de cinquenta anos depois, Vinhedo já adquire uma importância a ponto de contar com a presença do governador em pessoa. Quando ele está presente, sua fala finaliza a etapa dos discursos.⁵ Depois da fala do governador, a rainha da Festa entrega uma caixa de uva (a 1ª colocada na exposição) para ele, ou seu representante, e em seguida é cortada a fita de inauguração da festa.

Neste momento, a banda começa a tocar a música italiana *Funiculi, Funiculá...* e o coral da terceira idade, vestido com roupas típicas do colonato, começa a dançar. O prefeito e o governador, então, lideram o cortejo, em direção ao local de exposição das frutas vencedoras.

Ao som de *Funiculi, Funiculá*, as autoridades passam em revista as frutas vencedoras, tecendo

comentários elogiosos em relação à sua qualidade. Recepcionando as autoridades, e do lado de dentro de um pequeno cercado que visa impedir o manuseio das frutas por parte dos visitantes, está um representante dos agricultores do município que, todo orgulhoso, recebe os cumprimentos das personalidades políticas locais. A festa está formalmente inaugurada.

A CONFISSÃO

Depois de cumprimentar o agricultor que estava posicionado ao lado das frutas vencedoras, as “autoridades” se retiraram e, assim, o piso térreo do ginásio foi liberado para o público em geral. Durante alguns minutos, permaneci nas arquibancadas fazendo algumas anotações que julgava importantes da cerimônia que acabara de presenciar.

O nosso agricultor que havia recepcionado as autoridades, Luís, estava agora sentado numa cadeira ao lado e um pouco atrás do local da exposição e, de vez em quando, advertia algum visitante que intencionasse tocar nas frutas.⁶ Percebendo que estava sozinho, dirigi-me ao seu encontro a fim de trocarmos algumas palavras. Inicialmente falamos de algumas amenidades sobre a festa, de como ela estava bonita e coisas desse tipo. Logo em seguida, perguntei-lhe alguma coisa relativa à exposição de frutas, de como as “caixas” estavam bonitas nesta semana e do trabalho que elas supostamente haviam dado aos seus produtores. Foi nessa hora que Luís fez uma espécie de confissão.

Luís falou-me que naquele mês havia acabado com todas as quadras de uva de sua propriedade. Disse-me que a situação da uva estava muito difícil, não dava mais para continuar suportando os gastos desta atividade e que tinha decidido arrendar

⁴ Em 1952, durante a cerimônia de inauguração, foi solicitado para o secretário de agricultura “a criação da Casa da Lavoura, e a consequente nomeação de um agrônomo para a região (...) O Secretário da Agricultura, em resposta, prometeu estudar junto ao governo do estado a solução do problema assegurando mesmo que não via grandes dificuldades para atender o pedido dos lavradores de Vinhedo, de vez que além de justo, ele era pequeno, e que poderia ser resolvido” (Folha de Vinhedo, 5 de fevereiro de 1952, p. 1)

⁵ Em 2000 o então governador Mário Covas esteve presente na cerimônia de inauguração. Em 2001 a festa ocorreu na semana em que Mário Covas morreu e, devido ao luto oficial do Estado, seu substituto não compareceu. Em 2002, Geraldo Alckimim, governador do estado, esteve presente.

⁶ O nome é fictício.

a sua terra para terceiros. Em tom um tanto quanto melancólico, Luís finalizou a conversa dizendo que se a situação continuasse assim, teria que vender a terra dividindo-a em pequenas chácaras ou para alguém que se dispusesse a fazer um condomínio ou um loteamento.

A CERIMÔNIA DE PISAR UVAS

“A grande vedete dessa Festa será a cerimônia de pisar uvas. ‘Antigamente, os imigrantes para produzirem seus deliciosos vinhos, colocavam os cachos de uvas dentro de uma tina de madeira e pisavam amassando as uvas, celebrando a farta colheita, e nessa edição da festa quem não vivenciou esses encantos, terá a oportunidade de voltar ao tempo e testemunhar como faziam os nonos e nonas, resgatando um pouco mais da tradição italiana’, revela GL Presidente da Festa da Uva.”

(<http://www.festadauva.com.br/2001/>)

A marcação italiana da Festa da Uva não se inaugura a partir da cerimônia de pisar uvas, mas tem nela o seu apogeu. A seguir, apresentaremos as suas principais características baseado em observações feitas em 2001, uma vez que em 2002, tal como já foi dito, a cerimônia de pisar uvas integrou-se a um espetáculo teatral mais amplo.

Um pouco antes do horário previsto para o início da cerimônia, marcada para as 15:30 nos finais de semana de festa, várias pessoas já começam a ficar em volta da tina/palco. Para evitar que elas invadam o local determinado para a cerimônia, um cordão de isolamento é posto aproveitando os pilares que sustentam o coberto de madeira no qual se encontra a tina. Assim, garante-se um espaço razoável para abrigar os integrantes da banda de música e aqueles que irão pisar as uvas. O tempo de espera dos integrantes da cerimônia (banda e demais participantes) faz com que algumas pessoas comecem a cantarolar o *Funiculí, Funiculá...* Às vezes, a demora faz com que o próprio sistema de som do palco toque também *Funiculi, Funiculá...*

Uma jardineira 1929, cuidadosamente preservada e pilotada pelo seu dono (um morador

de Vinhedo), dirige-se ao local da tina pela rua da alimentação. Nela estão as “nonas”, isto é, as senhoras participantes do coral da terceira idade de Vinhedo trajadas com as “vestes que os imigrantes usavam”. Andando à sua frente, está a banda, Banda Nostra, composta por uns cinco integrantes junto com um grupo de dançarinos e dançarinas jovens, da região, todos vestidos com trajes italianos. Seria desnecessário dizer a música que a banda toca na chegada à tina: *Funiculi, Funiculá...*

Os primeiros a chegar são, na ordem, os integrantes da banda, os dançarinos (homens e mulheres) e, em seguida, as “nonas”. A banda se posiciona a mais ou menos meio metro da tina. Os dançarinos e as “nonas”, depois de retirarem seus sapatos, dirigem-se ao pequeno patamar ao redor da tina. Deixam suas cestas de uva no chão.

O último dia da cerimônia de 2001 contou com as presenças “ilustres” do secretário de comércio, indústria e turismo - e presidente da Festa da Uva - e também do prefeito municipal de Vinhedo. Neste dia, um pouco depois de todos se posicionarem, a música parou por alguns instantes para o prefeito falar. O prefeito, nesta ocasião, destacou a importância da cerimônia pois, segundo ele, é uma forma de trazer de volta o passado e assim, lembrar os momentos felizes das pessoas que fizeram esta terra. O prefeito parabenizou os integrantes da Banda Nostra, parabenizou também os dançarinos, destacando que são artistas locais, e os integrantes do coral da terceira idade, vestidos de “nonas”.

Em seguida, a Banda Nostra começou a tocar um outro sucesso da música italiana: *Volare*. Os dançarinos e as nonas chamaram o prefeito e o secretário para se juntar a eles ao redor da tina. Ao som de *Volare*, todos começam a dançar em volta da tina. No momento do refrão da música, todos abaixam-se e pegam os seus respectivos cestos de uva e despejam para dentro da tina. Este movimento é repetido umas três vezes até os cestos estarem completamente vazios. O fato do município somente produzir uvas de chupar (variedade Niagara) não impediu que a cerimônia fosse realizada. As uvas utilizadas, de uma variedade própria para produzir a bebida, vieram do sul do país e foram compradas em São Paulo.

Depois que as uvas foram colocadas dentro na tina, alguns dançarinos, algumas “nonas”, o prefeito e o secretário entram nela e começam a pisotear as uvas enquanto os demais participantes permanecem dançando, de mãos dadas, ao redor da tina. A música *Volare* acaba. Um dançarino que estava no meio da tina, retira um poema do bolso e o recita em italiano. O poema homenageia o vinho. Logo após o poema, a Banda Nostra toca de novo o *Funiculi, Funiculá* e todos pisoteiam a uva mais um pouco.

O final da cerimônia serve como início da parada italiana. As “nonas” retornam aos seus lugares na Jardineira, os dançarinos e dançarinas se posicionam à frente do carro e a banda segue o cortejo, pelas ruas do parque tocando, pela enésima vez, o *Funiculi, Funiculá*.

Depois de encerrada a cerimônia de pisar uvas, encontrei-me com o presidente da Associação dos Produtores Rurais da região, LRO, que estava observando as uvas pisoteadas. LRO estava esperando todos saírem para poder recolher as uvas. Sua intenção era produzir vinho com as uvas pisoteadas durante a festa. Disse-me que sua família fazia vinho e que se lembra de todo o processo de produção. Logo depois chegou o secretário e LRO deu-lhe a idéia de substituir a tina utilizada este ano por uma mais apropriada para fazer vinho, com canaletas do lado para facilitar a separação da parte líquida da sólida. Disse que tinha esta tina apropriada em casa, mas jogou fora:

- “*Quem é que podia imaginar que um dia a gente iria usar isso!*”, disse LRO.

O secretário ficou de pensar no assunto.

Logo em seguida, uma assessora do secretário chegou e começou comentar o sucesso da cerimônia de pisar uvas. Disse que esta cerimônia tinha definitivamente “pegado”, que representava um marco dentro da Festa da Uva, que as emissoras de televisão tinham a retratado como sendo algo distintivo da festa e que vários participantes haviam lhe dito que tinham gostado. Para o próximo ano, segundo a assessora, era preciso fazer uma cerimônia deste tipo também na inauguração da festa:

- “*Imagina que bacana, depois de pisar uvas daremos um copo de vinho, feito com as uvas desse ano, para o governador!*”

O secretário fez cara de quem gostou da idéia.

TRANSFORMAÇÃO E IDENTIDADES

Imagino que o leitor deva estar se perguntando o que situações, em princípio tão diversas, tais como a confissão do agricultor, logo após a inauguração da festa, e a cerimônia de pisar uvas têm em comum? Nossa hipótese é de que, em ambos os casos, o que parece ser central é o recurso a identidades tradicionais como forma de resposta ao processo de transformação mais geral que a cidade vem sofrendo nas últimas décadas.

No caso específico da cerimônia de pisar uvas, a vinculação com a cultura italiana trouxe vários benefícios. Primeiro, fez com que ela se diferenciasse das outras festas da região e assim pode, dentro de seu *marketing*, oferecer algo a mais como atração (cultura italiana) dentro de uma espécie de mesmice presente nas outras festas da região. Segundo, a vinculação com a cultura italiana serviu também para baratear os custos de produção da festa pois as atrações musicais mais famosas (e também mais caras) foram deixadas de lado e apostou-se em conjuntos, atores e corais locais. Não podemos deixar de lembrar a visibilidade política que este tipo de evento tem na vida do município. Uma festa bem sucedida e original pode dar ao secretário, que também preside a festa, visibilidade e prestígios necessários para incrementar suas pretensões políticas no município.

Mas, levar em conta razões que considerem apenas fatores relacionados à produção da festa não nos parece convincente para explicar o sucesso e a repercussão da cerimônia junto ao público. O qual pôde ser percebido pela alegria da assessora do secretário, quando disse que a festa tinha “pegado” em função do interesse das redes de televisão sobre o evento e das manifestações que chegavam aos seus ouvidos provenientes do público.

A explicação parece situar-se num nível mais profundo e tem a ver com o processo de transformação que a cidade vem sofrendo nas últimas décadas.

DO AGRÍCOLA AOS CONDOMÍNIOS

Em 1951, Vinhedo possuía 9 mil habitantes, sendo 6 mil (66.6%) na zona urbana e 3 mil na zona rural. Esta última, abrigava cerca de 300 famílias que viviam da plantação de uvas, cerca de sete milhões de pés, que era a principal atividade econômica do município.

“Vinhedo, cujo nome é representado pela sua principal cultura, ‘uva de mesa’, com seus 7 milhões de pés divididos na maioria entre pequenos agricultores, é um fator decisivo na economia do município. O produto que de ano para ano vem aumentando e é exportado para alguns estados do país. Este ano a produção foi das maiores, devendo atingir 1.700.000 caixas, num total aproximadamente de noventa e cinco milhões de cruzeiros, pois o preço obtido foi bom. Ouvindo alguns produtores, soube-se que no próximo ano é intensão (sic) modificar o sistema de venda, ampliando para o interior do estado, onde alcançará melhor preço. Amanhã por ocasião da ‘Festa da Uva’ os expositores brincarão o público, apresentando seus magníficos produtos” (Folha de Vinhedo, 16 de janeiro de 1952, p. 4)

Os produtores, que dependiam do cultivo da uva, alcançavam bons preços na venda de seus produtos o que possibilitava-lhes viver, segundo o periódico, uma vida feliz.

“Um matutino paulistano, alinhando considerações de ordem estatística em torno da produção vitícola do Estado, referiu-se ao produtor de uvas como sendo um homem feliz. Feliz, porque vive, sem grandes preocupações de ordem financeira, dado que a produção de uvas, anualmente, satisfaz e proporciona meios para o viticultor viver relativamente feliz.

De modo geral não sabemos se esta afirmação corresponde a verdade de vez que, não conhecendo todos os municípios produtores de uvas, não podemos afirmar até onde vai esta felicidade que é latente no município de Vinhedo” (Folha de Vinhedo, 11 de março de 1953, p. 3)

A uva, além disso, representava o município e ver o nome de Vinhedo estampado nas caixas do produto que percorriam São Paulo e outros estados era motivo de orgulho dos vinhedenses. Quando a origem do produto era disfarçada, isso provocava protestos por parte do jornal da cidade.⁷

A agricultura, apesar de importante, não era a única atividade da cidade. Nos anos cinquenta, Vinhedo já possuía um parque industrial diversificado, sendo que as três principais indústrias, a saber, Fábrica de Tecidos Sant’ana, a indústria de lixas e abrasivos multi-nacional Carborumbum e Cerâmica Jatobá empregavam cerca de 10% (900 pessoas) dos residentes da cidade. A título de informação, a primeira fábrica da cidade, tecelagem Sant’ana, foi fundada por um imigrante italiano, Benedito Storani, em 1926 (Cf. Folha de Vinhedo, 13 de janeiro de 1954, p. 6).

Tal como observa Vera Lúcia Rodrigues “se o desenvolvimento inicial de Vinhedo deveu-se à agricultura, o município tem vivido, nesta sua curta história, rápidas transformações” (2001:41). De acordo com a autora, durante as duas primeiras décadas após a emancipação, a cidade, apesar de contar com uma atividade industrial importante, tinha no setor agrícola sua principal fonte de renda. Os anos setenta, observa Rodrigues, trouxeram mudanças drásticas. Em primeiro lugar, a atividade industrial passa o setor agrícola em importância na medida em que várias indústrias, atraídas por políticas de incentivos fiscais, se instalam na cidade e vêm a somar com as já existentes. Além disso, é nos anos setenta e no começo dos anos oitenta que se inicia um processo

⁷⁾ “Esta ‘Folha’ que age em defesa e desenvolvimento do município, mais uma vez denuncia ao chacareiro e sitiante o que vem passando na capital. Os carrinheiros que adquirem no mercado municipal uvas do nosso município- Vinhedo e Louveira - recebem ordens para apregoar o produto como procedente do Marengo: Ora, se os Srs. Chacareiros e sitiantes todos do município se dispuserem a reagir contra o embuste, usando o carimbo a fogo nas caixas de tal forma que impeça a colocação de rótulos sobre-postos aos de origem, os espertalhões serão forçados a recuar. De que servem, pois, o capricho, o trabalho dos nossos viticultores durante um ano com objetivo de apresentar na praça um excelente produto que afinal vai ser vendido como de outra procedência? É preciso reagir em homenagem ao município de Vinhedo!” (Folha de Vinhedo, 28 de janeiro de 1953, p.1).

de conversão no uso da terra, do agrícola para a moradia. Esta conversão tem no desenvolvimento de condomínios de casas o exemplo mais fecundo.

Antigas fazendas tais como a Marambaia e São Joaquim modificam a utilização de seus solos e tornam-se condomínios fechados de casas de moradia. Cinco dos principais condomínios que foram desenvolvidos na cidade nessa época (Marambaia; São Joaquim; Santa Fé; Vista Alegre e Chácaras do Lago) passam a ocupar uma área de 7.353.931 m² o que corresponde a cerca de 10% da área de Vinhedo. Em 1998 (Cf. Ruschmann, 1998:82), estes mesmos condomínios abrigavam cerca de 2.324 casas concluídas, 337 em construção e 1.304 lotes vazios. Se as estimativas de Ruschmann estiverem corretas, considerando que em cada residência há uma taxa de ocupação em torno de 4,5 pessoas, temos um total de 10.458 moradores, cerca de 21% dos habitantes da cidade, apenas se levarmos em conta os principais condomínios da cidade.⁸

Este processo de conversão de áreas agrícolas para moradia e da chegada de novos moradores se assemelha em muitos aspectos àqueles descritos por Marsden e seus colaboradores em relação ao contexto inglês (Cf. Marsden, Murdoch, Lowe & Munton, 1993; Marsden & Murdoch, 1994).⁹ Segundo este entendimento, a abertura do rural para além da produção de alimentos trouxe consigo, simultaneamente, a criação de novas mercadorias, mercados e valores de troca. A terra, que outrora era avaliada sobretudo por características relativas à agricultura, passa a ter como parâmetro de avaliação critérios totalmente diferentes. Em muitos casos, áreas que foram desfavorecidas dentro do processo de modernização agrícola (em função de sua topografia, áreas de preservação permanente etc.) passam a ser valorizadas quando se trata da moradia. Neste processo, bens intangíveis, tais como ar puro, contato com a natureza, passam a ser “commodizados”.

De acordo com Marsden e Murdoch (1994), a conversão de estabelecimentos rurais para casas de moradia provoca, via de regra, um aumento significativo no preço das terras e das casas onde

este processo ocorre. Isso faz com que somente uma parcela da população, aquela com meios para tanto, possa desfrutar este tipo de rural “idílico”. Com efeito, Marsden e seus colaboradores identificam a classe média de origem urbana como sendo a parcela da população que mais se beneficiou por este processo e, nesse sentido, ela passa a colonizar grande parte do rural tendo por referência seus gostos e estilos de vida. A oferta de moradia, entretanto, é bastante diferenciada e sujeita a disputas. Os autores nos mostram que esta colonização da classe média não significa a imposição de apenas uma única visão, de um único padrão estético ou visão de mundo, mas de diferenças, reapropriações e contestações sobre este espaço.

A despeito das diferenças entre o processo descrito por Marsden e seus colaboradores em relação ao contexto inglês e o observado em Vinhedo, o fato é que este município sofreu alterações profundas em sua composição econômica, demográfica, espacial e cultural nas últimas três décadas. Em um outro trabalho (Cf. Pires, 2002), sugiro que as transformações pelas quais o município passou, sobretudo em termos da oferta de moradia, não foi acidental. Na verdade, podemos notar um projeto de desenvolvimento da cidade, desde os anos cinquenta, que passa pela transformação do perfil econômico do município, deixando paulatinamente a dependência na agricultura e apostando no crescimento industrial. A conseqüência inevitável disso tudo seria o acréscimo de novos moradores e a transformação de sua configuração urbana. Mas, os propagadores do desenvolvimento consideravam este um preço a pagar. O desenvolvimento imobiliário não chegou de uma hora para outra, ele fez parte de um projeto de desenvolvimento municipal cujas raízes podem ser vistas nos jornais dos anos cinquenta. Em certo sentido, o futuro imaginado para a cidade tornou-se uma realidade. Neste processo, aquilo que foi deixado de lado, a agricultura, passa a ser contemporaneamente revalorizado através da construção de um rural idílico. A associação da cultura da uva com o turismo, por exemplo, passa

⁸ Em 2001, a população da cidade era de 48.633 habitantes, sendo que 47.564 (97,80%) residem em áreas urbanas e 1.069 em áreas rurais. Fonte: Fundação Seade (www.seade.gov.br).

⁹ Desenvolvo algumas diferenças entre o contexto inglês e o de nossa pesquisa em: Pires, 2002.

a ser, atualmente, um recurso importante no sentido de atrair mais consumidores deste espaço.¹⁰

VESTINDO O JILBAB

Intrigado com o fato de que contemporaneamente as comunidades religiosas se tornam cada vez mais “*os eixos em torno dos quais gira a luta pelo poder*”, Geertz (2001) propõe uma explicação para isso que não se restringe somente ao campo religioso, mas a relaciona com o político, com a luta pelo poder e, segundo ele, a uma questão mais profunda que passou a ser chamada de “busca da identidade”, “política da identidade”, “crises de identidade”, “perda da identidade” ou “construção da identidade”. De maneira parecida com outros autores que se detiveram sobre o tema da identidade cultural (Hall, 1995 e Giddens, 1993, por exemplo), Geertz parte da premissa de que as transformações político-econômicas das últimas décadas afetaram a maneira pela qual as pessoas se representam - seja de forma individual ou coletiva -.

Estariamos vivenciando processos de transformação cultural em que o desafio principal seria a “*substituição de um mundo construído com uns poucos tijolos análogos, enormes e mal encaixados, por um mundo não mais uniformemente nem menos completamente construído com muitos tijolos menores, mais diversificados e mais regulares*” (Geertz, 2001:157). O autor interessa-se de forma particular na análise de situações em que a resultante deste processo passa a ser a revigoração de movimentos sociais baseados no fundamentalismo religioso. “*Uma das mais impressionantes e controvertidas dessas expressões, no entanto, foi a adoção, por um número crescente de mulheres, sobretudo as jovens instruídas, do estilo de vestuário do Oriente Médio: um manto monocromático longo e solto, que chega até os tornozelos, destinado a esconder as formas do corpo, e uma estola comprida e enrolada, em geral branca, destinada a esconder o cabelo e o pescoço*” (Idem, ibidem:161)

A utilização deste traje, o *jilbab*, por mulheres javanesas, urbanas, jovens e com nível universitário despertou, em princípio, desconfiança e perplexidade. Mas, inseridos no contexto mais amplo de transformação daquela sociedade, este movimento, que poderíamos qualificá-los “a contramão”, passa a ter sentido se levarmos em conta a forma de projeção social e individual num mundo em rápida mudança. Vestir o *jilbab*, neste sentido, representou uma espécie de porto seguro frente a um mar de incertezas presentes em contexto de transformações profundas.

Com todas as ressalvas que certamente brotarão a partir de uma aproximação que doravante proponho, será que o comportamento de Luís na cerimônia de inauguração da Festa da Uva de, publicamente, se comportar como um “verdadeiro” agricultor e, em conversa reservada, mostrar preocupações quanto ao seu futuro, não o aproxima daquele descrito pelas jovens javanesas? Será que em ambos os casos o *jilbab* não foi vestido? Ou seja, em função das transformações pelas quais a agricultura e o espaço rural passaram em Vinhedo nos últimos tempos, e possivelmente das incertezas futuras que isso traz consigo, vestir o *jilbab* de agricultor naquela situação não seria a melhor coisa a fazer? Dito de outro modo, frente a uma espécie de futuro incerto, o passado e a origem de agricultor ofereceram-lhe a segurança necessária.

O mesmo parece ocorrer em relação à cerimônia de pisar uvas. Entendido como um processo de invenção de tradição, a argumentação central proposta por Hobsbawm (1997) parece ser exemplar. Embora a recorrência ao passado seja uma característica comum nos processos de invenção de tradição, o historiador inglês nos mostra que não é no passado (por vezes mítico) que se deve buscar a explicação, mas na relação que este passado mantém com o momento da criação da tradição. Assim, os processos de invenção de tradições podem ser lidos como reações frente situações de transformações sociais, a partir de um uso simbólico do passado, e, nesse sentido, dizem respeito mais ao momento de sua criação do que ao tempo pretérito a que se referem.

¹⁰ É preciso, entretanto, ser cauteloso acerca do peso do turismo na economia do município. Temos acompanhado tentativas incipientes de vários agricultores para desenvolver o turismo na região o que se traduz, por exemplo, na formação da Associação de Turismo. Os dados que dispomos até o momento não nos permite afirmar, peremptoriamente, que o turismo já representa uma alternativa real de renda para esses agricultores, no entanto, ele já faz parte da agenda de interesses deste grupo o que para nós já é significativo.

Talvez seja por isso que Hobsbawm nos diga que o estudo de invenção de tradições seja um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (Cf. Hobsbawm, 1997: 10). No caso específico da Festa da Uva de Vinhedo, nossa hipótese interpretativa é exatamente esta: num plano geral, o uso que é feito da cultura italiana e, de forma especial, o ritual de pisar uvas podem ser entendidos como processos de invenção de tradições. Por serem processos dessa natureza, eles mantêm uma relação muito viva com o presente, momento em que são formuladas, e constituem-se como reações às transformações pelas quais a cidade vem enfrentando nos últimos anos.

“Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a ‘invenção’ de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais freqüência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta” (Hobsbawm, 1997:12-13)

Esta idéia, que num certo sentido aproximou as reflexões de Geertz e Hobsbawm, parece ter origens no pensamento durkheimiano. Preocupado com o estabelecimento de solidariedades sociais, ou seja, mecanismos de coesão social que determinariam os traços essenciais da sociedade e de seu bom funcionamento, Durkheim (2000 [1897]), numa passagem do seu clássico estudo sobre o suicídio, desenvolve uma idéia que nos parece importante para entender os processos que descrevemos em Vinhedo. De acordo com o autor, à medida em que o homem se afasta de sua tradição - vista a partir do plano religioso -, em que há um maior ordenamento do mundo e maiores

vínculos estabelecidos entre o indivíduo e sociedade, maior passa a ser a taxa de suicídio. O autor chega a fazer uma correlação interessante entre o aumento da taxa de suicídio e o avanço da ciência, na medida em que o conhecimento científico - visto pela referência à instrução - tem o efeito de minar as certezas que outrora eram fornecidas pelo campo religioso.

Esta proposição durkheimiana, qual seja, de que as transformações sociais afetam os mecanismos de coesão social nos parece fundamental para entendermos as práticas que observamos em Vinhedo. Antonio Cândido (1987 [1964]), com uma precocidade digna de nota dentro dos estudos rurais brasileiros, parece tratar dessas mesmas questões em seu clássico estudo sobre a cultura caipira em Bofete, estado de São Paulo. Enxergando uma sociedade em rápida transformação, em que a vida e a cultura caipira estariam progressivamente se incorporando à esfera da cultura urbana, representado pela adoção de novas formas de consumo e da perda de antigos laços de sociabilidade, o autor considera os parceiros um grupo privilegiado para pensar estas questões. Representam, para o caipira, uma etapa de transição pois ao mesmo tempo em que conservam traços de uma autonomia camponesa, típica do proprietário de terra, os parceiros, dado o ritmo das transformações, vêem-se constantemente ameaçados pelo recurso ao trabalho assalariado, seja em sua forma agrícola, dada pelo colono ou camarada, ou pela proletarianização nos centros urbanos. *“Apegar-se à parceria significa, para quem não pode mais ser sitiante, preservar o próprio respeito, o conceito social e a possibilidade de manter a tradição da cultura - isto é, preservar os elementos que equilibram o grupo” (Souza, 1987:202).*

O então professor da cadeira de Sociologia II da USP, identifica várias atitudes de preservação da cultura caipira como formas de reação à situações de mudança reveladas em sua pesquisa de campo. Este processo, em alguns casos, passa inclusive pela valorização e idealização de um passado caipira, uma verdadeira idade de ouro cuja função parece ser bem clara: *“podemos ver fatores de preservação cultural, que são ao mesmo tempo fatores de preservação grupal, na medida*

em que permitem aos grupos rurais de vizinhança - agrupamentos de sitiantes ou de parceiros - resistirem, enquanto estrutura, ao impacto da mudança causada pela urbanização” (Souza, 1987:211, grifos meus). A situação de crise, tão bem desenvolvida pelo autor, deriva do fato de não haver uma estabilização entre a conservação de traços da cultura tradicional caipira (fator de defesa grupal e cultural) e a incorporação de novos traços. A rigor, observa Antonio Cândido, há uma “perda de traços, relativamente maior do que a aquisição compensadora de outros” (Souza, 1987:219). Temos, portanto, no clássico estudo de Antonio Cândido um exemplo que corrobora nossa hipótese acerca das práticas que observamos em Vinhedo.

É preciso considerar, entretanto, alguns aspectos nos processos de invenção de tradições e de usos do passado, tal como os observados por José Murilo de Carvalho (2000 [1990]), que nos ajudarão a entender o seu aceite. Inspirado em Hobsbawm, o autor de *A Formação das Almas* nos mostra como momentos de mudança política e social, tal como a proclamação da República no Brasil, normalmente vêm acompanhados da produção de símbolos e alegorias que passam a ser fundamentais como instrumentos de legitimação do novo regime.

Se, num determinado plano, podemos pensar no caráter ficcional da produção de símbolos, alegorias e tradições, José Murilo nos ensina que este processo está longe de ocorrer num vácuo. Símbolos e alegorias tendem a ser mais eficazes à medida que tenham um respaldo na história. É a história que oferece aquilo que o autor considera como comunidade de imaginação (ou de sentido), sob o qual permite-se a boa comunicação entre o novo símbolo e o público que o receberá. Nesse sentido, sua análise sobre os heróis republicanos é exemplar. Depois de tentativas mal sucedidas em transformar Deodoro, Floriano e Benjamin Constant como heróis do novo regime, “a busca de um

herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos heróis da proclamação. Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes” (Carvalho, 2000:57). Dito de outro modo, não é qualquer herói, ou num plano mais amplo, qualquer tradição, que pode ser inventada. Eles não surgem num vácuo. Como observa José Murilo, seu aceite dependerá, em última análise, da “profundidade histórica” do símbolo em questão.¹¹

A cerimônia de pisar uvas parece satisfazer as condições apontadas pelo autor. Em primeiro lugar, a cultura italiana não foi inventada a partir de um vácuo. Os italianos e, conseqüentemente sua cultura, estiveram presentes na história do município desde o final do século XIX. De forma específica, a prática de pisar uvas para produzir vinho também fez parte do passado de determinadas famílias. Lembremos que o presidente da Associação dos Produtores Rurais da cidade disse que possuía a tina para fazer vinho mas que jogou fora, pronunciando uma epítome que expressa o caráter dinâmico da cultura. Valendo-me da expressão de José Murilo, a cultura italiana têm uma “profundidade histórica” suficiente para ser aceita.

Além disso, o resgate das tradições italianas foi bem sucedido porque atinge em cheio um problema que nos parece ser central: a questão da identidade cultural dos moradores da cidade num momento, como o que se vive atualmente, de profundas transformações. Isso nos faz regressar ao eixo argumentativo central dos autores apresentados aqui, qual seja, de que os movimentos de resgate de tradições culturais podem ser lidos como respostas à situações de transformação social. Retomando a fala do secretário na inauguração da festa, o fato mais importante da cerimônia de pisar uvas era a oportunidade de Vinhedo encontrar-se consigo mesma.

⁽¹¹⁾ Vários autores, cada um à sua maneira, vem destacando o papel da história nos processos de invenção de tradições e, conseqüentemente, na formação de sentimentos de comunidade imaginada, nação e nacionalismos. Partindo de um exemplo extremo, Philip Kohl (1998) mostra o papel da arqueologia na elaboração de um passado remoto que, em muitos casos, serve como cimento para a construção de identidades nacionais. Mas, apesar deste uso político, Kohl considera que “as tradições culturais não podem ser fabricadas como se fossem roupas, há limites reais para a invenção de tradições”. (Kohl, 1998:233). No caso da Arqueologia, esses limites reais seriam fornecidos pelo aspecto material dos dados arqueológicos que permitem, segundo o autor, a possibilidade de apreensão, mesmo que parcial, de uma realidade objetiva.

CULTURA E CONSUMO

A cultura italiana não é a única capaz de satisfazer as exigências de “*profundidade histórica*” no município. Embora mais numerosos, os italianos não foram os únicos a aportar em Vinhedo. A cidade recebeu também alemães, suíços, portugueses e, em menor número, espanhóis que, ao longo desses anos, participaram ativamente na vida social e política do município. Sobre este ponto, é interessante lembrar a fala do prefeito na cerimônia de inauguração da festa, o qual, num gesto de habilidade política, fez questão de lembrar a composição multicultural da cidade e de que os italianos estariam representando todas as tradições.

O resgate da cultura italiana, nesse sentido, representou uma alternativa possível dentro do repertório oferecido pela história da cidade. Certamente, pode-se argumentar de que a presença dos italianos foi mais importante do que de outros grupos, mas isso não invalida o caráter ficcional anteriormente observado.

A história, tal como considera Richard Handler (1988), não serve apenas para construir um passado que possa servir como base para a formação de grupos, sentimentos de pertença, nação e nacionalismo. Ela tem também uma utilização pragmática muito bem observada pelo autor e que nos parece pertinente para entendermos as práticas que observamos em Vinhedo. Se, por um lado, há um conjunto de discursos que se utilizam do passado para construir sentimentos de pertença e identidades locais, por outro, esses discursos normalmente vêm acompanhados por aquilo que Handler considera como objetivação da cultura, isto é, bens e serviços (artesanato, danças e Festas, por exemplo) que passam a simbolizar esta identidade. É um momento em que a cultura é identificada, se materializa em bens e serviços e passa a ser consumida.

No caso da Festa da Uva de Vinhedo, a cultura italiana, se é que é possível falar nesta forma tão essencial, se materializa em encenações, tais como a cerimônia de pisar uvas, e em outros produtos que são disponibilizados ao visitante. Não podemos, entretanto, esquecer aquele clima de *Festa das Nações*, que procurei retratar num passeio hipotético pela rua da alimentação. A

cultura italiana é um produto - talvez o mais importante - a disposição do visitante. Comer um crepe suíço, regado com chopp Germânia, para depois finalizar com doces portugueses nos parece serem atos de consumo tais como o de assistir a milésima apresentação de *Funiculi, Funiculá*, de participar da cerimônia de pisar uvas ou do ato de comprar uma caixa de uva de um “verdadeiro” agricultor da região.

Sobre este aspecto, Ekman (1999) considera muito difícil separar os eventos que digam respeito somente ao fortalecimento de identidades locais daqueles que busquem fortalecer a economia local: ambos andam juntos. Interessada no aumento de festas e de revitalização de tradições observada na Suécia nos últimos tempos, a autora mostra que este fato se relaciona com a entrada da Suécia na Comunidade Econômica Européia. Nesse sentido, o argumento de que os processos de invenção de tradição se relaciona com as transformações sociais do presente parece inabalável.

Em algumas situações, e de forma muito semelhante ao observado em Vinhedo, Ekman destaca a participação da administração municipal em promover imagens e a cultura local de uma determinada região via objetivações da cultura dada pelas Festas e celebrações. No que poderíamos caracterizar como campo da produção, a administração municipal promove eventos que constroem sentimento de identidades locais (cuja ênfase está no pertencimento em termos espaciais) mas estes eventos, simultaneamente, fortalecem a economia local, via turismo ou venda de determinados produtos.

Em relação ao consumo, Ekman vai dizer que o resgate da história local (celebrada em festas e outras manifestações) tem um sentido diferente para as pessoas. Para os turistas, pode ser um momento de aprender coisas novas, passar o tempo ou se divertir. Para as pessoas da região, ela pode servir como forma de experienciar o contexto social local, sua continuidade e oferecer sentimentos de pertença ao grupo local mais amplo. A Festa da Uva de Vinhedo, neste sentido, é consumida por pessoas de diferentes posições e origens. Os turistas que participam da festa e que vêm de vários lugares (lembremos a quantidade e a procedência dos ônibus estacionados em frente ao

parque) têm uma visão diferente do evento do que uma pessoa que vive no local. De forma específica, a cerimônia de pisar uvas pode ser, para alguns, um divertimento para se passar o tempo e para outros, tal como para o presidente da associação de produtores, um momento de imaginar a história de sua família.

Apesar de considerar estas diferenças, seja no nível da produção, como nas apropriações da festa, em que o corte local e não local parece ser fundamental, iremos finalizar este texto focalizando uma relação: a tentativa da administração municipal, via festa, em construir um sentimento de pertença para os habitantes de Vinhedo e da ruralidade resultante deste processo.

CONCLUSÃO: RURALIDADE E ORDENAMENTO

Até o presente momento, deixei de lado uma característica importante da Festa da Uva de Vinhedo que é a sua relação com o rural. Pode-se dizer que a associação da festa com as tradições italianas dá-se simultaneamente com associação ao rural. Lembremos que o palco da cerimônia de pisar uvas deste ano caracterizava um bairro rural e os participantes desta cerimônia estavam trajando vestimentas que lembravam roupas do colonato. A festa, da uva, é um evento que mantém uma relação próxima com produtos agrícolas manifestada não apenas em seu nome, mas na venda de frutas, em sua exposição e no leilão de frutas que ocorre todos os domingos.¹²

A progressiva des-espacialização do conceito de rural tem sido uma característica marcante dentro do debate mais recente. Tudo leva a crer que o trabalho de Marc Mormont (1990) abriu as portas para o entendimento do rural como construção social e, portanto, de sua progressiva des-espacialização. Mormont sugere que o rural, mais do que um espaço geográfico determinado ou uma categoria natural, é algo que foi sendo progressivamente construído por determinadas instituições, dentre as quais a própria Sociologia Rural. O autor argumenta que uma revisão da

categoria rural deve separar os dois sentidos básicos que envolvem o seu uso. O primeiro, é o entendimento do rural como um espaço físico e, o segundo, o rural como um local de relações sociais. Certamente, a idéia aqui é evitar que as relações sociais sejam determinadas por sua conexão com um determinado espaço físico, mas, como veremos a seguir, isso não significa dizer que o espaço não tenha mais importância.

Na proposta de Mormont, o espaço deve ser considerado menos por suas propriedades físicas, *stricto sensu*, e mais como uma forma de classificação social. Indivíduos, grupos sociais e instituições continuamente utilizam-se de referenciais espaciais para afirmarem suas identidades sociais. Mas, como sinaliza Mormont, é preciso considerar que a relação entre espaço e identidade social não envolve apenas o pertencimento a um único espaço, mas de múltiplas identidades e múltiplos espaços que se combinam e se distanciam de acordo com situações específicas.

O rural, neste sentido, deixa de ser um atributo específico de determinados grupos sociais, residentes de determinadas localidades, e passa a ser uma construção social, produzido por diferentes grupos (sejam eles de origem urbana ou rural). Essa des-espacialização da categoria rural fez com que muitos autores preferissem a utilização do termo ruralidade. Focalizado mais na relação social do que no objeto propriamente dito, tal como o adjetivo rural sugere, o termo ruralidade, ou ruralidades no plural, veio marcar o entendimento do rural como um *constructo* social e pensá-lo, não mais através de suas propriedades físicas, mas como forma de classificação social. Não podemos deixar de lembrar aqui as semelhanças deste movimento com outros, ocorridos em diferentes épocas, dentro das Ciências Sociais. Refiro-me, de forma genérica, às substituições de termos como sexo por gênero e raça por etnia. Em ambos casos, tratou-se de mostrar que as desigualdades, mais do que naturalmente determinadas, eram culturalmente construídas.

Mormont enfatiza que não se trata de uma ruralidade no singular mas daquilo que ele considera

⁽¹²⁾ Sobre a importância do leilão em festas rurais ver: Souza (1987), especialmente pp.144 e 145 e Lanna (1999).

como uma *batalha simbólica de ruralidades* (Cf. Mormont, 1990:35). Diferentes atores, grupos sociais, instituições (administradores locais, agricultores, novos moradores, por exemplo), e seus respectivos interesses, travam uma batalha no sentido de afirmarem suas representações sobre o rural.

Se olharmos para a atuação da administração municipal na Festa da Uva de Vinhedo, podemos concluir que estamos diante de um tipo de ruralidade, dentre outras possível, que vem sendo construída a partir de uma vinculação étnica com a cultura italiana e a um passado rural comum. Tal como vimos em relação aos processos de invenção de tradições, estas práticas têm implicações importantes para o presente. A oportunidade da cidade e de seus habitantes serem identificados a partir de um tipo específico de sociabilidade italiana, que valoriza a origem rural, a amizade, a integração frente ao diferente (via danças e cantos) parece ser muito pertinente. Trata-se de um tipo específico de identificação bastante ordenador. De um lado, mantém-se um vínculo estreito, a despeito das transformações recentes, com a origem rural do município. Além disso, domestica-se os eventuais atritos e diferenças que certamente existem entre os novos e os antigos moradores. Da mesma forma como que supostamente os italianos foram bem recebidos pelos antigos moradores, a cidade mantém a sua vocação de receber bem “os de fora” os convidando a participar de suas danças e encenações.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000 [1990].
- DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. São Paulo, Martins Fontes, 2000 [1897].
- ELMAN, Ann-Kristin. The Revival of Cultural Celebrations in Regional Sweden. Aspects of Tradition and Transition. *Sociologia Ruralis*. Vol. 39, Nº 3, pp. 280-293, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade; sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993.
- HALL, Stuart. *A Questão da Identidade Cultural*. Campinas, Textos Didáticos nº18, IFCH/UNICAMP, 1995.
- HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE VINHEDO. Vinhedo, Prefeitura Municipal de Vinhedo, Secretaria de Comércio Indústria e Turismo, mimeo, 1999.
- HANDLER, Richard. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1988.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das Tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- INGLEZ DE SOUZA, Júlio Seabra. *Origens do Vinhedo Paulista*. Jundiaí, Prefeitura Municipal (Comissão Executiva da Festa da Uva e Exposição Industrial de Jundiaí), 1959
- KOHL, Philip L. Nationalism and Archaeology: on the constructions of nations and reconstructions of the remote past. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 27, pp. 223-246, 1998.
- PIRES, André. Identidade e Agricultura Familiar: repensando as identidades frente às recentes transformações do espaço rural paulista através do estudo de caso no município de Vinhedo, estado de São Paulo. Relatório Científico de Bolsa de Doutorado apresentado a FAPESP. Campinas, mimeo, 2002.
- LANNA, Marcos. Festa e Política. *Vivência*. Natal, Vol. 13, nº 1, pp. 17-30, 1999.
- MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan. *Reconstituting Rurality: class, community and power in the development process*. London, University College London, 1994.
- MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan; LOWE, Philip; MUNTON, Richard e FLYNN, Andrew. *Constructing the countryside*. London, University College London, 1993.

- MORMONT, Marc. Who is Rural? Or how to be rural? Towards a sociology of the rural. In: MARSDEN, Terry et al. *Rural Restructuring: global process and their responses*. London, David Fulton, 1990.
- RODRIGUES, Vera Lúcia. *Os Caseiros de Vinhedo*. Campinas, mimeo, 2001.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene (coordenadora). *Prefeitura Municipal de Vinhedo - Plano Diretor de Turismo*. Vinhedo, mimeo, 1998.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1993.
- _____. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* 7ª edição. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1987 [1964].

**LA POLÍTICA AGRARIA EN EL CONTEXTO DE LA
EXPERIENCIA DESARROLLISTA EN ARGENTINA DURANTE
EL GOBIERNO DE ARTURO FRONDIZI (1958-1962)**

***THE AGRARIAN POLICY IN THE CONTEXT OF THE
DESARROLLISTA EXPERIENCE IN ARGENTINA DURING THE
GOVERNMENT OF ARTURO FRONDIZI (1958-1962)***

Silvia B. LÁZZARO*

RESUMO

El propósito de este artículo es el estudio de las políticas públicas agrarias durante los años de gobierno de Arturo Frondizi.

El criterio utilizado enfatiza sobre la consideración de las políticas públicas, no meramente como procesos determinados por factores que operan dentro de los límites territoriales y legales del Estado, sino analizadas como componentes y dimensiones de una red global de relaciones de poder e intereses que condicionan la lógica y la racionalidad que definen las articulaciones entre el estado y la sociedad dentro del marco internacional.

Es destacada la significación de centrar el interés en el estudio de las políticas estatales, en función de constituirse -tanto las macroeconómicas como las estrictamente agropecuarias, en un país tradicionalmente agroexportador como Argentina- en una de las variables principal, aunque no exclusiva, para el conocimiento de las características de auge o de retracción productiva, y del impacto sobre las distintas clases sociales del ámbito rural.

Palabras claves: Política agraria – Estado – Desarrollismo.

ABSTRACT

The intention of this article is the study of the agrarian public policies during the years of the government of Arturo Frondizi.

^(*) Profesora y Doctora en Historia

FILIACIÓN ACADÉMICA: Investigador Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)/Profesora Adjunta Ordinaria de Historia Argentina Siglo XX en la Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Argentina.

The used criterion emphasizes the consideration of the public policies not merely like processes determined by factors that operate within the territorial and legal limits of the State, but analyzed as component and dimensions of a global network of relations of and interests that condition the logic and the rationality that define the relations between the State and the society within the international frame.

The meaning to center the interest in the study of the state policies is outstanding, based on constituting the macroeconomic and the strictly farming ones, in a traditionally country like Argentina, in one of the variables, although nonexclusive, for the knowledge of the characteristics of heigh a low production retraction, and of the impact on the different social classes from the rural scope.

Key words: Agrarian policy – State – Development policy.

I. PRINCIPALES CONDICIONANTES INTERNACIONALES E INTERNOS

El desarrollismo, como corriente del pensamiento económico, concebía al desarrollo -en el período de tiempo aquí considerado- esencialmente como un cambio de *estructuras*. Las principales elaboraciones en este sentido fueron realizadas por la Cepal desde fin de la década del 40. A partir de una especial interpretación de los procesos que reglan las relaciones entre los países centrales y los periféricos, puso énfasis en un conjunto de reformas estructurales, que era necesario encarar de manera global para superar, precisamente, los *obstáculos para el desarrollo*. En función de ello elaboró un diagnóstico de la situación de la economía latinoamericana: se destaca su condición *periférica*, y a partir de ésta, los efectos en la economía internacional, derivando luego hacia la formulación de prescripciones generales y específicas para superar los principales problemas. Partiendo de la división internacional del trabajo y de la constatación empírica de la existencia de términos de intercambio negativos para los países exportadores de productos primarios, se constató que se daban fuertes oscilaciones en el volumen de la demanda y de los precios internacionales de los mismos; ello provocaba fuertes contracciones en la capacidad de importación, y por lo tanto un alto grado de vulnerabilidad externa y grandes desequilibrios en el ritmo de funcionamiento de la economía. También se advertían severas restricciones estructurales en la transferencia del progreso técnico de los países centrales a los

periféricos, debido a la mayor concentración de innovación tecnológica en los productos industriales que éstos importaban. Ante este estado de la cuestión, la solución no podía ser otra que la industrialización, comenzando por aquel tipo de industria que fuese capaz de sustituir los bienes importados más escasos y estratégicos. En estas condiciones el funcionamiento de la economía no podía ajustarse a los dictados del mercado ni moverse erráticamente conforme al interés privado de los empresarios capitalistas, sino que era imperativo que lo hiciese en el sentido necesario para neutralizar las oscilaciones del comercio exterior e incorporar procesos productivos complejos que elevasen el valor agregado nacional, absorbiendo el mayor progreso técnico posible. Esta *industrialización planificada* tenía además la ventaja de crear puestos de trabajo en las ciudades, en un momento en que la población se urbanizaba aceleradamente. Es así como la industrialización se convierte en el eje del proyecto desarrollista, que perseguía la incorporación masiva de la técnica moderna, la reforma agraria y la democratización política. En efecto, el desarrollismo combinó políticas de modernización y de expansión industrial con la vigencia de instituciones parlamentarias y prácticas electorales. En el primer período doctrinario de la Cepal (1948-1955) las ideas básicas fueron la concepción centro, periferia, la teoría del deterioro de los términos del intercambio y la interpretación del proceso de industrialización de los países latinoamericanos. A partir de este conjunto de ideas, la Cepal abrió el debate en torno a la necesidad de una política deliberada y específica

de industrialización, capaz de promover la acumulación y el desarrollo de la región; y también en su calidad de organismo supranacional de orientación y consulta, generó una serie de recomendaciones de política económica, cuyos tópicos concernían a la planificación del desarrollo, la protección del mercado interior, la integración latinoamericana, el financiamiento externo, entre otros. Desde 1955 y hasta mediados de la década del 60 la corriente cepalina, al amparo del marco teórico desarrollado en la etapa precedente, profundizó el análisis de lo que denominó los *obstáculos estructurales al desarrollo*. Por un lado atacó las cuestiones contenidas en el concepto de estrangulamiento externo: los desequilibrios de las balanzas de pago de los países latinoamericanos, la asistencia exterior, etc.; y por otro, centró su atención sobre los obstáculos internos al desarrollo latinoamericano: el subempleo, la distribución regresiva del ingreso, la marginalidad.

En síntesis, la política de desarrollo habría de enfatizar sobre un conjunto de reformas estructurales, en la función del Estado como orientador, promotor y planificador y en un cambio y ampliación sustancial de las modalidades de financiamiento externo y del comercio internacional. Esta corriente de ideas tuvo probablemente su culminación política en 1961 en la Carta de Punta del Este y en la concepción inicial, y nunca realizada, de la Alianza para el Progreso, ocasión durante la cual los gobiernos latinoamericanos –dentro de un nuevo esquema de cooperación internacional multilateral con Estados Unidos– expresaron su decisión de impulsar y realizar ese conjunto de políticas, utilizando la planificación como instrumento para plasmarlas en la realidad. Desde comienzos de la década del 50 el atraso relativo de América Latina es creciente. En vísperas de lanzarse la Alianza para el Progreso, a comienzos de 1961, el escenario económico y social no había variado; más aún, el momento en el que surgía este programa coincidía con la generación de una creciente inquietud popular, y con un proceso de inestabilidad política que a partir de entonces se

acentuó en Brasil, El Salvador, Guatemala, Santo Domingo, Colombia, Venezuela, Argentina y Perú; todo ello en el contexto de una etapa de consolidación y avance de la Revolución Cubana.¹

En la *Declaración de los Pueblos de América*, donde efectivamente se acuerda constituir la Alianza para el Progreso, los firmantes se comprometieron a perfeccionar y fortalecer las instituciones democráticas; acelerar el desarrollo económico y social; impulsar, dentro de las particularidades de cada país, programas de reforma agraria; asegurar a los trabajadores una justa redistribución; acabar con el analfabetismo y extender la educación a todos los niveles; reformar las leyes tributarias para exigir más a quienes más tienen; mantener una política monetaria y fiscal que defienda el poder adquisitivo de las mayorías; dar rápida y duradera solución al problema de las variaciones excesivas de los precios de los productos latinoamericanos de exportación, y acelerar la integración de América Latina.² Sin duda, todas estas formulaciones exhibieron fuertes perfiles relevantes; pero admitir la significación de tales medidas resultó en los hechos mucho más factible que comprobar su viabilidad.

El golpe de Estado de 1955–que derrocó al peronismo– expresó fundamentalmente un cambio en las relaciones de fuerza a nivel local, lo que se manifestó en la toma de medidas de política económica tendientes a neutralizar los pilares esenciales del modelo capitalista de Estado, procurando dinamizar el rol del sector privado en la economía. Ello se insertó en un marco más general –desde fines de la década de 1950 y durante la del 60– en el que la ideología liberal y el desarrollismo redefinieron la nueva inserción dependiente de la economía argentina, en la fase de la internacionalización del capital bajo la hegemonía de Estados Unidos.

La incorporación a este modelo de acumulación, signado por la penetración de las empresas transnacionales como eje esencial, estuvo condicionado por dos tipos de procesos. En primer lugar, un país que exhibía un mercado interno

⁽¹⁾ El propósito expuesto empezó a tomar cuerpo cinco meses después en la Reunión Interamericana de Punta del Este, en la que se aprobaron dos documentos importantes: *Declaración a los pueblos de América* y *Carta de Punta del Este*, así como otras resoluciones sobre asuntos más puntuales.

⁽²⁾ Aguilar Monteverde, Alonso (1979).

amplio y con una demanda diversificada, recursos naturales disponibles, mano de obra calificada, economía exportadora generadora de excedentes y de divisas para hacer frente a los servicios del capital extranjero, y un sector público capaz de proveer los principales insumos que el nuevo sistema de acumulación requería. En segundo lugar, y no obstante las ventajas antes mencionadas, el país también mostraba una estructura social compleja, en tanto interactuaban un sector terrateniente con experiencia para defender los excedentes que generaba, un sector de la burguesía nacional no monopólica que intentaba buscar –cada vez con menos probabilidad de éxito- mantener su presencia en el mercado interno, y una clase obrera organizada, comprometida con la defensa de sus salarios reales y dispuesta a movilizarse y a negociar para establecer alianzas en defensa de sus intereses. Es evidente la complejidad de la nueva instancia socioeconómica y política. Entre 1958 y 1962 el capital extranjero cumplió la función de hacer avanzar la centralización de los capitales y la concentración de la producción dentro de una economía semicerrada como la argentina, donde la competencia externa aún no era relevante. Era necesario reordenar eficientemente el capitalismo local, y en este sentido, la estrategia seguida por el desarrollismo buscó articular simultáneamente los ingresos del sector agrario y los beneficios que imponía la radicación del capital extranjero. Eran variados los intereses a conciliar y los grupos a articular, erigiéndose esta gama de contradicciones en el desafío fundamental para la propuesta del desarrollismo a nivel político. Además, es de destacar que la etapa de industrialización iniciada en el 58 se caracterizó por el control que sobre este proceso ejercían las firmas multinacionales y por su orientación hacia el mercado interno; se trataba de la nueva estrategia del gran capital internacional que apuntaba a la inversión directa en la producción, especialmente en los bienes de consumo durable, aunque también se efectuaban importantes inversiones en química, petroquímica, siderurgia, etc. Y en este contexto, el Estado tenía el rol

fundamental de *apoyo y ampliación del esfuerzo industrializante*. Por lo tanto debería invertir en sectores de infraestructura pesada, energía, productos de base y transporte, que atendiesen los intereses de las corporaciones transnacionales, que se constituyeron en los agentes dinámicos por excelencia en el ámbito económico.

Como resultado de esta ola de inversiones extranjeras en la industria, se modificaron las relaciones de fuerza de la sociedad, experimentando la clase dominante argentina significativas transformaciones; el capital extranjero era un protagonista socioeconómico relevante, y esta burguesía internacional o internacionalizada, es la que va a liderar al empresariado argentino. Del resultado de este proceso y del nuevo rol del Estado, emergió una nueva capa social en el contexto de los otros sectores dominantes que se encontraron frente al desafío del control del aparato del Estado.³

Es sobre la base de estos condicionamientos internacionales, y del marco general del desarrollismo en Argentina, que ha de ser considerada la política agraria durante el período mencionado.⁴

En efecto, propósito central de este artículo apunta al estudio de la política agraria durante el período 1958-1962, articulada en un todo con el programa socioeconómico y político del desarrollismo, partiendo de una perspectiva analítica particular. Se tratará de contemplar las referencias a los límites y condicionamientos que ponen las específicas coyunturas económicas, tanto internacionales como locales; pero también a las opciones que se hacen desde el Estado. En este sentido es necesario considerar cómo las restricciones y/o limitaciones y las oportunidades que el contexto exhibe, son evaluadas a partir de las ideas, los intereses y los recursos de los elencos gubernamentales; perspectiva que permite apreciar que el peso de los condicionantes aparece como inseparable de la percepción que de ellos tienen los diferentes actores políticos.

⁽³⁾ Esa capa encontrará en Krieger Vasena –Ministro de Economía en los años próximos, durante la autodenominada Revolución Argentina, a su mayor exponente. Quiroga, Hugo (1985)_ Ver también para este aspecto: KOSSACOFF, Bernardo y AZPIAZU, Daniel.(1989).

⁽⁴⁾ El tema no ha sido objeto de análisis histórico específico. Lo que existe son estudios referentes al ámbito más amplio de América Latina –dentro del cual Argentina es un caso casi atípico-, y referencias a la política agraria un tanto aisladas del programa integral del desarrollismo local en la bibliografía general.

Es destacada la significación de centrar el interés en el estudio de las políticas públicas, en función de constituirse—tanto las macroeconómicas como las estrictamente agropecuarias, en un país tradicionalmente agroexportador como Argentina—en una de las variables fundantes, aunque no exclusiva, para el conocimiento de las características de auge o de retracción productiva; y del impacto sobre las distintas clases sociales del ámbito rural.

La validez del análisis histórico que aquí se propone se manifiesta en dos procesos: en primer lugar, ceñida la investigación a las políticas públicas agrarias relacionadas con el factor productivo tierra, creemos que pueden aportarse contribuciones al conocimiento específico, sobre todo porque en el período priorizado, se genera una proficua acción estatal en torno a las políticas agrarias, que potencialmente pueden continuar con el proceso de transformación de la gran propiedad, que se viene dando desde la década anterior, lo que implica modificaciones en la naturaleza y dinámica de la clase dominante argentina tradicional. En segundo lugar, es central la revitalización de la discusión en torno a las características del desarrollismo, y ello por dos razones: porque puede contribuir a la tarea de reinterpretación del fenómeno desarrollista que lo recupere, a pesar de su fracasada consolidación, en su carácter de una de las alternativas históricas que se abrieron a las sociedades más avanzadas de América Latina, al clausurarse el período de cambios sociales y políticos asociados con la primera etapa de industrialización sustitutiva; y porque el caso del desarrollismo sugiere una problemática más general que en la actualidad adquiere una relevancia especial, sobre todo para el Cono Sur: la posibilidad de que regímenes basados en la vigencia de alguna modalidad de democracia política no están necesariamente vinculados a la satisfacción de demandas que postulan el logro de formas de organización social más igualitarias.⁵

II. LA POLÍTICA AGRARIA DURANTE LOS AÑOS DEL GOBIERNO DE ARTURO FRONDIZI

1. LAS PROPUESTAS INICIALES

El período del gobierno de Frondizi, en el ámbito de la política económica, es susceptible de ser dividido en dos etapas. En primer lugar, los meses iniciales, en los cuales la administración de la Unión Cívica Radical Intransigente (UCRI) intentó llevar a la práctica el programa electoral.⁶ En segundo lugar, el resto del período—hasta el nuevo protagonismo en la vida política del país de las Fuerzas Armadas, en 1962—durante el cual se aplicaron planes de estabilización monetaria sobre la base de las recomendaciones del Fondo Monetario Internacional (F.M.I.)

La intransigencia, en el especial juego político instaurado en los inicios de la década de 1940, propone la renovación del programa de la Unión Cívica Radical (UCR), conformándose entonces el Movimiento de Intransigencia y Renovación, a comienzos de 1945. Este lanzamiento se da conjuntamente con la producción de un documento denominado *Declaración de Avellaneda*. Fue éste el manifiesto indiscutido de los dos partidos que surgieron de la división de la UCR en 1956, y de hecho se constituirá en la plataforma electoral de los años venideros. Las referencias a los aspectos sociales y económicos eran recurrentes, exhibiendo un inocultable grado de coherencia. Había referencias explícitas respecto a la problemática de la *cuestión agraria*, incluyendo intenciones significativas para la resolución de los conflictos sociales que aquejaban al ámbito rural. Concretamente se afirmaba que “la tierra será para los que la trabajan”, individualmente o sobre bases cooperativas, y dejaría de ser utilizada en negocios especulativos; y en este contexto se

⁵ Asborno, Martín (1993); Bustelo, Pablo (1998); Cavarozzi, Marcelo (1996); García Delgado, Daniel (1994); Graciarena, Jorge (1990); Jozami, Eduardo, Paz, Pedro y Villarreal, Juan (1985); Sunkel, Osvaldo y Paz, Pedro (1984); Torre, Juan Carlos (1998)

⁶ La derrota electoral que experimenta el tradicional partido de la Unión Cívica Radical en 1946, frente al peronismo no lo deja indemne. Comienzan las fracturas internas, siendo el ala intransigente la que va a desplazar progresivamente a los sectores más moderados, con un perfil más conservador. En 1954 es elegido presidente del Comité Nacional de la Unión Cívica Radical, Arturo Frondizi, consustanciado con el sector de los intransigentes. En medio de un ámbito en el que se profundizaron los conflictos internos, a comienzos de 1957 se produce la división definitiva: la Unión Cívica Radical del Pueblo (UCRP) por un lado—cuyo líder indiscutido era Ricardo Balbín—y la Unión Cívica Radical Intransigente (UCRI), encabezada por Arturo Frondizi.

hacia explícita referencia a la necesidad de una “reforma agraria inmediata y profunda”.⁷ En *Avellaneda...* se aprobaba de hecho la adquisición de latifundios para lotearlos *con sentido social*, pero deflacionándolos previamente, lo que implicaba, en principio, un sesgo expropiatorio. También se admitía la revisión del régimen de concesiones de la tierra pública para su *reordenamiento*, eufemismo que también se acercaba al proceso de expropiación, definiendo nuevas unidades de producción que serían adjudicadas en arrendamientos vitalicios. Y finalmente, se proponía “fomentar la explotación colectiva de la tierra para lograr una producción económica y una realidad agraria con sentido de cooperación democrática”.⁸

2. EL PROBLEMA AGRARIO Y LA TERGIVERSACIÓN DE LAS PROPUESTAS ORIGINALES

El giro dado por Frondizi en este ámbito se hace manifiesto ya en el Mensaje inaugural ante la Asamblea Legislativa el 1 de mayo de 1958.⁹ Sobre la base de un diagnóstico acerca del panorama económico del momento -en el que remarca la situación dramática de la economía, el desequilibrio

entre las reservas del Banco Central y las obligaciones de forzoso cumplimiento, y la vigencia de un proceso inflacionario agudo -procesos que podrían derivar en una situación de cesación de pagos internos y externos-, enumeró y analizó los esenciales problemas que habrían de afrontarse en el corto plazo: los gastos públicos y el déficit presupuestario, la balanza de pagos, la inflación creciente y los “males de la burocracia”, a la que debería enfrentarse y combatirse dándole un fuerte impulso a la “actividad privada de carácter productivo”;¹⁰ precisando luego los esenciales cauces por los que habrían de orientarse las políticas respecto al comercio exterior, las finanzas, las inversiones extranjeras, las fuentes energéticas y mineras, y la siderurgia nacional. Al referirse a la actividad agraria, la ubica dentro de un ámbito de “integración económica que constituye la clave del desarrollo nacional”. Dentro de este marco, el agro amplía y profundiza su función económica y cobra nueva significación como factor de progreso técnico y social.¹¹ Por haberse demorado en exceso el desarrollo energético e industrial -expresa Frondizi en mayo de 1958- la economía argentina sigue descansando en gran parte sobre lo que produce el sector agropecuario, que actualmente ocupa al 20% de la población; de la riqueza generada por este sector provienen los recursos externos del

⁽⁷⁾ Se propugna en el Programa de Avellaneda lograr que la circulación y comercialización de la producción agraria estuviese en manos de grandes cooperativas de productores y consumidores, bajo control y con la participación del Estado; y se prohibiría a las sociedades anónimas ser propietarias de latifundios, liquidando a las actuales que lo sean, con el fin de incorporar sus tierras a la implementación de un régimen de *reforma agraria*. También se propone la nacionalización de los recursos naturales, señalándose que todas las fuentes de energía natural, las empresas públicas y los monopolios nacionales y extranjeros que impiden el desarrollo económico del país serían nacionalizados, y entregada su administración a las provincias, los municipios o las cooperativas. Se sostiene la defensa de las pequeñas empresas independientes, asegurándose a todas las actividades económicas no incluidas en el proceso de nacionalización la más amplia libertad económica, sin barreras artificiales creadas por el gobierno, intereses especulativos o el gran capital. Se aboga por un desarrollo industrial global, pero no basado en el bajo nivel de la vida de los trabajadores, ni cuando resultara perjudicial para *los* intereses generales. En este sentido debía arribarse a una **democratización industrial**, a través de la participación de técnicos, empleados y obreros en la dirección y utilidades de las empresas, con libertad sindical y derecho a huelga. Plantea también la necesidad de una reforma financiera e impositiva, de modo tal que el sistema resultara progresivo para las rentas no ganadas con el trabajo personal. Szusterman, Celia. (1998).

⁽⁸⁾ Landaburu, Jorge (1999).

⁽⁹⁾ Aparentemente los cambios que se produjeron en el pensamiento de Frondizi y que lo condujeron a desnaturalizar la plataforma del partido, comenzaron a partir de su encuentro con Rogelio Frigerio, a comienzos de 1956, al parecer exitoso hombre de negocios y defensor a ultranza de los intereses de la burguesía industrial argentina. Tuvieron coincidencias importantes en lo que se refiere a los problemas nacionales: ambos consideraban que había que superar los errores de la vieja política argentina, particularmente en lo que se refiere a la estrategia de los gobiernos *populares* que históricamente concentraron su lucha contra el librecambismo conservador sobre la base de programas caracterizados por una gran intervención estatal con el objetivo de lograr una *redistribución* del ingreso nacional que tuviera en cuenta los intereses de las clases más bajas. Para Frigerio y Frondizi la prioridad no es la distribución, sino la *producción*, ya que no es suficiente una justa distribución populista sin una verdadera generación de nueva riqueza. Acuña, Marcelo (1984).

⁽¹⁰⁾ Frondizi, Arturo (1978).

⁽¹¹⁾ *Ibid.*

país, “que son aprovechados por toda la población”, transferencia de ingresos que acarrea crecientes penurias económicas al productor directo. El remedio para esta situación pasaba por elevar la capacidad productiva de todos los sectores económicos, “promoviendo un crecimiento armónico e integral de todo el país; ...ese desarrollo significará también progreso para el agro”, en tanto permitirá tecnificar y mecanizar, diversificar la producción e “incorporar a la vida del hombre de campo todas las ventajas de la civilización”; elevación del nivel de vida que implicará, seguramente, una ampliación del mercado del consumo interno. Pero más allá de las conquistas técnicas -dice Frondizi- deberá resolverse “el más agudo problema que aqueja actualmente a trabajadores y productores rurales: el acceso a la tierra por cuantos quieran hacerla producir, y la estabilidad del hombre de campo y su familia en la tierra que trabaja”.¹² Es evidente la transición desde una *reforma agraria inmediata y profunda*, hacia otro proceso en el que lo central es la búsqueda de una solución al problema del acceso a la tierra, que brinde los requisitos indispensables para intentar generar una situación de progreso, tales como la *seguridad y la estabilidad*.

Estos conceptos de Frondizi fueron ampliamente reforzados en años posteriores, ergiéndose en el sustento de líneas de acción ineludibles para resolver el problema agrario. Se enfatizó sobre aspectos tales como la necesidad de incrementar la producción a través de la incorporación masiva a la tierra de capital y de alta tecnología, para terminar con “el doloroso anacronismo del carácter extensivo de nuestras explotaciones”;¹³ la exigencia de redefinir la relación entre *propiedad y estabilidad*, tan mentada durante las décadas anteriores, y que ahora el frondicismo enfocaba desde otra perspectiva: en efecto, afirmaba Frondizi, la propiedad es una condición de seguridad y de estabilidad, pero no en un sentido absoluto, en tanto

la estabilidad es un problema de carácter económico-social y no jurídico-contractual ; en este contexto se sobreentiende que el sistema de arriendos rurales, puede llegar a ser tan estable como el de propiedad.¹⁴ El problema agrario nacional -en la concepción del frondicismo- tenía una estrategia que podía expresarse en la siguiente aseveración: “mejor productividad, mayor producción”. Es en función de esta estrategia que debían atenderse todos los problemas existentes, entre los cuales uno muy relevante es el de asegurar la estabilidad del arrendatario en el predio; si bien era éste un viejo problema nacional, en torno del cual existía una legislación bastante completa, la realidad social y económica no se mostraba tan alentadora. La estabilidad genuina del arrendatario habría de depender del desarrollo de la explotación, de su capitalización, la que le permitirá defender su seguridad desde una posición sólida; esta seguridad suponía, también, atender las exigencias de los nuevos precios del arrendamiento, que no podían sustraerse indefinidamente a las leyes de mercado, tanto por razones equitativas como por razones de interés general, en lo relativo al mejor y más eficiente aprovechamiento del campo argentino.

“Nosotros consideramos -dice Frondizi- que sigue siendo un principio teóricamente correcto el de que la tierra debe ser para quien la trabaja. Pero ello dentro de un espíritu de dinámica transformación de un país en desarrollo, esto es para que produzca más y mejor, lo cual no depende, ni mucho menos, del cambio de relación jurídica que va del arrendatario a la propiedad”¹⁵.

La producción agraria seguía siendo relevante, además de erigirse en la principal fuente de divisas; por lo tanto era fundamental la elaboración de una política que tuviese en cuenta los datos objetivos de la realidad y “se aparte de las doctrinas agraristas incorporadas indiscriminadamente a las plataformas de los partidos”.¹⁶ La política agraria que se debía generar implicaba “una reforma real y profunda”, en tanto que al multiplicar la

⁽¹²⁾ Ibid.

⁽¹³⁾ Frondizi, Arturo (1965).

⁽¹⁴⁾ Ibid.

⁽¹⁵⁾ Ibid.

⁽¹⁶⁾ Ibid.

productividad y la producción, elevaba el nivel de la vida del hombre de campo, “en su condición de productor, no de propietario”. En efecto, tal política no persiguía “beneficiar al propietario de la tierra por serlo, sino en tanto la trabaje y la haga producir”, no estimulando la especulación, sino, por el contrario, desalentándola. Propietarios y arrendatarios agropecuarios se beneficiarían por igual, en tanto todo el capital disponible se introdujera en el sector para mejorar las condiciones técnicas, y “no se distraiga en cambiar la condición jurídica de la tenencia de la tierra.”¹⁷ Las soluciones para el problema agrario se centraban en conseguir que la tierra produjese en las mejores condiciones posibles de economía, para lo que había que desalentar al latifundio y al minifundio improductivo, incrementar la tasa de captial-hombre ocupado y dotar al campo de instrumentos modernos de producción; en este sentido, *la verdadera reforma agraria es la que en su aspecto económico, provee al productor los recursos financieros y técnicos necesarios para hacer de su actividad una verdadera empresa moderna y de alto rendimiento; es la que en el aspecto social transforma la comunidad rural proveyéndola de energía, caminos, vivienda, transportes, escuelas, teatros, radio, televisión, dando a la familia campesina idénticos sentimientos de seguridad y de constante perfeccionamiento de su vida material y espiritual de que gozan las comunidades urbanas desarrolladas.*¹⁸

Rogelio Frigerio¹⁹ analizó el problema agrario desde una perspectiva particular y coincidente en un todo con la de Arturo Frondizi. Definía sus ideas como

“enteramente diferentes respecto a las que vienen postulando ...desde hace muchos años los teóricos de la llamada reforma agraria,

caballito de batalla de la programática reaccionaria de las tituladas izquierdas argentinas”.²⁰

Se ha incurrido -afirma Frigerio- “en el error de aislar el problema agrario, que es un problema de desarrollo, del problema que implica el desarrollo nacional en su totalidad”. Sin industrialización no hay desarrollo de la agricultura, lo que equivale a afirmar que toda concepción científica de una reforma agraria parte de la industria pesada y no de la inversión de estos términos como lo plantean los reformistas: “reforma agraria para llegar a la industrialización, contra la tesis correcta, industrialización para llegar al desarrollo del campo”.²¹ En la concepción de Frigerio, no existía un problema agrario separado de los problemas genéricos de la economía nacional, en tanto el problema era uno solo, tanto para el agro como para la industria: *el subdesarrollo*. En el caso del agro, no se trataba de un problema centrado en las relaciones jurídicas del productor con la tierra, sino que el principal escollo se asentaba en la productividad de la explotación agraria; y esta productividad se incrementaba con capital, maquinaria, fertilizantes, plaguicidas, semillas seleccionadas, transportes y caminos eficientes. Sobre la base de este argumento queda totalmente planteada, según Frigerio, la *absoluta interdependencia* del desarrollo del agro, la minería y la industria, y la influencia recíproca de un sector de la economía sobre los demás. Por lo tanto, dentro de esta política general, el agro *es uno* de los factores de desarrollo, dependiendo su progreso de los otros ya enunciados; y la *solución*, en todos los casos, era una sola: “el desarrollo económico, esto es, capitales, tecnología, industria pesada”.²² En este contexto, también el problema social se reducía a uno solo; en efecto, el nivel de vida de la

⁽¹⁷⁾ Ibid. En 1955, y consecuente con las ideas planteadas en Avellaneda, Frondizi expresa lo siguiente: “A lo largo de nuestra historia los privilegios económicos representados por el latifundio, los monopolios y la penetración imperialista han actuado como factores paralizantes. El desarrollo nacional exige bases económicas renovadas que se alcanzarán en buena parte con la extirpación de privilegios, monopolios y la sanción de una profunda reforma agraria”. En: Frondizi, Arturo (1955)

⁽¹⁸⁾ Frondizi, Arturo (1965).

⁽¹⁹⁾ Frigerio fue nombrado en la Secretaría de Relaciones Económico-Sociales, cargo que Frondizi le otorga a la medida de quien debería manejar la negociación con los inversores extranjeros. El frigerismo se convirtió, con la anuencia de Frondizi, en un grupo de oposición dentro de la UCRI al Programa de Avellaneda, de orientación socializante, y que en la opinión del nuevo grupo se caracterizaba por su vocación *estatista y populista*. Acuña, Marcelo (1984)

⁽²⁰⁾ Frigerio, Rogelio (1965).

⁽²¹⁾ Ibid.

⁽²²⁾ Ibid.

población rural no mejoraba ni cuando se dividía la tierra ni cuando se convertía en propietarios a los arrendatarios: prosperaba cuando la tierra se explotaba como una fábrica, con capitales suficientes, con dimensiones económicas y fundamentalmente “con organización empresarial, no importa quién sea el propietario del fundo”. En efecto, el pequeño propietario, hipotecado al banco, trabajando con su familia en una chacra carente de electricidad y de implementos mecánicos, “es más escalvo de la tierra y vive peor que el asalariado de las grandes explotaciones agrícolas modernas o que el obrero industrial”. El problema del atraso, tanto en Argentina como en otros países de América Latina, no residía en la cuestión de la mala distribución de la tierra, sino que se centraba en la escasa productividad de la misma, lo que no dependía de que la posean pocos o muchos individuos, sino de la relación capital-hombre ocupado. En efecto, fraccionar los latifundios no equivalía a multiplicar la productividad; por el contrario, muchas veces implicaba disminuirla, en tanto hacer propietario de la tierra a un peón sin capital ni medios para trabajarla, no mejoraba su condición socioeconómica ni beneficiaba a la comunidad rural: era la incorporación masiva de capital y de insumos tecnológicos lo que iba a transformar al ámbito agrario atrasado en una economía rural altamente productiva y retributiva, ya sea para los propietarios, arrendatarios o asalariados que participan en la producción.²³

La necesidad de una política agraria racional era apremiante. Argentina no podía seguir sustentándose casi exclusivamente en sus exportaciones de granos y carne; el valor de esa exportación ya no era suficiente para financiar las crecientes necesidades de importación de materias primas industriales, combustibles y bienes de capital; por consiguiente no había otra salida que sustituir importaciones; esto sin perjuicio de incrementar la producción agropecuaria y abaratar sus costos, para conservar y mejorar posiciones en el mercado internacional. Había que archivar definitivamente -dice Frigerio- la imagen de una Argentina fundamentalmente agropecuaria y de un sector industrial que abastece normalmente el consumo

interno: “esta imagen idílica de la Argentina simplemente ya no existe”.

“El agro y la industria necesitan hoy, no dentro de 20 años, el vigoroso desarrollo de la industria pesada, de fuentes de energía, transportes y caminos. Estas son las bases ineludibles de la supervivencia y expansión de la economía argentina en el mundo de la década del 60”.²⁴

III. EL AGRO Y EL PLAN DE ESTABILIZACIÓN DE DICIEMBRE DE 1958

A comienzos de diciembre de 1958 el Ministro de Economía, Dr. del Carril, asistió a la reunión del FMI en que debería tratarse el plan argentino de estabilización económica. El objeto fundamental era obtener, por parte del organismo, el retiro de la segunda y tercera cuota de un préstamo ya acordado, a las que el país solo podía aspirar si lograba convencer respecto a que estaban dadas - en su vida interna y en su situación económico-financiera- las condiciones reglamentarias exigidas por esa institución. La gestión ministerial revestía especial trascendencia, no sólo porque el país necesitaba de los 75 millones de dólares que sumaban esas dos cuotas, sino porque de su obtención dependía que otros organismos concedieran sendas ayudas financieras; entre ellas, 300 millones de dólares de Eximport Bank y 150 millones más de la Unión Europea del Carbón y el Acero. Sin duda la tarea que le esperaba en Washington al Dr. del Carril no era trivial. Debería convencer que el plan de rehabilitación era capaz de garantizar la reducción de los déficits que abrumaban al presupuesto nacional y a los organismos nacionalizados, el aumento de la producción, la atenuación del negativo balance de pagos; todo ello sin descuidar una acción directa sobre la inflación, y el reaseguro de que la *paz social* no corría riesgos, condición sine qua non para la obtención de ayudas financieras y de inversiones de capital.²⁵

⁽²³⁾ Frigerio, Rogelio (1968).

⁽²⁴⁾ Frigerio, Rogelio (1962).

⁽²⁵⁾ “Revista informativa de los mercados... 1º diciembre 1958.

Este plan fue anunciado a fin de diciembre de 1958 y preparado sobre la base de las recomendaciones del FMI, que se negaba a dar mayor asistencia financiera si no mediaba un compromiso del gobierno de implementar un plan antiinflacionario. El objetivo del Plan de Estabilización era, por ende, lograr el equilibrio presupuestario y del balance de pagos, eliminar el proceso inflacionario y liberalizar la economía. En tanto la inflación y los desequilibrios eran consecuencia -según los expertos- de la excesiva oferta de dinero, se trataba de limitar ésta a través de una disminución del gasto público, la contención de los aumentos de salarios, una restricción del crédito bancario y la supresión de los controles de precios, cambios y de subsidios; una vez desaparecida la inflación, las fuerzas del mercado se ocuparían de lograr un crecimiento sano y sostenido de la economía argentina.²⁶ El 1º de mayo -expresaba Frondizi- expusimos con claridad la situación del país; señalamos su gravedad y anticipamos que iba a ser necesario adoptar medidas de fondo para evitar que la Nación cayera en cesación de pagos internos y externos; para ello se debía

“...contener el devastador proceso inflacionario, sanear la moneda y crear las condiciones de estabilidad y seguridad que permiten nuestro progreso. Se debían asegurar...los recursos financieros indispensables para evitar que el agotamiento de las reservas de oro y divisas condujeran a la paralización de los suministros externos, la quiebra industrial, la desocupación y la miseria

popular. Ha llegado el momento de afrontar los hechos y adoptar remedios heroicos”.²⁷

La estabilidad no sólo era necesaria para modernizar la economía: lo era también para logro del progreso material, de la paz social y del desarrollo. La estabilidad era la prioridad absoluta, por encima de la consigna electoral de legalidad, paz social y desarrollo.²⁸

En enero de 1959 el Secretario de Estado de Agricultura y Ganadería de la Nación, Bernardino Horne, emitió un mensaje dirigido a todos los productores del país para explicitar la función del campo en relación al *Plan de Racionalización y Austeridad*. Se aludía allí a los esenciales problemas del ámbito agrario: descenso de las áreas sembradas con los principales cultivos; disminución de existencias ganaderas vacunas; decaimiento de la rentabilidad económica de la empresa rural; e incremento de la población, proceso que no exhibía correlatividad con un incremento sostenido de la producción. Ante este panorama -y teniendo presente “la extraordinaria significación de la producción agropecuaria en el saldo de nuestra balanza comercial”, además de su relevancia en el plan del gobierno, que apuntaba a una “integración racional donde se balanceen adecuadamente el desarrollo energético, siderúrgico, químico, junto con el de la producción agraria, dando a ésta un poder de compra perfectamente correlacionado con las demás actividades”²⁹ - las soluciones que se plantearon son las siguientes: acrecentamiento en volumen y valor de la producción con modificaciones adecuadas de estructura; mejoramiento de la productividad agraria, sobre la

⁽²⁶⁾ Noisi, Jorge (1974).

⁽²⁷⁾ Frondizi, Arturo (1978).

⁽²⁸⁾ El Plan de Estabilización contemplaría las siguientes medidas: 1.-Imposición de una cotización única del peso, libre y fluctuante para todas las importaciones y exportaciones, aunque las importaciones no esenciales (de acuerdo con su grado de necesidad para el país), recibirían una sobretasa -entre el 20 y el 40%-según listas elaboradas por el gobierno, que fundamentalmente incluían bienes de equipo y materias primas; todos los bienes que se producían en el país y artículos de lujo recibían un gravamen de 300%.2.- Eliminación del sistema de cuotas, permisos de importación, y otros procedimientos que *arbitrariamente someten la actividad económica a la decisión de un funcionario*. 3.- Retenciones sobre las exportaciones: 10% del valor de la exportación de la mayoría de los productos agropecuarios, 20% del valor de exportación de casi todos los cereales, semillas, oleaginosas, quebracho y cueros. Durante 1960-61 se eliminaron la mayoría de los impuestos sobre las exportaciones. 4.- Restricción del crédito bancario y el dinero circulante para *eliminar las tendencias inflacionarias*.5.- Eliminación de todos los subsidios directos e indirectos al transporte público para que éste se autofinancie, y aumento sustancial de las tarifas de todos los servicios públicos. Szusterman, Celia (1998) El balance global del Plan de Estabilización es negativo. Los objetivos no fueron alcanzados, en tanto la inflación no se detuvo, los déficits no fueron disminuídos en el presupuesto nacional, no se equilibraron las cuentas externas; y además se produjeron otros efectos no buscados por el Plan: una nueva traslación de ingresos del trabajo hacia la empresa, una aceleración de la concentración y desnacionalización de la economía, especialmente del sector industrial. Noisi, Jorge (1974).

⁽²⁹⁾ Secretaria de Estado de Agricultura y Ganadería de la Nación (1959).

base de un perfeccionamiento tecnológico³⁰; incremento de la rentabilidad de la empresa agraria, no sólo a través de los precios, sino conjugando armónicamente la relación de éstos con los costos y buscando la diversificación y/o integración de la producción, y planes adecuados de empleo de la superficie disponible, con una gama de diversas actividades que permitiesen usar al máximo, en el tiempo, el potencial trabajo y el espacio. Se ha señalado insistentemente cómo, en años anteriores, una equivocada política económica y social, en su preocupación por otorgar facilidades y beneficios al nivel de vida de los asalariados urbanos, originó un desequilibrio en la economía nacional en evidente perjuicio de los productores rurales; su situación económica decayó considerablemente en comparación con la de otros sectores, y el resultado fue el descenso de la producción agraria y reducción de las exportaciones.

Tanto el Estado como las fuerzas vivas coincidían, en general, en la defensa y apoyo de las industrias existentes y en la conveniencia de fomentar y estimular la creación de toda *nueva industria útil*. Esta protección, estímulo y fomento se concretaba a través de medidas proteccionistas que irían disminuyendo a medida que se creasen condiciones favorables al desarrollo industrial. Es innegable la posición del gobierno, manifestada en la aspiración de poner en funcionamiento las teorías del neoliberalismo de libre empresa, comercio libre y libre competencia, tendiente a lograr que no

subsistan en el país más que *industrias útiles* eliminando todas aquellas que se consideraban parasitarias por no poder subsistir sino mediante la implantación de recargos excesivos a la procedente del extranjero.³¹ Hasta tanto se alcanzara la realización integral de este programa, la recuperación del agro se había disvirtuado por una serie de disposiciones proteccionistas que incidían en forma progresiva sobre los costos de producción. El plan de recuperación de la ganadería era lento en su desarrollo por razones biológicas, y trascurrirían varios años hasta que se rehicieran los rodeos, lo que incidiría también en la producción agrícola, dada su estrecha interdependencia. Sin duda, era contraproducente que por razones puramente fiscales estuviesen recargados con altos gravámenes elementos de primera necesidad para la producción, como herbicidas, insecticidas, abonos, etc., al igual que desalentar la producción del agro con retenciones y otros gravámenes que implicaban para el productor una pérdida apreciable.³² Por lo tanto, si bien era exacto que el país debía industrializarse, no era menos cierto que su desarrollo debería producirse de modo tal que no asfixiase al campo, teniendo en cuenta que era éste, por el momento, el único que podía superar el estancamiento. La situación del agro era fuertemente cuestionada por los productores, en tanto éstos evaluaban que en dos años -hacia fin de 1960- poco se había hecho para conlúir con las verdaderas causas de la improductividad e

⁽³⁰⁾ A comienzos de 1959 el PEN crea la Comisión Nacional de Administración del Fondo de Apoyo al Desarrollo Económico (CAFADÉ) para coordinar, programar trabajos y promover investigaciones y brindar asesoramiento, destinado a fomentar el desarrollo económico. Fue creada sobre las bases establecidas en el Acuerdo General para un Programa de Cooperación Técnica, suscrito entre el gobierno argentino y el de Estados Unidos, a mediados de 1957. Varios son los objetivos que integran el plan de acción de CAFADÉ, pero el más importante, sobre todo en los años que nos ocupan, es la denominada "Operación Carnes". Esta prioridad se debe a la necesidad de resolver a corto plazo los problemas de nuestra producción de carne vacuna que es, en definitiva, la mayor fuente de ingresos de divisas. "Operación..." procura, por medio de un plan de acción coordinado e integral, atacar todos los obstáculos que se oponen al aumento y mejoramiento de aquella producción que debe lograrse en el menor lapso posible, sobre la base de incrementar el rendimiento de carne vacuna en las superficies actualmente en explotación. Para ello ha encarado la solución de tres tipos de problemas: la alimentación animal (más cantidad de alimentos por unidad de superficie), sanidad animal (mejor atención sanitaria de la hacienda) y genética animal (técnicas zootécnicas que permitan individualizar padres capaces de producir novillos de gran precocidad y rápida terminación con carne magra). "La Chacra", setiembre de 1960.

⁽³¹⁾ "Hereford...", noviembre 1960.

⁽³²⁾ Más del 80% de nuestra exportación proviene de la actividad agropecuaria, contribuyendo la ganadería con 400 millones de dólares, y con otro tanto a la agricultura. Lo que aporta ésta última actividad lo obtiene embarcando anualmente 5,3 millones de toneladas. Si se tiene en cuenta que el país alcanzó a exportar 18 millones de tons. y que el consumo interno aumentó desde entonces por crecimiento vegetativo solamente 1,7 millones de tons., si lográsemos nuevamente aquella cifra nos quedaría un saldo exportable de 16,3 millones de tons., o sea, 11 millones más por año que en la actualidad; esta recuperación significaría para el país un ingreso aproximadamente de 800 millones de dólares adicionales, suma ampliamente suficiente para resolver todos los problemas financieros. Un aumento masivo de la producción del agro en este sentido, y por no depender de una evolución biológica como en el caso de la ganadería, podría realizarse en el término de 1 o 2 años. Ibid.

ineficiencia que en varias formas trababan los esfuerzos de la producción: impuestos elevados, burocracia excesiva, prácticas antiproductivas que, existentes antes, quedaron de alguna manera ocultas por la sombra absorbente de la situación cambiaria. Pero ahora han surgido plenamente. Las retenciones cambiarias sobre los productos de exportación -justificadas como medio técnico para evitar un súbito desnivel en los ingresos de los sectores productivos del país y que han sido fecunda fuente de ingresos para el erario público- van siendo reducidas paulatinamente, fundamentalmente porque la presión de los costos impedía a la producción agropecuaria competir con ellas en los mercados internacionales; no fueron reducidas en cumplimiento de una política preestablecida, sino por imperio de los hechos económicos que llevaron al Estado a perder ingresos internos, para mantener la producción de divisas. En este sentido en un editorial de la revista *Hereford* se realiza la siguiente comparación, de por sí ilustrativa:

“Podemos comparar al productor agropecuario con un hombre encerrado en un tonel de hierro al que se le da el aire necesario para que pueda seguir respirando cuando es indispensable, pero sin que el tonel sea despedazado. ¿Qué pasará cuando el aire, las retenciones cambiarias, se concluya y sea preciso romper la prisión a cualquier costo y con apresuramientos?”³³

Tanto la producción agrícola como la ganadera se mantuvieron estancadas durante el período frondizista. En lo que hace a la distribución de la tierra, las medidas tomadas no dieron los resultados propuestos durante el período electoral, lo que de alguna manera ha quedado manifestado en el giro de las concepciones de los protagonistas del momento. Aquel no era el problema, en tanto el país requería la integración del sector agropecuario, cuyas explotaciones, organizadas como empresas capitalistas, padecían las mismas limitaciones y

carencias que los establecimientos industriales. En este contexto, el problema agrario era, según Frigerio, el bajo nivel de capitalización, la falta de infraestructura, las dificultades para acceder al crédito y el atraso tecnológico; con estos argumentos Frigerio ensaya la refutación de los *reformistas agrarios*, llamando la atención respecto

“de la confusión ideológica de quienes describían presuntas supervivencias feudales en el sector que, desde sus orígenes y al menos en Argentina, había asumido un papel de gran dinamismo precisamente por apelar de manera dominante a la explotación capitalista”.³⁴

En similares términos definía Frondizi a la agricultura argentina dentro de los marcos de las formas capitalistas de explotación³⁵: no se trata -afirmaba- como en otros países subdesarrollados, de superar, modificar o transformar estructuras socioeconómicas precapitalistas, ni de resolver el problema social de un alto índice de concentración de propiedad dentro de un cuadro de población predominantemente campesina; el desafío era convertir o transformar las explotaciones agrarias en verdaderas empresas, cuya diferencia con la empresa propiamente industrial no sea otra que el objeto a que están dedicadas; el problema agrario en Argentina estaba enmarcado en la exigencia de incremento de la productividad; allí se encontraba “el sentido de cualquier postulación de reforma agraria”.³⁶

El otro objetivo que los desarrollistas planteaban respecto a la política agraria desde fin de 1958, era restablecer al sector agroexportador como elemento dinámico de la economía. Para ello fue liberado, a comienzos del año 59, el mercado de cambios; la tasa de cambio efectiva pasó de 28 \$ por dólar a 82 \$ en abril de 1962, una devaluación del 300% en tres años. También fueron aumentados los precios mínimos fijados por la Junta Nacional

⁽³³⁾ “Hereford...”, diciembre de 1960.

⁽³⁴⁾ Landaburu, Jorge (1999).

⁽³⁵⁾ Las razones que avalan esta concepción son las siguientes: las relaciones entre los arrendatarios y los propietarios o entre ambos y obreros agrícolas reposan en contratos y no en relaciones de status de tipo tradicional, feudal o semifeudal; el destino de la producción es el mercado y no la subsistencia; la renta de la tierra es renta capitalista; la mano de obra libre, de hecho y de derecho, se utiliza en forma masiva; las tareas se encuentran mecanizadas de manera relativa, con el agregado de que el bajo índice de población rural hace de la mecanización el único procedimiento económico para abaratar costos. Frondizi, Arturo (1965).

⁽³⁶⁾ Ibid.

de Granos para las cosechas; se abolieron los restantes controles de precios para la venta al consumo interno de los productos agropecuarios; se impusieron retenciones a las exportaciones, de 10% para las carnes enfriadas, congeladas y en conserva, para las lanas y el ganado en pie, y de 20% para los cereales y oleaginosas con sus subproductos, y para las carnes saladas y los cueros. El Estado obtuvo así cada año aproximadamente 10% de sus ingresos fiscales del sector exportador, aunque el porcentaje se redujo hacia el final del período, en que las retenciones fueron disminuídas para compensar el aumento de precios internos. De todos modos, la devaluación produjo una importante traslación de ingresos en favor del empresario agroexportador, traslación que no dió los resultados esperados ya que la producción se vio sensiblemente estancada. También se implementaron una serie de medidas destinadas a reconstituír los stocks ganaderos: se dictaron retenciones a la exportación de carne y ganado que eran menores que las impuestas a la producción agrícola, con el objetivo de aumentar las existencias vacunas³⁷.

El estímulo a las actividades agrarias no sólo se justificaba por su vinculación con el problema del balance de pagos; su importancia era aún mayor. El crecimiento vegetativo de la población, por un lado, y el estancamiento de la producción agraria, por el otro, señalaban

Ante las medidas que exhibía el Plan de Estabilización respecto al sector agrario, las corporaciones de grandes propietarios, nucleados en la Comisión Coordinadora de Entidades Agropecuarias, plantearon sus parciales acuerdos, así como marcaron sus pronunciadas diferencias, en defensa del desarrollo integral del agro, en tanto pilar fundamental de la riqueza nacional, aún sin ignorar que el país aspiraba al crecimiento de sus industrias. La Comisión...no desconocía los aspectos positivos de la política sectorial, pero a la vez advertía sobre “el retardo, la dualidad o la flaqueza

en la ejecución de esa política”, que incluso podía derivar en el retorno a regímenes que el país repudia, o “lo que es más grave aún...puede producirse una crisis que será aprovechada por ideologías repugnantes, que ya han logrado abrir una puerta en América”³⁸. No se estaba cumpliendo con la promesa, en oportunidad de anunciar públicamente la estabilización monetaria y de precios, de lograr un equilibrio presupuestario. La política fiscal no respondía, en los hechos, a ese anuncio; se han creado nuevas cargas impositivas y elevado las existentes, sin considerar que su incidencia en costos y precios, descolocan el producto argentino en el mercado exterior; el incremento de un 25% en el impuesto a las ventas era demostrativo del criterio fiscalista que inspiraban medidas de este perfil. En este contexto era importante comprender que el agro no podía regular a voluntad los precios, tal como ocurría en la industria o el comercio. El precio de los productos agropecuarios estaba regido por el mercado internacional dentro del cual cada vez se podía competir menos, en razón de los elevados costos, lo que inducía a la pérdida de muchos clientes y a la imposibilidad de ganar nuevos compradores.³⁹ Pero además de perder mercados, el rubro fiscal provocaba desaliento en el hombre de campo, que hasta llegaba a malvender sus tierras a fin de invertir su capital en otras actividades más remunerativas; la reducción del área sembrada y el éxodo campesino aparecían como los procesos más demostrativos de esta realidad. Las retenciones a las exportaciones que gravaban casi exclusivamente al agro, y mantenidas solamente por razones fiscales, importaban una sustracción de recursos al productor en beneficio del Estado, lo que impedía también competir en el exterior y postergaba, de hecho, la modernización de los procesos productivos. También hay otros asuntos que requerían urgente solución, tales como el alto valor de adquisición de maquinarias e implementos para el agro; la carestía del combustible, energía y

⁽³⁷⁾ Noisi, Jorge (1974).

⁽³⁸⁾ "Hereford...enero 1961.

⁽³⁹⁾ La conducta fiscal ejerce notable influencia en el alza de los costos del productor campesino. La pluralidad de impuestos llegan a sumar 5800 \$ por tonelada de chilled, 5350 \$ por tonelada de congelada y 6000 para el conjunto de carnes y menudencias, que representa de 65 a 79 dólares, lo que ha impedido ganar licitaciones por una diferencia aproximada de 20 dólares. En función de ello, es evidente que el Estado no percibe el impuesto que pretende ya que el país deja de exportar mayores volúmenes, lo que al final se traduce en pérdida de divisas, indispensables para cumplir nuestro programa de desarrollo. Ibid

transportes, y el manejo del crédito no siempre con destino al fomento agropecuario. Sobre la base de este diagnóstico, la Comisión...propuso, entre otros puntos, eliminar todas las trabas que se oponían a un mayor incremento de la producción agropecuaria; suprimir todas las retenciones que gravaban la exportación, devolviendo al productor el justo precio de su trabajo, de modo que al capitalizarse le fuese posible usar de las técnicas más modernas; y atacar con energía los vicios que impiden reducir los déficits presupuestarios, tales como la burocracia, los gastos públicos superfluos, y las empresas estatales.

IV. CONSIDERACIONES FINALES

1. La política agraria del frondizismo está enmarcada en un particular contexto internacional, en cuyo centro se halla la doctrina de la CEPAL, la que, después de un diagnóstico certero respecto a la realidad socioeconómica de los países latinoamericanos, pone énfasis en la necesidad de realizar una serie de reformas estructurales que se orienten a superar los *obstáculos para el desarrollo*. Así propone la industrialización planificada, la reforma agraria y la democratización política: nada se deja librado al azar ante la realidad de la región latinoamericana que presenta fisuras significativas como para encarar un proceso dinámico de crecimiento y de modernización. Planificación del desarrollo, protección del mercado interno, integración latinoamericana, financiamiento externo, son los propósitos a lograr, pero también las adecuadas respuestas a la situación del estrangulamiento externo (balanza de pagos, asistencia exterior), y de los obstáculos internos al desarrollo (subempleo, distribución regresiva del ingreso, marginalidad). Evidentemente, a medida que Estados Unidos y varios gobiernos de Latinoamérica insisten en la *gravedad del peligro comunista y de la posible subversión interna*, cobra también fuerza la demanda de ayuda financiera y de mejores precios para las materias primas; hasta 1958 las condiciones vigentes no obligaron a Estados Unidos a ofrecer, y menos a conceder la ayuda que se le pedía; pero a partir del

triumfo de la Revolución Cubana la perspectiva cambia; y en este contexto la *Alianza para el Progreso* se configura como un instrumento defensivo de las clases dominantes, como expresión avanzada del monroísmo y del anticomunismo, como respuesta al descontento popular, y como freno y alternativa respecto a la Revolución en Cuba. Pero ya la *Alianza*...no expresa la mera repetición de consignas de otros tiempos, sino que conlleva cambios significativo: Estados Unidos se pronuncia, entre otras cosas, contra el latifundio y contra la distribución regresiva del ingreso. Sin embargo se exhibe con total claridad que la *Alianza*...no pretende hacer frente a las principales causas históricas del atraso y la pobreza de América Latina, sino tan sólo cerrar el paso a los movimientos populares que pueden lesionar los intereses creados y alterar la tranquilidad y el orden, accediendo a algunos cambios más o menos superficiales que “sólo modifiquen la fachada de nuestros países”⁴⁰.

2. En cuanto al contexto interno, en el momento en que Frondizi llega al gobierno la situación manifiesta perfiles críticos. Estancamiento de la producción primaria, saldo de la balanza comercial negativo, industria frágil y desintegrada, red ferroviaria obsoleta, sistema energético deficiente, todo en un contexto de un fuerte proceso inflacionario. En este marco ninguna actividad productiva del país podía funcionar. Ante esta realidad, era necesario incrementar la integración productiva, elevando la intensidad del capital y la rápida ampliación del espectro industrial interno, como *prerrequisito* para obtener una tasa sostenida de crecimiento económico. Y todo ello requiere un contexto de estabilidad, pero *no como cuestión previa*, en tanto ésta no podría adquirir viabilidad sin un enérgico impulso previo al desarrollo.

3. Durante los primeros meses de gobierno, y siguiendo con la misma línea de las propuestas del período electoral, quedan en pie en lo que a política agraria se refiere, las postulaciones consignadas en su momento en el *Programa de Avellaneda*.. No obstante, ya en el discurso inaugural ante el Congreso Nacional, Frondizi, si bien hace referencia a la necesidad del acceso a la propiedad de la tierra, pone mayor énfasis en aspectos tales como

⁽⁴⁰⁾ Aguilar Monteverde, Alonso (1979).

la tecnificación, la mecanización, la seguridad, la estabilidad, proceso éste último que puede escindirse perfectamente de la condición de propietario o no de la tierra. En realidad -se sostiene- todos los procesos mencionados pueden lograrse sin un cambio en la condición jurídica de la propiedad. La *reforma agraria*, en el aspecto económico, es la que propicia los recursos financieros y técnicos para generar una *verdadera empresa moderna*; y en el aspecto social, la que transforma a la comunidad a través de la provisión de los elementos básicos, desde vivienda y energía, hasta escuelas y medios masivos de comunicación. Las concepciones de Frigerio no difieren de las de Frondizi, sino que las profundiza, sosteniendo como enteramente racional la tesis que propugna la industrialización como punto de partida para lograr el desarrollo del campo; y desjerarquizando la idea opuesta, sostenida por los reformistas, que postula la reforma agraria para arribar a la industrialización. Ya los problemas relativos a la forma de tenencia de la tierra se han diluido, y todo el conflicto parece circunscripto a la posibilidad de incorporar máquinas, electricidad, orientación técnica y protección comercial. El desafío esencial es el de la productividad -a la que se le quita todo tipo de *contenido social*-, y a la que se arriba fundamentalmente con la incorporación de capitales y de tecnología; siendo la solución, tanto para la industria como para el agro, una sola: desarrollo económico, es decir, capitales, tecnología, e industria pesada.

4. La política agraria sigue una clara estrategia de desarrollo rural tecnocrático, en tanto el objetivo esencial es el incremento de la producción agraria, mediante la incorporación de tecnología y de capital, poniendo énfasis, por tanto en procesos tales como la competencia, los mercados libres y la amplia dispersión de la propiedad privada. El objetivo es la *modernización* y el *desarrollo* del sector agrario, imprescindibles para la consolidación del modelo industrialista en crecimiento. Se trata de un estilo de *reforma agraria marginal o contrarreforma*⁴¹, en tanto sólo apunta hacia una

reparación superficial, desviando manifiestamente la presión nacional sobre la tierra hacia la colonización de tierras baldías, de propiedad fiscal o localizadas en zonas periféricas. En países como Argentina de avanzada urbanización y relativa industrialización, la presión más intensa desde el punto de vista económico y político, no es la *presión campesina* sobre la tierra, sino la *presión nacional*, originada en la confluencia de factores sociales como el crecimiento demográfico, la acelerada urbanización, la concentración poblacional en las grandes ciudades, la demanda industrial de materias primas, y la aspiración de las clases trabajadoras a un más alto nivel de vida. En la medida en que esa presión se intensifique, se podría diseñar una *reforma agraria de afuera hacia adentro*, o sea, de las exigencias del desarrollo global hacia la estructura agraria.⁴²

Evidentemente la praxis política del gobierno desarrollista prima por sobre las razones doctrinarias, expresadas años antes a través de convicciones de perfiles mucho más progresistas. Consideramos que esta realidad no es ajena al contexto más general de déficit de representatividad que acosaba al gobierno en el poder y que lo condicionaba a generar nuevas prácticas políticas que contemplaran las demandas de los actores sociales involucrados, especialmente a los económicamente más concentrados.

5. Las corporaciones de grandes propietarios rurales mantienen una actitud expectante frente a la política agraria del frondizismo⁴³. Plantean sus parciales acuerdos con el Plan de Estabilización en general, pero realizan fuertes cuestionamientos a las líneas del programa económico relativas a los precios, derecho de propiedad, libertad de comercio, cargas impositivas, especialmente las retenciones a las exportaciones, prórroga de los arrendamientos rurales. En 1959 ocupa la Secretaría de Agricultura Ernesto Malacort, activo miembro de la Sociedad Rural Argentina, que reemplaza al reformista Bernardino Horne; no obstante el tono de las grandes corporaciones siguió siendo opositor, en tanto la cartera de Agricultura dependía del

(41) García, Antonio (1973).

(42) Ibid.

(43) No nos hemos referido aquí, por cuestiones de espacio, a las líneas de acción de las corporaciones de grandes propietarios, las que, en general, exhiben una fuerte tendencia a aglutinarse en resguardo de sus reclamos.

Ministerio de Economía, controlado esencialmente por funcionarios ligados y comprometidos directamente con la actividad industrial.

5. Respecto al Plan de estabilización, si bien procura contribuir a la meta final de la expansión de la economía y el mejoramiento de las condiciones materiales de vida, su finalidad directa es otra. No es su propósito inmediato aumentar la productividad o elevar el nivel de vida de la población. Su objetivo consiste en establecer un mínimo de orden previo que suministre las bases indispensables para un plan de desarrollo económico. Se ha entendido que cualquier política expansiva tropezaría con dificultades insalvables y que todos los esfuerzos quedarían en la nada mientras no se hubiera logrado resolver previamente algunos problemas fundamentales que afectan peligrosamente el funcionamiento mismo de la economía. Estos problemas, cuya solución constituye el objetivo propio del plan de estabilización, se pueden reducir concretamente a tres: el equilibrio del balance de pagos, la eliminación de la inflación y el aumento de la capitalización. Para el Desarrollismo la fortaleza de la expansión se asienta en la gran empresa privada, pero el Estado tiene la función de promover el desarrollo, favoreciendo la capitalización en los sectores considerados claves; de allí que se hayan utilizado los resortes estatales para promover la inversión extranjera, a través de la devaluación, y de ventajas crediticias e impositivas. Entre las finalidades del plan económico oficial, una de las fundamentales fue proporcionar estímulos de desarrollo a la economía agropecuaria, principalmente a aquella que produce saldos exportables y que puede proveer las divisas que se requieren. El país necesita la integración del sector agrario al proceso de desarrollo, en tanto elemento dinámico de la economía, no sólo por su vinculación con el problema del balance de pagos, sino también por la potencial disminución de saldos exportables, e inadecuado abastecimiento del mercado interno. El sector terrateniente -a pesar de sus constantes cuestionamientos y reclamos- vió favorecida, en los hechos, su capitalización a través de la implementación de mayores precios relativos, créditos y paulatina desgravación impositiva.

6. En síntesis, asistimos a la prevalencia de condicionamientos externos que pesan sobre la

política económica en general y agraria en particular: concretamente, el despliegue de las corrientes desarrollistas en América Latina, y también la tendencia de las empresas multinacionales y sus especiales estrategias de acción para expandirse profusamente. En este contexto, se exhibe como imprescindible el reforzamiento del sector agropecuario, ante la exigencia de redistribuir renta agraria hacia el ámbito industrial, ávido de incorporación de divisas para la sustentabilidad de su desarrollo. No está entre los propósitos de la política agraria del gobierno de Frondizi lesionar los intereses agrarios. Sin embargo ya es inocultable un claro proceso de disputas fraccionales por la hegemonía del poder entre la burguesía industrial asociada a las multinacionales, la oligarquía agroexportadora más tradicional y la burguesía industrial. Todo ello funcionando en el marco de un modelo de *desarrollo* y de *concentración económica*, que tiende a consolidar como fracción dominante a los sectores de capital más concentrado y a la alianza social dirigida por el capital financiero, en franca expansión.

BIBLIOGRAFIA CITADA EN EL TEXTO

- ACUÑA, Marcelo (1984). **De Frondizi a Alfonsín: la tradición política del Radicalismo**. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, Volumen I.
- AGUILAR Monteverde, Alonso (1979). **Problemas estructurales del subdesarrollo**. México, Instituto de Investigaciones Económicas-Universidad Autónoma de México.
- ASBORNO, Martín (1993). **La moderna aristocracia financiera. Argentina 1930-1992**. Buenos Aires, El Bloque Editorial.
- BUSTELO, Pablo (1998). **Teorías contemporáneas del desarrollo económico**. Madrid, Editorial Síntesis.
- CAVAROZZI, Marcelo (1996). **El capitalismo político tardío y su crisis en América Latina**. Rosario, Editorial Homo Sapiens.
- FRIGERIO, Rogelio (1962). **Cuatro años (1958-1962). Recopilación de política**

- económica para argentinos. Ensayos y conferencias sobre política económica.** Buenos Aires, Editorial Concordia.
- FRIGERIO, Rogelio (1965). "La reforma agraria". En: FRONDIZI, Arturo. **El problema agrario argentino.** Buenos Aires, Editorial Desarrollo.
- FRIGERIO, Rogelio (1968). **La integración regional instrumento de monopolio.** Buenos Aires, Editorial Hernández.
- FRONDIZI, Arturo (1955). **Ni odio ni miedo, reconstruir el país.** Buenos Aires (folleto)
- FRONDIZI, Arturo (1965) **El problema agrario argentino.** Buenos Aires, Editorial Desarrollo.
- FRONDIZI, Arturo (1978). **Mensajes presidenciales 1958-1962.** Buenos Aires, Ediciones Centro de Estudios Nacionales, Volumen I.
- GARCÍA, Antonio (1973). **Sociología de la reforma agraria en América Latina.** Bs. As., Amorrortu
- GARCÍA Delgado, Daniel (1994). **Estado & Sociedad. La nueva relación a partir del cambio estructural.** Buenos Aires, FLACSO/ Tesis-Norma.
- GRACIARENA, Jorge (1990). "Estado periférico y economía capitalista: transiciones y crisis". En: Casanova, Pablo (Coordinador). **El Estado en América Latina. Teoría y práctica.** México, Siglo XXI/Universidad de las Naciones Unidas.
- HORNE, Bernardino (1962). **Hacia una democracia social agraria.** Buenos Aires, Editorial Social Agraria.
- JOZAMI, Eduardo, Paz, Pedro y Villarreal, Juan (1985). **Crisis de la dictadura argentina. Política económica y cambio social (1976-1983).** Buenos Aires, Siglo XXI.
- JUNTA Nacional de Granos (1958). **La producción y el comercio de granos.** Buenos Aires (Publicación oficial)
- KOSSAKOFF, Bernardo y Azpiazu, Daniel (1989). **La industria argentina: desarrollo y cambios estructurales.** Buenos Aires, Centro Editor de América Latina/CEPAL
- LANDABURU, Jorge (1999). **Una alternativa en la historia. Frondizi: del poder a la política.** Buenos Aires, Grupo Editorial Norma.
- NIOSI Jorge (1974). **Los empresarios y el Estado argentino (1955-1969).** Buenos Aires, Siglo XXI.
- QUIROGA, Hugo (1985). **Estado, crisis económica y poder militar (1880-1981).** Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.
- REVISTA Hereford.** Revista mensual de la Asociación Argentina de Criadores de Hereford.
- REVISTA Informativa de los mercados y comercio de haciendas, lanas, cueros, cereales, campos, remates.** Publicación quincenal editada por Pedro y Antonio Lanusse S.A.
- Revista La Chacra.**
- RUEDA, Alfredo. "La agricultura en función del desarrollo". En: Revista Hereford. Revista mensual de la Asociación Argentina de Criadores de Hereford, noviembre de 1960
- SECRETARÍA de Estado de Agricultura y Ganadería de la Nación (1959). **Discurso del Señor Secretario de Estado de Agricultura y Ganadería de la Nación Dr. Bernardno Horne. La función del campo ante el Plan de Racionalización y Austeridad** (Publicación oficial)
- SUNKEL, Osvaldo y Paz, Pedro (1984). **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo.** México, Siglo XXI - Textos del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social.
- SZUSTERMAN, Celia (1998). **Frondizi. La política del desconcierto.** Buenos Aires, Emecé.
- TORRE, Juan Carlos (1998). **El proceso político de las reformas económicas en América Latina.** Buenos Aires, Paidós.

O ESPAÇAMENTO NATIVO NO BRASIL: UMA LEITURA INTRODUTÓRIA A PARTIR DO CRITÉRIO DE ÁREAS CULTURAIS¹

THE NATIVE ESPAÇAMENTO IN BRAZIL: AN INTRODUCTORY READING FROM THE CRITERION OF CULTURAL AREAS

Agenor José Teixeira Pinto FARIAS²
Lenize Lemos MIÑARRO³

RESUMO

Este artigo pretende apresentar de forma introdutória os autores que trabalharam com o conceito de “áreas culturais” no estudo das populações nativas da América do Sul, em especial no Brasil. Este conceito foi utilizado durante boa parte do século XX e destacado por aqueles que pretenderam organizar um espaçamento dos povos nativos de modo a construir uma classificação e organizar uma leitura sobre a distribuição espaço-cultural das populações nativas. Neste trabalho estamos sugerindo que, por meio deste critério, uma visão eurocêntrica desta distribuição acabou sendo determinante por longo tempo na etnologia dedicada aos povos nativos do Brasil.

Palavras chave: *etnologia indígena, áreas culturais, distribuição populacional, organização espaço-cultural.*

ABSTRACT

In this paper, we intend to construct an introductory view about authors whose works concerning native populations in South America, especially at Brazilian territory, are dedicated to the “cultural areas”. In the xx century, “cultural areas” was a largely used concept to define distribution and organization of native populations in the space-cultural criteria. We suggest that this concept are determinant to construct an eurocentric vision about the native distribution in the ethnological studies dedicated to native people in Brazil.

Key words: *native people ethnology, cultural areas, population distribution, space-cultural distribution.*

⁽¹⁾ Os autores são gratos ao programa PIBIC-CNPq, desenvolvido na PUC-Campinas. Este artigo é parte dos resultados obtidos pelo projeto “O espaçamento nativo brasileiro” do Laboratório de Etnologia - LET, que contou com a aluna bolsista do programa.

⁽²⁾ Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

⁽³⁾ Aluna do Curso de Ciências Sociais da FCS do CCH - PUC-Campinas, bolsista PIBIC-CNPq.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o espaçamento das populações indígenas brasileiras hoje possuem a sua bibliografia muito enriquecida. É nosso propósito fazer menção nesse artigo daquele material que, a par de diretamente serem referenciados e analisados no corpo do texto sejam também uma fonte para aqueles que pretendem se acercar da questão indígena no Brasil de uma maneira segura e introdutória. Parte do material bibliográfico que aqui estaremos indicando, não se atém, especificamente a uma dada etnia ou grupo lingüístico. Trata-se da construção de uma visão amplificada, ou seja, uma visão sobre o painel etnológico amplo e diversificado que compõe o cenário indígena brasileiro.

Boa obra introdutória, nesse sentido, é sem dúvida o livro **Índios do Brasil** de Júlio César Melatti. São também referências importantes os volumes da **Suma Etnológica**, publicação dirigida por Darcy Ribeiro. A leitura da obra **Índios e a Civilização** deste mesmo autor, também é uma interessante mostra sobre os caminhos anteriormente percorridos por aqueles que já pretendiam construir uma visão amplificada sobre o conjunto nativo no Brasil, na segunda metade do século XX. Ao seu lado, e bem mais atualizado, destacamos as publicações **Povos Indígenas no Brasil** dirigida por Carlos Alberto Ricardo, do antigo CEDI, hoje ISA, Instituto Sócio Ambiental. Do ISA merece um destaque especial a publicação **Aconteceu-Povos Indígenas**, também dirigida por Carlos Alberto Ricardo e Fany Ricardo, que apresenta um levantamento geral e, principalmente bastante atualizado se considerarmos as informações on line recorrentes no portal do ISA, (www.isa.org.br), sobre a situação dos povos indígenas hoje no Brasil. O livro de Alcida Ramos publicado em 1986, **Sociedades Indígenas**, associado às coletâneas **Temática Indígena na Escola**, organizada por Aracy Lopes da Silva e Donizeti Grupionni e o livro **Índios no Brasil** organizado por Donizeti Grupioni, também são fontes seguras para a construção de uma boa leitura introdutória sobre a questão indígena no Brasil.

A intenção deste nosso artigo é observarmos entre as fontes que foram referenciais para as

análises que se realizaram sobre as populações nativas sul-americanas, a partir da segunda metade do século XX, aquelas que de certo modo tenham contribuído para a organização de uma classificação destes povos, em especial aqueles localizados no espaço territorial brasileiro. Trata-se de uma introdução a este debate, que adotamos como uma postura inicial e norteadora para a organização primeira de nossa leitura. Trabalhamos com a seguinte questão: como foi proposta, por essa literatura especializada, o espaçamento, enquanto critério para uma classificação das populações nativas na América do Sul?

Os sistemas de classificação assim aqui observados, não alcançam, portanto, a expressão de uma concepção nativa sobre o modo como as populações da região em destaque concebem a noção de espaço, território, ou mesmo habitat. Antes, expressa o modo como essa ampla diversidade foi pensada e compreendida no âmbito dos trabalhos que, por sua natureza investigativa, sempre se encontram inseridos em um contexto associado com diferentes teorias explicativas.

Podemos perceber inicialmente que os trabalhos desta área de investigação, por um longo período, estiveram circunscritos a delimitações espaciais que se apresentam ao modo de recortes excludentes. Entre estes destacamos os critérios lingüísticos, aqueles que se fundamentam numa classificação em troncos, famílias, línguas e dialetos para assim organizar um mapeamento da população nativa. Como é sabido, uma boa tradição etnológica se construiu no Brasil a partir de estudos específicos a uma aldeia e/ou etnia cuja indicação, via de regra, se dá pela classificação lingüística. Uma suposta e gradativa similaridade se espera encontrar entre povos que falam a mesma língua. Ou seja, mais remotamente supõe-se que haveria aí elementos de contato temporal que enriqueceriam o conhecimento etnológico que se pretende descobrir.

Estaremos trabalhando neste artigo com os critérios culturalistas, aqueles que foram baseados nas teorias dos traços e tipos culturais e que, por essa via, foram responsáveis pela organização de uma distribuição espacial cuja ênfase se encontra nas características que sejam aproximativas, pela via da difusão e por uma construção aproximativa das particularidades culturais encontradas por entre

os diferentes povos. Tais delimitações, enquanto parâmetros, têm influenciado a leitura sobre a distribuição dos povos nativos, de modo que um vasto campo etnográfico acabou sendo demarcado como se fosse formado por compartimentos culturais relativamente estanques, diferenciados e distanciados entre si.

Este procedimento teve, em grande parte, influência na organização dos estudos etnológicos contemporâneos e por consequência na construção de um corpus teórico específico. Desse modo foi responsável por uma tradição na antropologia brasileira. Os estudos etnográficos até meados da década de 80 durante o século XX, quase sempre se encontram contextualizados exclusivamente no interior de um dado compartimento, compartimento este que tenha sido delimitado, conforme anunciamos acima, a partir de um tipo de recorte excludente.

Com essa tradição em vigor corremos o risco de deixar de lado uma reflexão, em nosso entender não menos fértil, sobre um conjunto mais amplo e abrangente. Aquele que é composto pelos diferentes povos nativos sul-americanos que convivem em contínua interação, e, como tal, promovem interconexões que transcendem suas aparentes diversificações sócio-culturais. A partir da década de 90 percebemos na etnologia brasileira variações desta tendência com a construção de análises e estudos comparativos que se caracterizam pelas tentativas de produzir recortes transversais entre os povos indígenas estudados. Cabe-nos aqui, no entanto, mantermos o foco no período anteriormente citado, qual seja, a partir da década de 40 até meados da década de 80 no século XX.

Como vimos, de certo modo essa produção acabou por influir uma espécie de compartimentalização para os diferentes povos nativos que, assim, analiticamente, permaneceram distanciados entre si, compondo conjuntos relativamente independentes. Estaremos procurando indicar que essa postura teórico-metodológica resultou ficarem subestimados os possíveis movimentos sócio-espaciais autóctones, responsáveis por uma intercomunicação e uma inter-associação, entre os povos nativos na América do Sul, que provavelmente vêm mantendo um relacionamento freqüente mediante guerras,

comércio, afinidades, todo o tipo de trocas, há muitos séculos.

A metodologia em questão pode ter desconsiderado o fato que na história pré-colombiana da América do Sul, possivelmente já estivessem mais presentes forças responsáveis pelo processo de dispersão o que em consequência teórica sobressai o conceito de movimento, do que as forças de coesão cuja consequência teórica pode ter sido o alinhamento dos povos em sub-grupos relativamente estandarizados.

Esta pode ser nossa hipótese inicial. Por ter sido sugerida com base em diferentes ênfases geográficas construídas a partir dos critérios lingüísticos e tipologia cultural, a distribuição espacial dos povos nativos sul americanos foi sendo delimitada e, dessa forma, padronizada analiticamente ao longo do tempo. Pode ter decorrido daí, então, a construção de uma formatação metodológica com fortes influências na abordagem etnográfica que, por décadas, condicionou o estudo das culturas nativas sul-americanas.

Um dos esteios dessa tradição encontramos na premissa sugerida que, conjuntos e compartimentos sócio-ambientais, nichos ecológicos, teriam influência na construção das características culturais dos diferentes povos. Entre as principais decorrências desta tendência foi a crença exacerbada no papel da organização da produção de alimentos como sendo base de sustentação da cultura. Entre os autores que tratam esta questão destacamos White, L. 1943; Steward, J.1955; Carneiro, R.1961; Lee, R & DE Vore, I.1972; Gross, D.1975; Flowers, N.; Beckerman, S.1979; Margolis, M.1979; Meggers, B.1987. A cultura estaria condicionada ao meio ambiente físico que, por via de consequência, influenciaria, de forma positiva ou negativa, a construção das organizações sociais políticas e culturais nativas.

A publicação dos volumes do **Handbook of South American Indians** (HSAI), editado por Julian Steward já na década de 40, pode ser entendida como o momento inaugural para este procedimento teórico metodológico. A par de reunir trabalhos dos principais pesquisadores do período sobre as populações nativas sul-americanas, a obra referida tem ainda o mérito de condensar,

com grande fidelidade, o conhecimento que se tinha, 'a época, sobre estas populações. Trata-se, por essas razões entre outras, de uma obra com um precioso acervo dos estudos de pesquisadores da época, mas, também, reveladora de elevado valor demonstrativo do estágio em que se encontrava o conhecimento sobre os povos nativos sul americanos, já na primeira metade do século 20.

As análises do HSAI constituíram-se em um formato que poderia ser considerado como paradigmático para a construção da distribuição espaço-cultural das diferentes populações nativas da América do Sul. Neste sentido, influíram na composição de parâmetros analíticos delimitando contornos entre cultura e espaço, sociedade e território, que até hoje se fazem sentir na produção dos estudos e na organização das ações voltadas para os povos indígenas sul americanos. Nessa direção destacam-se sobremaneira as propostas teórico-metodológicas que construíram suas classificações a partir do critério **áreas culturais**.

Neste artigo estaremos procurando mostrar como os destacados autores trabalharam com essa questão. Esperamos com este procedimento contribuir para uma leitura introdutória e, portanto, propiciar ao leitor iniciante uma visão sobre a complexa questão da pluralidade étnica do mundo nativo em terras brasileiras.

ÁREAS CULTURAIS

O critério das áreas culturais foi fonte de referência substantiva para o espaçamento do painel etnográfico nativo sul americano, até pelo menos a década de 70 do século XX. E mais, ecos desta influência ainda hoje se verificam, na medida em que se repõe um importante debate sobre o arcaísmo das culturas nativas contemporâneas. Esse retorno atual ao debate sobre o arcaísmo das culturas nativas está sugerido por Lévi-Strauss, por exemplo, na edição especial da revista *L'Homme* sobre a Amazônia (1993).

Por muito tempo a etnologia das sociedades nativas sul-americanas se apresentou fortemente marcada por uma clivagem espaço-cultural, que se encontra expressa nas páginas do HSAI, Essa coleção: **Handbook of South American Indians**,

6 volumes do Bulletin 143 do Bureau of American Ethnology, publicado em Washington, 1946-1952, foi organizada por Julian Steward e contem amplas informações referentes a história, arqueologia e dados etnológicos a respeito das populações nativas da América do Sul. Embora hoje pode ser considerado desatualizado, permanece como uma importante contribuição da Smithsonian Institution para o desenvolvimento dos estudos sobre povos nativos sul americanos, sendo fonte de consulta segura e qualificada para este estudo.

Nessa obra encontramos marcadamente a relevância do conceito de **tipos culturais**. Com este conceito Steward procurou agrupar, segundo padrões sociais políticos econômicos e religiosos, as diferentes populações estudadas. Desse modo, por exemplo, temos em território brasileiro o tipo marginal como sendo aqueles povos portadores de agricultura simples e fragilmente organizados em torno de uma organização de parentesco. Encontramos ainda o **tipo** floresta tropical, que indica uma maior **adaptação** tecnológica com o meio, decorrendo dessa adaptação uma mais desenvolvida agricultura associada à presença de grupos sociais variados e constituídos a partir de sistemas de classificação, que não somente aqueles restritos à ordem do parentesco.

De acordo com a proposta de classificação de Steward, os demais povos nativos sul americanos vão se caracterizar também por uma tecnologia e cultura material mais avançada. Uma organização social mais complexa, com instituições superpostas de modo a construírem um ambiente com características de urbanidade que demonstram também uma extensão de seus domínios políticos a partir de decorrentes diversificações sociais econômicas e religiosas. Voltaremos a detalhar os tipos culturais tais como Steward organizou, mas agora nos interessa mais é destacar a relevância do conceito de áreas culturais nesse período.

Será esclarecedor revisitarmos alguns parâmetros. Estamos sugerindo que estes parâmetros podem ser compreendidos como fundadores de uma tradição. Tratam diretamente da questão da distribuição espaço-territorial da população nativa sul-americana e, em especial no

Brasil. Em parte podemos antecipar que o conceito de áreas culturais teve por característica uma desconsideração do caráter processual e dinâmico próprio das populações nativas.

As propostas de classificação que fundamentaram os estudos pertinentes à etnologia sul-americana na primeira metade deste século, foram construídas valendo-se da influência do conceito áreas culturais. Este conceito deriva diretamente da observação da distribuição de elementos típicos de uma cultura e também acolhe teoricamente uma perspectiva difusionista. De fato, esta metodologia deriva, em grande parte, de uma preocupação taxonômica própria da museologia do século XIX. Enquanto sistema de classificação esta proposta nasce da busca de sistematização das semelhanças observadas em artefatos da cultura material entre grupos de povos nativos que ocupavam uma mesma região geográfica. Nos termos de Linton, a explicação teórica subjacente a este sistema de classificação seria:

“...as várias áreas geográficas apresentam diferenças pronunciadas de clima e de recursos...Toda sociedade que se estabelecer nessas áreas, tem de desenvolver acomodações culturais `as condições locais...Com o tempo, essas acomodações se tornarão mais exatas e complexas de maneira que cada cultura divergirá mais das que vivem em ambientes geográficos diferentes.” (Linton: 1936: 385.)

Desse modo, se, de uma dada população migra pelo menos parte de seu contingente populacional para um novo ambiente físico, constituindo um novo território, considera-se como mais provável que essa população assuma novos elementos culturais já bem adaptados, adquiridos por contato com as populações locais, do que venha a desenvolver adaptações sobre a base de seu conteúdo tradicionalmente construído na condição de origem, qual seja, na sua região de ocupação anterior ao processo de migração. Essa perspectiva postula que as culturas que compartilham uma mesma área geográfica tendem a ter um conjunto de traços em comum. Exemplo desta direção foi o reconhecimento da região do Alto Xingu no Brasil como sendo resultante de um “adensamento de culturas” (id).

Eduardo Galvão (1979), autor que retomaremos adiante, cunhou um conceito bastante expressivo desse sentido: **compressão cultural**. Este seria um processo resultante da proximidade física entre diferentes tradições culturais, cujo resultado seria um tipo de mesclagem. De acordo com esta visão esse fato seria responsável por uma aceleração no processo de difusão cultural. No caso do registro de diferenças internas às culturas de uma mesma área cultural, seguindo com esta perspectiva, recorre-se ao fato de que um grupo imigrante sempre traz consigo uma base sobre a qual as adaptações se realizarão com maior ou menor adequação.

A variável predominante no conceito de área cultural é a de um ajustamento e uma interação entre o meio ambiente e a cultura. Para a delimitação de uma área cultural se supõe que povos que vivem em contato podem ter maiores oportunidades de assimilar as mesmas coisas do que povos que vivem distantes entre si. Numa definição bastante simples e sumária “...uma área em que se encontram culturas similares chama-se área cultural. (Herskovits, M.J. 1948 : 219-238.)

Dada a interface cultura/espço é de se esperar que, na definição e uso do conceito das áreas culturais, encontremos os traços delimitativos de seus contornos derivados especialmente a partir da cultura material. Boas (1938) já alertava para o fato de que, se uma análise vier a ressaltar aspectos que não os materiais de uma cultura, os limites propostos para as áreas culturais poderão não coincidir, uma vez que estas, as áreas culturais, se constroem com base na cultura material.

Mesmo com essa ressalva permaneceu freqüente o uso das áreas culturais com a consideração sobre as culturas de uma dada área como sendo interdependentes. Supunha-se uma certa coincidência, definida tendo-se em vista traços da cultura material, entre a distribuição dos povos pelas áreas. Como orientação mais explícita para a definição de uma área cultural e tendo por base as propostas classificatórias elaboradas por diferentes autores, Boas indicou que uma prévia definição espacial seria condição fundamental na organização das áreas culturais.

Cabe repetir que o conceito de área cultural pretendia ser uma contribuição para a delimitação de grupos específicos de culturas que se aproximavam. Em outra definição sobre o mesmo conceito esta aproximação pela semelhança se destaca. “Área cultural é uma unidade de espaço geográfico onde se encontram uma ou mais culturas semelhantes, assim é simplesmente a classificação espacial da cultura” (Kroeber, 1939).

O conceito de área cultural também foi formulado pelo antropólogo americano Clark Wissler, em um estudo sobre os índios norte-americanos. Esse conceito ele designa como:

“uma região em que predominam os traços característicos de uma dada cultura, portanto seria um espaço e uma região geográfica em que tais traços se mantêm mais autênticos e homogêneos, mesmo que a sociedade ou o grupo social que os apresenta se desloque para outra região ou ocupe várias” (Encyclopédia Britannica do Brasil Publicações, 1999)

Se tomarmos o “Dictionary of Anthropology” organizado por Charles Winich em 1956, a classificação sobre áreas culturais é mais próxima do contexto histórico e não do meio natural. Vai contra o conceito de determinismo geográfico, sugerido primeiramente por Ratzel, que resumidamente se baseia no postulado de que o meio ambiente natural age sobremaneira e influi o comportamento humano. De acordo com o dicionário “Novo Aurélio Século XXI” encontramos esse conceito como sendo:

“território ou uma zona geograficamente delimitada, definida pela presença, entre a população aí estabelecida, de um conjunto de elementos culturais dados relativos a um ou vários aspectos da vida coletiva, como a ecologia, economia, cultura material, traços de organização social ou crenças e valores culturais.”

Ocorre também uma ampliação do conceito de áreas culturais sobrepondo-se à distribuição espacial para abranger grupos humanos que embora em diferentes pontos da Terra, podem apresentar

condições semelhantes de cultura pela permanência de valores constantes. É o que permite falar hoje, por exemplo, em áreas culturais abrangendo povos que, originados de uma formação portuguesa, encontram-se na Europa, América, Ásia e África.

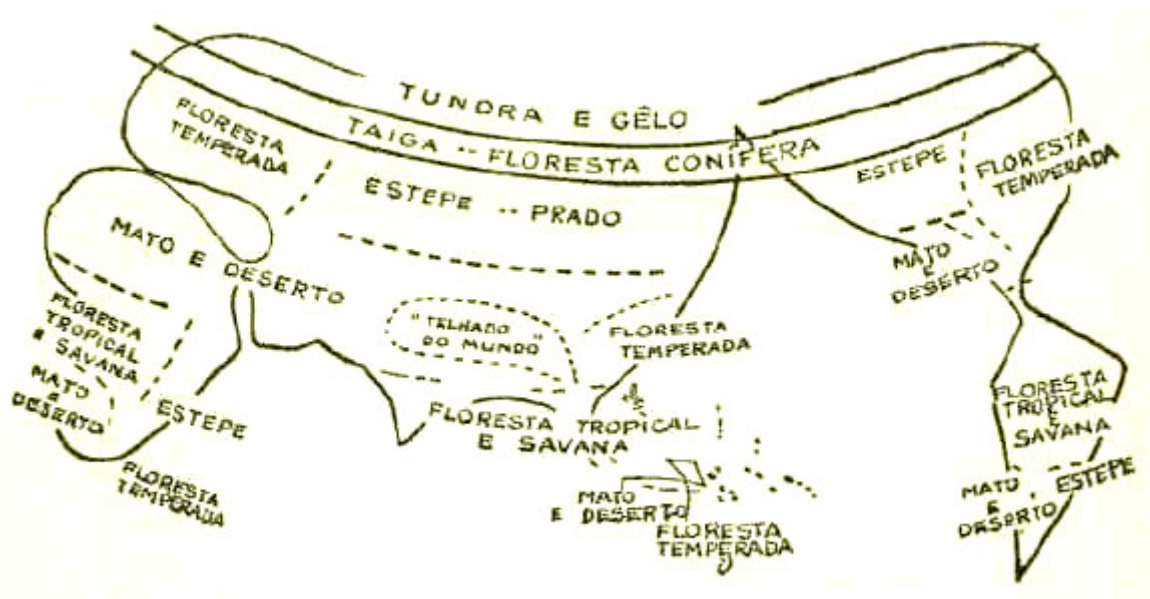
Mas áreas culturais podem, também, serem classificadas como um território geograficamente delimitado. Para essa caracterização das áreas culturais, é preciso fazer o levantamento das populações em um período temporal definido, ficando assim em bases mais sólidas a reconstrução cultural. Aspectos da vida coletiva, valores culturais e relações com o meio ambiente, são alguns dos critérios observados na organização destas áreas.

Como vimos, um classificador importante é a distribuição espacial dos elementos culturais dentro de uma delimitação geográfica. Para isto são considerados, como exemplos, os seguintes aspectos; localização, distinção das tribos, filiação lingüística, parentesco, agricultura, cultura material (cerâmica, trançado, tecelagem, armas, ornamentos, objetos), tecnologia, uso de venenos/plantas nocivas, tipo de vestimenta e/ou pintura corporal, organização familiar e social, tipos de habitações, presença de Xamãs, tipos de enterramento, uso de instrumentos musicais, uso de narcóticos, religião e rituais de passagem.

Vejam agora como os diferentes autores trabalharam com esse sistema conceitual. Inicialmente mostraremos uma perspectiva global de modo a indicar como o conceito de área cultural se aplicou numa leitura que procurava organizar a distribuição das culturas nativas pelos vários continentes. Em seguida estaremos observando os autores que são referência teórica na aplicação deste conceito especificamente em território brasileiro.

UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO INTERCONTINENTAL

Felix Keesing (1961) produziu uma classificação geral a partir do conceito de áreas de culturas, e as distribuiu por entre os diferentes continentes.



Grandes Zonas de "Habitat". Esquema simplificado para mostrar as características principais em base global.

in Keeseing, 1961:180

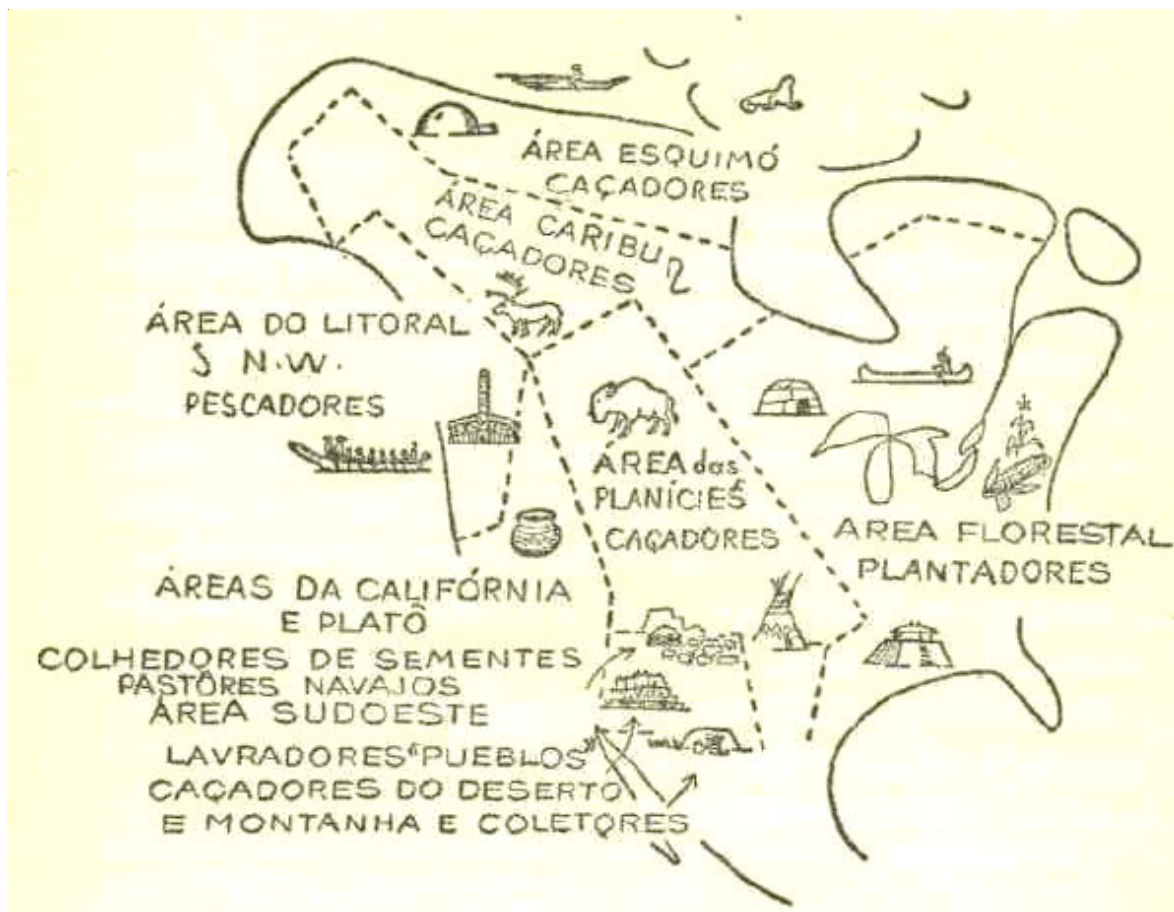
Iniciamos pela sua tabulação com as áreas culturais das populações nativas norte-americanas sub-divididas em diferentes regiões e denominações. A área **Esquimó** é caracterizada pela presença dos caçadores do ártico e, entre estes, se encontra uma relativa uniformidade geral desde o leste da Ásia até o leste do Canadá. Observou a presença de traços bastante comuns entre si. Na área caracterizada como **Caribu**, são encontrados os silvícolas do Norte. Estes são nômades e caçadores, tendo como fonte de sobrevivência a alimentação do caribu, uma espécie de veado.

Na área denominada **Litoral Norte-Ocidental** é encontrada a presença de pescadores, ao longo do litoral e em faixas estreitas de ilha, envolvidos com a pesca do salmão e sua preservação. Os nativos adotaram uma vida sedentária e essas populações indígenas viveriam, de acordo com esta classificação, em um sistema de status competitivo e com uma riqueza cerimonial altamente desenvolvida e especializada.

As áreas da **Califórnia** e **Platô** são classificadas por Keeseing com a presença de grupos

coletores de sementes do Oeste norte-americano. O armazenamento de sementes sazonais permitiu a essas populações também um modo de vida sedentário. Na área de **Planícies** são encontrados caçadores das planícies, e a organização social gira em torno de um estilo de grandes famílias, centralizando-se economicamente na criação de búfalos.

A área **Florestal** recebe a ação de grupos plantadores das florestas orientais que produzem víveres como milho, abóbora e vagens. O sedentarismo também é observado nestas populações. Registra a importância da cerâmica para o estudo arqueológico. Na área **Sudoeste** os lavradores habitam apartamentos de pedras. O milho é o alimento básico. A vida cerimonial pode ser classificada como diversificada e a água um componente importante dentro dessa vida cerimonial. Nessa região se observa a ação de grupos de pastores Navajos onde as tradições foram mantidas por muitos grupos de regiões desérticas e montanhosas. Essa população depende da coleta de sementes e da caça de animais selvagens.



Principais Áreas de Cultura da América do Norte.

in Keesing, 1961: 213

Seguindo com a classificação de Keesing, a área cultural denominada **África** caracteriza-se como sendo mais extensa quatro vezes do que a área de cultura dos norte-americanos. O clima do continente africano é predominantemente tropical, contendo uma faixa com o clima mediterrâneo. Encontram-se terras desertas e de vegetação pobre, do norte ao sudeste como o Saara e o Calaari. Há também a presença de florestas de chuvas tropicais e savanas especialmente nas zonas centro-oeste, platôs cobertos de matas e gramas particularmente nas zonas do centro-leste e do Sul. Segundo o autor, são encontrados sistemas fluviais, inclusive no estreito do Nilo, os quais proporcionam grandes linhas de comunicações.

Para a caracterização das subdivisões em áreas de cultura da **África**, Keesing fez um esquema

simplificado para demonstrar os seis grandes tipos de utilização do habitat, correlacionando, por essa via, natureza e cultura.

Os primeiros são dois grupos isolados e muito especializados. Os **Boximanes**, caçadores do deserto que sobrevivem de caça animal e da coleta de plantas comestíveis e melões. São encontrados no deserto do Calaari. Os **Pigmeus** que habitam as Florestas de Chuvas e são apanhadores de raízes e frutas, mas caçam quando há oportunidades.

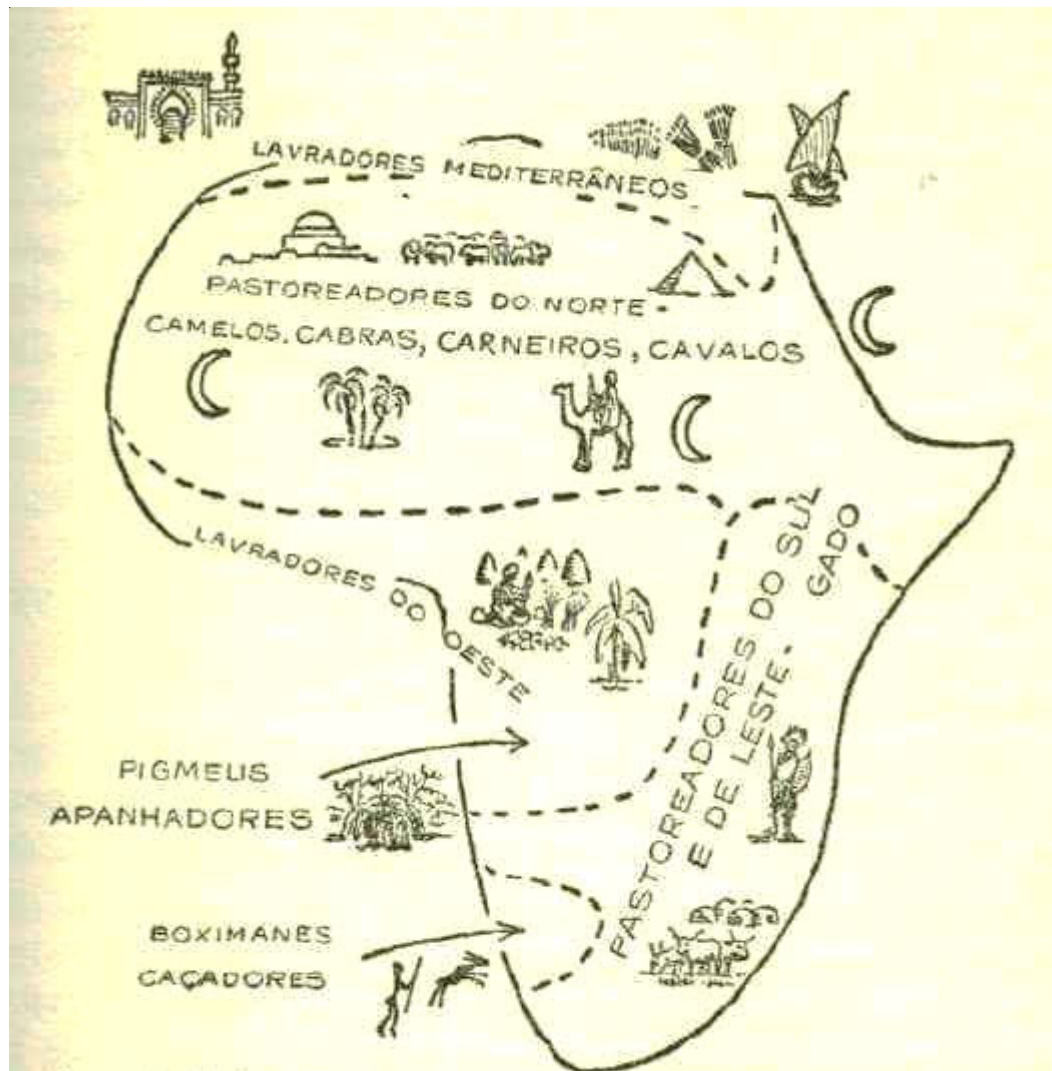
Os **povos Negros da África Central e Meridional** são divididos pelo autor, em dois grandes grupos. O primeiro é caracterizado pela prática da agricultura que é mais constante ao Oeste, onde também se encontram animais selvagens e domésticos. As populações são espalhadas nas florestas e nas terras elevadas.

Esses povos praticam o cultivo seco, utilizando-se da chuva natural para irrigação. Outros praticam uma agricultura mais diversificada e estável já que habitam especificamente os vales do Nilo e do Níger.

A área classificada por Keesing como **Pastoreio** caracteriza-se pela presença de criadores de gado ao leste e também ao sul. Já na direção norte é realizado o pastoreio com carneiros, bodes e cavalos. O cultivo de trigo que é o produto

mais valioso, acontece no litoral mediterrâneo e pelo “ tubo” do Nilo. Outras atividades como a escrita , o comércio do ouro e do marfim tem seus próprios caminhos, com suas distribuições para o sul e para o oeste.

Como podemos observar as ordenações feitas por Keesing preocupam-se em classificar populações, de acordo com a área cultural designada e, principalmente, a partir dos modelos de sobrevivência dessas populações aí estabelecidas.



Áreas de Cultura da África. Esquema simplificado para mostrar as seis grandes tipos de utilização do "Habitat".

in Keesing, 1961: 201

Keesing descreve também a caracterização da grande área de cultura denominada **América Central** de acordo com uma história de migração, havendo interação cultural e especialização regional e local, que acabam tornando complexos os fatores espaciais. O autor traça também um panorama temporal que vai desde os tempos pré- agrícolas até os impérios Maias, Asteca e Inca. Destaca a **Zona Naua** como sendo a área que tem como características as construções de centros eclesiásticos em volta de templos. A região caracterizada como área **Inca** tem como características a cultura intensiva do milho, batatas, entre outros cultivares, instalações de águas, artesanato e a utilização do lhama como animal doméstico.

Na área das **Antilhas** destaca-se a economia característica de grupos aborígenes, com o cultivo tropical árido e a presença da pesca. A área **Chibcha** e **Amazônica** é composta por florestas tropicais e apresenta uma continuidade cultural com a área Antilhana. Os elementos básicos para a subsistência são a mandioca, a caça e a pesca. Essa área foi reconhecida também como “área de uso de drogas”. Na denominação da área **Guanaco**, as populações tem o guanaco e o lhama como animais primordiais para sua sobrevivência. Os povos dessa região tem seu estilo de vida baseado na caça.

A área caracterizada por Keesing pela denominação **Fueguina** se localiza na zona fria em torno do estreito de Magalhães e, seus habitantes são povos pescadores e caçadores. Há dependência de mamíferos marinhos, pois trabalham com o manejo dos ossos desses animais.

A área de cultura classificada por Keesing como sendo das **Ilhas do Oceano Pacífico** compreende a Malásia, a Austrália e a Oceania. É uma região quente que, devido a presença de espaços oceânicos, teve facilitada a comunicação e a migração. Por outro lado, também ocorreu o isolamento e a especialização cultural de alguns povos.

Na Austrália, mais aberta e deserta e estendendo-se até a Tansmania a principal fonte de subsistência vinha da caça. Lá são encontrados os aborígenes que se caracterizam por um acúmulo mínimo de bens materiais. Os povos melanésios (da “ilha Negra”), localizados no sudeste do Pacífico, denotam uma extraordinária diversidade cultural.

Os povos micronésios (ilhas pequenas”) e polinésios (muitas ilhas) do norte e do leste da Oceania, se utilizam das fortes chuvas para o plantio de raízes e frutas sem irrigação. Devido ao isolamento local em que se encontram ocorrem enormes variações culturais, sendo esta uma justificativa usada por Keesing para, então, registrar os polinésios como tendo um sistema de descendência bilateral, enquanto que os micronésios uma descendência marcadamente matrilinear. As áreas de cultura, por vezes, são demarcadas por sub-regiões e, no caso em particular, os povos do Pacífico são muitas vezes reconhecidos por designações sub-regionais amplas como Aborígenes, Polinésio, Micronésio e Melanésio.

Vejam agora como os autores que são referenciais nesse campo de estudo trabalharam com o conceito de áreas culturais, mais especificamente no território brasileiro e suas populações nativas aqui assentadas.

O PROCESSO DE MUDANÇA COMO ELEMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

Murdock (1951) trabalhou com o conceito de áreas culturais a partir da premissa que as condições de existência das sociedades estão sempre passando por mudanças. Estas, as vezes rápidas, outras vezes nem tanto, podem advir de acontecimentos naturais, sociais ou demográficos, como por exemplos, guerras, epidemias, acréscimo ou decréscimo populacional acentuado, mudanças nos padrões residenciais e assim por diante. Admite mesmo que certas adaptações internas, advindas de invenções tecnológicas e/ou contatos com outras populações, podem estimular empréstimos culturais que seriam, por si, causa de mudanças nas diferentes culturas.

Distinguiu vinte e quatro áreas para a América do Sul, sendo que nos ateremos a indicar aquelas localizadas em território brasileiro, com as respectivas etnias tal como se registraram à época. Destacamos que mantivemos a grafia original de modo que, se confrontarmos com outros autores e suas respectivas classificações, esse procedimento se tornará bastante evidenciado. Ressaltamos ainda que esta grafia dos etnônimos talvez seja um dos maiores desafios para este tipo de trabalho.



in Murdock, 1951.

Dada a imensa variedade de etnias e sua dispersão pelo território de acordo com os critérios usados por Murdock, que listamos a seguir, apresentamos o mapa organizado por Murdock em 1951. Para os fins deste artigo esta informação se apresenta como dado de verificação suficiente.

Ao confrontarmos esses dados com as informações que vimos acumulando sobre a distribuição populacional nativa em tempos atuais, a grafia diferenciada das etnias assume grandes proporções. Esperamos poder desenvolver uma metodologia que de conta dessa dificuldade, mas isto será feito em próxima futura tarefa. Por ora, voltemos a apresentação de Murdock e sua distribuição da população nativa pelo território brasileiro.

No **Tabuleiro Oriental** estão localizadas as etnias Guarani, Tupi (São Francisco) e os Tupinanbá. A área definida como **Atlântica** conta com a presença das etnias Kaingang, Maxakali, Aweikona, Botocudo, Kamaka, Guataka Gueren, Pataxo e Puri.

Na área classificada como **Xinguana** se encontram os Arawine, Aueto, Bakairi, Turmai, Waura, Yaruma. Já na área **Boliviana** as etnias indígenas são; Arikem, Xapakura, Xane e Paressi.

Juruá-Purus é a área em que se encontram os Amahuaka, Kaxinaua, Katukina, Ipurina, Maioruma, Mura, Paumari, Iamamadi e Iuma. Na área de denominação **Amazônica** são registradas as etnias Kokama, Manao, Omagua, Wairaku e Yurimagua. **Caquetá** é a área onde estão presentes os Achagua, Baniwa, Betoí, Tukano e Tukuna.

Na área **Savana** estão localizados os Auaké, Puinave, Guahibo, Maku e Xiriana e na área denominada **Guiana** estão as etnias indígenas; Apalaí, Aruak, Arua, Barauna, Kamarakoto, Karib, Emerillon, Makuxi, Palikur, Rukuyen, Taulipang, Waiwai, Wapixana e Yekuana.

Na área classificada como **Goiana** consta a presença registrada dos Akroa, Apinayé, Bororo, Karajá, Kariri, Kayamo, Kaiapó, Coroa, Fulnio, Jeiko, Opaye, Xakriaba, Xerente, Suya, Tapirapé, Tarairu, Terembe e Timbira. Sob a denominação de área **Paraense** são encontradas as etnias indígenas; Amanaié, Apiaka, Arara, Kawahyb, Guaja, Maué, Mundukuru, Tenetchara.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Em 1955 Oberg postulou uma relação entre a capacidade de produção proteica e o tamanho das populações. Segundo este autor quanto maior a capacidade produtiva alimentar, maiores os núcleos populacionais, ocasionando, no limite, uma expansão territorial. Dessa forma, uma estratificação social de grupos, ao contrário de uma classificação por status que seria individual, estaria fortemente associada às populações com maior capacidade de produção alimentar. Esta linha de pesquisa foi retomada posteriormente por Gross (1975) e seus adeptos. Ainda de acordo com Oberg, quanto mais uma população dedicar tempo para as atividades relacionadas à produção alimentar, menos tempo estariam dedicando para as práticas rituais, o que seria compensado pela atribuição destas atividades a estratos específicos da população.

Em sua classificação Oberg sugeriu a categoria “**tribos Homogêneas**”: pequenas unidades nas quais todas as relações se dão em termos de parentesco e nas quais a “tribo” é um único grupo incorporado e nomeado. As normas sociais dar-se-iam em termos do sistema de parentesco, do casamento e das regras de residência. Esta característica preservaria o grupo em sua “estrutura mínima”. As mudanças, quando ocorressem, seriam em razão das dimensões dos fatores que atingissem esta “estrutura mínima”. A intensidade destes fatores é que seria o vetor de mudança no interior das “tribos homogêneas. Mais recentemente esta perspectiva foi em parte retomada por Riviere, (1984) e também por Viveiros de Castro (1985) nos termos de “sociedades minimalistas”.

Segundo a análise de Oberg ocorreriam duas magnitudes para esta “estrutura mínima”. Um sistema de duas linhagens, ou um sistema de quatro linhagens. Quando da presença do sistema terminológico do tipo primos cruzados: grupos pequenos, habitantes da floresta e agricultores. Quando da presença de um sistema do tipo “havaiano”: grupos maiores, dedicados à caça e coleta, com maior necessidade de mão-de-obra para a sobrevivência. Isto porque, na prática

agrícola, são utilizados homens e mulheres nas atividades produtivas, ao passo que nos grupos de caçadores, ocorre uma maior especialização da atividade produtiva principal, mais afeita aos homens.

Entre as “**tribos Homogêneas**” da classificação de Oberg, os povos nômades e caçadores estão na região sul - Chaco, Pampas, Fueguinos. Apresentam linhagens com características produtivas e praticam a residência patrilocal. Os grupos mais populosos, na direção Norte, apresentam-se mais estáveis e com um padrão residencial matrilocal. A importância da matrilocidade, ou da patrilocalidade, entre as **tribos Homogêneas** deve-se ao fato de que este fator estabelece linhagens correspondentes, matri ou patri, que poderão vir a ser precursoras de sibs matrilineares, ou patrilineares.

Uma outra categoria sugerida por essa classificação foi a das “**tribos Segmentadas**”. Aquelas cuja unidade é composta baseando-se em grupos de parentesco unilineares nomeados, sibs ou metades, e que também apresentam distintos tipos de associações nomeadas e sistemas de classes de idade. As “**tribos Segmentadas**” seriam aquelas que desenvolveram uma necessidade de identificação e classificação de grupos, mais do que de indivíduos. As linhagens, sendo unilineares, pedem uma classificação por segmentos, e não são distribuídas individualmente. Por sua vez, nas “**tribos Homogêneas**” os indivíduos é que se classificam em relação a um só grupo, nomeado e corporado.

A CLASSIFICAÇÃO EM TIPOS CULTURAIS PELA ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA

Parte integrante do projeto de definição das áreas culturais é a identificação e classificação de fenômenos culturais recorrentes. Julian Steward procurou demonstrar o modo como a adaptação cultural ecológica se apresenta para este sistema. Entende ser esta uma necessidade adaptativa também em termos históricos e que está relacionada com as mudanças necessárias do meio circundante. Por compreender que um sistema taxonômico deva

antes se preocupar em traçar paralelos do que contrastes e diferenças, sua classificação prioriza o termo **tipo--cultural** ao contrário do termo **área**.

Ao definir um tipo cultural Steward buscou as inter-relações funcionais nos traços considerados. Essa classificação, proposta no **Handbook of South American Indians**- HSAI, fundamentou-se em organizações sociais, padrões religiosos e sistemas políticos. Negligenciou, conscientemente, uma possível distribuição populacional de acordo com **ítems culturais**. Essa categoria (no original **cultural elements**) compreendia toda a parafernália relativa a cultura material. incluindo aqui, por exemplo, a pintura e demais elementos da ornamentação corporal que, hoje sabemos, em muitas culturas nativas sul-americanas estão intrinsecamente relacionados a sistemas de classificação e organização social. Nessa direção o livro **Grafismo Indígena**, organizado por Lux Vidal e Aracy Lopes da Silva é uma fonte bastante segura e atualizada sobre esse tema.

O principal referente nessa classificação foi a observação de componentes que atuam na integração das instituições sociais, ou seja, na composição do que seria considerado **uma unidade tribal**. Questões relativas ao controle político, à permanência ou não de facções em disputa e às regras de residência foram os critérios definidores para as “tribos” a serem classificadas e distribuídas pelos tipos culturais, que comporiam as áreas culturais. Como vimos, estas áreas atendiam a uma forte priorização de critérios relacionados ao meio ambiente circundante, ecológicos por assim dizer.

A delimitação de uma “tribo” deu-se pela consideração de sua homogeneidade lingüística e cultural além de sua independência política havendo uma magnitude variada para este conceito. Famílias extensas e linhagens apresentavam-se como características passíveis de uma definição das sociedades amazônicas como “tribos”. Caracterizava-se já nestes estudos, por essa via, o atomismo sócio-político para a região que posteriormente será retomado por boa parte dos estudiosos da amazônia indígena. A par desta questão, ainda foram consideradas, para os termos da classificação, tipologias referentes à categorização social dos membros de uma dada unidade, a tribo.

Destacaram-se os critérios autóctones de classificação social por categorias como sexo e idade, além dos diferentes tipos de associações, sejam estas militares, rituais ou econômicas.

Vejamos resumidamente como foram organizadas essas diferentes tipologias:

a) As “**tribos Marginais**”: formada por caçadores, pescadores, e coletores nômades. São consideradas aquelas culturas constituídas com base em **padrões sócio-religiosos simples** (sic). Para esse autor, em razão das tribos Marginais habitarem uma região pobre em recursos naturais, suas instituições limitar-se-iam aos termos das necessidades de subsistência.

b) As “**tribos de Floresta Tropical**”: possuem uma prática agrícola mais desenvolvida ao contrário das “tribos Marginais”. A estas tribos de Floresta Tropical se associam os povos da região sul andina. Seria característica destas “tribos” uma certa coesão política especialmente baseada em grupos de parentesco. Destacam-se os agrupamentos sociais por idade e sexo em múltiplos tipos de associação. Caracterizam-se por um tipo de chefia política informal. Em razão de uma maior capacidade tecnológica, possuem uma cultura material mais diversificada.

c) As “**tribos Circum-Caribe**”: ocupam a região da América Central, o norte da Venezuela, a Colômbia e as grandes Antilhas. Assemelham-se, em termos de tecnologia e cultura material, ao grupo anterior, as “tribos de Floresta Tropical”. Possuem maior diversificação quanto à produção de sua subsistência. Suas aldeias apresentam maior grau de complexidade. Não se atêm a grupos de parentesco em associação e, como decorrência, serão mais populosas e estáveis. Ao contrário dos tipos anteriores, nos quais a presença do xamã está associada às curas e práticas afins, aqui se verifica a presença de sacerdotes responsáveis por templos dedicados a “deuses tribais”.

d) As “**tribos Centro Andinas**”: são aquelas que possuem os maiores graus de desenvolvimento agrícola na América do Sul. Por serem densamente povoadas estas tribos conseguiram o controle de imensas áreas pelos centros urbanos e, também, por meio de uma eficiente rede de comunicação e transporte. Padrões culturais, como hierarquia de

clãs, guerras de conquista, hierarquização de sacerdotes e deuses, cerimônias públicas e seus ciclos rituais encontram-se plenamente desenvolvidos. Tais características estariam presentes apenas de uma forma implícita nas tribos do tipo anterior, que teriam tido um impulso gravitacional maior, no sentido de manterem coesão política, por meio dos seus grupos de parentesco.

Steward ampliou essa classificação renomeando o tipo **Floresta Tropical** e o **Tipo Marginal**.

No interior do Tipo **Floresta Tropical** é encontrada a área das **Guianas** que é considerado por ele um centro de dispersão por haver um maior número de traços característicos. Essa é a razão para o autor sub-dividir esse tipo em três áreas: **Costeira**, **Savana-montanhosa** e **Amazônica** onde são encontradas os povos Karib e Arawak.

Outro tipo/área relatada por Steward é a **Mojos-Chiquitos** e **Montaña**. Localizados na Bolívia oriental, as etnias típicas são os Mojos, os Chiquitos além das etnias Manasí e Xaray, dadas como extintas. Esta área atende aos traços principais da **Floresta Tropical**, quais sejam, a cerâmica, as redes, o arco e a flecha.

As etnias dos Rios Juruá e Purus também são classificadas por Steward. Cita as três principais famílias linguísticas como sendo; Panoan, Arawakan e Catukinam. Destaca como sendo o grupo que tem maior desenvolvimento dos elementos culturais na Floresta Tropical, os Arawakans. Classifica também estas etnias como sendo compostas de pescadores de grandes rios. São característicos nesta área os seguintes objetos da cultura material; cerâmica, trançado twilled e canoas de casca e ubás.

No interior do tipo **Floresta Tropical** são encontradas as populações de língua Tupi. Steward as apresenta como formadas pelos Tupinambá e Guaraní. Estes são localizados sobre a costa atlântica, passando pela foz do Amazonas até o rio La Plata. Também encontramos neste tipo/área as etnias localizadas no baixo Tocantins, no baixo Tapajós e no baixo rio Madeira. Essas populações destacam-se pela arte de fazer canoas de casca e de pirogas. A tecnologia aí encontrada é classificada como simples para Steward e as tribos são classificadas como guerreiras e praticantes do canibalismo.

Dentro da classificação tipo **Marginal**, se encontra a área das Tribos Marginais da periferia Meridional Amazônica, sendo constituída por tribos da foz dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Guaporé. Com a presença dos índios Carajá, Tapirapé, Alto Xinguanos, Nambikwara, Bororo,

diferentes etnias Jê, Guajá e Tenetahara. Essas etnias, segundo Steward, têm um “modo de vida bastante primitivo” (sic), especialmente no quesito tecnológico.

Vejamos a figura construída pelo autor em 1948



Mapa 2 - Divisões culturais segundo Steward (1948:884)

- 1 - 6: Culturas básicas da Floresta Tropical
- 1 - Guianas
- 2 - Amazonas
- 3 - Montanha
- 4 - Juruá-Purus
- 5 - Mojos-Chiquitos
- A, B - Sub-marginais
- 6 - Tupi
- A) Marginais Ocidentais
- B) Mura
- I a III - Marginais
- I) - Marginais Internos da Guiana
- II) - Marginais do Nordeste
- III) - Marginais meridionais (Am.)

Steward apresentou uma outra área/tipo como sendo; **Marginais internos da Guiana**, que se localiza entre as cabeceiras meridionais do Orinoco e setentrionais do Negro. Conta com a presença das seguintes etnias: Xiriana, Waika, Guaharibo e Auake. Essas não possuíam horticultura, se utilizam da caça e pesca. Na área **Marginais do Nordeste Amazônico**, inclui os Catapolitani e os Huhuteni além de alguns grupos de possível origem Maku. Steward alerta sobre o pouco conhecimento etnológico que se tinha à época sobre essas etnias.

Finalizando, temos a área classificada por Steward como **Marginais Ocidentais** que é dividida em dois grupos. O primeiro se localiza a margem norte do Maranhão até o Rio Putamaio e o segundo é composto por grupos Pano e Aruak no Ucaiale, Madre de Dios e Juruá-Purus.

O CONTATO COMO UM COMPONENTE DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Eduardo Galvão apresentou seu mapa de áreas culturais na IV Reunião Brasileira de Antropologia em 1959. Seu trabalho pretendeu ser crítico ao que se tinha construído sobre esse tema até então, especialmente aquele do HSAI organizado por Julian Steward. Galvão pretendeu que sua classificação tivesse um alcance de 60 anos, qual seja o período entre 1900 a 1959. Merece destaque nessa classificação o critério - contato intertribal, mas também entraram como outros critérios a distribuição espacial contígua de elementos da cultura material, das práticas cerimoniais e da organização social. Como é próprio ao conceito de área cultural, todos estes critérios foram abarcados por uma leitura geográfica, entendida aqui como sendo uma dimensão espacial que agrega o maior número destes elementos, elencados e aproximados em seu conjunto.

Este autor procurou mostrar as características físicas e ambientais como relevantes, além de dar ênfase para a distribuição contígua de elementos culturais. Como dissemos, considerou destacadamente a situação de contato destas populações

com a sociedade brasileira envolvente. Esse contato é apresentado como sendo o painel cultural composto pelas diferentes frentes pioneiras que se organizaram no contexto colonizador do interior brasileiro de então. Ao destacar essa situação de contato como uma componente variável para sua classificação, Galvão trouxe para o debate a diacronia como elemento de análise. Para tanto, organizou as seguintes bases sobre as quais se constrói sua classificação: contato externo – aquele entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional; e contato interno – “as relações intertribais e suas decorrências aculturativas”

Para dimensionar o campo de análise - contato externo, baseou-se, em especial, na utilização das categorias: **isolados; intermitentes, permanentes e integrados**. Inspirado em Darcy Ribeiro (1957), estas categorias formariam uma escala gradativa entre os encontros, por partes dos nativos com a sociedade nacional envolvente, que variava da condição esporádico ou acidental até uma incorporação completa junto a sociedade nacional. Estes tipos de contato conferem um efeito na escala temporal. Isto porquê privilegiam para a observação um processo de “encontro de culturas” (id) . Na sua classificação, como decorrência, observamos uma absorção de grupos marginais pelo tipo floresta tropical. Este fenômeno foi cunhado como “compressão cultural”. Na região do rio Negro, por exemplo, as etnias Maku, Tukano e Arawak se reúnem compondo uma configuração própria. O mesmo acontece na região do alto Xingu, onde a nucleação de diferentes populações atestaria um processo intertribal de trocas e adaptações aculturativas.

Vejamos a distribuição organizada por Galvão em 1959, em um mapa ilustrativo

A área classificada como **Guaporé** fica localizada na margem direita do rio Guaporé e na parte meridional da bacia do alto Madeira, sendo composta por etnias Tupi e Txapakura. Galvão destaca como estando em processo a aculturação inter tribal que acaba levando a hostilidade. O autor considera importante ressaltar os processos de trocas de informações e culturas decorrentes desses encontros étnicos.



Mapa 4 - Divisões culturais indígenas do Brasil (1900-1999)

- I - Norte-amazônica
- II - Juruá-Purus
- III - Guaporé
- IV - Tapajós-Madeira
- V - Alto Xingu
- VI - Tocantins - Xingu
- VII - Pindaré-Gurupi
- VIII - Paraguai
- IX - Paraná
- X - Tietê-Uruguaí
- XI - Nordeste

in Galvão 1950: 207

Outra área é aquela compreendida entre o curso médio superior do **Tapajós e Madeira** com a presença das etnias Mundukuru e Kawahyb. Galvão volta a destacar a presença de contatos com a população envolvente que apresenta como sendo uma variação entre isolados e permanentes.

A área denominada **Xingu**, se localiza entre os rios Suiá – Misu, ao norte Paranatinga, ao sul o rio Ronuro e a oeste os rios Culiseu-Culene. Ao leste os formadores do rio Xingu. O processo aculturativo intertribal também é notificado nesta região e Galvão anunciava na década de 1950 que “em um futuro próximo” (id) haveria a formação

de um padrão culturalmente uniforme entre todas essas populações étnicas no Xingu.

Organizada por Galvão com bases na classificação de Steward a área **Tocantins- Xingu** está localizada ao norte partindo do rio Mearim quando alcança o rio Iriri (afluente do Rio Xingu), a oeste pelos Tapajós- Xingu, a leste pelo Tocantins e ao sul pelo chapadão que estende-se do Mato Grosso a Goiás. Esta área é composta pelas etnias Timbira (Canela e Apinayé), Akwê (Xerente, Xavante) e pelos Kayapó (Goratire, Xikrin, Menkranotire, Kubenkrankegn). Nesta área o autor destaca os contatos como variando de isolado a permanente.

A área cultural **Pindaré – Gurupi** fica localizada entre os rios Pindaré e Gurupi, e é composta por grupos Tenetehara. A forma de contato é descrita como sendo direto e permanente com a população envolvente. Há também relações inter étnicas entre os Tenetehara e os Urubu-Kaapor que acabam participando desse processo de aculturação.

A área classificada como **Paraguai** está ao sul do pantanal mato-grossense junto às margens do rio Paraguai. Destacam-se as etnias Kadiweo e Terena por serem focos de mudanças rituais devido a um processo de aculturação extratribal, segundo o autor.

A área denominada **Paraná** está na região encostada com as fronteiras do Paraguai e Argentina e vai até o sul de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Nesta região são encontradas etnias de fala Tupi-guarani, que estão divididas em três sub-grupos: Namdeva, Mbyá e Kaiová. Galvão destaca que os contatos variam de permanentes a integrados, abalando com diferentes intensidades a identidade cultural de cada etnia. Observa ainda que dentro desse processo aculturativo ocorreram mudanças especialmente quanto a cultos religiosos indígenas, que sofreram influências advindas das práticas e idéias cristãs, interferindo na estrutura religiosa nativa.

A área denominada de **Tietê- Uruguai** se localiza entre o rio Tietê em São Paulo e os interiores do Paraná, Santa Catarina e Fronteiras com o Rio Grande do Sul. É composta pela etnia Kaingang tanto de São Paulo como os do Estado do Sul e pela etnia Xokleng em Santa Catarina. Galvão alerta que a maioria dessas populações vive em postos indígenas e sofreram perdas de elementos tradicionais da cultura.

Finalizando com a classificação das áreas culturais propostas por Galvão, temos uma área denominada **Nordeste**. Esta é composta por diferentes grupos populacionais dispersos nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Minas Gerais que Galvão registra como sendo representantes das etnias Fulniô e Aticun. A maior parte dessa população é registrada como vivendo integrada ao meio regional, mesclando ou perdendo elementos culturais como, por exemplo, a sua língua nativa.

Esta classificação de áreas culturais, organizada por Galvão, foi uma das mais recorrentes na etnologia brasileira e, ainda hoje, é comum encontrarmos trabalhos que a utilizam como um critério subjacente para a apresentação do espaçamento nativo brasileiro.

UMA VERSÃO ATUALIZADA SOBRE A QUESTÃO DO ESPAÇAMENTO NATIVO SUL AMERICANO

Melatti apresenta seu estudo sobre áreas etnográficas na América do Sul, em sua página na internet, www.geocities.com/juliomelatti/. Trata-se de um trabalho referencial e obrigatório para o estudo da distribuição das populações nativas no continente sul americano. Para o alcance desse nosso artigo, cabe ressaltarmos o que o autor denomina por princípios de **pólos de articulação indígena**. De acordo com tal conceituação as **relações** construídas pelos nativos, sejam elas sociais, políticas, religiosas e cerimoniais, econômicas ou comerciais, cotidianas, são partes constitutivas no critério de organização das diferentes **áreas etnográficas** e não culturais, como até então os diferentes autores apresentaram. Desse modo o critério articulador para a existência de um **pólo** será o partilhamento da vida social econômica política, mais que uma paridade ou similaridade cultural.

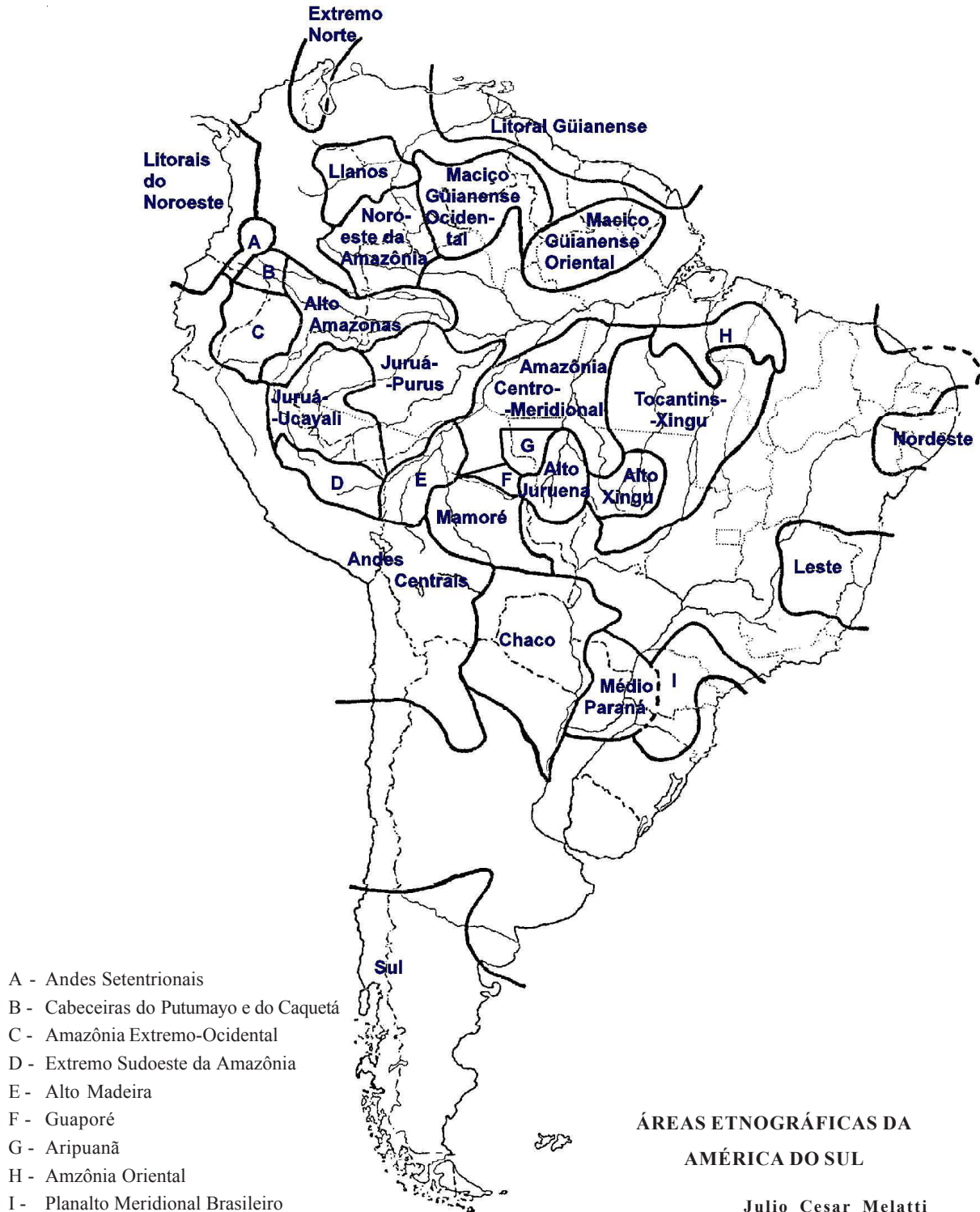
Para a construção destes pólos o autor elaborou **“eixos de interconexão”**, que se encarregam de aproximar as diferentes etnias a serem classificadas espaçadamente. Entre os pólos articuladores Melatti considera um eixo de interconexão a ordenação lingüística, na medida em que esta sugere conexões temporais. Então, por esse exemplo, temos o eixo **“articulação lingüística”** que realiza a conexão temporal por meio das associações que possam existir, ou ter existido, entre uma etnia e seus pares associados lingüisticamente.

O autor constrói também o pólo articulador denominado **ambiental**, cujo eixo de articulação aproxima as etnias que compartilham de um mesmo meio ambiente e que, portanto, tem nesse viés uma interconexão. Outro pólo articulador é composto pelas **relações sociais**, cujo eixo de ineterconexão é denominado **intertribal**. Trata-se daquele de-

monstrativo das relações sociais, políticas e econômicas que as diferentes etnias realizam entre si.

Por fim destacamos o pólo articulador constituído pela interconexão **etnologia**, em que o autor procura mostrar a articulação das diferentes

etnias em torno dos estudos que já foram com ela realizados e que, por essa via, podem ser também construídos modos de re-agrupamento e composição de uma área etnográfica em específico. Assim, a delimitação teórica empreendida pelos



etnólogos passa a ser criativamente um dos componentes desse espaçamento e da organização da articulação dessa classificação em áreas etnográficas.

Com a apresentação do mapa em que Melatti organiza as diferentes **áreas etnográficas** entendemos que, também em razão da sua facilidade de acesso, este trabalho é fonte de consulta básica e relevante para aqueles que pretendem estudar esta questão do espaçamento nativo contemporâneo na América do Sul. Destacamos ainda que o autor faz a devida ressalva ao delimitar essas áreas enquanto **etnográficas** e não **culturais**. Trata-se explicitamente de considerar o aspecto de serem estas, antes de tudo, resultantes de uma construção analítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendemos ter indicado fontes introdutórias para um estudo sobre as diferentes perspectivas que orientaram as classificações voltadas para o espaçamento nativo brasileiro, em especial ao longo dos três primeiros quartos do século passado. Procuramos tornar a complexidade decorrente da pluralidade étnica nativa visível. O verdadeiro cipoal formado a partir das diferentes denominações das etnias nativas, assim como as diferentes bases de referência espacial que os sucessivos autores usaram, dificultam sobremaneira uma tarefa comparativa e apresenta variados graus de dificuldades. No entanto, estas dificuldades não devem desanimar o estudante que se inicia na etnologia indígena brasileira. Antes se apresentam como estimulantes desafios.

O estudo teórico metodológico fundamentado no conceito de áreas culturais, pode também ser compreendido como a construção de campos de estudos etnográficos contingenciados. Via de regra não formulou uma consideração excessiva da influência física e geográfica adotada pelas análises do fenômeno migratório, que enfatiza mais a resultante, ou seja, a chegada e permanência de um grupo em uma dada região, sendo constituída, a partir dessa “chegada e permanência” uma área cultural.

Associado à grande influência teórica e metodológica dessa perspectiva analítica, ocorreu uma construção teórica sobre o espaçamento dos povos nativos sul americanos. De forma direta este campo de estudo contribuiu para uma delimitação e um espaçamento sócio-cultural entre os povos indígenas, construindo uma paisagem compartimentalizada. É nosso propósito problematizar esta condição para o estudo das populações indígenas no Brasil. Para que consigamos avançar neste objetivo, será importante retomarmos mais criticamente como se deu a construção do cenário nativo sul-americano intermediado pela orientação teórica e metodológica fundamentada no conceito das áreas culturais. É preciso analisar o quanto este procedimento analítico tem contribuído para uma descontextualização das populações indígenas nos termos macro-regionais em que se inserem e quais as decorrências deste fato para a sua convivência contemporânea. Esta é uma tarefa que se apresenta.

O seccionamento teórico proposto implicitamente pela delimitação das áreas culturais promoveu recortes espaço-culturais que foram sendo padronizados ao longo do tempo. Por essa via influiu na organização dos estudos sobre as populações nativas, metodologicamente organizando sua distribuição de uma maneira que entendemos ser, até certo ponto, mutuamente excludente. Se isto era, de certo modo, inevitável no momento em que apenas começavam as pesquisas sistemáticas sobre os povos indígenas da região, hoje a massa crítica acumulada desde então, por meio das inúmeras monografias, análises comparadas e modelos regionais, permite uma reflexão mais global sobre estas populações nativas. A análise dos dados populacionais e da distribuição espacial contemporânea dos povos nativos, inclusive aqueles que estão experimentando processos de rearticulação, ressurgimento e re emergência étnica, está por exigir novas metodologias e parâmetros de análise

Com esta breve revisão que fizemos sobre os limites experimentados pela etnologia indígena no Brasil, a partir do conceito de áreas culturais, entendemos poder contribuir para o avanço deste

instigante projeto de análise antropológica, qual seja, aquele que procura compreender cada vez mais o pluralismo próprio do mundo nativo sul americano e brasileiro, em seus próprios termos.

BIBLIOGRAFIA

- GALVÃO, E. 1979. **Encontro de Sociedades**. Editora Paz e Terra SP.
- GROSS, D. 1975. "Protein Capture and cultural development in the Amazon Basin" in **American Anthropologist**, n. 77 pp. 526-549.
- GRUPIONI, Luís D. **Índios no Brasil**. B. (org). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- HERSKOVITS, M. 1948. *Man and His Works*. **Antropologia Cultural**. Editora Mestre Jou.
- KEESING, Felix M. "Antropologia Cultural", livro 1, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 19, 1961.
- KROEBER, A 1939. **Cultural and Natural areas of Native North America**. Bekerley: University of California Press.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1993. "Un autre regard", **La remontée de l' Amazone**, L 'Homme 126-128.
- LEVI-STRAUSS, C. 1975. **Antropologia Estrutural** Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.
- LINTON, R. 1936. **O Homem. uma introdução a Antropologia**. Martins Fontes Editora. SP.
- LOPES da Silva, A; Grupioni, Luis Donizeti. 1995 **A temática indígena na escola-novos subsídios para professores do 1º e 2º grau**, MEC/MARI/Unesco. Brasília.
- MELATTI, Júlio Cezar **Índios do Brasil**, 7ed, São Paulo: Hucitec; (Brasília): Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- MURDOCK, George P. 1951. **Outline of south american cultures**. Behavior Science Outlines 2. New Haven.
- OBERG, Kalervo 1975 "Types of Social Structure among the lowland Tribes of South and Central America" in **American Anthropologist**, n. 3 vol1. 57 pp. 472-487.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. 1976. **Amazonian Cosmos. The Sexual and Religious Symbolism of the Tukano Indians**. Chicago, The University of Chicago Press.
- RIBEIRO, Darcy; Ribeiro, Berta. (Orgs) 1986 **Suma Etnológica Brasileira**. 3 vols Editora Vozes.
- RIBEIRO Darcy , 1970 **Os índios e a Civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Companhia das Letras. SP SP.
- RICARDO, Carlos Alberto; Ricardo, Fany, 2001. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil Instituto Sócio Ambiental, SP**.
- RIVIERE, Peter 1984 **Individual and societ in Guiana: a comparative stud of amerindian social organization**. Cambridge Studies in Social Anthropology 51. New York: Cambridge University Press.
- STEWARD, J. (ed) 1949. **Handbook of South American Indians**. Vols 1-5. Smithsonian Institute Bureau of American Ethnology. Washington. USA.
- STEWARD, J. 1955. **Theory of Cultural Change**. Urbana University of Illinois Press.
- VIDAL, L. (org.) **Grafismo Indígena. Estudos de antropologia estética**. Estúdio Nobel, EDUSP, F APESP, 1992.
- VIVEIROS de Castro, E. 1985. "Sociedades minimalistas: a propósito de um livro de Peter Riviere" in **Anuário Antropológico** 85. Editora Tempo Brasileiro RJ.
- WHITE, L. 1943. "Energy and the evolution of culture". In **American Anthropologist** 45.

**A QUESTÃO TECNOLÓGICA NA SOCIOLOGIA
AMBIENTAL: A NECESSIDADE DE INCORPORAR
A DIMENSÃO DA INOVAÇÃO**

***THE TECHNOLOGICAL ISSURE OF ENVIRONMENTAL
SOCIOLOGY: THE NEED TO INCORPORATE
THE INNOVATION ASPECT***

Thales de ANDRADE*

RESUMO

O presente artigo pretende debater a produção teórica da sociologia ambiental voltada para a temática da tecnologia. As principais correntes do ambientalismo que lidam com a questão tecnológica apresentam potencialidades e problemas que precisam ser discutidos à luz do debate atual envolvendo os processos de inovação. As sociedades contemporâneas têm o desafio de incorporar a dinâmica da inovação em diversas esferas da vida econômica, política e cultural como condição para viabilizarem modos de organização social sustentáveis, democráticas e eficientes.

Palavras-chave: *inovação, ambiente, tecnologia.*

ABSTRACT

This article aims to discuss the question of technology within environmental sociology. The main trends within environmentalism which deal with technology present weaknesses and potentialities and must incorporate the debate evolving innovation processes. Contemporary societies have the challenge to internalize innovation in different social spheres, like economics, politics and culture, in order to promote sustainable, democratic and efficient social organizations.

Keywords: *innovation, environment, technology.*

INTRODUÇÃO

O ambientalismo representa um dos mais importantes fenômenos sociológicos surgidos no

século XX. No momento atual, o movimento representa uma das mais fecundas fontes de questionamento acerca dos rumos da sociabilidade. Em suas diferentes matizes ele acrescentou

^(*) Professor da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas e membro do LESEC.

indagações e demandas que tiveram que ser absorvidas pelas instituições sociais tradicionais como partidos políticos, empresas, governos, mídia, universidades, justiça etc. Não é o propósito desse trabalho retomar essa discussão, que se encontra muito bem tratada em um grande número de autores¹.

O intuito desse trabalho consiste em tratar dos impasses entre o ambientalismo e a questão tecnológica, tema já antigo no pensamento social, e a possibilidade de incorporação da dimensão da inovação.

Se desde os anos 50 assistimos a um constante embate entre o movimento ambientalista e a expansão de diferentes áreas de conhecimento científico e tecnológico, por outro lado a perspectiva de incorporação da dimensão da inovação e difusão tecnológica nesse debate tem sido escassa.

Segundo Castells (1999), uma das principais características do ambientalismo reside em que, ao mesmo tempo que está fortemente baseado em conhecimento técnico-científico, é um dos principais inquisidores da técnica e ciência modernas. Esse é um aspecto inquietante do moderno ambientalismo: por um lado, não é possível tratar a realidade ambiental sem um incremento em formas de diagnóstico, estudos de impactos e inovações industriais. Por outro, os efeitos dos avanços tecnológicos representariam o grande desafio ecológico de nosso tempo.

Esse impasse tem se manifestado de diferentes maneiras. Para alguns autores, o problema reside na realidade técnica em si mesma. O desencontro entre os ambientalistas e a dimensão técnica está muitas vezes baseada sobre o diagnóstico heideggeriano, que vê na técnica moderna uma série de apropriações do homem sobre a propriedade das coisas, desocultando-as, assim como ao próprio homem (HEIDEGGER, 2002).

Diversos pensadores que discutiram a partir dos anos 60 a crise ecológica utilizam a crítica heideggeriana contida no texto “A questão da técnica” como base para a compreensão da

degradação dos recursos naturais (HEIDEGGER, 2002). Dentro dessa perspectiva a atividade técnica, em sua racionalidade assentada no cálculo e na funcionalização dos objetos, destitui os seres e os objetos da sua própria constituição. É construído então um conjunto de forças antagônicas, de um lado as imposições técnicas, e de outro o mundo da natureza, depósito de matérias-primas e de propriedades definidas tecnicamente². Autores como Habermas (1983) partiram do diagnóstico de Heidegger para criticar o papel da técnica e da ciência no mundo capitalista e municiaram o debate ambiental dentro dessa perspectiva antagônica, de um lado o aperfeiçoamento tecnológico e de outro a ética da vida e da natureza³.

Para outros autores, a crítica à tecnologia se situa em outro enfoque. Os ambientalistas se posicionariam contra os *efeitos* maléficos da técnica moderna, e não contra a técnica em si. Enquanto que o pensamento de Heidegger incide sobre a essência da intervenção técnica na natureza exterior e humana, outras correntes do ambientalismo apontam que os resultados da atitude técnica resultam em elevação dos níveis de entropia e saturação ecossistêmica.

Segundo Jean-Pierre Dupuy (1980), houve durante um bom tempo uma injustiça para com o ambientalismo, considerado por muitos como um movimento contrário às inovações tecnológicas, ou seja, tecnofóbico. O autor se esforça por recolocar o problema, apresentando o sentido real da crítica ao desenvolvimento industrial operado pelo movimento.

“Os ecologistas não são contra a *Técnica* com um *T* maiúsculo, não recusam sistematicamente o que denominamos com excessiva pressa, sem espírito político, o “progresso” técnico. O que eles põem em causa é o *projeto* técnico que caracteriza a sociedade industrial. Por projeto técnico, entendo a vontade de substituir o tecido social, os laços de solidariedade que constituem a trama de uma sociedade, por uma *fabricação*; o projeto demente de produzir as relações dos homens com seus vizinhos e com seu mundo como se

⁽¹⁾ Ver entre outros VIOLA, 1987; McCORMICK, 1992; BUTTEL, 1987; MARTINEZ-ALIER & GUHA, 1997.

⁽²⁾ Ver também BRUESEKE, 2001.

⁽³⁾ Ver também FEENBERG, 1996.

produzem automóveis ou canos de ferro fundido; a invasão pela lógica instrumental, a lógica dos meios e dos fins...é essa relação instrumental, o sonho de domínio total que ele recobre, que eles denunciam...” (DUPUY, 1980: 31, grifo original).

Dupuy procura absolver o pensamento ambientalista daquilo que seria um injusto estigma de arcaísmo e espírito anti-técnico. O projeto do ambientalismo consistiria em discutir aquilo que ele denomina “projeto técnico” do industrialismo, seu caráter instrumental, e não a Técnica enquanto forma de atividade humana. Ou seja, o objeto de enfoque preferencial deixa de ser a técnica em suas formas de organização interna ou essência e passa a residir sobre seus resultados verificáveis e os impactos no ambiente.

De um problema fundacionista e ético, o antagonismo entre tecnologia e ambiente se traveste em uma questão sociológica e organizacional. O enfoque é redirecionado para o resultado da atividade técnica, e não para a sua própria constituição. O debate colocado por ocasião do lançamento do livro “Limites do Crescimento” e seus desdobramentos posteriores seguiram essa lógica de avaliação, pela qual os efeitos da tecnologia, e não sua própria essência, que constituem efetivamente um problema ambiental.

Nesse artigo trataremos de abordar essas questões e colocar algumas perguntas que permeiam as discussões atuais sobre ambiente e tecnologia e propor a perspectiva da inovação como a tendência fundamental que pode permitir um salto nesse debate.

A hipótese que norteia esse trabalho consiste que os agentes ligados ao ideário ambientalista não incorporaram em suas análises reflexões mais acuradas sobre o fenômeno técnico, passando ao largo de uma abordagem que captasse as amplas possibilidades de incorporação do avanço tecnológico para a preservação ambiental na forma de inovação. Isso os impediu de perceber a positividade contida nas possibilidades de desenvolvimento tecnológico e a relação complexa entre os limites naturais e o avanço técnico.

Para tratar essas questões examinaremos em algum detalhe determinadas vertentes teóricas da sociologia ambiental que tratam da relação entre ambiente e tecnologia. São elas a teoria da contra-produtividade; a modernização ecológica e a teoria do risco. Apontaremos as principais perspectivas dessas tendências e seus alcances para se pensar o nosso tema..

Posteriormente discutiremos as limitações que essas abordagens apresentam para um avanço do debate em questão, e os entraves que precisam ser superados em sua compreensão do fenômeno técnico. E por fim esboçaremos uma agenda de pesquisa com tópicos e enfoques que permitam a construção de um debate renovado sobre tecnologia e ambiente, e com especial atenção para a atualidade da questão da inovação tecnológica como guia para a reflexão sobre esses temas.

POSIÇÕES TEÓRICAS SOBRE TECNOLOGIA E AMBIENTE

Como foi dito acima, a discussão sobre os impactos da tecnologia moderna sobre o meio ambiente teve uma longa trajetória. Desde os anos 60 essa polêmica tem angariado diversos combatentes teóricos no campo das ciências sociais, que podem ser divididos em três grupos principais.

Contraprodutividade

Durante os anos 70 e 80 um conjunto de intelectuais de diferentes correntes e áreas científicas, denominados por alguns como “Profetas do Apocalipse”, basearam suas colocações sobre a crise ambiental em uma crítica contundente ao desenvolvimento técnico⁴. Barry Commoner (1971), William Ophuls (1976; 1994) Michel Bosquet (1976), os cientistas ligados ao Clube de Roma (1972), Ivan Illich (1974) e outros foram expoentes do pensamento ambientalista que englobaram em suas críticas ao capitalismo industrial uma contundente oposição ao desenvolvimento tecnológico.

⁴ Ver McCORMICK, 1992: 81-96.

De acordo com Spaargaren (1996), esses autores constituem os teóricos da contra-produtividade, que defendem que a causa dos problemas socioambientais da contemporaneidade repousa nas condições e relações de produção capitalistas, que não incorporam em sua contabilidade o custo ambiental. Os efeitos desastrosos sobre o meio ambiente são originados da atividade industrial e tecnológica que não internaliza os custos ambientais da produção em termos de poluição, desmatamento etc. Observa-se de modo geral uma confluência dos economistas ambientais com os adeptos da teoria da contra-produtividade, segundo a qual o capitalismo não consegue ampliar sua rentabilidade na medida em que é forçado a repor constantemente o capital natural dispendido na atividade produtiva.

Para os participantes dessa corrente os sistemas tecnológicos modernos, baseados em uso intensivo de recursos energéticos e emissão de poluentes, representariam o grande fator desestabilizador do ambiente. Um exemplo típico dessa posição aparece nos trabalhos do biólogo americano Barry Commoner. Durante os anos 60 ele ficou célebre na área ambiental como um dos fundadores do Comitê para a Informação Nuclear, desempenhando papel relevante no movimento anti-nuclear dos Estados Unidos.

Em 1971 Commoner lançou o livro *The Closing Circle*, uma de suas principais obras. Nela o autor aponta que o problema da emissão de poluentes constitui a maior ameaça às condições de vida, levando em conta principalmente a situação ambiental no contexto norte-americano.

O capítulo 9 do livro contém o sugestivo título de “O defeito tecnológico” no qual Commoner sustenta que a partir do ano de 1946 os níveis de poluição ambiental nos Estados Unidos aumentaram em escala muito maior dos que as taxas de crescimento populacional e econômico. Para se compreender o grande avanço da crise ambiental americana, fazia-se necessário atentar a “como” a economia havia crescido, qual o sentido que as formas de acumulação tinham assumido.

Ao examinar a produção industrial americana dos 25 anos anteriores, Commoner descobre uma grande variação nas formas tecnológicas que passam a ser utilizadas: detergentes sintéticos, plásticos, fertilizantes químicos, pesticidas,

aparelhos de ar-condicionado, automóveis com motores de alta potência etc passam a dominar o cotidiano do cidadão americano, substituindo muitos dos produtos e materiais anteriormente utilizados e consumidos.

A poluição ambiental seria produto portanto não do crescimento econômico em si, mas da alteração do padrão tecnológico que passou a conduzir a atividade econômica. E como se pode observar esse fenômeno? Commoner faz uma afirmação interessante nesse ponto, que vale a pena ser reproduzida:

“Esse padrão de crescimento econômico é a maior causa da crise ambiental. Uma boa dose de mistério e confusão acerca da emergência súbita da crise ambiental pode ser removida ao apontarmos especificamente, poluente por poluente, como a transformação tecnológica na economia dos Estados Unidos no período pós-guerra produziu...os crescentes níveis de poluição ambiental.” (COMMONER, 1974: 144).

Commoner acredita poder discutir a crise ambiental americana discutindo, poluente por poluente, os efeitos nocivos das novas tecnologias produtivas. A perspectiva lançada por Commoner perpassa diversas discussões ambientais e tecnológicas. Segundo ele uma tecnologia deve ser contestada não por seus elementos próprios, mas pelos efeitos posteriores.

Outra questão emerge a partir das colocações de Commoner. Ele discute separadamente as atividades tecnológicas, no caso o plástico, os fertilizantes etc, como atividades autônomas. Para ele, o desenvolvimento tecnológico pode ser compartimentado em suas manifestações específicas enquanto gerador de poluentes e efeitos desastrosos ao meio ambiente.

As posições tomadas por Commoner em relação aos efeitos ambientais da tecnologia perpassam diversas outras correntes do pensamento ambiental, como o Clube de Roma e autores europeus relevantes como Gorz e Dupuy. Está presente em graus diversos em outros documentos como o “Blueprint for Survival” e na atuação de grupos ambientalistas diferentes como *Greenpeace* e *Earth First!*

Alguns aspectos podem ser apontados a partir dessa caracterização geral. Segundo muitos teóricos do ambientalismo, seria possível discutir a atividade tecnológica a partir de seus efeitos, na forma de poluição, desmatamento, aquecimento global. Outro aspecto importante dessa crítica tecnológica seria a perspectiva de se identificar determinadas tecnologias a seus efeitos, de modo a que se possa interferir especificamente em tal ou qual tecnologia. Por exemplo, o plástico teria como efeito a poluição dos rios, enquanto que os fertilizantes químicos significariam uma ameaça aos solos, e assim indefinidamente.

Modernização ecológica

Nos anos 80 a crítica do pensamento ambientalista à questão técnica assume conotações diversas. A tendência tecnofóbica hegemônica nos anos 70 começa a ceder lugar a uma perspectiva de aceitação de determinados tipos de investimento tecnológico na área ambiental.

A partir dos trabalhos dos pensadores alemães Joseph Huber e Martin Jänicke constituiu-se na Europa a teoria da modernização ecológica. Essa perspectiva defende que a crítica elaborada pelo pensamento ambientalista dos anos 70 não apresentam alternativas consistentes e realistas em termos de remodelação do setor produtivo, e faz-se necessário um investimento social para o aprimoramento das atividades econômicas. Ao invés de abandonar as instituições políticas e econômicas da Modernidade, o ambientalismo teria como tarefa incrementar alterações específicas de modo a aprimorar os resultados econômicos e ambientais.

Enquanto as tendências ambientalistas dos anos 70 eram críticas à modernização industrial das últimas décadas, a tese da modernização ecológica defende que a crise ambiental só pode ser superada a partir do desempenho eficiente e racional dos agentes sociais e econômicos capitalistas.

Mol (1995) representa uma das vozes mais destacadas da modernização ecológica, e afirma que em diversos países ocidentais é possível alcançar objetivos ambientais sem abrir mão dos mecanismos da economia de mercado e da indústria.

O estabelecimento de novas formas de produção e consumo responsável representam um caminho seguro para a conquista de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Dentro dessa proposta, ao invés de uma recusa à modernização social e produtiva, faz-se necessária uma hiper-modernização, capaz de garantir efetivamente desenvolvimento econômico e salvaguarda ambiental. Nesse contexto, o papel do desenvolvimento tecnológico é vital. A modernização ecológica percebe o avanço tecnológico como condição e não restrição para o alcance da melhoria da qualidade ambiental. Somente com a otimização dos processos produtivos e sua reestruturação tópica e contextual seria viável uma gestão mais qualificada de recursos e crescimento econômico.

Segundo a teoria da modernização ecológica, a transformação tecnológica não deve ser enfocada dentro de um padrão determinístico e fatalista, tão freqüente nas críticas ambientalistas tradicionais. Dois aspectos são importantes na avaliação da modernização ecológica: a atividade tecnológica precisa ser discutida de forma contextual em suas interfaces socioeconômicas, culturais e ambientais, e não tratada como variável independente e determinante; e os desenvolvimentos tecnológicos - e inclusive as tecnologias ambientais - tendem a ser reorganizadas de forma a atenderem demandas de sustentabilidade ambiental.

Os mercados e os mecanismos estatais de regulação não permitem mais o desrespeito a critérios ambientais. O investimento em fontes de energia limpas e na reestruturação de unidades produtivas segundo parâmetros de gestão ambiental representam para a modernização ecológica o atestado de que a questão tecnológica adquire um caráter proeminente na construção de práticas industriais sustentáveis.

Segundo Mol (1995), as críticas dos teóricos ambientalistas aos avanços tecnológicos negligenciam o potencial de intersecção entre a realidade ambiental e as atividades técnicas. No presente momento do avanço da problemática ambiental em diversas áreas de mercado e gestão pública, assiste-se a um imbricamento sério entre fórmulas de inovação e padrões de sustentabilidade.

...desenvolvimentos tecnológicos em geral - e não somente tecnologias ambientais - são cada vez mais (re)desenhados de acordo com critérios de racionalidade ecológica, em acréscimo a critérios econômicos e outros. Apesar dos critérios ecológicos não terem sido suficientemente incorporados até o momento, a tendência do desenvolvimento e design tecnológico está irreversivelmente direcionado a eles...” (MOL, 1995: 45).

Tecnologia e ambiente podem ser aproximados a partir do estabelecimento de trajetórias comuns, através do investimento em novas tecnologias ambientais. Se nos anos 70 as experiências de utilização de tecnologias limpas eram pontuais e ineficientes, a partir da década seguinte podem ser registrados significativos avanços em termos da institucionalização de sistemas técnicos complexos e novas formas de transporte, produção e consumo que redefinem os padrões ambientais das sociedades industrializadas.

Risco Social

No final dos 80 e na década posterior adquiriu grande espaço na teoria social sobre meio ambiente a perspectiva do risco. Tendo como marco a publicação do livro “Sociedade do Risco” em 1986 por Ulrich Beck, a teorização sobre a crise ambiental e a questão do risco social se impôs na agenda da sociologia ambiental.

Segundo Beck (1992), a emergência da sociedade de risco significa a entrada da modernidade em uma nova era de incertezas, em que a ciência e a tecnologia assumem papéis proeminentes. Elas representam as instituições que mais ampliaram os riscos da modernidade, através da artificialização dos processos naturais e da construção de uma sociabilidade indiferente aos resultados imprevisíveis das atividades econômicas.

A aceleração dos processos industriais e a imprevisibilidade dos efeitos colaterais da modernização contínua impõem uma reformulação geral dos parâmetros tecnológicos. Para os teóricos do risco, o incremento em tecnologias ambientais e a modernização dos sistemas industriais, da forma proposta pela modernização ecológica, constitui

um projeto inócuo. Isso porque o desempenho da atividade tecnológica frente a área ambiental não pode ser detectado enquanto efeitos de degradação ou desequilíbrio. Para a teoria do risco, os sistemas tecnológicos operam na maximização de situações imprevisíveis e cumulativas, que se encontram para além do cálculo formal operado por agentes de mercado e instâncias estatais.

O caráter impreciso e imprevisível dos rumos da modernização impede o diagnóstico direto e conclusivo acerca dos avanços tecnológicos atuais. Nesse sentido a teoria do risco se aproxima da crítica dos pensadores dos anos 70, na medida em que ambas as correntes duvidam da capacidade da modernização tecnológica em internalizar o custo ambiental da produtividade econômica. Não haveriam condições institucionais na moderna sociabilidade para se antever e enfrentar a crise ecossistêmica devido à crença generalizada nos instrumentos técnicos e de gestão do capitalismo industrial.

Apesar de ambas as correntes convergirem no diagnóstico negativo da modernização tecnológica em relação à conservação ambiental, a teoria do risco não compartilha dos pressupostos levantados pelos autores ligados à questão da contraprodutividade. Segundo Beck (1997), os efeitos prejudiciais da tecnologia sobre o ambiente não podem ser contabilizados enquanto índices de poluição, desmatamento ou degradação de ecossistemas específicos. Eles se fazem presentes dentro de uma lógica incerta e incontrolável da perspectiva das instituições normativas da modernidade.

“A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca...mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial. Enquanto esses desenvolvimentos forem vistos em contraposição ao horizonte conceitual da sociedade industrial e, portanto, como efeitos negativos de ação aparentemente responsável e calculável, seus efeitos de destruição do sistema permanecerão irreconhecíveis....(BECK, 1997: 19)

A busca de uma causalidade recorrente entre aplicação de tecnologias e efeitos ambientais negativos não se sustenta na condição da sociedade de risco. Na teoria social do risco, a contingência e o aleatório possuem um papel articulador fundamental, de modo que simplesmente o controle e limitação da modernização tecnológica não faz sentido. Os efeitos diretos e mensuráveis das práticas tecnológicas, situações de perigo iminente, não representam senão um aspecto parcial do problema enfrentado pelas sociedades industriais. A latência do risco exige um acompanhamento contínuo das atividades tecnológicas por intermédio de grupos de especialistas e não-especialistas, que não se pautam por questões de ordem impositiva e segura, mas pelo emprego da auto-reflexão e experimentação preventiva.

Na condição de modernidade, é impossível eliminar os riscos de forma pontual e específica como preconiza a perspectiva da contraproduktividade. Os riscos da utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos não podem ser aprioristicamente apontados e retirados, uma vez que remetem à absorção específica de um certo grupo de pessoas em determinadas condições de vida, as quais não podem ser idealmente generalizadas.

A perspectiva do risco aponta para a necessidade de uma contínua avaliação de impactos ambientais, que não podem ser confundidos com efeitos tecnológicos. Os primeiros se referem às formas específicas de absorção por parte de determinadas populações, enquanto que os últimos remetem a um conjunto de aspectos fixos e previsíveis, portanto fora do âmbito do risco.

INCONSISTÊNCIAS

O exame dessas diferentes teorias demonstra a importância capital da discussão tecnológica dentro da problemática ambiental. Não é possível tratar seriamente a sustentabilidade ambiental sem se ocupar seriamente das condições de intervenção social associadas à inovação e difusão de tecnologias.

Tentaremos agora mesmo que brevemente apresentar um balanço crítico dessa discussão e

apontar alguns problemas resultantes desse debate. Explicitaremos os argumentos respeitando o posicionamento de cada corrente teórica entre as que foram abordadas acima.

Os teóricos da contraproduktividade sustentam de diferentes maneiras que os efeitos da tecnologia geram saturação ecossistêmica principalmente na forma de poluição atmosférica, hídrica ou resíduos sólidos. Nas análises de Commoner, Gorz e no relatório Limites do Crescimento constrói-se recorrentemente a relação entre tecnologia e poluição, sendo que a superação desse impasse implica em técnicas de controle e limitação do conhecimento tecnológico existente.

Essa ligação entre problema ambiental e poluição obviamente reduz a complexidade do dinamismo tecnológico. O controle da poluição ocupou durante um bom tempo o topo da agenda ambiental dentro de uma postura defensiva e retrógrada em termos de inovação tecnológica. Ou seja, ao invés do incremento de práticas de inovação e difusão de tecnologias modificadas e melhoradas, sobressai nessa literatura uma postura contrária de pura limitação e supressão de processos e componentes.

Afetados pela postura heideggeriana de confronto com o pensamento técnico, os expoentes dessa tendência se recusavam a incluir na agenda ambiental um debate tecnológico renovado, mas pensavam a iniciativa técnica na lógica do controle. Isso se encontra expresso em Commoner e Gorz, mas também em Illich e Dupuy, outros autores de peso da corrente da contraproduktividade.

Seguindo essa lógica de raciocínio, aparece outro problema relevante na discussão envolvendo ambiente e tecnologia, a questão dos efeitos. Uma primeira pergunta pode ser colocada: a técnica pode ser reduzida a seus efeitos? Afirmar que um procedimento tecnológico deva ser revisto em virtude dos efeitos indesejáveis que gera no ambiente humano implica em igualar a essência da tecnicidade aos resultados obtidos.

Em outras palavras, os teóricos do movimento ambientalista só são capazes de enxergar a técnica a partir dos efeitos ou resultados visíveis em termos de poluição, desmatamento etc., o que não significa que estejam atentos à realidade técnica em sua contingência e organização internas.

Diferentes fábricas podem poluir a atmosfera emitindo gases. Esse seria um efeito indesejável da atividade tecnológica. Mas as fábricas, por serem diferentes, encerram processos produtivos específicos, componentes e acessórios diferenciados em sua cadeia de produção. Avaliar negativamente *in totum* as fábricas que emitem gases implica em negligenciar aspectos constitutivos da atividade técnica que são anteriores à emissão. O estabelecimento de multas e taxas inibidoras, uma prática social defendida pelos adeptos da postura da contraproduktividade, implica em generalizar arbitrariamente as mesmas sanções a práticas diferenciadas, que não podem ser percebidas em virtude de se igualar a tecnicidade aos seus efeitos perceptíveis.

Outra questão problemática no diagnóstico ambiental sobre o desenvolvimento tecnológico na segunda metade do século XX consiste no caráter fragmentado das análises. O filósofo da tecnologia Bertrand Gille (1981) afirma que o problema de trabalhos como o relatório “Limites do Crescimento” consiste em uma visão dispersa das formas tecnológicas, que passam a não constituírem sistemas de articulação. Para o autor, detectar desequilíbrios específicos e pontuais da tecnologia e negá-los um aspecto sistêmico e reticular representa a incapacidade de captar o fenômeno técnico em suas principais manifestações.

A tendência de todo desenvolvimento tecnológico é de se converter em um todo integrado e coerente, e seu rendimento deve ser medido pelas formas de integração e difusão, e não por manifestações pontuais e tópicas que por sua vez não remetem às possibilidades integrativas. A perspectiva do relatório “Limites do Crescimento” nesse sentido vai na contra-corrente do processo de avanço tecnológico na medida que fragmenta-o em suas manifestações aparentes e não os reintegra de modo sistêmico.

A proposta da modernização ecológica representa em certo sentido um avanço nesse debate, na medida em que coloca a possibilidade de se articular critérios de inovação tecnológica com perspectivas ecológicas para o estabelecimento de uma compatibilidade entre os dois setores (MOL, 1995).

As distorções que podem ser detectadas dentro dessa abordagem são aglutinadas em três pontos:

- 1) A aproximação exagerada entre tecnologia e indústria. Na concepção da modernização ecológica, os avanços tecnológicos se concentram demasiadamente em processos industriais, dando-se pouca atenção a modalidades de inovação que não se encaixam em plataformas de política industrial.
- 2) É enfatizado na tese da modernização ecológica que os critérios ecológicos de preservação de recursos e economia de energia devem ser a baliza das formas tecnológicas, como se as duas áreas fossem excludentes. Porém, diversos autores têm enfatizado que não há incongruência entre processos ambientais e o funcionamento de sistemas técnicos, na medida em que os dois dividem a mesma lógica. Há uma recorrência generalizada entre a construção de ambientes artificiais e suas condições de suporte, que se materializa na formação de híbridos de natureza e cultura que são os novos objetos técnicos (SANTOS, 1998; SANTOS, 1996; SIMONDON, 1969; SHIVA, 2001; HARAWAY, 2000). Os autores da modernização ecológica, na medida em que buscam a eficiência tecnológica a partir da adoção de critérios ambientais, negam o caráter essencialmente híbrido que as novas tecnologias possuem em sua interface com o ambiente.
- 3) É presente na modernização ecológica a premissa pela qual faz-se necessário adequar o quadro tecnológico a parâmetros ambientais por intermédio de formas de controle e ajuste. É recorrente então a ênfase em fórmulas de inibição à inovação e manutenção de trilhas tecnológicas convencionais. Mais importante do que o estabelecimento de novos arranjos tecnológicos é o impulso ao controle e fixação de parâmetros consagrados de inovação induzida. A abertura a modelos não convencionais de inovação é

secundária em relação à perspectiva de controle e ajuste ambiental.

Os teóricos do risco ambiental discutem a relação entre tecnologia e ambiente de forma diferente das outras tendências, mas alguns problemas semelhantes podem ser detectados. Eles insistem que os efeitos da atividade tecnológica são imprevisíveis e incertos, provocando danos ambientais incomensuráveis pelas formas de aferição tradicionais. A discussão do risco é baseada na perspectiva dos impactos ambientais difusos e na lógica da contingência social, em que um problema ambiental pode ser formado a partir da conjugação aleatória de diversos fatores.

O problema desse enfoque reside também na fixação de exterioridade entre o ambiental e o tecnológico. Apesar da dinâmica do risco possuir um grau de complexidade significativo, impedindo o estabelecimento de relações causais diretas entre fontes poluidoras e impactos ambientais, a correspondência entre os artefatos tecnológicos e as condições ambientais inexistente. Em outras palavras, a sociologia do risco mantém distantes e em postura de contenção tanto o avanço tecnológico quanto as condições ecossistêmicas.

Os produtos da indústria química podem atingir diferentes áreas de saúde e implicar de formas incertas e cambiáveis na segurança humana conforme um conjunto vasto de variáveis, mas mesmo assim é possível, na perspectiva do risco, avaliar e intervir mediante padrões de ajuste e controle tecnológico. Isso porque se mantém uma diferença essencial entre a prática industrial e os impactos futuros na vida social, os quais em tese podem ser equacionados por práticas de antecipação e contenção. Vale a pena retomar algumas observações de Beck sobre a relação entre riscos e antecipação.

“O centro da consciência de risco se posiciona não no presente mas no futuro. Na sociedade de risco, o passado perde a capacidade de determinar o presente. Seu lugar é ocupado pelo futuro, portanto algo não existente, inventado, dado como a “causa” da experiência e da ação corrente” (BECK, 1992: 34).

Essa discussão sobre o futuro e o risco repercute diretamente na discussão envolvendo a

problemática ambiental e a tecnologia. Segundo a formulação de Beck, a indústria química necessita incorporar normas de segurança e autocontrole para gerenciar de forma antecipatória os possíveis riscos advindos da comercialização de seus produtos. A relação entre os produtos industriais, normas de segurança e impactos no ecossistema e na vida cotidiana se dá de forma excludente, pois uma coisa é a atividade técnica, com suas peculiaridades e normas, e algo diverso consiste no impacto futuro, que representa o parâmetro da existência técnica. O produto químico sofre restrições em termos de risco e segurança mediante o cálculo probabilístico de seus possíveis impactos, que existem somente no futuro, independentemente das condições técnicas de sua própria confecção e inovação.

Em outras palavras, é possível ainda avaliar o avanço tecnológico por seus impactos em termos de risco e segurança, mas não por suas qualidades intrínsecas enquanto objetos técnicos. A atividade técnica em si é insignificante, pois ela só adquire sentido a partir de seus impactos futuros, que são por sua vez imprevisíveis. Esse é um aspecto significativo da teoria do risco, pois apesar de avançar na problematização da discussão ambiental apontando suas incertezas e ambivalências, mantém a compreensão dicotômica entre produtos tecnológicos e impactos no ambiente.

Nessa seção pretendemos apresentar sucintamente alguns problemas presentes nas principais correntes do ambientalismo em relação à temática tecnológica. A intenção foi de mostrar que há espaço para o estabelecimento de uma agenda de discussão que inclua novos parâmetros de avaliação da atividade tecnológica.

INOVAÇÃO E AMBIENTE

Nesta seção trataremos brevemente do conceito de inovação e sua importância para a integração da discussão ambiental com a problemática tecnológica em outros parâmetros de análise.

Como vimos anteriormente, a perspectiva dominante dos trabalhos de sociologia ambiental que lidam com a temática tecnológica consiste na

busca de parâmetros para a avaliação das tecnologias existentes ou seus impactos, atuais ou futuros, no meio. Seja através da noção de risco, de efeitos ou impactos, os teóricos do ambientalismo tendem a se ater no futuro dos ecossistemas a partir da técnica atual ou de formas de aprimoramento das tecnologias já existentes.

Mais recentemente vem se consolidando a necessidade de se incorporar com maior ênfase a perspectiva da inovação na discussão ambiental. A inovação, diferentemente da lógica da invenção, não se baseia na busca de novas propriedades técnicas ou novos produtos. Sua ênfase recai sobre a compatibilização entre o avanço tecnológico e as instituições sociais existentes, e não sobre o desenvolvimento de novas tecnologias (GILLE, 1961; STIEGLER, 1998).

Enquanto o capitalismo industrial se desenvolve a partir do desenvolvimento contínuo e cumulativo de novas ferramentas e produtos, ou seja, na lógica da invenção, as perspectivas de sustentabilidade são altamente prejudicadas. Prevalece então o desperdício de produtos, a redundância tecnológica expressas nos diferentes modelos e marcas colocados continuamente no mercado e a incompatibilidade entre equipamentos de linguagens diversas. Nesse contexto a construção de um sistema técnico integrado e coerente fica altamente prejudicado, comprometendo igualmente as condições de sustentabilidade ambiental (SANTOS, 1997; SANTOS, 1998).

O enfoque na inovação tecnológica redireciona o debate envolvendo técnica e ambiente, na medida que se incorpora não apenas o futuro do ambiente e das gerações humanas futuras, mas igualmente o dever técnico e sua integração com as instituições sociais.

Compatibilizar o ambiente com a tecnologia implica também em estabelecer metas e diretrizes a posteriori à segunda, mesmo porque obviamente é mais viável às sociedades humanas projetar as transformações tecnológicas do que controlar as dinâmicas dos ecossistemas a longo prazo.

A construção de políticas tecnológicas inovadoras representa atualmente um dos principais desafios para o ambientalismo, forçando-o a abandonar uma postura defensiva e restritiva frente

às amplas possibilidades de reestruturação política e social no mundo contemporâneo.

Enquanto as três correntes anteriormente discutidas enfatizam a regulação e o controle tecnológico para a diminuição de riscos e impactos, a perspectiva da inovação procura investir na exploração coletiva de compatibilizar os diferentes sistemas técnicos, diminuindo desperdícios, ampliando a funcionalidade de produtos e componentes e aumentando a reversibilidade de processos econômicos.

Segundo Foray & Grübler (1996), grande parte da discussão colocada pelo ambientalismo em relação à tecnologia se reduz a questões envolvendo recursos naturais e energia. Essa perspectiva reduz a problemática tecnológica a determinados eventos específicos ou a algumas tecnologias consideradas fundamentais. O desafio atual consiste em construir um paradigma tecnoeconômico ambiental, na qual:

“...a problemática da mudança tecnológica para resolver problemas ambientais não deve se limitar aos setores de energia e recursos naturais. Devido ao fato que em última instância o problema reside na alteração dos comportamentos sociais, padrões de consumo e modos de vida, a tecnologia deve ser considerada em uma visão holística...(FORAY & GRÜBLER, 1996: 4)”

A crítica do ambientalismo à realidade técnica estabeleceu um padrão de externalidade entre de um lado mudanças tecnológicas padronizadas e de outro os recursos geológicos fixados aprioristicamente enquanto reservas. Dentro dessa perspectiva são cabíveis apenas políticas de retenção tecnológica e iniciativas de curto prazo, e não a procura por padrões tecnológicos e organizacionais alternativos e flexíveis.

Para Freeman (1996) e Ruttan (1996) as tendências predominantes do ambientalismo frente à política tecnológica combinam métodos de regulação, incentivos econômicos e mudanças institucionais mas não oferecem a mesma atenção a formas alternativas de organização tecnológica e difusão de experiências. Inovação e difusão representam para esses autores o caminho social para a adequação de demandas tecnológicas e sociais com as condições do meio.

Para que as deficiências na articulação entre tecnologia e demandas ambientais sejam superadas são necessárias formas de redirecionamento das políticas científicas e tecnológicas, que privilegiem a diferenciação das matrizes energéticas e constituição de paradigmas técnicos que privilegiem a inovação constante e descentralizada (FREEMAN, 1996).

Enquanto as tecnologias ambientais forem induzidas a se fixarem em determinados limites e áreas de atuação, e a pesquisa científica e tecnológica não tiver a independência necessária para modificar as formas produtivas e a vida cotidiana, a sustentabilidade ambiental continuará à mercê de projetos políticos inconsistentes e inviáveis.

Princípios alternativos de inovação tecnológica que privilegiem a multifuncionalidade de operações técnicas, a reversibilidade de unidades produtivas e a compatibilização de componentes podem propiciar o agenciamento de futuras possibilidades de interação dinâmica entre os componentes do ambiente social.

A justiça distributiva e o acesso equitativo aos recursos naturais não podem ser alcançados sem o esforço contínuo pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão social. Somente o impulso à politização da inovação pode criar condições propícias ao cumprimento das metas de sustentabilidade.

A perspectiva de Andrew Feenberg (1991), um dos principais pensadores contemporâneos sobre a questão tecnológica vai exatamente nesse sentido. Para ele, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas em termos ambientais não é contrário à própria lógica tecnológica. A tendência desta consiste em construir continuamente novas sinergias entre o mundo natural, o homem e os dispositivos técnicos por intermédio da implementação contínua de inovações. A construção da sustentabilidade só poderá ser alcançada por inovações técnicas mediadas por instituições sociais democráticas, em que exista liberdade para pesquisa, controle de variáveis ambientais e planejamento orientado para a construção de sistemas técnicos sinergicamente integrados.

CONCLUSÃO

O risco tecnológico e os impactos da ciência no meio ambiente ocuparam a agenda sociológica durante duas décadas. Teóricos ligados a diferentes correntes de pensamento dentro do ambientalismo trataram dessa questão, ora com acuidade e rigor, ora por meio de esforços retóricos pouco consistentes. No momento atual, em que é possível um distanciamento frente alguns desses autores e correntes, constatamos que determinadas posições podem ser alvo de sérios questionamentos.

A sociologia em geral e a sociologia ambiental especificamente não vislumbram a possibilidade de se construir uma sociedade sustentável prescindindo da intervenção tecnológica e da pesquisa científica. Nesse ínterim a busca de formas negociadas de desenvolvimento social, que articulem o avanço tecnológico com as demandas coletivas, são o caminho necessário e difícil para a sustentabilidade.

O tema da inovação está ainda pouco presente nos debates envolvendo sustentabilidade e desenvolvimento. Especialmente na sociologia ambiental brasileira ainda é esparsa a preocupação com o fenômeno da inovação e difusão tecnológica, que são temas presentes na sociologia da ciência e centros de estudos sobre política tecnológica.

A predominância da perspectiva do risco ambiental talvez seja o fator responsável pela não incorporação dos temas de inovação no debate. Pelos rumos que vem tomando a problemática da finitude dos recursos e novas formas de gestão ambiental na sociedade contemporânea, acreditamos que o tema da inovação tenderá a se fortalecer na área.

BIBLIOGRAFIA

- BOSQUET, M. **Ecologia e Política**, Lisboa, Editorial Notícias, 1976.
- BRÜSEKE, F. A crítica da técnica moderna, *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRRJ, nº 10, abril 1998.
- _____ **A técnica e os riscos da modernidade**, Florianópolis, UFSC, 2001.

- CHATEAU, J.Y. Technophobie et optimisme technologique modernes et contemporaines, In: **Gilbert Simondon – une pensée de l’individuation et de la technique**, Paris, Albin Michel, 1994.
- COMMONER, B. **The closing circle**, New York, Bantam Books, 1974.
- DUPUY, J.P. **Introdução à crítica da ecologia política**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- FEENBERG, A. **Critical theory of technology**, Oxford, Oxford University Press, 1991.
- FERREIRA, L.C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro, *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 05, 2º semestre 1999.
- FORAY, D. & GRÜBLER, A. Technology and the environment: an overview, *Technological forecasting and social change*, v. 53, n.01, september 1996.
- FREEMAN, C. The greening of technology and models of innovation, *Technological forecasting and social change*, v. 53, n. 01, september 1996.
- GILLE, B. **Histoire des techniques**, Paris, Gallimard, (Encyclopédie de la Pléiade) 1978.
- GUHA, R. & MARTINEZ-ALIER, J. **Varieties of environmentalism**, London, Earthscan, 1997.
- HABERMAS, J. Ciência e técnica enquanto “ideologia”, *Os Pensadores*, São Paulo, Abril, 1983.
- HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**, Petrópolis, Vozes, 2002.
- HOTTOIS, G. **Simondon et la philosophie de la “culture technique”**, Bruxelles, De Boeck, 1993.
- KECHKIAN, A. “Sauver l’objet technique – entretien avec Gilbert Simondon”, *Espirit*, n. 76, 1983.
- LEIS, H. **Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**, Petrópolis, Florianópolis, Vozes, UFSC, 1999.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.
- MEADOWS, D. et al. **Limites do crescimento**, São Paulo, Perspectiva, 1972.
- OPHULS, W. **Ecology and the politics of scarcity**, San Francisco, Freeman, 1977.
- PACEY, A. **The culture of technology**, Cambridge, MIT Press, 1994.
- PORTER, G & BROWN, J. **Global environmental politics**, San Francisco, Westview Press, 1991.
- RUTTAN, V. Induced innovation and path-dependence: a reassessment with respect to agricultural development and the environment, *Technological forecasting and social change*, v. 53, n. 01, september 1996.
- SANTOS, L.G. Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil, In: ARAÚJO, H. (ed) **Tecnociência e Cultura**, São Paulo, Estação Liberdade, 1998.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**, São Paulo, Hucitec, 1997.
- SHIVA, V. **Biopirataria-a pilhagem da natureza e do conhecimento**, Petrópolis, Vozes, 2001.
- STIEGLER, B. **Technics and time 1**, Stanford, Stanford University Press, 1998.
- VIOLA, E. & LEIS, H. A evolução das política ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável, In: HOGAN, D. & VIEIRA, P. (orgs.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**, Campinas, Unicamp, 1992.

**A COLETA INFORMAL DE RESÍDUOS NO DISTRITO
DE BARÃO GERALDO - CAMPINAS - SP¹**

***AN INFORMAL COLLECTION OF WASTE IN
BARÃO GERALDO – CAMPINAS – SP***

**Cleci Schalemburger STREB²
Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA³**

RESUMO

O presente artigo, fruto de uma pesquisa mais ampla, procura analisar a coleta informal de resíduos e o perfil dos profissionais informais que realizam essa atividade no distrito de Barão Geraldo, Campinas, SP. Procurou-se avaliar a contribuição desta atividade profissional na dinâmica socio-ambiental contemporânea e sua importância na reciclagem de resíduos, atividade cada vez mais crescente no debate dos problemas ambientais das grandes cidades.

Palavras chave: *Resíduo sólido, coleta informal e qualidade de vida*

ABSTRACT

This article presents part of the results of a detailed research to analyze the informal waste collection and the profile of the people involved in this activity in Barão Geraldo, one of the districts of Campinas, in the state of São Paulo. The research intends to evaluate the contribution of the informal sector to the current socio-environmental dynamics and its importance regarding waste recycling, which has gained attention in current discussions concerning the environmental problems of large cities.

Key words: *Solid waste, Informal collection, quality of life.*

⁽¹⁾ Esta pesquisa é parte integrante de uma reflexão mais ampla sobre a coleta e disposição de resíduo no município de Campinas, SP e suas interfaces com questões energéticas e de qualidade de vida. Foi o tema da dissertação de mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM-Unicamp, 2001: *A coleta informal de lixo no município de Campinas – SP: uma análise na perspectiva das questões energéticas e da qualidade de vida*, desenvolvida por Cleci Schalemburger Streb, orientada por Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa, co-orientada por Ennio Peres da Silva e financiada pela CAPES.

⁽²⁾ É Cientista Social, Especialista em Gestão Ambiental, mestre em Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM, Unicamp e doutoranda no mesmo Programa.

⁽³⁾ É doutora em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Unicamp; Professora do Programa Pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM-Unicamp. Professora da Faculdade de Ciências Sociais, CCH – PUC-Campinas.

1. INTRODUÇÃO

A gestão dos resíduos sólidos domésticos têm se apresentado como um grande desafio para a sociedade contemporânea, tanto pela complexidade quanto pela gravidade do problema. Buscando compreender e apontar alternativas para a problemática associada à questão, aqui são abordadas questões relacionadas à atividade de coleta informal⁴ do distrito de Barão Geraldo, Campinas, SP.

A presença dos catadores de resíduos faz parte do cotidiano urbano brasileiro e sua atividade já é conhecida há algumas décadas no Brasil. Porém, nos últimos anos, observa-se que é cada vez maior o número destes trabalhadores nas cidades, o que pode indicar, de um lado, o atual quadro de degradação da qualidade de vida causado, entre outros, pelo agravamento dos problemas sociais, como de distribuição de renda e de políticas que priorizem a geração de empregos (Barbosa, 1996 e 2000) e, de outro, o fato de que a quantidade de resíduos coletados pode ser maior que a considerada oficialmente.

Quando se fala em coleta de resíduos urbanos, não se pode mais ignorar o trabalho dos catadores de lixo. Vilhena (1999) afirma que há anos a reciclagem é sustentada no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, pela coleta informal de materiais achados nas ruas e nos lixões. Estima-se para o Brasil a atuação de cerca de 200 mil catadores de rua, autônomos e em cooperativas, responsáveis pela coleta de vários tipos de materiais (Vilhena, 1999).

O mercado comprador dos produtos provenientes da coleta informal também vem crescendo. As indústrias de reciclagem de material preferem se valer de catadores a contratar funcionários para fazer a coleta, a separação e a triagem dos materiais (Bursztyn, 2000). Em Campinas, por exemplo, estão cadastradas na prefeitura 30 empresas que compram o material para reciclagem (PMC, 1998a), o que pode ser um demonstrativo da existência deste mercado. Há também rotas pré-estabelecidas para a coleta

informal, imitando as estabelecidas pelo Departamento de Limpeza Urbana - PMC, fato que pode ser observado, no Distrito de Barão Geraldo, nos dias em que é realizada a coleta seletiva oficial.

Outro fato que pode estar associado à atividade dos catadores de resíduos sólidos do município de Campinas, segundo relato dos responsáveis pela triagem dos resíduos recolhidos através da coleta oficial, é que a quantidade de embalagens de alumínio e de papel do lixo encaminhado para triagem vem diminuindo com relação aos outros materiais. Assim a atividade dos coletores informais de Campinas também tem se refletido na coleta seletiva oficial, através da redução da quantidade coletada.

Parece também que o perfil destes profissionais do lixo tem se modificado, pois além dos já tradicionais catadores de aterros e de rua com veículos de tração humana e animal, hoje é comum encontrar pessoas fazendo esta coleta utilizando veículos automotores, como foi observado ao longo da pesquisa. Fato que se tornou comum no cotidiano das cidades, inclusive no município de Campinas.

A própria conceituação da atividade dos catadores se modificou na última década (Vilhena, 1999). Este trabalho era visto com desconfiança, pois era sinônimo de marginalidade, sujeira e desorganização, hoje, além de considerado como gerador de limpeza, confiança, credibilidade, organização, boa remuneração e motivação social, é fonte de material de boa qualidade.

O tema coleta informal de resíduos tem sido abordado em estudo de diversos pesquisadores nos últimos anos, como, Figueiredo (1995), Portilho (1997), Caldeironi (1998), Vilhena (1999) e Bursztyn (2000), entre outros, o que não significa necessariamente que a discussão esteja esgotada.

Acredita-se que uma das questões a ser considerada quando se trata da coleta informal é a inexistência de dados quantitativos sobre esta atividade. Não há, por exemplo, dados sobre as quantidades coletadas, sobre a estrutura da coleta ou sobre a composição do material coletado. Os

⁽⁴⁾ Entende-se aqui como informal às atividades que envolvem desde o trabalho do catador até a comercialização dos resíduos. Considera-se o trabalho dos catadores como informal porque estes são desprovidos de qualquer direito trabalhista formal.

estudos que apresentam números sobre coleta seletiva geralmente são baseados em dados da coleta oficial e desconsideram a informal, apesar da evidência de que esta deve ser levada em conta.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA PARA ESTUDO

A delimitação de uma área para observação sistemática da atividade dos catadores de lixo dentro do município Campinas se fez necessária, considerando-se as dificuldades para o levantamento de dados quantitativos. Entre elas pode-se citar, a hipótese de haver catador trabalhando em toda a cidade, e o fato de, no período em que foi realizado este estudo, existir apenas uma associação⁵ destes trabalhadores no município⁶. Além disso, segundo informações coletadas junto aos técnicos do DLU-PMC (2000), não há registros na prefeitura sobre quem e quantos são os catadores. Assim, tomou-se como limite geográfico o distrito de Barão Geraldo.

A escolha de Barão Geraldo se deve, entre outros, ao fato deste ser pioneiro em coleta seletiva de resíduos em Campinas (PMC, 1998b) o que pode indicar que há neste distrito uma demanda de materiais passíveis de reciclagem. Barão Geraldo está localizado na região norte da cidade de Campinas e possui uma população de 65.000 habitantes⁷. O distrito se destaca por sua dinâmica de desenvolvimento e urbanização que se intensificou principalmente nas últimas três décadas, e está diretamente ligado à implementação da Universidade Estadual de Campinas (PMC, 1998b). Possui a estrutura urbana de uma cidade, sendo sede de filiais de seis grandes agências bancárias, possui supermercados, farmácias, lojas, tem um jornal próprio, além de diversas escolas de ensino fundamental e médio (ACIC, 2000). O perfil sócio-cultural é bastante alto, não ocorrendo

favelas ou ocupações precárias. Quanto ao nível de instrução dos habitantes, 73% da população possui estudo fundamental ou médio. Somente 4% não possuem nenhum nível de instrução completo⁸ (Miranda et al, 1996).

3. PERFIL DOS CATADORES DE BARÃO GERALDO

Para saber quem são os catadores de Barão Geraldo escolheu-se como metodologia à aplicação de entrevistas e observação da atividade dos mesmos⁹. Nestas entrevistas foram abordadas questões como estrutura material dos catadores, quantidade coletada, forma de comercialização, renda proveniente da reciclagem e número de pessoas envolvidas na atividade. Ou seja, procurou-se levantar informações que permitam comparar a atividade dos catadores com a coleta seletiva oficial.

No levantamento dos dados sobre os catadores, adotou-se como ponto de partida o acompanhamento da rotina de alguns destes trabalhadores. Para isso foi escolhida uma família, que é tida pelos moradores do distrito como a mais antiga exercendo esta atividade¹⁰. Esta família é conhecida, entre outros motivos, por fazer campanhas de arrecadação de materiais recicláveis juntos aos habitantes da moradia estudantil da UNICAMP. Durante uma semana acompanhou-se a atividade destes catadores, que usam carroça, pelas ruas do distrito de Barão Geraldo.

Esperava-se certa resistência por parte dos catadores em prestar informações sobre sua atividade, considerando-se que do ponto de vista jurídico, esta prática é ilegal. Segundo a legislação municipal, *o direito de coleta de resíduos em Campinas é restrito ao DLU, que pode conceder a coleta a empresas especializadas* (PMC, 1996a).

⁽⁵⁾ A Cooperativa Aliança de Coleta e Manuseio de Recicláveis São Judas Tadeu, que está ligada à Igreja Nossa Senhora das Dores no Bairro Cambuí, próximo da região central da cidade. Esta Cooperativa nasceu da iniciativa de um grupo de frequentadores daquela igreja e da participação na ONG EDH (Educação e Desenvolvimento Humano). Segundo o Sr. Cheda, pertencente a ONG EDH, esta cooperativa agrega 20 trabalhadores que residem no bairro ou nas proximidades (entrevista em 11 de novembro de 2000).

⁽⁶⁾ Hoje há cinco cooperativas em funcionamento no município de Campinas.

⁽⁷⁾ Estimativa para 2003: www.baraogeraldo.com.br

⁽⁸⁾ Esta pesquisa não identificou nenhum analfabeto.

⁽⁹⁾ O levantamento dos dados sobre os catadores foi feito no período entre os meses de janeiro e maio de 2000.

⁽¹⁰⁾ Jornal *Integração* – 05 a 11 de abril de 2000.

Acredita-se que o fato estar acompanhando um grupo de catadores e de ser apresentada por estes aos demais colegas de atividade como pesquisadora e moradora do distrito, tenha facilitado a abordagem dos demais, pois estes se sentiam confiantes para prestar informações.

Para computar o número de catadores trabalhando em Barão Geraldo foi à indicação feita por eles mesmos. O número total de catadores foi obtido através do cruzamento das informações fornecidas por cada um, chegando-se ao número total de 19 trabalhadores no distrito¹¹. São considerados como catadores as pessoas que informam trabalhar pelo menos três vezes por

semana nesta atividade. Os dados sobre o trabalho dos catadores de resíduos em Barão Geraldo informam que 68% destes, é composto de pessoas que possuíam emprego formal e hoje estão desempregadas.

Estes dados superam as estimativas elaboradas pela ACIC (2000) sobre o trabalho informal na cidade. De acordo com este estudo, a mão-de-obra informal era cerca de 50% da força de trabalho ocupada em Campinas no ano 2000.

Agrupando-se as informações fornecidas por estes trabalhadores, conforme mostra a Tabela 01, pode-se caracterizar esta atividade em Barão Geraldo.

Tabela 01. Qualificação dos catadores.

Nº *	Local de domicílio	Gênero	Escolaridade	Emprego	Tempo de atividade **
1	Vila Sta. Isabel	M	1º grau incompleto	Desempregado	32 meses
2	Vila Sta. Isabel	M	Graduação	Desempregado	20 meses
3	Vila Sta. Isabel	M	2º grau completo	Desempregado	26 meses
4	Vila Sta. Isabel	M	2º grau incompleto	Desempregado	26 meses
5	Condomínio Rio Pedras	M	Analfabeto	Porteiro	18 meses
6	Vila Sta. Isabel	M	Graduação	Aposentado	6 meses
7	Paulínia	M	Analfabeto	Jardineiro	26 meses
8	Jd. Independência	F	1º grau incompleto	Aposentada	14 meses
9	Jd. do Sol	M	1º grau incompleto	Autônomo	14 meses
10	Cid. Universitária	M	1º grau completo	Entregador de Pizza	26 meses
11	Cid. Universitária	F	2º grau incompleto	Desempregada	26 meses
12	Jd. São Gonçalo	M	1º grau incompleto	Desempregado	9 meses
13	Jd. São Gonçalo	M	1º grau incompleto	Desempregado	16 meses
14	Real Parque	M	1º grau completo	Desempregado	8 meses
15	Real Parque	M	1º grau completo	Desempregado	8 meses
16	Real Parque	M	1º grau completo	Desempregado	8 meses
17	Guará	M	1º grau incompleto	Carpinteiro	10 meses
18	Real Parque	M	1º grau incompleto	Desempregado	6 meses
19	Real Parque	F	1º grau incompleto	Desempregada	6 meses

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa de campo, 2000.

(*) Esta numeração corresponde à ordem das entrevistas.

(**) Os números que se referem ao tempo de trabalho no mês de dezembro de 2000.

⁽¹¹⁾ Com relação a este número, há de se considerar que os próprios catadores não sabem ao certo quantos são, e queixam-se de que a cada dia “aparece” um novo catador em Barão Geraldo.

Partindo dos dados acima apresentados pode-se afirmar que a atividade de catar lixo em Barão Geraldo é exercida basicamente por moradores do distrito. Pode-se apontar as seguintes exceções com relação aos catadores: a presença de três mulheres, sendo que apenas uma trabalha sozinha; o fato de haver dois catadores com escolaridade de nível superior; o fato de que apenas um coletor não estar domiciliado no distrito, sendo morador da cidade de Paulínia¹². Entre os catadores observa-se que 84% são homens. A escolaridade média é de primeiro grau incompleto (52%), dado compatível com o grau de escolaridade dos moradores do distrito (Miranda et. al, 1996).

Com relação à idade dos catadores de lixo de Barão Geraldo, mesmo não tendo sido feito um levantamento sistemático, observou-se que esta atividade é exercida principalmente por jovens com idade média aproximada de 30 anos.

No que se refere à estrutura material dos catadores, constatou-se que todos são proprietários dos equipamentos utilizados para a coleta (automóveis, carroças e cavalos). Durante as entrevistas, observou-se também que quase a totalidade dos catadores possui telefone celular, sendo este o meio de comunicação usado entre eles e os produtores de resíduo. Segundo relatos dos mesmos, muitas famílias separam os resíduos recicláveis e telefonam para que eles coletem. Destaca-se também o fato de que a maioria reside em casa própria mas, não possui depósito de material, nem automóvel para transportar o material coletado, como mostra a Tabela 02.

Tabela 02. Infra-estrutura material dos catadores (%).

Bens	Sim	Não
Casa própria	66	33
Automóvel	42	58
Estoque de material	25	75

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa de campo, 2000.

No que se refere ao estoque de material, mesmo que três trabalhadores possuam locais adequados para isso, todos alegam que é impossível guardar o material coletado por mais de quinze dias, pois como eles não possuem reservas financeiras, eles necessitam do dinheiro proveniente da venda destes com certa urgência, para garantir o sustento de suas famílias.

Os dois catadores que possuem depósito de resíduos relataram que os vizinhos reclamam do suposto “mau cheiro” e que estes têm denunciado tal fato a PMC. Segundo estes catadores, estas reclamações feitas à prefeitura têm resultado em visitas de agentes ligados à Secretaria de Saúde, que prestam informações sobre como acondicionar corretamente o material no depósito, a fim de evitar os riscos associados à deposição inadequada de lixo, como por exemplo à proliferação de doenças como a dengue¹³.

Outro fato observado com relação à atividade dos catadores é que 53% trabalham em grupo, em geral composto por pessoas da mesma família. Agrupando-se o total de catadores por grupos de pessoas exercendo a atividade chega-se a um número de doze grupos, como mostra a Tabela 03.

A maioria dos catadores relata ser o responsável pelo sustento de suas famílias, afirmando que esta é a principal fonte de renda. Sabendo-se que no Grupo 1 há quatro chefes de família, e que nos Grupos 6 e 9 há dois chefes de família em cada, pode-se afirmar que a atividade dos catadores ajuda sustentar dezesseis famílias em Barão Geraldo.

Questionados sobre sua atividade, os catadores advogam que catar lixo é um trabalho como outro qualquer, mas, ao mesmo tempo, reclamam de sua condição de exclusão. Muitos afirmam estar exercendo a atividade de catar lixo motivados pela crise social e econômica que o país vem enfrentando nas últimas décadas e que se

⁽¹²⁾ Este trabalhador vem diariamente para Barão Geraldo, tendo como meio de locomoção a carroça que também é utilizada para transportar o resultado de seu trabalho.

⁽¹³⁾ Estas visitas dos agentes da Secretaria de Saúde são um reflexo de que a PMC tem conhecimento sobre a atividade dos catadores. Mas, ao mesmo tempo, não há indícios de que a PMC tenha preocupações com o aspecto empresarial da atividade, pois mesmo sabendo da existência destes depósitos, segundo os catadores, nunca foi sugerido pelos fiscais que fazem as inspeções que eles legalizassem sua atividade. Este fato pode denotar que esta atividade, apesar de ser ilegal, é conveniente para a PMC. Como já foi dito, os catadores estão fazendo um serviço que é de responsabilidade do PMC, e esta não faz nada para melhorar as condições de trabalho destas pessoas.

refletiu em altos índices de desemprego. Alguns destes jovens afirmam que perderam junto com seus empregos o status social a eles associados¹⁴ e queixam-se de ter perdido muitos amigos após terem ingressado nesta atividade. Nesse sentido, pode-se afirmar que esse dado observado para esse conjunto de trabalhadores vem corroborar o que tem sido encontrado na literatura, a flexibilidade do capitalismo contemporâneo tem incidido arduamente na vida pessoal dos trabalhadores e conseqüentemente em sua qualidade de vida, ou no caráter do trabalhador, já que o termo *concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional* (Sennett, 1999; Dejours, 2000).

Concomitante, alguns catadores vangloriam-se de estar contribuindo para uma melhor qualidade do meio ambiente por coletarem resíduos que tradicionalmente não seriam coletados, pois a coleta oficial só recolhe o material que estiver acondicionado nas lixeiras, enquanto eles adentram

terrenos baldios, córregos e outros locais de difícil acesso em busca dos recicláveis.

Contrariando o discurso anterior, quando questionados sobre a quantidade de material coletado e a renda proveniente da atividade, muitos caem em contradição e substituem a fala sobre *limpeza da cidade, coleta diferenciada e reciclagem* por reclamações a respeito da redução da quantidade de material coletado, relacionada principalmente pela inserção de novos catadores na atividade.

Sobre a implementação da reciclagem como forma de minimizar problemas decorrentes dos resíduos, Fuente (2003) afiança que, não basta implementar programas de reciclagem para reduzir o volume de resíduos gerados nas cidades. Pois, o incremento da reciclagem pode resultar, também, no aumento da geração de resíduos. Para o autor, uma política moderna deve apontar maneiras simultâneas visando diminuir a geração de resíduos, incentivar o reuso e aumentar a reciclagem de todo o resíduo que não se pode evitar.

Tabela 03. Estrutura da atividade por grupo de trabalho.

Grupo	Número de pessoas	Relação familiar
1	4	Pai e três filhos adultos casados
2	1	Chefe de família
3	1	Chefe de família
4	1	Chefe de família
5	1	Chefe de família (Viúva)
6	2	Amigos
7	2	Casal
8	1	Chefe de família
9	2	Irmãos
10	1	Chefe de família
11	1	Menino
12	2	Casal

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa de campo, 2000.

⁽¹⁴⁾ Vale a pena destacar que a preocupação com a perda do *status* social associado ao emprego parece ser motivo de inquietação para muitos brasileiros. Pelo menos é o que mostra uma reportagem publicada pela revista *Época* (22/06/98), sobre o desemprego no país. Uma das perguntas feitas aos brasileiros era: “que mais o assusta no desemprego?” a maioria das respostas foi: “1º - não ter dinheiro para pagar as despesas básicas (alimentos e vestuário); 2º - não ter dinheiro para pagar despesas com saúde e educação; 3º - não manter o padrão de vida atual; 4º - nenhuma/não sabe”.

Porém, ao que parece, a redução da quantidade de resíduos gerados na fonte, que é uma das recomendações para minorar os problemas provenientes do lixo, passa longe do ideal dos catadores, atitude que se justifica, considerando-se sua real situação econômica e financeira e o fato de que esta é a única fonte de renda de 63% dos catadores em atividade no distrito de Barão Geraldo.

Com relação à aparente escassez de material para todos os catadores, Bursztyn (2000) afirma que apesar da produção de resíduos ser constante e crescente, com o problema da distribuição de renda e conseqüente aumento da pobreza e miséria no Brasil hoje é possível dizer que *o lixo não dá para todos os pobres*. No que se refere à renda, de acordo com dados publicados pelo IPT/CEMPRE (2000), ao contrário do que se possa imaginar, os catadores têm remuneração acima da média brasileira e não são mendigos. Estudos em várias cidades do Brasil já comprovaram que a renda de catadores de rua, na maioria dos casos, supera o salário mínimo.

Em Barão Geraldo, a maioria dos catadores informou não saber ao certo qual é a renda proveniente da atividade de catar lixo. Além disso, há que se considerar o fato de que 31% dos trabalhadores exercem outras atividades, tendo outras fontes de renda, nem sempre fixas. Os que declaram sua renda afirmam receber em média R\$ 350,00 mensais.

A renda dos catadores de lixo de Barão Geraldo está de acordo com a renda dos catadores da Cooperativa Aliança de Coleta e Manuseio de Recicláveis São Judas Tadeu, que agrega os catadores do Bairro Cambuí. Segundo um dos organizadores desta cooperativa, os trabalhadores a ela associados recebem entre R\$ 350,00 e R\$ 400,00 por mês¹⁵. Esta renda também está de acordo com os divulgados por Vilhena (1999),

como a média de renda dos catadores de grandes cidades brasileiras.

4. QUANTIDADE E COMPOSIÇÃO DO MATERIAL COLETADO EM BARÃO GERALDO

A operacionalização da coleta seletiva informal segue uma lógica estabelecida pelos catadores que privilegia a coleta dos resíduos antes que os caminhões coletores passem. Os catadores seguem roteiros próprios, e a maioria possui rotas pré-estabelecidas. A rotina dos catadores de Barão Geraldo pode ser assim resumida: os catadores iniciam suas atividades no período da manhã, antes do horário da coleta oficial, percorrendo o distrito em busca de material depositado pela população para ser recolhido através da coleta oficial¹⁶; no restante do dia, atendem a chamados dos moradores de Barão, e até mesmo de locais públicos como escolas, para coletarem materiais que são guardados para eles¹⁷ e fazem a triagem do material coletado. Observou-se que muitos catadores são abordados na rua por moradores, pedindo para que façam a coleta em seus domicílios. Este fato pode ser um indício de que a população de Barão aceita a atividade do catador¹⁸.

Também foi possível observar que em dias em que há pouco material disponível para coleta nos domicílios, os catadores recorrem a lixões e depósitos clandestinos, como margens de córregos e terrenos baldios, além de estabelecimentos comerciais, em busca de recicláveis. Pode-se dizer que este é um ponto diferencial entre o trabalho dos catadores e o da prefeitura. O catador vai além dos limites de coleta estabelecidos pela prefeitura. Ele recolhe materiais que não estão corretamente acondicionados, ou sucatas de grande porte (como fogões, portas, sofás) que a prefeitura não coletaria.

⁽¹⁵⁾ Entrevista concedida em 11 de novembro de 2000.

⁽¹⁶⁾ Com relação ao lixo depositado em lixeira para ser coletado pela coleta comum, os catadores afirmam que só abrem os sacos de lixo quando percebem que ali há embalagens de alumínio ou grandes quantidades de papéis. Eles alegam que deixam de coletar muito material, pois preferem não abrir as embalagens temendo ferimentos com cacos de vidro e outro objetos.

⁽¹⁷⁾ Percebe-se que há uma cumplicidade entre alguns catadores e os coletores das empresas responsáveis pela coleta comum. Quando há grandes quantidades de materiais recicláveis visíveis no lixo, os coletores das empresas deixam este material nas lixeiras para os catadores (fato observado no acompanhamento da rotina dos catadores).

⁽¹⁸⁾ Muitos moradores de Barão Geraldo afirmam que não têm conhecimento da coleta seletiva feita pelo DLU.

Foi possível observar, catadores fazendo a limpeza de oficinas mecânicas, o que pode significar o desvio de materiais que poderiam ter como local de destino o lixão. Esta afirmação se justifica, considerando-se a quantidade e especificidade dos materiais jogados em um lixão situado às margens de uma rodovia que cruza o distrito de Barão Geraldo¹⁹.

Neste local é possível encontrar diversos tipos de materiais. Entre eles impressiona a grande quantidade de pneus usados e tapetes de automóveis, o que pode indicar que seja um local de despejo

utilizado pelas oficinas mecânicas do distrito. Observa-se também a presença de roupas e resíduos de jardinagem, além de papéis, vidros, plásticos e metais passíveis de reciclagem.

Comparando-se os números relativos à quantidade coletada pelos catadores (44,2 t./mês), como mostra a Tabela 04, com os da coleta oficial do DLU [29,080 t./mês] (DLU, 2000), pode-se afirmar que o total coletado pelos dezenove catadores é de 15,120 t./mês a mais, ou seja 21% a mais que o DLU.

Tabela 04. Relação entre tipo de veículo e quantidade de material coletado.

Grupo	Tipo de veículo	Pessoas por veículo	Quantidade coletada pelo grupo (t/mês)	% do total
1	2 Carroças	4	14	32
2	Tração humana	1	1,3	3
3	FORD - Belina	1	0,4	1
4	Carroça	1	3,7	8
5	Sem veículo	1	0,5	1
6	FORD - F1000	2	5,7	13
7	VW - Saveiro	2	6,9	16,6
8	Carroça	1	1,5	3
9	VW - Kombi	2	4,4	10
10	VW - Brasília	1	2,3	5
11	Bicicleta	1	0,5	1
12	Tração humana	2	3,0	7
Total		19	44,2	100

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa de campo, 2000.

(*) total coletado pelo conjunto de catadores.

A quantidade de resíduos coletada pelos catadores de Barão Geraldo está de acordo com o total coletado pelos trabalhadores da Cooperativa do Bairro Cambuí. Segundo os responsáveis por esta cooperativa, os vinte catadores associados coletam um total de 55 t./mês de resíduos.

Com relação à forma de coleta, partindo dos dados da pesquisa pode afirmar que a maioria do lixo coletado informalmente no distrito de Barão é

feita por automóveis, o que corresponde a 45% do total, seguido por 43% coletado por carroças e 12% de outras formas.

Comparando-se a composição percentual do lixo coletado pelos catadores com o coletado pelo DLU (Tabela 05), percebe-se que a quantidade de papel coletada pelos catadores equivale à quantidade coletada pelo DLU (39%). Com relação ao vidro e ao plástico, a quantidade coletada pelos

⁽¹⁹⁾ Este lixão está situado às margens da rodovia SP-332, que liga os municípios de Campinas e Paulínia.

catadores é muito menor que a coletada pelo DLU (19% e 18%, respectivamente). Este fato já era esperado, porque os catadores afirmaram preferir os materiais mais pesados e de menor volume, e só coletam o material que tem *mercado*. De acordo com suas informações, os compradores de plástico *não pagam direito*; já para o vidro, além da dificuldade de acondicionamento, só há um comprador no distrito de Barão.

Tabela 05. Comparação entre composição do material proveniente da coleta oficial e do coletado por catadores (% do total).

Material	Coleta oficial	Coleta informal
Papéis diversos	39	45
Vidro	19	8
Plástico	18	7
Metais	23	36
Alumínio	6	4

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa de campo, 2000.

Um detalhe observado com relação à infraestrutura para o beneficiamento do material coletado é que apenas dois grupos de catadores possuem terreno próprio para triagem e depósito do material. Nenhum possui esteira ou prensa e por isso a triagem é feita manualmente.

Também se observou na pesquisa, os catadores não utilizam nenhum equipamento de proteção contra acidentes que podem acontecer durante a triagem. O descaso com a segurança e saúde também se repete na coleta, pois se observou que, mesmo queixando-se dos perigos de coletar em lixão, os catadores trabalham sem equipamentos de proteção individual tais como: luvas, máscaras e botas e muitas vezes usando calças curtas, o que aumenta o risco de contaminação por doenças provenientes do lixo.

No que se refere aos rejeitos provenientes da triagem do material coletado pelos catadores, o índice é baixo, pois eles geralmente escolhem o que querem coletar. A triagem se restringe à separação de diferentes materiais recicláveis. Quando há rejeitos, eles são destinados para a coleta comum, e isto é facilitado pelo fato de a maioria dos

catadores depositarem o resultado de seu trabalho nos domicílios; assim os rejeitos são recolhidos com o lixo de suas residências.

Com relação à segregação dos materiais recicláveis na fonte de origem, no domicílio onde ele é produzido, muitos catadores reclamam que as pessoas não têm o hábito de separar o material reciclável do lixo orgânico, o que dificulta o trabalho e reduz a quantidade potencialmente coletável. Eles afirmam não terem o hábito de abrir embalagens de lixo em que identificam a presença de resíduos orgânicos.

Esta informação está de acordo com os dados do DLU-PMC (2000) sobre a coleta domiciliar comum, que indicam que, do total de lixo encaminhado para o aterro, 40% é passível de reciclagem. Os dados também são verdadeiros considerando-se o fato de que a adesão à coleta seletiva oficial, inclusive em Barão Geraldo, é de apenas metade da população (Salek, 2000), e o total de resíduos reciclados gira em torno de 3% dos resíduos sólidos domésticos produzidos no município.

5. DESTINO FINAL E PREÇO DE VENDA DO LIXO COLETADO POR CATADORES

Dependendo da quantidade e regularidade da coleta, o material poderá ser comercializado com pequenos, médios ou grandes sucateiros, ou ainda diretamente com catadores autônomos ou organizados em cooperativas. Caso a quantidade de material separado seja grande, existe a possibilidade de venda direta para a indústria recicladora (Vilhena, 1999). Em Barão Geraldo, o material resultante do trabalho dos catadores é vendido para sucateiros com empresas no município, e para empresas recicladoras localizada nas proximidades, como mostra a Tabela 06.

Em Campinas não há nenhuma empresa que faça a reciclagem de resíduos. Apesar de alguns materiais serem vendidos aqui, eles são repassados para indústrias em outros municípios, servindo as empresas de Campinas como intermediárias no processo.

Tabela 06. Municípios receptores do lixo coletado em Barão Geraldo, Campinas, SP.

Material	Municípios
Papel	Campinas
Plástico	Hortolândia
Vidro	Campinas
Alumínio	Hortolândia

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa de campo, 2000.

Ainda que o material coletado pelos catadores tenha o mesmo valor de mercado que o triado nas empresas que fazem a triagem do material recolhido pela coleta oficial ele é vendido por um preço menor, como pode ser visualizado na Tabela 07, que mostra a comparação entre os preços obtidos pelos catadores e empresas triadoras.

Tabela 07. Preço de venda do material coletado pelos catadores.

Material	Preço (R\$/t)
Papel	150,00*
Plástico	100,00
Vidro	30,00**
Alumínio	1.300,00

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa de campo, 2000.

(*) A maioria dos catadores vende o papel misturado.

(**) Este é o preço pago pelo caco de vidro.

Segundo relato dos catadores, esta diferença de preços se deve principalmente ao fato de muitos deles não possuírem condições financeiras que permitam ficar muito tempo sem vender este material. Eles queixam-se, também, de não possuírem estrutura física para fazerem depósitos de materiais e não terem veículos disponíveis para transportá-los até os compradores. Quanto maior a quantidade de material triado maior seria seu poder de barganha.

Vilhena (1999) preconiza que a organização dos catadores em cooperativas poderá ampliar

significativamente a produtividade e mesmo os ganhos individuais. É principalmente com este intuito que alguns catadores de Barão Geraldo defendem a criação de uma cooperativa neste distrito.

Assim, como vem sendo argumentado ao longo deste paper, e como se evidenciou no estudo sobre as diferentes formas de coleta em Campinas, muitas das dificuldades relacionadas à coleta de resíduos poderiam ser transpostas, e os benéficos sociais, ambientais e energéticos da reciclagem poderiam ser ampliados se houvesse maior investimento do poder público e da sociedade em geral.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi analisada a coleta informal de resíduos sólidos domiciliares no município de Campinas-SP, onde se preconizou uma análise na perspectiva da qualidade de vida.

Confirmando a hipótese levantada neste trabalho, depois de um estudo sistemático sobre a atividade dos catadores de lixo do distrito de Barão Geraldo, município de Campinas-SP, pode-se afirmar que de fato, existe um razoável número de catadores trabalhando, diariamente, no distrito e, que, ela é responsável pelo recolhimento de grande quantidade de resíduos passíveis de reciclagem.

Isto pode estar relacionado ao fato de o próprio conceito de resíduos, bem como o perfil dos catadores tem se modificado nas últimas décadas, como descrito na literatura sobre o tema. Provavelmente, influenciada por estas mudanças, a população tende a aceitar a inserção e o crescimento deste tipo de atividade no cotidiano das cidades.

Não se sabe ao certo quem são os catadores de resíduos, como foi possível perceber nesta pesquisa, pois não há nenhum registro oficial sobre quem são os catadores e qual sua participação na coleta seletiva de resíduos sólidos.

De fato, é difícil saber quem são estes trabalhadores, pois, por ser uma atividade considerada ilegal do ponto de vista jurídico, obviamente, eles não procuram pelos órgãos

oficiais, do mesmo modo que estes, quer por falta de infraestrutura, ou de interesse, não procuram conhecer e saber como vivem estes cidadãos.

O conhecimento e compreensão da atividade dos catadores foram viabilizados, nesta pesquisa, através da construção de uma relação de confiança que possibilitou a análise sistemática, acompanhamento da rotina e entrevista com os mesmos. Assim, pode-se afirmar que os catadores são facilmente contatáveis e acessíveis.

Sobre os catadores que trabalham em Barão Geraldo, na sua maioria são homens, jovens, residentes no distrito, com razoável grau de instrução, e infra-estrutura material, que faziam parte do mercado de trabalho formal e atualmente estão desempregados, buscando novas colocações neste, confirmando o que vem sendo descrito na literatura sobre a situação de empregos nos centros urbanos, reflexo da corrente crise sócio-econômica global.

Os catadores de Barão Geraldo trabalham, na maioria, em grupo, recolhem uma quantidade significativa de resíduos e tem nesta atividade a principal fonte de renda de suas famílias. Os dezenove catadores informais, são responsáveis pela coleta de 44,2 t./mês, enquanto através da coleta seletiva oficial o total é de 29,080 t./mês, ou seja, a quantidade de resíduos coletados seletivamente é superior em 52% do que vem sendo considerado oficialmente. Portanto, os resultados mostram que coleta informal precisa ser levada em conta quando se fala de reciclagem de resíduos.

Reconhece-se a importância da atividade dos catadores para sua própria subsistência e para o processo de reciclagem. Eles recolhem a maior parte dos resíduos coletados seletivamente. Assim, fica evidente que os estudos que se propõem a tratar de questões relacionadas à coleta e reciclagem de resíduos não podem mais ignorar tal setor.

Contudo, quando se pensa em *soluções* para os problemas provenientes dos resíduos, aliados a qualidade de vida, há questões que não podem ser ignoradas: como o fato de que para os resíduos sólidos domésticos, o ideal seria a aplicação combinada de campanhas de redução da geração

de resíduos na fonte, reutilização e reciclagem; e, a que a coleta informal existe para atender demandas sociais importantes, tais como a geração de empregos e a melhoria da qualidade do ambiente.

É eminente a necessidade de regulamentação desta atividade para que sejam proporcionadas melhores condições de trabalho e de vida para estes trabalhadores. Entre as alternativas poderá estar a formalização de cooperativas, como tem sido feito em muitas cidades da região, inclusive no próprio município de Campinas.

Outra alternativa viável, tanto para a melhoria do trabalho dos catadores quanto para a eficiência da coleta seletiva, poderia ser a descentralização da coleta. Os resíduos seriam deixados em locais próximos aos da coleta e triados por moradores da região, evitando-se por exemplo, gastos com transporte. Esta alternativa se tornaria viável se associada à formação de cooperativas.

A condição de trabalho à que estes profissionais estão submetidos é um ponto a ser considerado, apesar dos evidentes benefícios econômicos e ambientais desta atividade, sabe-se que estes profissionais estão expostos a riscos que podem ser avaliados concretamente, como os de contaminação pelo não uso de equipamentos de proteção individual, bem como pelos resultantes da extrusão de seus direitos à cidadania, visto que sua condição de exclusão contradiz o que aqui se entende por qualidade de vida.

É preciso, antes de se pensar em opções para a sobrevivência destes trabalhadores, considerar que estes são pessoas com sonhos e aspirações que muitas vezes são camuflados diante da necessidade de subsistência, ou seja, entende-se que é necessário oferecer-lhes alternativas para melhorar a qualidade de vida no sentido concreto do termo.

7. BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campinas. **Indicadores econômicos de Campinas – 1998**. Disponível em: <http://www.acinet.org.br/interativo>. Acesso em: 31/03/2000.

- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de Vida e Suas Metáforas: uma reflexão sócio-ambiental**. IFCH, 1996. Tese (Doutorado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1996.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Desenvolvimento e ambiente: questões fundamentais da sociologia contemporânea. **Humanitas**, Campinas, 3(2): 1 – 87, ago/dez, 2000: 39 – 54.
- BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua -nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- BARÃOGERALDO.COM. **Informações de Barão Geraldo**. Disponível em: <http://www.baraogeraldo.com.br/barao/baraoinfo.asp> Acesso em: 21/05/2003.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- DLU-PMC. Departamento de Limpeza Urbana, Prefeitura Municipal de Campinas, entrevistas realizadas durante o ano de 2000.
- FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A Sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental**. 2ª ed. Piracicaba: UNIMEP, 1995.
- FUENTE, Hernán Durán de la. **Minimizar, reciclar e evitar**. Disponível em: http://www.gescam.cl/publicaciones/articulos_y_publicaciones.pdf. Acesso em: 06/10/2003
- IPT/CEMPRE **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado**. D'Almeida Maria Luiza O. e Vilhena, André. (coord.) São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.
- JORNAL INTEGRAÇÃO: Barão Geraldo. **Família vive de mercado informal de coleta de lixo no Distrito**. Campinas, 05-11 de abril de 2000.
- MIRANDA, E. E. de; DORADO, A. J.; ASSUNÇÃO J. V. **Avaliação do perfil religioso da população do distrito de Barão Geraldo, Município de Campinas**. Ecoforça: 1996. Disponível em: <http://www.ecof.org.br/projetos/parouquia/pesquisa/pesqui.htm>. Acesso em: 12/12/2000.
- PMC -Prefeitura Municipal de Campinas. **Sumário de dados: população municipal de Campinas e região**. Prefeitura Municipal de Campinas: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 1998b.
- PMC -Prefeitura Municipal de Campinas. **Coordenadoria de Coleta Seletiva – Síntese do Programa**. Campinas: Junho de 1998. Campinas, 1998a.
- PORTILHO, Maria de Fátima Ferreira. **Profissionais do Lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ UFRJ, 1997. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 1997.
- REVISTA ÉPOCA. **O medo da fome**. São Paulo: Editora Globo (Edição 05), 22/06/1998.
- SALEK, Valeria. **Prefeitura tira exploração de recicláveis do Vida Nova**. Disponível em: <http://cidadania.cps.matrix.com.br/especial/0014.htm>. Acesso em: 02/12/2000.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- STREB, Cleci Schalemburger. **A coleta informal de lixo no município de Campinas – SP: uma análise na perspectiva das questões energéticas e da qualidade de vida**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM-UNICAMP, 2001.
- VILHENA, André (cord.). **Guia da Coleta Seletiva de Lixo**. São Paulo: CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem, 1999.

**GREVE DE OUTUBRO DE 1957 EM SÃO PAULO:
IDENTIDADES DE CLASSE E DE NAÇÃO**

***THE GENERAL STRIKE OF OCTOBER 1957 IN SÃO PAULO:
NATIONAL AND CLASS IDENTITIES***

Prof. Murilo Leal PEREIRA NETO*

RESUMO

Adotando como referenciais teóricos os conceitos de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson e de hegemonia, desenvolvido por Marilena Chauí a partir de Gramsci, o presente artigo trata das relações entre as idéias de classe e nação no meio operário durante a greve de outubro de 1957 em São Paulo (greve dos “400 mil”). A partir de pesquisa empírica, é analisado o cruzamento de discursos formadores da idéia de nação e de classe. É abordada, ainda, a relação entre estes processos e as crises de modernização da sociedade brasileira. O artigo busca compreender como as duas identidades vão se formando no próprio processo da vida e da luta social. Também levanta hipóteses sobre o significado do elemento popular na ideologia nacional, desde os pensadores da Escola do Recife, particularmente Sílvio Romero, até o nacionalismo/populismo, na condição de alicerce de uma nacionalidade vista como problemática e inconclusa.

Palavras-chave: *Nação, classe trabalhadora, modernização*

ABSTRACT

Adopting as theoretical references the concepts of “imagined community” of Benedict Anderson and of hegemony, developed by Marilena Chauí from Gramsci, the present article deals with the relations between class and nation ideas in the working class during the general strike of October 1957, in São Paulo (the strike “of the 400 thousand”). From an empirical research, the crossing of the speeches that formed the ideas of nation and class is analyzed. The relation between these procedures and the crises of modernization in the Brazilian society is also tackled. The article searches to comprehend how the two identities were formed in the very process of life and class struggle. It also raises hypotheses about the meaning of the popular element in the

^(*) Mestre e doutorando em História Social pela USP. Professor de História da Universidade do Grande ABC-UniABC. Pesquisador do LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância) da USP.

nation ideology, from the thinkers of the School of Recife, in particular Sílvio Romero, to the nationalism/populism, as the foundation of a nationality regarded as troublesome and uncompleted.

Key words: *Nation, working class, modernization.*

Os problemas da formação da identidade nacional, de identidades de classe e da modernização da sociedade brasileira estão inextricavelmente ligados e se atualizam com as mudanças nas conjunturas históricas. Trata-se de processos em que estruturas, conjunturas e acontecimentos se relacionam e não de essências obtidas de uma vez por todas. Pode-se pensar tanto a nação quanto as classes sociais como comunidades imaginadas, constituídas, embora, a partir de situações estruturais e históricas diferentes. Como afirma Benedict Anderson: “De hecho, todas las comunidades mayores que las aldeas primordiales de contacto directo (y quizá incluso éstas) son imaginadas. Las comunidades no deben distinguirse por su falsedad o legitimidad, sino por el estilo con que son imaginadas” (Anderson, 1993, p. 24). Existem quando um número significativo de pessoas assim o considera. Além disso, os dois tipos de comunidades (nação e classe) formam-se em relação entre si. Pode-se isola-las na análise conceitual, mas a pesquisa histórica deve voltar a reconstruí-las em relação. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as relações entre os processos em que a idéia de pertencimento à nação e a classe social se colocam na conjuntura dos anos de 1956 a 58 em São Paulo para as duas categorias operárias mais numerosas de então: metalúrgicos e têxteis. Essas relações serão analisadas na perspectiva do exercício da hegemonia das classes dominantes através do reconhecimento e controle das classes populares no nacionalismo/populismo.

No período escolhido ocorreu uma importante greve, em outubro de 1957, unificando várias categorias de trabalhadores, confrontando padrões e empregados, e envolvendo a ação de parlamentares, governantes e militares. Trata-se, portanto, de acontecimento revelador das tensões entre discursos formadores da identidade nacional e da identidade de classe. Retrocedendo ao ano de 56, podemos ligar o acontecimento a conjuntura, marcada pela emergência de uma “onda de modernização” que se manifestou através de diversificados eventos na economia e na cultura.¹ Assim como na onda dos anos 30, a questão do papel do popular na definição da identidade nacional coloca-se com nitidez. Finalmente, quanto a documentação pesquisada, cabe esclarecer que trabalhamos com três tipos de fontes primárias, além da bibliografia: atas de assembléias gerais do STIFT-SP (Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, doravante chamado Sindicato dos Têxteis), documentação do DOPS (relatórios, comunicados, informações reservadas, recortes de jornais e panfletos) e coleção do jornal *Notícias de Hoje*, do Partido Comunista Brasileiro.

A nosso ver, as “ondas de modernização” que atravessaram a sociedade brasileira desencadearam o que se pode chamar de crises da consciência nacional. A questão aparece nitidamente com o modernismo. Como lembra Eduardo J. de Moraes, após um primeiro período de dois anos em que o modernismo caracterizou-se como movimento de renovação estética através da

⁽¹⁾ O conceito de “onda de modernização” encontra-se desenvolvido na Tese de Doutorado de João Ricardo de Castro Caldeira, *IEB: origem e significados (um estudo sobre o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo)*. FFLCH/USP, 2000. Segundo o autor: “No transcorrer do século XX, tanto em momentos liberais como de autoritarismo político, a sociedade brasileira foi atravessada por ondas de modernização. Estas se caracterizam principalmente pelo crescimento urbano-industrial, pela inovação artística e pelo despertar do interesse num melhor conhecimento da realidade brasileira”. A respeito da *onda de modernização* dos anos 50, o autor esclarece: “A guerra e o imediato pós-guerra parecem ter refreado os ímpetus modernizadores no Brasil. Todavia, depois de iniciada a década de 1950, nova *onda de modernização* instaurou-se no país. Essa onda, caracterizada por um clima de considerável otimismo, envolveu amplas forças sociais e foi marcada por fatores diversos, como, por exemplo, tentativas de superação do *arcaico* pelo *moderno*; apreciável crescimento econômico, impulsionado pela disposição do Estado em implementar a infra-estrutura necessária à expansão industrial no país, e razoável tendência democrática no campo político”.

incorporação das linguagens das vanguardas européias, a partir de 1924, com o *Manifesto Pau Brasil*, abre-se um movimento de busca da cultura nacional, das “forças escondidas na Nação”. A mudança de rumos manifesta-se numa preocupação que se acirra de 1924 a 30 no sentido de “elaborar uma literatura de caráter nacional” e, mais radicalmente, “elaborar um projeto de cultura nacional em sentido amplo” (Moraes, 1978, p. 73). O projeto pode ser sintetizado na idéia de que “seremos modernos se formos nacionais”.

A postura dos modernistas, entretanto, não é tão radicalmente nova. Francisco Foot Hardman argumentou sobre a inadequação da idéia de uma dicotomia entre pré-modernismo e modernismo, e opôs-se à idéia de uma literatura *art nouveau* anterior ao modernismo, preferindo ampliar o conceito de modernismo e recuar sua periodização para o final do século XIX. Eventos como a Proclamação da República e mesmo a Guerra do Paraguai, estão associados a processos de modernização da economia, da sociedade e da cultura brasileiras e à emergência de novas formas de pensar o Brasil, mesmo que através dos modelos “importados” como “o positivismo de Comte, transformismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer, o intelectualismo de Taine e Renan, tudo vindo a calhar, no Brasil, na chamada Escola do Recife, Tobias Barreto à frente” (Hardman, 1992, p. 290). O dilema da identidade nacional aparece, já então, como questão a ser resolvida. Segundo Hardman, “Entre projeções futuristas e revalorizações do passado, escritores do Brasil na passagem de século tentavam fazer o que o modernismo, depois, adotaria como programa: redescobrir o país” (Hardman, 1992, p. 289).

Silvio Romero, por exemplo, crítico literário e, juntamente com Araripe Júnior e Tobias Barreto, expoente da “Escola do Recife”, argumenta que o “nosso maior mal” é o artificialismo, é “pretendermos ser, como nação, como todo político-social, o que não somos realmente” (Romero, 1908, p. 1). Esse artificialismo se evidenciaria na política pela Constituição Imperial, liberalizante em excesso, na legislação pela cópia atabalhoada de leis estrangeiras, na vida econômica pela criação de uma “indústria de estufa”, na vida social, pela preocupação com o embelezamento da capital ao

invés da educação das massas. O Brasil seria “país de senhores, de grandes, de magnatas, mas terra sem povo, no alto sentido da palavra” (Romero, 1903). Verificamos, portanto, desde então, uma reflexão sobre a nacionalidade, através da literatura, que identifica a ausência de uma substância: falta o povo brasileiro.

Se pudermos pensar tanto o período da *belle époque*, quanto a década de 30 e a década de 50, como momentos de expansão de “ondas de modernização” parece ocorrer que as mesmas são acompanhadas pela atualização do dilema de adequar povo e nação num todo, numa comunidade imaginada. Uma interpretação para essa sensação de artificialismo de nossas instituições, idéias e cultura é apresentada por Roberto Schwarz. Tratar-se-ia de um caso clássico de “falsa consciência”: “...a tese da cópia cultural é ideologia na acepção marxista do termo, quer dizer, uma ilusão bem fundada nas aparências (...)”. Nossa cultura não seria artificial devido à ausência, como supunha Silvio Romero, de um denominador comum entre cultura do povo e da elite, ocorrendo, na verdade o inverso: “...o sentimento aflitivo da civilização imitada não é produzido pela imitação, presente em qualquer caso, mas pela estrutura social do país...” (Schwarz, 1989, p.46). O autor esclarece que “...a feição copiada de nossa cultura resultaria de formas de desigualdades brutais a ponto de lhes faltarem mínimos de reciprocidade – o denominador comum ausente – sem os quais a sociedade moderna de fato só poderia parecer artificiosa e importada” (Schwarz, 1989, p. 46). Portanto, o dilema da cópia ou da autenticidade seria falso, uma vez que sempre instituições, idéias e cultura são elaboradas sob a exposição de influências externas. O problema real estaria na gravidade da cisão entre as classes, o que impediria o mínimo de trocas próprio de qualquer elaboração cultural.

Outra linha de interpretação do problema é apresentada por Daniel Pécaut. O autor argumenta que, nos anos 20-40, “a intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional” (Pécaut, 1990, p. 22). Estes são vistos, então, como “uma camada social com vocação para conduzir a nação ao encontro de si mesma”. Graças ao hiato entre o social e o político,

os intelectuais apareciam como mediadores indispensáveis, substituindo as classes e colocando-se na posição de poder. Portanto, como intérprete da verdadeira cultura nacional, a intelectualidade apresenta-se e é reconhecida como agente da edificação da nação enquanto comunidade imaginada, capaz de resolver o problema da inadequação entre Estado, nação e sociedade real.

O nacionalismo/populismo foi, certamente, a forma mais duradoura, no período republicano, de resolução do dilema anteriormente apontado. Neste trabalho, optamos por pensá-lo de maneira ampla, abrangendo expressões como o trabalhismo, o nacional-desenvolvimentismo e o populismo. O nacionalismo/populismo é aqui pensado como forma de exercício da hegemonia das classes dominantes, na perspectiva proposta por Marilena Chauí. Em sua discussão sobre a relação entre hegemonia, cultura e ideologia, a autora lembra que, para Gramsci, o conceito de hegemonia “inclui o de cultura como processo social global que constitui a visão de mundo de uma sociedade e de uma época e o de ideologia como sistema de normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata” (Chauí, 1987, p. 21). Para Gramsci, a hegemonia é a cultura numa sociedade de classes. A hegemonia é encarada como um processo: “É um complexo realizado de experiências, relações, atividades com pressões e limites específicos e mutáveis (...) Deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada e é continuamente resistida, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são suas” (Chauí, 1987, p. 22). Neste jogo, a cultura popular deve ser encarada como “...um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência)” (1987, p. 25). A hegemonia não poderia realizar-se sem o reconhecimento e incorporação de componentes da cultura popular e operária cuja identidade, por sua vez, se constitui numa relação de forças dentro do próprio processo de hegemonia, formando elementos do que se poderia chamar de contra-hegemonia.

Tentaremos analisar, a seguir, a presença do elemento operário e popular no complexo em que a hegemonia se exerceu sob a forma do

nacionalismo/populismo nos anos 50, a partir da conjuntura da greve de outubro de 1957 (greve “dos 400 mil”) e refletir sobre o nacionalismo/populismo como “invenção” produzida nos marcos de um imaginário, herdado da reflexão de pioneiros como Sílvio Romero, que tentavam “descobrir o Brasil” para adequar a ele nossas idéias e instituições.

Cabe assinalar que as condições estruturais em que a nova forma de hegemonia é exercida são justamente as de uma crise de hegemonia, segundo interpretação de Francisco Wefort, que irá se prolongar mesmo após o golpe civil-militar de 1964, obrigando as classes a aceitarem um “Estado de compromisso”. Segundo o autor, com a crise do velho regime, associada à depressão de 1929 e à decadência da economia agrária, “abre-se uma situação de crise e de instabilidade que persiste até hoje” (Wefort, 1968, p. 51). Os velhos grupos oligárquicos já não seriam o centro de gravitação da ordem política, por outro lado, os novos grupos emergentes teriam fracassado em introduzir mudanças nas orientações fundamentais do processo de produção. Deslocadas as classes oligárquicas, inabilitadas as classes médias e os novos grupos econômicos para sua substituição, abrir-se-ia uma situação de compromisso entre os grupos dominantes. Nestas condições, ocorreria a emergência política das classes populares. Segundo Wefort, “os fundamentos da legitimidade do poder tenderão a ser buscados, em certa medida, fora dos grupos dominantes, através de alianças populistas com setores das classes sociais dominadas” (Wefort, 1968, p. 52). O que tem merecido críticas na proposição de Wefort é a conclusão de que, no populismo “(...) a classe operária perderá sua própria identidade de classe dentro de um pacto social só possível dentro dos limites prescritos pela ordem vigente” (Wefort, 1968, p. 25). A historiografia mais recente vem apontando para processos mais ambíguos, na linha do conformismo e resistência a que refere-se Chauí, de afirmação e perda de identidade de classe numa relação de forças flutuante.

Afinal, como efetivamente é exercida a hegemonia das classes dominantes numa situação de crise de hegemonia? Do ponto de vista simbólico, como lembra Hermano Vianna, citando Peter Fry,

itens produzidos originalmente por grupos dominados serão apropriados e elaborados como símbolos da cultura nacional. Isto ocorrerá com o samba carioca, com o carnaval e também com o futebol. Segundo Vianna: “A vitória do samba era também a vitória de um projeto de nacionalização e modernização da sociedade brasileira. O Brasil saiu do Estado Novo com o elogio (pelo menos em ideologia) da mestiçagem nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Conselho Nacional do Petróleo, partidos políticos, um ritmo nacional” (Vianna, p. 127). Por outro lado, ocorrerá o que Adalberto Paranhos qualificou como “o roubo da fala”, ou seja, o trabalhismo, enquanto ideologia, será elaborado a partir das “falas” operárias anteriormente produzidas. No plano político/jurídico demandas como a legislação referente a férias, institutos de previdência, regulamentação do salário mínimo, são atendidas e controles sobre a ação sindical são construídos. Ou seja, trata-se de uma forma de exercício da hegemonia em que a dominação se realiza ambigualmente através do reconhecimento de demandas e direitos dos de baixo e, reciprocamente, as formas de resistência a essa dominação se exercem, muitas vezes, a partir da apropriação e re-significação de símbolos e práticas elaboradas pelos de cima.

Tentaremos, a seguir, verificar como esse jogo se processa na conjuntura 56/58 no meio operário em São Paulo. Primeiramente abordaremos alguns aspectos da vida cultural operária. Em 30 de abril de 1956 realizou-se em São Paulo uma festa de encerramento da campanha de sindicalização do Sindicato dos Têxteis. O evento tem início às 21 horas com a entrega de prêmios aos associados que mais se destacaram. Em seguida é realizada a entrega de taças ao campeão, vice e terceiro colocados do torneio futebolístico inter-fábricas, promovido como parte da campanha. Logo após, o Presidente do Sindicato, Nelson Rusticci, pronunciou discurso encerrando a campanha e finalmente teve início um “grandioso baile (...) abrilhantado pela orquestra do Arlindo, composta de 21 figuras, com três *crooners*”, destacando-se Wilson Roberto e outros valores do “broadcasting”.²

Cabe lembrar que as primeiras campanhas de sindicalização dos trabalhadores foram lançadas pelo Estado na perspectiva de formação de uma estrutura corporativa. Vemos, aqui, no entanto, como o sindicato organiza sua campanha com um sentido de mobilização, onde não falta o futebol e tudo culmina com uma grande festa operária. Parece estarmos lendo algumas páginas de *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Seu autor afirma: “Quem sente saudade de 1958 (...) privilegia no flash-back as orquestras de Osvaldo Borba, Severino Araújo, Pereira Filho, Rui Rei, Bill Farr, Valdemar Spillman e Valdir Calmon tocando nos suntuosos bailes de formatura do ginástico (...) Eram as grandes festas da cidade. As moças, de longo. Todas. Os rapazes, de smoking. Todos (...) Nunca se dançou tanto (...)” (Santos, 1997, p. 42). Os bailes operários, como o promovido pelo sindicato, embora possam parecer gestos de imitação cultural, adquirem aqui outro sentido, uma vez que associam o divertimento a uma campanha de fortalecimento da entidade de classe e da solidariedade operária, reforçando os laços de pertencimento a uma coletividade.

Pouco tempo antes, o jornal *Notícias de Hoje*, principal veículo de imprensa do PCB no período, noticiou uma assembléia têxtil em que “os vários oradores apelaram para a sindicalização em massa, nesta campanha em que o Sindicato dos Têxteis está empenhado”. Foram citados os exemplos da Mariângela que desafiou “os seus irmãos” da Calfat, para ver quem sindicalizava mais trabalhadores. Também a Tecelagem ITA desafiou a Moussali, usando como emulação uma feijoada”.³ Nesta outra iniciativa pela sindicalização, a idéia de pertencimento a uma comunidade aparece no tratamento de “irmãos”, emulando-se numa atividade que fortaleceria os laços coletivos através da sindicalização, sendo coroada com uma feijoada, símbolo gastronômico da nacionalidade e da miscigenação.

Além dos bailes, outro programa da elite nos anos 50 era o concurso de miss. “Não havia programa mais elegante no calendário social de junho de 1958 do que assistir ao concurso de

² Dops. Pasta 50-Z-315.665. *Convite*

³ Dops, pasta 50-z-315-658, *Notícias de Hoje*.

misses no Maracanãzinho” (Santos, 1997, p.61). No meio operário, eram frequentes os concursos de rainhas, seja como parte da programação de eventos como pic-nics promovidos pelo Sindicato, seja para reforçar campanhas financeiras. No dia 8 de abril de 1956 um comunicado do DOPS registra reunião com 150 pessoas no Sindicato dos Têxteis, tendo como pauta a apresentação de teses na Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais. Encontramos o seguinte registro: “Na saída duas senhoras faziam coleta de fundos para a imprensa popular por intermédio de votos para o concurso da rainha da imprensa popular”.⁴ Não podemos afirmar com segurança, sem pesquisas empíricas, que os concursos de rainhas sejam imitação dos concursos de misses, mantidos no Brasil, com interrupções, desde 1930 (Santos, 1997, p. 64). Entretanto, podemos supor que a popularidade simultânea dos concursos de misses nos anos 50 e os de rainha no meio operário não seja simples coincidência. Talvez estejamos diante de um evento produzido pelas elites e divulgado pelos meios de comunicação de massa, sendo reelaborado pelo meio operário com um significado de reforço da mobilização operária.

Passando ao campo das lutas econômicas e políticas, verifica-se que as próprias estratégias de elaboração e legitimação das demandas operárias e de construção de suas organização passam pelo processo ambíguo de conformismo e resistência face à legislação e aos representantes do Estado. Como já analisado por John D. French, a CLT foi frequentemente empregada pelos dirigentes sindicais, no confronto com os patrões, como fonte de legitimação das lutas operárias e de confronto com os interesses patronais. Preocupado em interpretar o papel da legislação trabalhista na formação política e cultural da classe trabalhadora brasileira, French lembra, citando Maria Célia Paoli, que a CLT “formou a base da luta de classes, onde a cultura e a política encontram a vida cotidiana” porque reconhecia, embora de forma ambígua, “as demandas culturais mais amplas por justiça e imparcialidade nas condições de trabalho” (French, 2001, p. 57). Para French a CLT é produzida numa relação de forças em que a “ação

do Estado teve resultados inesperados e mesmo paradoxais. A CLT opunha-se à organização autônoma da classe, mas não era ‘em essência’, ou necessariamente, antioperária. O ‘significado’ da intervenção do Estado corporativista, que respondeu a impulsos contraditórios, variou sistematicamente de acordo com a correlação de forças entre as classes, regiões e facções em cada nível da estrutura de poder” (French, 2001, p. 33).

No que diz respeito à conjuntura 56/58, após o encerramento da greve de outubro de 1957, com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho concedendo 25% de reajuste para as categorias envolvidas, os patrões recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho, que acabou por rebaixar o reajuste para 18%. A patronal também lançou mão de formas de burla da decisão do TRT: no caso dos têxteis, reduzindo tabelas de pagamento, trocando os títulos dos artigos (uma vez que o pagamento era feito em função da quantidade e dificuldade das peças produzidas), demitindo e readmitindo com salários inferiores. Face a todas essas pressões, as formas de resistência operária são várias: vão desde “paralisações conta-gotas”, fábrica por fábrica, até o recurso à CLT para impedir, por exemplo, acordos de demissão inferiores ao previsto na lei. Aqui a CLT é empunhada como um patamar mínimo que os patrões devem respeitar e a partir do qual a luta deve se dar. Em novembro de 1957 Julio Devichiatti, Presidente do Sindicato, denuncia nas páginas do jornal *Notícias de Hoje*: “Patrões tentam burlar por todas as formas o aumento conquistado” com a greve. É denunciada a imposição de acordos de demissão inferiores ao previsto na CLT nas empresas Kalux, Lanificio Inglês e Jafet.⁵ A idéia de que são os patrões que, com sua ganância, atentam contra a lei e a ordem parece fazer deslizar o sentido da manutenção da ordem social, de um ponto de vista dos interesses das classes dominantes, para a ótica dos interesses dos dominados. É como se a luta de classes se processasse não na forma de confronto ideológico, mas de disputa pelo significado do que seja ordem social e do que seja comunidade nacional.

Em março de 1958, já tendo o TST reduzido o índice de reajuste de 25% para 18%, algumas

⁽⁴⁾ Dops, pasta 50-Z-315-663, *Comunicado SOG*, 9/4/1956.

⁽⁵⁾ Dops, pasta 50-Z-315-770, *Notícias de Hoje*, 17/11/1957.

empresas, ainda assim, não cumpriam o determinado pela lei. Uma delas foi a Cia Paulista de Aniagaem. Organizou-se, então, uma passeata, no dia 4 daquele mês, saindo do sindicato, em direção ao Palácio Campos Elíseos. O então Secretário do Sindicato, Nelson Rusticci, dirige-se ao governador Jânio Quadros apelando para que este “convidasse os patrões a comparecerem ao Palácio e os convencesse a reajustar os salários dos trabalhadores conforme determina a lei, pondo um paradeiro nesse triste estado de coisas para a tranqüilidade pública”, ao que o governador respondeu que iria tomar providências, prontificando-se a receber uma comissão no dia 6, portanto dali a dois dias, que deveria levar um relatório sobre as firmas que não estavam pagando o último aumento concedido “e isto deveria ser feito em caráter sigiloso”.⁶

A idéia dos “sagrados direitos dos trabalhadores”, embora conciliáveis com os dos patrões, mas mais legítimos do que os mesmos, está presente nos vários discursos de legitimação das reivindicações operárias antes e depois da greve. Elabora-se uma idéia de nação que se identifica com os interesses dos trabalhadores e, secundariamente com os dos patrões. Por exemplo, em março de 58, ainda no contexto de luta pelo cumprimento da decisão do TST, o Presidente do Sindicato dos Têxteis dirige-se aos patrões de algumas empresas em greve exigindo: “Cumpra os seus deveres para obter o respeito a seus direitos. Estamos dispostos a lutar junto com os empregadores da indústria nacional. Mas jamais abriremos mão dos sagrados direitos dos trabalhadores”.⁷

Na assembléia dos têxteis e mestres e contra-mestres nas indústrias de fiação e tecelagem em que a deflagração da greve foi decidida, no dia 13 de outubro de 1957, são formulados discursos que, com enfoques diferenciados, constroem a idéia da legitimidade da greve a partir do significado da presença dos trabalhadores na comunidade nacional. A assembléia realizou-se no Cine São José do Belém e reuniu aproximadamente 800 trabalhadores. Além de representantes de sindi-

catos do interior, da Federação dos Têxteis, da DRT (Delegacia Regional do Trabalho), encontravam-se presentes representantes dos sapateiros, marceneiros, da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), da Federação das Mulheres de São Paulo e de comissões de sapateiros, gráficos, metalúrgicos, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão e nos curtumes.⁸

O primeiro discurso a ser assinalado é o do advogado do sindicato e membro do PCB, Rio Branco Paranhos. Segundo o *Relatório preparado pelo SOG*, Paranhos afirmou que “os trabalhadores amam o seu país e não irão contra o Governo na sua política de crédito como não são contra a Petrobrás pela exploração de nossas riquezas nacionais, etc., mas que deveria ser feito o que o grande nacionalista e democrata, Marechal Lott, aconselhou, isto é: o aumento deve ser dado tirando-se dos lucros patronais”. Aqui encontramos a formulação clássica do PCB: trabalhadores e exército representando a nação enquanto os lucros patronais são identificados como ilegítimos.

Já o discurso do representante do Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres, Pedro Diajurni, não se refere explicitamente à questão nacional, mas elabora a idéia da legitimidade da organização, da luta operária e da greve como formas de defesa da família e do lar, inclusive justificando a quebra da ordem legal, enquanto a exploração e a carestia são apresentadas como crime. Segundo o relatório do Dops, Diajurni tirou do bolso um recorte de jornal sobre um ladrão de galinha que roubara de um vizinho, defendendo o ladrão: “Afirmou o senhor Diajurni que aquele não era um ladrão e sim um guardião de seu lar, de sua família e de seus filhos (...) afirmou que crime é aumentar assim o custo de vida e deixar o governo que vigore a exploração (...)”.

Cruzando-se os dois discursos, de Rio Branco Paranhos e de Diajurni, temos por um lado a construção de uma idéia de nação simbolizada por trabalhadores e militares, enquanto os empresários aparecem como exploradores, elementos perturbadores da comunidade nacional. O governo aparece precariamente identificado com a nação,

⁶ Dops, pasta 50-z-315-810, 4/3/1958.

⁷ Dops pasta 50-Z-315-813, *Notícias de Hoje*, 21/3/1958.

⁸ Dops pasta 50-Z-315.737, *Comunicado Preparado pelo SOG*, 14/10/1957.

uma vez que, embora a defenda, através das estatais como a Petrobrás, por outro lado, ao permitir a exploração, estaria ligando-se aos interesses mesquinhos de uma parte, os empresários, exploradores, justificando assim uma possível quebra da ordem simbolizada pela ação do ladrão de galinha apresentado como “guardião do seu lar”.

Um terceiro discurso a ser assinalado é o do Diretor Sindical da DRT, também presente na assembléia, afirmando que na gestão de Mário Pimenta de Moura as portas da DRT “estariam abertas para atender qualquer trabalhador que dela necessite e aja com justiça e democraticamente”. Aqui o representante do Ministério do Trabalho, no momento decisivo da deflagração da greve, ao invés de um discurso ameaçador, fala num tom acolhedor, sugerindo que, durante a greve, a DRT se manteria neutra. A figura do representante do Estado aparece ambígua, ao mesmo tempo simbolizando uma vigilância, uma definição de limites (a ação operária deveria ser justa e democrática) e um endosso à luta.

Quanto à importância da greve de outubro propriamente dita, como assinalou Alexandre Fortes, “foi um momento fundamental de afirmação dos trabalhadores como classe e possui essencial importância para a compreensão da história brasileira desse período” (Fontes, 1999, 147). Isto porque a imagem dos anos 50 como os “anos dourados” brasileiros, com a vitória na Copa do Mundo, a repercussão internacional da Bossa Nova, do Cinema Novo, a construção de Brasília, acaba se edificando em contraposição ao “encobrimento das importantes lutas sociais desenvolvidas naqueles anos”. Para uma narrativa da greve, remetemos tanto ao artigo de Paulo Fontes como ao de Fábio Munhoz, *Sindicalismo e democracia populista: a greve de 1957*. Para os objetivos de nosso trabalho, gostaríamos de destacar três aspectos.

Primeiramente, a ampla participação de políticos populistas de todos os matizes e mesmo de militares em apoio à greve. Fontes lembra que Ademar de Barros, eleito prefeito de São Paulo em março do mesmo ano, realizou campanha em portas

de fábricas e bairros operários atacando o preço do feijão e a carestia. Em assembléia no Hipódromo da Mooca, realizada em 21 de outubro de 1957, com o comparecimento de 8 a 10 mil operários, o general Leônidas Cardoso pronuncia discurso, em que ressalta o direito de greve, o apoio dado por categorias do interior, “incentivando os trabalhadores a se unirem aos seus dirigentes na reivindicação do aumento de 45% e condenando as violências policiais”. O deputado Farabulini Jr. fala então de um projeto encaminhado na Assembléia Legislativa concedendo 1.000.000 de cruzeiros para a causa dos trabalhadores. Também estavam presentes na assembléia o vereador João Louzada, o deputado Frota Moreira e o general Gentil Falcão.⁹ Como assinala Paulo Fontes: “os interesses políticos em jogo na paralisação de 1957 eram evidentes. A greve ocorria em meio a um intenso período de acirradas disputas eleitorais em que diversas forças políticas competiam pela simpatia do voto operário” (Fontes, 1999, 159). O próprio governador Jânio Quadros apóia inicialmente a greve, embora depois ceda a pressões do governo federal, colocando a polícia na rua para reprimir o movimento. Segundo Fontes: “Na paralisação dos sapateiros, o governo estadual já havia fornecido alimentação e medicamentos aos grevistas. O mesmo procedimento foi adotado na greve dos 400 mil” (Fontes, 1999, 159). Segundo comunicado do Serviço Secreto do Dops, em reunião geral extraordinária dos trabalhadores metalúrgicos realizada no Cine Oberdan em 7/10/57, os trabalhadores “manifestaram agrado pela atitude do governador do Estado, mandando a Assistência Social do Palácio dar ajuda às famílias dos grevistas sapateiros, o que é uma garantia para as famílias de integrantes de futuros grevistas de outras categorias”.¹⁰

Cabe lembrar, ainda, que o vice-governador, general Porfírio da Paz, acabou recebendo a alcunha de “piqueteiro-mor” por haver participado de um piquete para a paralisação da Cia Alpargatas. O Marechal Lott, candidato a Presidente da República nas eleições de 1959 à frente das forças nacionalistas, também vincula-se à greve. Temendo o surgimento de piquetes espontâneos, “selvagens”, Lott propõe o uso de braceletes de forma a

⁽⁹⁾ Dops, Relatório. Assunto: Assembléia Geral de Grevistas.

⁽¹⁰⁾ Dops, Serviço Secreto, Comunicado, 8/10/57.

identificar os piqueteiros vinculados ao sindicato. Militantes ligados ao Partido Comunista, reunidos na sucursal do jornal *Notícias de Hoje* em Santo André, resolvem, então, usar de um artifício para, ao mesmo tempo, acatar a sugestão do Marechal e reforçar a legitimidade dos piquetes face à patronal e à própria classe: passariam a usar braceletes em verde e amarelo com os dizeres: “Piquetes credenciados por Teixeira Lott”.¹¹

Portanto, os políticos, incluindo nesta categoria os militares-políticos, e mesmo os representantes dos governos municipal e estadual, procuram através dos votos e do apoio operário, legitimidade para a prática de uma hegemonia. Por sua vez o movimento operário, através do apoio dos políticos em geral, procura legitimar uma ação de classe, criando elementos de uma contra-hegemonia.

O segundo aspecto a ser destacado na greve de 1957 é o apoio conquistado entre a população. De acordo com Paulo Fontes: “Como na greve dos 300.000 em 1953, as demonstrações de solidariedade de outras entidades sindicais e movimentos sociais, bem como da população em geral eram crescentes”. Ainda segundo Fortes, a partir do segundo dia, 16 de outubro, “a paralisação foi de praticamente 100% e o movimento ganhava ares de rebelião popular” (1999, 156). As manifestações de solidariedade foram muitas: “Os sindicatos envolvidos no movimento estimulavam e organizavam com bastante sucesso a arrecadação de fundos e gêneros de primeira necessidade nos bairros proletários” (1999, p.56). A feição de “rebelião popular” assumida por uma greve de seis categorias de trabalhadores faz pensar sobre a conjuntura nacional: carestia, escassez de alimentos, no plano econômico e política de compromisso característica de um “Estado de compromisso” no plano político. Faz pensar, na linha de reflexão deste artigo, nos significados assumidos pela presença popular como fonte de legitimação do “pacto populista”. A ação operária assume, nessas condições, face ao conjunto da população, significados que vão além da simples legitimidade da ação reivindicatória. Parece que, ao contrário, é o papel atribuído ao trabalhador na comunidade nacional, tal como representada no

pacto populista, o que legitima a ação reivindicatória. O proletário aparece, junto à população, como representante da nação.

O terceiro aspecto diz respeito à organização da greve. O movimento estruturou-se sobre os seguintes organismos: sindicatos, comissões de fábrica, comissões de organização, piquetes, Pacto de Unidade Intersindical. Nenhum desses espaços pode ser considerado como inteiramente autônomo ou como inteiramente controlado pelo Estado. Os sindicatos estavam submetidos aos controles da CLT, do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho, e presos aos diversos mecanismos de cooptação dos dirigentes sindicais, tais como a eleição para vogais na Justiça do Trabalho. Ao mesmo tempo eram núcleos de organização de uma ampla vida política e social da categoria e de lutas econômicas e jurídicas. Os sindicatos organizavam festas juninas, torneios de futebol, pic-nics, campanhas de sindicalização, pressionavam por mudanças na legislação, encaminhavam protestos às autoridades, prestavam solidariedade a lutas de outras categorias, lutavam contra a carestia.

Nos momentos de maior mobilização, a direção da luta era partilhada entre dirigentes sindicais e comissões de trabalhadores. Isto fica claro pela leitura de notícias como a veiculada no jornal *Notícias de Hoje* de 17/9/57, sobre a assembléia conjunta dos têxteis do estado, realizada no dia 15. Dentre as resoluções mais importantes, cabe assinalar a de entrar em assembléia permanente (a greve seria deflagrada um mês depois, em 15 de outubro) e a de constituição da comissão de greve, com a ampliação da comissão de salários. Estas comissões eram formadas por operários da base, eleitos em assembléia. A importância das comissões pode ser verificada pelo fato de assinarem, juntamente com a diretoria do sindicato, os boletins de greve. O *Boletim de Greve no. 5*, por exemplo, é encabeçado pelos dizeres: “Comissão de Greve, com a Diretoria do Sindicato, elaborou e apresenta o seguinte: Programa dos Têxteis para o dia 24 (...)”, seguindo-se a programação prevista para o dia. Seria, então, realizada uma Assembléia Geral, das seis

⁽¹¹⁾ Dops, Comunicado, 21/10/57.

categorias, encerrando a greve. Outra assembléia, exclusiva de têxteis, ratificaria a decisão. O Presidente do Sindicato, Julio Devichiatti, então “enaltece o trabalho de todas as comissões que funcionaram, no decorrer da greve, especialmente a comissão de piquetes”.¹²

Quanto às comissões de fábrica, cuja importância já foi amplamente assinalada em trabalhos como o de Ricardo Maranhão, José Álvaro Moises e Hélio da Costa, elas também deslizavam na ambigüidade de espaços autônomos de ação operária e espaços controlados pelo sindicato e reconhecidos pelo Estado. As comissões eram muitas vezes organizadas por militantes do Partido Comunista. Em alguns casos formavam-se *ad hoc*, para resolver lutas momentâneas e depois se dissolviam. Em setembro de 1956, um *Comunicado* do Dops registra uma outra situação: delegados de empresa são credenciados pela Delegacia Regional do Trabalho. Segundo o *Comunicado*: “A exemplo do que fizeram os metalúrgicos dias atrás, também os têxteis vêm de realizar uma reunião festiva no dia 7, na sede do Club dos Motoristas, com a finalidade de credenciar delegados de empresa no Sindicato”. Presente o Delegado da DRT, Vinícius Torre, “disse ter ido dar o apoio da DRT a tal sistema de representação em empresas, pela primeira vez na sua história (...)”, fazendo a entrega das credenciais aos novos delegados.¹³

Nesse contexto, os piquetes de greve adquirem tal legitimidade que, muitas vezes, convencem os patrões a permitirem a entrada dos piqueteiros nas fábricas para conversar com os operários e paralisar a produção. De acordo com entrevista realizada por Fábio Munhoz com um metalúrgico chefe de piquete: “Quando o piquete atingia a fábrica visada logo se estabelecia o contato do seu chefe com o proprietário da fábrica. Então o chefe do piquete, em nome dos demais operários, expunha ao patrão o caráter reivindicatório do movimento, bem como a sua natureza pacífica (...) solicitavam do patrão não interferir na adesão dos seus empregados ao movimento. Expunham as razões da greve e

procuravam convencer o patrão da necessidade de falar com os operários que estavam trabalhando. Sempre chegavam a um acordo favorável logo no primeiro contato. Quando os patrões ameaçavam apelar para a polícia, prosseguiam rondando a fábrica, influenciando psicologicamente nos operários que acabavam aderindo”.¹⁴

Finalmente, estruturas paralelas como o PUI, se por um lado, como afirma Wefort, não romperam com a estrutura sindical oficial, dando-lhe um novo fôlego, por outro lado, intensificaram a presença operária, ainda que controlada, na conjuntura, forçando os limites do exercício da hegemonia das classes dominantes no pacto populista.

Fica evidente a impossibilidade de se contrapor a idéia de um movimento operário autônomo à idéia de um movimento operário controlado pelo Estado como duas situações ideais e opostas. Na prática, o movimento operário constrói graus de autonomia e de presença maiores ou menores através e pelas próprias mediações em que a hegemonia, na forma do nacional-populismo, se exerce.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, podemos pensar que as formas pelas quais se legitimaram, no período populista, movimentos como a greve de outubro de 57, face ao Estado e à sociedade civil, têm relação com a maneira como a nação, como “comunidade imaginada”, vinha sendo construída desde a belle époque e, mais visivelmente, desde o modernismo. Foi nos espaços da hegemonia nacional-populista que adquiriu coesão e emergiu a “rebelião popular” simbolizada pela greve de 1957. A cada “onda de modernização” da economia, da sociedade e da cultura, verifica-se uma nova busca de identidade nacional e de valorização idealizada da cultura popular. Nos anos 30 o Estado escolhe o samba, o carnaval e o futebol como símbolos da nacionalidade. Nos anos 50, JK escolhe Brasília e a modernização industrial como símbolos do novo Brasil. Por sua vez, o operariado demonstra

⁽¹²⁾ Ata da Sessão Permanente da Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo.

⁽¹³⁾ Dops, *Comunicado preparado por SOG, 10/9/1956*.

⁽¹⁴⁾ Fundo Fábio Munhoz, caixa 8, Cedem/Cemap

entusiasmar-se com sua própria participação no jogo político, postulando-se como símbolo da nacionalidade. Como lembra Fontes: “a consciência de sua importância no jogo político era um sentimento crescente entre os trabalhadores”. De forma semelhante à situação analisada por Thompson para outro contexto bem diverso¹⁵, parece ocorrer que a hegemonia dos de cima se exerce, contraditoriamente, reforçando o polo oposto, a presença dos trabalhadores no cenário político, através de mecanismos de cooptação, que, entretanto, não podem ser plenamente eficientes, pois de certa forma, acabam sendo reabsorvidos pelas próprias práticas operárias. A tensão acaba desembocando em crises políticas recorrentes, como o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros ou a deposição de João Goulart.

Portanto, as identidades de classe e de nação formam-se em conflito e interação. Neste processo constrói-se uma imagem da comunidade nacional e é exercida uma hegemonia. A mesma, entretanto, não se estabiliza, é continuamente renovada e continuamente resistida. O nacionalismo-populismo, ao associar a idéia de nação, modernização econômica e reconhecimento da cultura popular e da presença operária, engendra uma hegemonia que só pode exercida pelo reconhecimento de um espaço de contra-hegemonia.

São Paulo, outubro de 2002

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**; reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB: origem e significados** (um estudo sobre o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo). Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987
- COSTA, Hélio da. **Em Busca da Memória**; Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.
- MUNHOZ, Fábio. **Sindicalismo e Democracia Populista: a Greve de 1957**. São Paulo: Cedec, 1977, mimeo.
- FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre (Org.). **Na Luta por Direitos**; estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- FRENCH, John. **Afogados em Leis**; a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos Modernistas”. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp 289-305.
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950)**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MOISÉS, José Álvaro. **Greve de Massa e Crise Política** (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-54). São Paulo: Polis, 1978.
- MORAIS, Eduardo J. **A Brasilidade Modernista**; sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**; entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁵ Referindo-se às formas de hegemonia da gentry no século XVII na Inglaterra, afirma Thompson: “Esta era, em ocasiones, um delicado equilíbrio social em el que los gobernantes se veían forzados a hacer concesiones”. A hegemonia da gentry não supõe “la admisión por aparte de los pobres del paternalismo em los póprios términos de la gentry o em la imagen ratificada que esta tenía de si misma”. Thompson lembra ainda: “Es posible que los pobres estuvieran dispuestos a premiar com su deferência a la gentry, pero solo a um cirto precio. El precio era sustancial (...) visto desde esta perspectiva, los pobres impusieron a los ricos ciertos deberes y funciones paternalistas tanto como se le imponia a ellos deferecia”. Cf.: E.P. Thompson, *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*, pp 52 e 58.

ROMERO, Sílvio. **Nosso Maior Mal**, 1908.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Feliz 1958, o ano que não devia terminar**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMSPON, E.P. **Tradicón, Revuelta y Consciencia de clase**; estudios sobre la crisis

de la sociedad preindustrial. 3ª Ed. Barcelona: Crítica, 1989.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar

WEFORT, Francisco C. **Classes Populares e Política** (Contribuição ao estudo do “populismo”). Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1968.

HISTÓRIA, ROTAS E COMÉRCIO

HISTORY, ROUTES AND COMMERCE

Ruy MACHADO

RESUMO

O artigo analisa a evolução das rotas comerciais articuladas com a História das civilizações mediterrâneas, nos períodos antigo e medieval. Outrossim, aborda a expansão marítima portuguesa e as rotas do oriente.

Palavras-chaves: *rota, comércio, expansão, evolução histórica.*

ABSTRACT

This paper analysis the commercial routes articulated with Mediterranean history at antiquity and medieval periods. It also explains the east routes and the Portuguese nautical expansion.

Key words: *commercial routes, Mediterranean history, Portuguese nautical expansion.*

Este artigo tem por objetivo analisar com simplicidade, o papel histórico das rotas comerciais, articuladas com as sociedades do “mundo” antigo e medieval.

A rota é o espaço das trocas, o caminho por onde viajam projetos, expansões e conquistas. Sua gênese está nas primeiras caminhadas humanas nos tempos pré-históricos, no antigo e longo Período Paleolítico. O homem na busca de matéria-prima e de víveres, fabricou ferramentas, produziu objetos, organizou a caça, a coleta, a pesca, desenvolvendo a comunicação e aumentando seus horizontes no meio ambiente. A rota assim, desvela-se como direção e procura para responder necessidades, suprir carências, controlar riquezas.

Esse complexo processo desencadeou novas exigências para o homem primitivo, respondidas

com a elaboração de técnicas. O uso do fogo, cuja domesticação foi um ato revolucionário, proporcionou ao homem o controle de uma fonte de calor com a qual afugentou animais, cozinhou a comida obtendo melhor qualidade e sabor, iluminou seu habitat, aperfeiçoou seus instrumentos e ao redor da fogueira criou novos diálogos. O papel extraordinário do fogo para as comunidades humanas foi tão importante, que assumiu nas civilizações um status sagrado, símbolo da inteligência e conhecimento, sinal da presença da divindade.

As sociedades primitivas por volta de 10 mil a.C. promoveram a Revolução Neolítica, cuja grande novidade foi a produção de alimentos, isto é, houve a invenção da agricultura com um processo interventor na fauna e flora dominando várias espécies. Esta atividade econômica sincronizou-

se com a pecuária, e ambas mudaram os rumos do homem pré-histórico, o qual deixou as “velhas pedras” para se tornar plantador, criador, oleiro e tecelão.

A agricultura fortaleceu a sedentarização, a produção de excedentes que lentamente demonstrou seu caráter estratégico, no cotidiano, nas trocas e nos momentos de dificuldades. Pertence a esse universo a descoberta e utilização dos metais, provocadores de novas tecnologias, pensares e esforços. Usa-se o cobre inicialmente martelado e posteriormente adicionado ao estanho resultando no bronze, e devido a importância denominou um período histórico: a idade do bronze. No final do neolítico trabalhou-se o ferro, elemento basilar empregado pelas civilizações nas tarefas agrícolas e na produção de mantimentos.

Esse conjunto de forças históricas revolucionárias promoveram a Revolução Urbana. Afinal a agricultura, pecuária, metalurgia revelaram a fertilidade da terra, os recursos da natureza, a importância dos rios e lagos para a vida humana. As comunidades primitivas estruturaram sua organização social em função dessa realidade com o acesso coletivo as ofertas e riquezas na caminhada da sobrevivência.

Porém, as radicais descobertas demonstraram o poder da intervenção no meio ambiente e a produção do excedente econômico. Numa certa visão e posição política, a História do excedente econômico é a história da mudança transformadora da organização social, pois sua posse como propriedade da produção acumulada, bem como das forças que produzem, gera a desigualdade social. A manipulação deste poder possibilitou o domínio dos gêneros alimentícios, de pessoas submetendo-as ao trabalho compulsório, o estabelecimento de uma nova divisão econômica do trabalho conjugada com uma nova divisão social. Formam-se os segmentos dominantes na sociedade, cujo poder se alicerça na propriedade privada, funda-se o Estado, desenvolve a cidade, elaboraram códigos escritos, desagrega a comunidade primitiva. É o advento da civilização com a História da desigualdade.

O homem coletor, caçador, pescador, criador e agricultor modelou os primeiros caminhos atrás de matéria prima como a pedra e o cobre e de

alimentos. Deixou marcas nos seus abrigos, na exploração e nos transportes de seus achados. Muitas dessas trilhas são as precursoras das rotas das civilizações antigas.

“MUNDO” ANTIGO E ROTAS COMERCIAIS

A região denominada de Oriente Médio, sediou importantes contatos de trocas entre grupos humanos primitivos, que evoluíram para o comércio praticado pelas sociedades civilizadas.

Neste contexto se destacaram civilizações como a egípcia, embora antiga, seu conhecimento é recente, pois foi redescoberta nos tempos modernos por ocasião da expansão imperial francesa sob a liderança de Napoleão Bonaparte. Este general invadiu o Egito em 1798 e, acompanharam a expedição militar, cientistas e Dominique Vivant Denon, um artista e diplomata que desenhou o passado histórico do país, base para a obra “a Descrição do Egito” marco do nascimento da egiptologia, publicada pelos membros da expedição francesa. Completa a redescoberta do Egito antigo o trabalho de Jean François Champollion (1790-1832), decifrador da escrita Hieroglífica.

A ocupação humana do Egito aconteceu nos últimos momentos do Paleolítico, quando se descobriu um vale e um rio, fontes inimagináveis de vida. O rio Nilo com aproximadamente 6.690 Km de extensão, o segundo maior do mundo, tem entre junho e outubro o aumento de volume de suas águas, propiciadoras de enchentes que inundam o vale, fertilizando o solo, propiciando o milagre da agricultura com até três colheitas por ano.

Diante desta abundância, é que se compreende a imortal afirmação de Heródoto, que por volta de 450 a.C visitou o país: “O Egito é um presente do Nilo”. Desse modo o povo egípcio deificou o rio e suas inundações com o nome de Hapi, louvado com hinos.

Neste vale com uma largura de 8 a 24 Km, o egípcio com seus sachos cultivava o trigo, cevada, linho, construía diques e canais e, utilizava o Shaduf para irrigar as áreas secas.

Neste oásis o homem primitivo montou sua organização sócio-política, surgindo os clãs, aldeias e, os nomos, unidades fundamentais da administração do vale no período pré-dinástico, encerrado com a fundação do Reino do Baixo Egito na região do Delta, Alto Egito no interior (3200 a.C.). Os dois reinos se unificaram com o faraó Narmer ou Menés, fundador do Antigo Império ou Reino antigo (aproximadamente 2780 a.C. - 2400 a.C.) sucedido pelo Médio Império (2065 a.C. - 1785 a.C.) e este pelo Novo Império (1580 a.C. - 1200 a.C.).

Após esta fase ocorreu a decadência com intervalos de autonomia, até o Egito sucumbir diante da invasão persa, Macedônia e, Romana. (30 a.C.).

A agricultura foi o nervo econômico do Egito, graças às ofertas do Nilo, o qual foi também o primeiro grande caminho utilizado nas comunicações, comércio e transporte de granito do alto do Egito para as construções dos monumentos na cidade de Mênfis.

As primeiras aventuras comerciais do Antigo império percorreram o Nilo com expedições militares atuantes no entreposto de Elefantina na área da primeira catarata, apossando-se do ouro e marfim Núbio. Estas riquezas se juntavam ao ouro extraído da mina de Koptos e abasteciam a ourivessaria.

Outra região explorada foi a Península do Sinai, da qual se retirava o cobre, turquesas, topázios, esmeraldas. O cobre assumiu enorme importância por ser o principal metal empregado nas manufaturas até o período do novo império.

A expansão do Egito foi a resposta ao seu desenvolvimento, atingindo a região do Mar Vermelho. Construiu-se uma estrada ligando o Delta ao Golfo de Suez, onde se iniciava a navegação para a região do “Punt” (provavelmente a Somália) rica em incenso. Esta resina aromática era imprescindível para as cerimônias religiosas realizadas nas cidades, como Tebas no templo de Amon, afinal seu perfume era agradável aos deuses. Também o incenso era necessário no processo de mumificação e preparação de remédios.

Segundo a tradição, a primeira expedição ao “Punt”, foi no reinado do faraó Sahurê, da quinta

dinastia (2494 a.C. - 2345 a.C.), inaugurando a rota do incenso que se ligava as vias comerciais da Arábia, Índia, Ceilão e, por onde trafegavam as mais variadas mercadorias como seda, pimenta e peles. Este comércio ressaltou o caráter estratégico do Mar Vermelho, justificando a construção no deserto da estrada Wadi Hammamat, meio fundamental de acesso ao Sinai e ao “Punt” misticamente chamada de “terra divina”. No deserto Líbio, os egípcios dominavam os oásis, essenciais nas viagens para se obter metais e pedras preciosas. Sobressai o oásis de Siwa com o oráculo de Amon, visitado por Alexandre Magno.

O Egito clássico estendeu sua influência no próximo Oriente, após a expulsão dos Hicsos, população que havia se fixado no Delta (aproximadamente 1785 a.C.). Foram expulsos por Amósis (1580 a.C. - 1558 a.C.) evento assinalador do início do novo império com a décima oitava dinastia. Neste período elaborou-se um projeto imperial para afastar as ameaças asiáticas produzindo uma política expansionista.

O egípcio abandonava a antiga característica de agricultor voltado para o vale do Nilo, satisfeito com as expedições punitivas e contatos comerciais, para se tornar soldado.

Desse modo, a geopolítica do novo império colocou em prática uma máquina militar, conquistando onde é atualmente o Estado de Israel e os territórios palestinos, que lutam pela sobrevivência. O Faraó Tutmés III (1504 a.C. - 1450 a.C.) alargou os domínios do império com campanhas militares na Síria, Fenícia (Líbano), chegando as águas do Eufrates, vitorioso sobre os mitanianos e recebendo homenagens de babilônios e assírios. O resultado da conquista foi o controle de caminhos e passagens garantindo a posse de riquezas.

O império egípcio foi barrado pelos Hititas, população da Ásia menor do planalto de Hatti, organizada politicamente em um reino. Os Hititas se expandiram para o norte da Síria, se chocando com o Egito nas disputas pelas estratégicas regiões e suas vias. Travou-se a Batalha de Kadesh (1286 a.C.) marca do refluxo egípcio no norte da Síria e ascensão de outros impérios.

A Fenícia localizada num estreito território do litoral mediterrâneo, lugar atual da República do

Líbano, desenvolveu cidades como Biblos, Tiro, Sídon, Berite, estruturadas na Talassocracia. Destarte, o comércio foi o alicerce do império marítimo fenício com rotas, feitorias e colônias fundadas pelo “mundo” mediterrâneo. Desse modo os fenícios fundaram na África: Cartago, Bizerta, Útica, Tanger. Na Sardenha ergueram Cagliari, Valeta em Malta e, na Península Ibérica Cádiz e Tartesso. Outrossim, Chipre, Rodes, e as cidades no mediterrâneo oriental abrigaram estabelecimentos fenícios.

Os mercadores fenícios foram notáveis na antiguidade. Negociavam mercadorias de couro, cerâmica, objetos de metal, marfim, perfumes, madeira e manufaturados de vidro, tecido de cor púrpura, palavra que segundo historiadores deu origem ao nome fenício e indica poder, prestígio, e dignidade. As rotas fenícias tinham conexão com a Mesopotâmia da qual se adquiria a lã, do Egito o algodão, o cobre de Chipre, o betume do Mar Morto e os Vinhos da Síria. Declina a tradição que marinheiros fenícios atravessaram as colunas de Hércules navegando pelo litoral Atlântico europeu à procura de estanho e pelo litoral africano a procura de ouro. Perde-se nas lendas do tempo a rota da prata entre Tartesso e Tiro.

“A economia do Oriente Próximo estava agora entrando completamente na idade de Ferro - encontramos, por volta desse tempo, as primeiras lâminas de ferro usadas para arar – e o mundo se estava tornando mais rico. Salomão garantiu, mediante as suas atividades, que a sua casa real recebesse uma parte principesca dessa nova prosperidade. Ele expandiu o negócio, casando-se com filhas de todos os príncipes vizinhos, com o lema ‘o comércio acompanha a noiva’. Ele se tornou afim do faraó do Egito, casando-se com a filha deste – foi assim que ele conseguiu Gezer. A Bíblia nos fala de outras alianças matrimoniais, dizendo que ‘além da filha do faraó, amaram Salomão muitas mulheres estrangeiras: moabitas, amonitas, edomitas, sidônias e hetéias’. Sua diplomacia e seu comércio entrelaçavam-se. A visita da rainha de Sabá, que veio do sul da Arábia, estava

relacionada com o comércio, pois Salomão controlava o comércio, árabe, principalmente mirra, incenso e especiarias. Josefo nos conta que Salomão fazia jogos de enigmas com Hirão de Tiro, outro grande monarca comerciante. Isso não era uma forma extraordinária de contato diplomático durante a primeira Idade de Ferro, implicava pesadas perdas em dinheiro – algumas vezes perdas de cidades – era parte do processo de trocas comerciais. Salomão e Hirão conjuntamente dirigiram uma frota de navios de Ezion-Geber no sul até Ofir, o nome que davam a África oriental. Os dois reis comerciavam animais e pássaros raros, madeira de sândalo e marfim. Além disso, Salomão era um comerciante de armas. Comprava cavalos da Cilícia que vendia ao Egito, em troca de carros que então revendia aos reinos que ficavam ao norte.” (Johnson, 1995, p.72)

Os cálamos registram as relações comerciais entre Egito e Biblos, da qual o faraó Snefru (aproximadamente 2613 a.C. – 2494 a.C.) da IV dinastia, importou cedro para a construção de uma esquadra mercante, cujo navio foi chamado pelo egípcio de “navio de Biblos”. E no reinado do faraó Nekao II (609 a.C. – 594 a.C.) marinheiros fenícios partindo do Mar Vermelho realizavam o périplo da África. Pode-se afirmar que através das rotas fenícias negociavam linho, papiro, cereais importados do Egito e se exportavam para a terra do Nilo madeiras, produtos manufaturados, metais, etc.

O comércio fenício, sírio-palestino e egípcio se articulava com a mesopotâmia, onde hoje localiza-se a República do Iraque. Esta região foi denominada pelos hebreus de Aram Naharayin, isto é, terra dos dois rios (Tigre e Eufrates) e os gregos chamavam de mesopotâmia. Esta região é uma planície, na qual ocorreu um processo histórico diferente do Egito, (Estado-Nação com um império). Por volta de 10 mil a.C. a 7 mil a.C., eclodiu a Revolução neolítica, a sedentarização com a fundação de aldeias e no IV milênio a.C. se desencadeou a Revolução Urbana nas áreas da Suméria no sul a Acádia ao norte, surgindo cida-

des-estados: Quish, Ur, Uruk, Lagash, Eridu, Acad, Nipur, Babilônia.

As comunidades urbanas da Mesopotâmia, desde muito cedo se deparavam com vários obstáculos: cheias violentas, pilhagem de lavouras pelos vizinhos nômades, os conflitos pelo domínio dos “pomares”. As respostas foram a construção de canais, barragens, e a intervenção da cidade-estado construindo muralhas e constituindo a força militar.

A base para a fundação dos impérios mesopotâmios foi a cidade-estado. O império acadiano o primeiro a unificar a região no reinado de Sargão I (aproximadamente 2334 a.C. - 2279 a.C.), o império Gútio (aproximadamente 2112 a.C. - 2004 a.C.), império assírio com destaque para o rei Sargão II (721 a.C. - 705 a.C.), o novo império babilônico cujo apogeu foi o governo do soberano Nabucodonosor (604 a.C. - 562 a.C.). No século VI a.C. a Mesopotâmia caiu em poder do império persa sob a liderança de Ciro, o grande, submetendo a cidade da Babilônia (539 a.C.), incorporada as conquistas do Reino da Lídia e cidades gregas da Ásia menor, Fenícia, Síria e Palestina.

A sucessão dos impérios revelou os conflitos como os motores da História não só da mesopotâmia, mas do Oriente Próximo. Logo a guerra foi o ato político primordial para anexar territórios, controlar rotas e passagens, capturar populações para o trabalho servil, assegurar as riquezas e suas fontes produtoras.

Não pode haver dúvida do papel estratégico da “terra entre rios” neste contexto. Afinal, eram uma área de passagem e encontro dos caminhos proveniente da Ásia, possuía rotas terrestres, fluviais, sobretudo do Eufrates e importantes centros urbanos. Tais condições históricas propiciaram um volumoso comércio com mercadores buscando o lápis-lazúli no atual Afeganistão, a prata extraída dos montes Tauros, o cobre de Oman, Cornalina, pérolas e marfim da Índia.

Estas mercadorias eram esparramadas pelas rotas por todo o oriente, com, por exemplo, a de Assur a Kanesh, que se ligava ao caminho para as terras dos Hurritas e Hititas, e estes forneciam ferro e cavalos. O crescimento das relações

econômicas exigiu a montagem de uma organização contábil com pesos, medidas, empréstimos, contratos, bem como o uso do cobre, prata, ouro, os quais circulavam sob a forma de barras.

O comércio do crescente fértil se relacionou firmemente com áreas do mar Mediterrâneo.

“O que é o Mediterrâneo? Mil coisas ao mesmo tempo. Não uma paisagem, mas inúmeras paisagens. Não um mar, mas uma sucessão de mares. Não uma civilização, mas civilizações sobrepostas uma às outras. Viajar pelo Mediterrâneo é encontrar o mundo romano no Líbano, a pré-história na Sardenha, as cidades gregas na Sicília, a presença árabe na Espanha, o islã turco na Iugoslávia. É mergulhar nas profundezas dos séculos, até as construções megalíticas de Malta ou até as pirâmides do Egito. É encontrar coisas velhas ainda vivas, ladeando o ultramoderno: ao lado de Veneza, falsamente imóvel, a pesada aglomeração industrial de Mestre. Ao lado do barco do pescador, que é ainda o mesmo de Ulisses, a traineira devastadora do fundo do mar, ou os enormes petroleiros. É ao mesmo tempo imergir no arcaísmo dos fundos insulares e surpreender-se diante da extrema juventude de cidades muito antigas, abertas a todos os ventos da cultura e do lucro, e que, há séculos, vigiam e comem o mar.

Tudo porque o Mediterrâneo é uma encruzilhada muito antiga. Há milênios tudo converge em sua direção, confundindo e enriquecendo sua história: homens, animais de carga, veículos, mercadorias, navios, idéias, religiões, artes de viver”. (Braudel, 1988, p. 02)

Às margens deste mar dividido em oriental e ocidental, floresceram civilizações fascinantes, marcadas por guerras, conquistas e impérios, não obstante se vinculavam através de uma cultura cosmopolita e do comércio.

No mar Mediterrâneo Oriental, a Ilha de Chipre ou Alasiia como se acredita, constituiu-se em um ponto comercial de suma importância, em

razão da exploração do cobre, minério que deu nome à ilha, agricultura e local de passagem de rotas. O cobre a grande riqueza de Chipre era exportada de Citium para a ilha de Creta, sede de uma brilhante civilização com as cidades: Cnossos, Faistos, Mália, Mirtos, Tilisso. De Creta o cobre era transportado para outras regiões como a Mesopotâmia e o Egito de Thutmés (1530 a.C. – 1520 a.C.) da décima oitava dinastia.

Emerge neste ambiente histórico a civilização grega, cuja evolução apresentou a Grécia Homérica com uma grande família aristocrática (genos) com um ancestral considerado divino e uma casa (Oikos), a Grécia arcaica com a Polis, que segundo Finley “por convenção e de maneira um tanto inadequada, foi traduzida para cidade-estado” (Finley, 1990, p.99) e a Grécia clássica do século V e IV a.C. período do apogeu do gênio grego.

Nos tempos arcaicos desenvolveu o artesanato, o comércio, mas sem uma regularidade de trocas e a prosperidade é registrada nas construções públicas. Porém o período foi repleto de crises e conflitos provocados por exemplo, pelo monopólio aristocrático das terras férteis, gerando a marginalização social do camponês. Este personagem social era um candidato a escravidão por dívida devido aos empréstimos garantidos com a hipoteca do corpo. Esta prática fomentou as lutas e os tumultos do século VII a.C. em Atenas. Compreende-se neste quadro a Reforma de Sólon (594 a.C.) que determinou a abolição da escravidão por dívida (Seisachteia).

Historiadores afirmam que uma das alternativas para a crise do período arcaico foi a colonização, iniciada nos meados do século VIII a.C. ao século VI a.C. Há um elenco de fatores explicativos da expansão tais como: a busca de novas terras em virtude da sua exigüidade (Stenochoria), metais, crises, crescimento comercial. Tal processo resultou na fundação de colônias (Apoikias) sob a liderança do Oiktistes, transformando em indígete após a morte, construção de entrepostos comerciais (emporion) e de postos militares (clerúquia).

A expansão grega em meados do século VIII a.C., dirigiu-se para o ocidente do Mediterrâneo, evento manifestado no poema Odisséia de Homero. Os gregos erigiram na Itália, Isquia, Cumas,

Nápoles, Metaponto, Tarento, Sibáris, Messina, Naxos, Siracusa, etc (magna Grécia). No litoral francês fundaram Marselha, Cirene na África, e na Península Ibérica Sagunto. No oriente a migração precedeu a colonização e se tem colônias como: Bizâncio no estreito do Bósforo, às margens do Ponto Euxino (mar acolhedor) ergueu-se Trebizonda, Odessa, Sinope, Amisos, Ólbia, etc. Nas ilhas Egéias e no litoral da Ásia menor várias outras fundações foram estabelecidas: Quios, Lesbos, Samos, Éfeso, Mileto, Cnido, Halicarnasso, etc. Na foz do Orontes no norte da Síria construiu-se o entreposto helênico de Al mina e no Delta do Nilo Naucrátis.

As rotas da magna Grécia carreavam para Hélade, cereais, gado, prata e adquiriam azeite, vinho, vasos coríntios, cerâmica ateniense. As colônias do mar Negro enviavam cereais, madeiras, couro, ferro, ouro, peixes como atum e escravos. No entreposto de Al mina chegavam das rotas da Mesopotâmia tecidos, marfim indiano e têxteis sírios-fenícios. O porto de Naucrátis, ao que parece, teve a função de enviar trigo egípcio para a Grécia e também o linho, papiro, e as especiarias da rota do Mar Vermelho. É necessário observar que o comércio de importação do trigo para a Grécia foi uma necessidade. Sólon determinou a proibição de exportação de todos os produtos agrícolas de Atenas, menos o azeite e os governos atenienses buscavam o domínio dos estreitos de Dardanelos e Bósforo para garantir as rotas do mar Negro.

Segundo historiadores colaborou para a decadência das Poleis na Grécia clássica, a luta pelas hegemonias entre Esparta, Atenas e Tebas, geradoras da guerra do Peloponeso (431 a.C. – 404 a.C.). A crise da cidade-estado helênica possibilitou a vitória de Filipe da Macedônia em Querônea (338 a.C.), instaurando-se o jugo Macedônio, mantido por Alexandre Magno até o final do século IV a.C., quando seu império se fragmentou.

Enquanto no oriente das ruínas do império alexandrino surgiam as monarquias Helenísticas, no ocidente despontavam duas potências: Cartago (Kart-Hadacht) na África, onde se localiza hoje a República da Tunísia e na Itália a cidade de Roma.

Cartago, pelas fontes tradicionais, foi fundada em 814 a.C., porém a investigação histórica coloca

aproximadamente a segunda metade do século VIII a.C. É possível ter sido fundada por habitantes da cidade de Tiro.

Dentre as colônias fenícias no ocidente, sobressaiu-se Cartago em virtude do controle do estreito situado entre África e a ilha da Sicília, construção de poderosa frota com a qual se assenhorou das rotas mediterrâneas ocidentais, conquistou os entrepostos fenícios, expulsou a navegação grega e fundou estabelecimentos na Península Ibérica, ilhas da Sardenha e Córsega e com o comércio na Itália conseguiu metais e vasos etruscos (bucheros).

Roma, cidade fundada na região do Lácio em 753 a.C. segundo a tradição, mas não aceita pela crítica histórica, apresentou uma evolução política com os períodos: Monarquia, República, Império. De forma sucinta a História romana foi uma grande conquista militar e sua administração (“*Urbi et Orbi*”), subjugou o Lácio tutelando as cidades da liga latina, derrotou os samnitas apossando-se das terras férteis da Campânia, interveio na magna Grécia derrotando a cidade de Tarento e seu aliado o rei Pirro (275 a.C.), controlou os portos meridionais italianos.

Desde muito cedo, Cartago e Roma caminhavam para um sério confronto, fato que explica o Tratado de 508 a.C. com o propósito da delimitação das áreas de influências e, renovado como aliança militar durante as guerras com Pirro, uma ameaça comum as duas cidades.

No século III a.C. o comércio cartaginês movimentava vinhos, cerâmicas, metais, animais, azeite, frutas. A população da cidade segundo Estrabão era de 700 mil habitantes e governados por magistrados (sufetas) e um senado aristocrático.

O choque entre Roma e Cartago se tornou inevitável pela disputa da ilha de Sicília. Tropas cartaginesas ocuparam um local estratégico no estreito de Messina e, resposta romana foi o envio das legiões para a região. Eclodiam as guerras Púnicas (264 a.C. – 146 a.C.).

A Primeira Guerra Púnica foi travada na Sicília e foi favorável a Roma, que anexou a ilha transformada na primeira província romana e, exigiu o pagamento de tributo de Cartago, a qual mais

tarde foi obrigada a ceder a Sardenha e a Córsega durante as terríveis revoltas internas. Cartago havia perdido seus locais de comércio na Itália, Gália e nas ilhas citadas, destruindo o seu império marítimo e a alternativa foi se voltar para a Península Ibérica explorando suas riquezas.

O projeto cartaginês na Hispânia tornou-se uma severa ameaça a Roma, pois foi da península que o Exército de Aníbal partiu e invadiu a Itália infligindo grandes derrotas às legiões romanas. A resposta foi o ataque e conquista da Hispânia, a posse de suas riquezas, a invasão da África derrotando Aníbal em Zama (202 a.C.).

Cartago foi reduzida a uma cidade sem expressão militar e econômica e o preço pela “paz” significava pagar indenização, destruir sua marinha e não fazer guerra sem a licença do Senado romano.

A Terceira Guerra Púnica foi para deter a recuperação cartaginesa, baseada no crescimento comercial do ouro, escravos, marfim, cereais, frutas. A mobilização para a guerra foi feita sob o lema “Cartago deve ser destruída”, concretizado com a destruição da cidade, cujo território foi anexado por Roma. Era hegemonia romana no mar mediterrâneo ocidental e quando conquistou o oriente, todo o mar foi denominado de “*mare nostrum*”.

A chave histórica para a compreensão da expansão romana está na problemática social expressa nas lutas sociais entre patrícios e plebeus. Estes eram excluídos das terras públicas (“*ager publicus*”), das magistraturas e permanentemente ameaçados pela escravidão por dívidas pelos credores. Se na Grécia arcaica a falta de terra foi uma das razões da expansão colonizadora, em Roma foi um motor da conquista militar, a qual confiscava uma parte da propriedade do vencido e incorporava ao “*ager publicus*”.

Roma constituiu uma sólida organização política-administrativa, criando o município, fundando províncias. Tais instituições foram veículos da romanização do “mundo” antigo, como da Península Ibérica, a Hispânia romana. Esta província foi latinizada sendo dividida em três regiões: Bética, Lusitânia, Tarraconensis. Ocorreu a instituição do município, a exploração da prata de

Sierra Morena, a generalização da cultura do trigo, videira, oliveira explorada pela Vila rústica com mão de obra escrava, preparação de conservas de peixe, a construção de estradas como a de Olisipo (Lisboa) a Bracara (Braga).

Na Itália foi construída uma formidável rede de estradas para atender a geopolítica expansionista, partindo de Roma: Via Apia para o sul da Itália, Via Salaria para o Adriático, Via Emilia para Milão, Via Flaminia para Rimini, Via Valeria para o Centro da Itália, Via Aurélia para Ligúria, via Clodia para Tirreno, Via Cássia para Etrúria.

Não só as legiões percorriam as estradas, mas também os mercadores, transportando produtos os quais chegavam por várias rotas, como a do mar Mediterrâneo, o grande caminho da antiguidade. O comércio fornecia escravos capturados nas campanhas militares, o âmbar trazido pela rota de Aquileia ao Balcãs que atravessava o vale do Danúbio e atingia as áreas bálticas. Do Egito chegavam escravos, ouro, marfim, madeira, trigo, papiro. Da Ásia especiarias, perfume, escravos, pedras preciosas, metais, etc.

A “Pax Romana” protegeu e estimulou a prosperidade do império, o qual cunhou moedas que através do comércio foram difundidas pelo “mundo conhecido”. Indica a tradição que a criação da moeda aconteceu no reino da Lídia com o rei Cresos (560 a.C. – 546 a.C.), porém ensina a pesquisa histórica que não se usou inicialmente a moeda para as trocas. Era na sua gênese um símbolo da autonomia da Polis e só posteriormente assumiu outras funções. Em Roma no período da realeza utilizou o gado (Pecus) como uma “moeda” de troca, e na república, talvez por volta do século V a.C., cunhou-se pela primeira vez a moeda no templo de Juno Moneta (conselheira) de onde parece derivar a palavra moeda, sendo célebres o denário, sestercio e o talento.

O império romano do ocidente ruiu sob o peso da crise do III e IV séculos, com o colapso do sistema escravista, da produção agrícola e, por conseguinte de toda ordem institucional”.

“Foi evidentemente no campo que a crise final da Antiguidade teve a sua origem; e enquanto as cidades estagnavam ou entravam em declínio, ocorriam na

economia rural modificações de maior alcance, presságio da transição para outro modo de produção. Os limites inexoráveis do modo de produção escravagista estavam já à vista quando as fronteiras do Império deixaram de avançar: foram eles que precederam e estiveram na base da desordem econômica e política do século III. Agora, nas condições recessivas do fim do Império, o trabalho escravo (sempre ligado a um sistema de expansão política e militar) foi-se tornando cada vez mais escasso e incômodo e, por isso, foi sendo largamente convertido pelos proprietários de terras em adscrição vinculada ao solo.” (Anderson, 1982, p. 102)

Das cinzas do “mundo” romano, gestaram-se novas forças históricas, desencadeadoras da construção de uma nova civilização: a civilização do ocidente medieval.

“MUNDO” MEDIEVAL E ROTAS COMERCIAIS

A idade média nos séculos V ao X, período tradicionalmente denominado de “alta idade média”, processou-se a formação da civilização feudal. Formaram-se os reinos Bárbaros, herdeiros do império romano, aconteceu a evangelização e a celebração de alianças da Igreja Cristã com o Estado fundamentando a cristandade, baixa produção agrícola e artesanal, declínio da atividade comercial comprometendo as trocas e os resultados foram o aumento da fome, da ruralização e servidão.

A despeito destes entraves, o comércio não desapareceu, continuou a ser praticado não obstante ficar subordinado as realidades históricas do continente europeu. Cumpre mencionar o papel das cidades episcopais e as sedes políticas-militares como pólos de atração para mercadores e artesãos, tal atuação respondeu às necessidades. Emergem novos núcleos populacionais (Portus), os quais se dedicam as trocas irrigando as rotas que percorriam a Europa.

Registra-se um comércio local possuidor de papel complementar oferecendo por exemplo alimentos, produtos artesanais, um comércio de

longa distância com conexão com o oriente, adquirindo tecidos, especiarias, perfumes os quais penetravam em terras européias pelas rotas italianas, nórdicas e muçulmanas da Espanha.

Nos séculos IX e X “novas invasões” se abateram sobre o ocidente europeu: Vikings, húngaros, muçulmanos. Os Vikings populações escandinavas foram chamadas de “Homens do norte”, normandos e varegues e se dedicavam à pilhagem e ao comércio. Deste modo, navegavam por rios e mares saqueando igrejas, mosteiros e as comunidades de Rouen, Nantes, Lisboa, Servilha, Paris, Hamburgo. Dirigiam-se para a Europa Ocidental viajando pela rede fluvial e como mercadores fundaram feitorias em Novgorod, Kiev, velejaram pelo mar Negro e ameaçaram Constantinopla.

Os Húngaros ou magiares viviam no século VII no império dos Khazars localizado à margem do mar Cáspio, tendo como capital Itil situada no estuário do Volga. Este Estado sofreu invasões no século IX, expulsando a população húngara para o oeste. Fixaram-se na região da Panônia (Hungria) saquearam locais da Alemanha, França, Itália e foram detidos em Lechfeld (955) por Oto, o grande, tornaram-se sedentários, cristãos e no final do século X fundaram o reino da Hungria.

Os muçulmanos formam uma notável civilização, originária da península arábica, difundida pelo oriente e ocidente. A Arábia por volta do século VII possuía cidades como Marib, Taif, Meca, Medina, Badr, Fadak, Maqna, Tabuk. A cidade de Meca se distinguiu como centro comercial em virtude da passagem de rotas do Iêmen, Mar Vermelho que se dirigiam para a Mesopotâmia, Egito, Síria, Palestina. Igualmente a cidade tornou-se um centro religioso, pois o santuário da Caaba com 360 ídolos e uma pedra sagrada, atraíam peregrinações desde os tempos antigos.

A história de Meca, bem como dos árabes viveu uma radical mudança com a religião Islã, fundada por Maomé (570-632), que segundo a tradição muçulmana no ano de 610 do Ramadã recebeu uma mensagem de Deus, através do anjo Gabriel, tornando-se o profeta de Alá.

Muhamad Ibn Abballah ou Maomé fundou uma comunidade política-religiosa (Umma)

concebeu um livro sagrado (alcorão ou Corão), fez adeptos e o Islamismo se revelou uma religião monoteísta, abramica com as obrigações: Profissão de fé (há um só deus e Maomé é seu profeta), oração (salat) proferida cinco vezes ao dia, esmola (zakat), jejum (sawn) praticado no mês do Ramadã, peregrinação a Meca (Hajj).

“Os guerreiros de Alá”, depois da morte do profeta, submeteram um vasto território na Ásia, África e Europa, organizado em Califados: Cairo, Damasco, Bagdá.

O “mundo” muçulmano apresentou vinculações com a civilização da cristandade medieval ressaltando duas.

A produção cultural islâmica, herdeira da tradição clássica, com os pensadores Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198).

O primeiro redigiu uma obra filosófica, que influenciou Guilherme de Auvergne, Alexandre de Hales e Alberto, o grande, os quais utilizaram os comentários do filósofo de Afshana no estudo do aristotelismo, um dos grandes desafios das escolas de artes e teologia do século XIII, como médico escreveu cânone de medicina, utilizado na Europa até o século XVII. O segundo, natural de Córdoba cidade da Hispania Moura, magno estudioso do aristotelismo, e o seu pensar representou o auge da filosofia Árabe.

O averroísmo foi uma referência nos estudos das faculdades de artes tendo como importante representante Sigério de Brabante, um extraordinário comentador de Aristóteles.

A segunda vinculação foi o intercâmbio comercial no mar mediterrâneo, o qual não foi fechado pelos árabes como escreveu Henri Pirenne. Pelo contrário o “mundo” muçulmano manteve relações comerciais com a Europa, ligando-a ao Oriente Próximo e à África. Portanto os mercadores do Islã forneciam prata para os carolíngios e adquiriam ferro, madeiras, estanho e escravos, os quais eram enviadas para Córdoba, Cairo e outras cidades. Outrossim, mantiveram um forte comércio das especiarias com os italianos.

Os relacionamentos entre as duas civilizações nem sempre foram cordiais e pacíficas. Basta citar a reconquista na Península Ibérica e, as cruzadas responsáveis por crueldades no oriente. No campo

do pensamento, a Igreja se opôs a doutrina averróista, condenada (1277) pelo Bispo de Paris, Estevão Tempier estimulado pelo papa João XXI. Professores adeptos do averroísmo foram expulsos da universidade e Sigério de Brabante foi condenado pela inquisição. Do lado muçulmano se registrou um grande desinteresse da História e Geografia pela Europa Ocidental, encarada como “terra de bárbaros”. O geógrafo Masûdi (século X) chamou os europeus de “vulgares e grosseiros”.

Eclodiu no ocidente medieval, no final do século X, um importante progresso na agricultura (“Revolução Agrícola”) em razão da aplicação das técnicas, o uso da charrua de ferro, a incorporação de novas áreas ao cultivo através do processo de arroteamento, o aumento da oferta de alimentos, o fim das “invasões”, a observância relativa da paz de Deus e trégua de Deus, etc.

Desse modo se desencadeava a Revolução Comercial e o renascimento urbano com o eixo nas cidades italianas. Veneza fundada no século V no fundo do Adriático, como um local de refúgio para populações ameaçadas pelas invasões, politicamente se organizou em república e, o comércio tornou-se a base da sua economia. Assim negociava o sal, escravos, madeiras, metais em vários portos como Alexandria e Constantinopla. Obteve lucros fornecendo material e transporte aos cruzados e contribuiu para a conquista de Sidon (1110), Tiro (1124).

Manipulou a quarta cruzada, (1202-1204) convocada por Inocêncio III, em favor de seus interesses econômicos, usando-a para aniquilar a cidade de Zara no litoral Adriático, sua concorrente. Conquistou a capital bizantina e solidamente se estabeleceu na Grécia e ilhas Egéias.

A república de Gênova aumentou sua prosperidade auferindo lucros com as cruzadas, vendendo material e contribuindo para a tomada do Acre (1104) e Trípoli (1109). Procurou as praças do oriente fundando entrepostos na Criméia e Mar de Azov, rivalizando-se com os mercadores venezianos. Ambas as cidades se beneficiaram com cruzadas e alcançaram privilégios. Ergueram colônias, receberam imunidades e isenção de impostos e controlaram os portos da Síria.

A Revolução comercial movimentou o norte da Europa destacando as cidades de Ypres, Gand, Bruges, Lille as quais se ligaram à rota da lã, matéria prima inglesa utilizada nas oficinas têxteis flamengas. O comércio se escoou pelos rios sobressaindo no norte da Itália a rota do Rio Pó, a rota do Ródano que alcançava o Mosela e Mosa ligando o norte e sul, as rotas do Mar Báltico e mar do norte com a predominância dos mercadores da Hansa, as rotas fluviais flamengas. As vias terrestres tinham conexão com as rotas registradas, como por exemplo da Alemanha para a Itália.

O intercâmbio comercial promoveu o florescimento das feiras como Novgorod, Lille, região da champagne, colônia, Servilha, etc. Negociava-se tecidos, armas, cereais, vinhos, estanho e escravos e foi necessário montar uma organização contábil com o uso da letra de câmbio e circulação de moedas.

A cidade medieval foi modelada pelo comércio tornando-se um local de trocas e consumo e de um espaço autônomo frente ao poder feudal. Construiu um processo de resistência (“movimento comunal”) com lutas ou compras das “cartas de franquias” conseguindo muitas vezes a autonomia política municipal (“comuna”).

Despontou o burguês, o qual rejeitou o justo preço, sendo condenado temporariamente pela Igreja, afirmando que a usura, uma das filhas do diabo, o desposou. Este novo personagem no decorrer da evolução do capitalismo procurou uma ética, a qual justificasse o busca do lucro e o acúmulo da riqueza, sinais do eleito de Deus.

A expansão européia do século XI ao XIII, foi abalada por um período de crises nos dois séculos seguintes.

“As cidades foram as primeiras atingidas pela crise econômica proveniente de uma relativa superprodução, da interrupção progressiva do crescimento demográfico, da instabilidade monetária e das perturbações do comércio oriental ligadas ao avanço dos turcos em direção a Bizâncio e à Cristandade. Mas as cidades também tinham suas forças e seus trunfos, que lhes permitiram reagir melhor que o campo.”

As calamidades dos séculos XIV e XV não poupam as cidades. Os habitantes de Toulouse, por exemplo, suportaram, entre 1140 e 1483, seis severos períodos de fome, seis pestes ou epidemias, oito grandes incêndios ou inundações, operações militares ou agressões de bandidos durante vinte anos e duas importantes revoltas sociais. Das quatro pontes sobre o rio Garonne que existiam no final do século XIII só uma subsistiu, os subúrbios desapareceram, perdeu-se um terço da população.

A guerra era quase endêmica durante esse período. Na França (Guerra dos Cem Anos); na Itália, sujeita a terríveis conflitos armados entre as cidades e a numerosas operações militares nos Estados da Igreja; na Península Ibérica, devastada pelas guerras civis; na Inglaterra, no século XV, quando a guerra das Duas Rosas... As cidades tiveram de construir novas muralhas ou consertar as antigas, o que arruinou suas finanças e impôs aos cidadãos pesadas cargas fiscais que aumentaram o descontentamento dos habitantes menos ricos, sobre os quais aquelas cobranças pesavam mais.

Foi o tempo das grandes revoltas sociais e urbanas. Desde o período 1260-1280, greves e motins haviam estourado, especialmente na França setentrional, em Flandres e nas regiões vizinhas. Nos séculos XIV e XV, ocorreram verdadeiras rebeliões e sublevações urbanas, fomentadas, sobretudo pelos trabalhadores, mas com a participação de burgueses ou mesmo de nobres.” (Le Goff, 2002, p. 232.233)

A crise sinalizou os últimos momentos da civilização medieval, superada pelos tempos modernos, gerados por várias situações históricas, tal como a expansão marítima, da qual Portugal foi um pólo pioneiro.

Portugal desde o final do século XII ligou-se a Revolução Comercial mantendo intercâmbio com a cidade de Bruges. Suas feiras tiveram alta relevância como espaço de trocas, de consumo e do uso de moedas para pagar as transações. Somou

a este progresso, o crescimento da atividade naval, proteção ao comércio marítimo através da “Bolsa Marítima”, exportação de vinhos, azeite, sal e importações de tecidos, metais, armas, especiarias.

Apesar desse desenvolvimento, a sociedade portuguesa sofreu os males da crise do século XIV, a guerra, a fome, pestes, trágica tríade que provocava o declínio da população, o processo inflacionário, desmoronamento das relações sócio-econômicas.

A contenção da crise foi através de várias medidas, como a do rei D. Fernando (1367-1383) como, por exemplo, as leis da sesmarias com o objetivo de estimular a produção agrícola, tornando obrigatório a cultura da terra sob o pena de ser expropriada e cedida para quem cumprisse a lei. Estabeleceram salários rurais e trabalho obrigatório para os “desocupados”. O monarca tomou outras medidas como a proteção ao desenvolvimento naval, seguros para proteger a navegação.

A morte de D. Fernando provocou uma crise dinástica portadora da ameaça da tutela do reino de Castela afastada pela Revolução de Avis (1383-1385), liderada por D. João, mestre da ordem de Avis, novo soberano e fundador da nova dinastia sob a qual ocorreu a expansão ultramarina.

Várias situações favoráveis explicam a expansão portuguesa: marinha mercante, participação no comércio mediterrâneo e atlântico, condições técnicas, unidade política em torno da monarquia, interesses políticos-econômicos dos comerciantes. Vincula-se a este contexto as condições adversas no comércio mediterrâneo como: busca de rotas alternativas eliminando o intermediário muçulmano, esfacelamento do império mongol provocando crises nas rotas comerciais da Ásia Central, expansão turca otomana aniquiladora do império bizantino.

Afirmam historiadores que o marco da expansão marítima portuguesa foi a conquista da cidade de Ceuta (1415), praça comercial localizada no Marrocos. O comércio africano era significativo com as caravanas partindo de Sijilmassa, Walata, atravessavam o Saara conduzindo sal (rota do sal) e outras mercadorias para a África Negra e, conseguiam ouro como o de Timbuktu, o qual abastecia o comércio africano e europeu. É bem

provável que a tomada de Ceuta foi para adquirir o ouro da rota de Timbuktu, bem como controlar o estreito de Gibraltar. O evento ao que parece atendeu os mercadores de Lisboa, a nobreza que lucrou com saques e outros benefícios concedidos pela coroa, a Igreja que recebeu cargos, honrarias e terras.

Depois da conquista de Ceuta, a política portuguesa orientou a exploração do litoral africano (fase Henriquina). Estabeleceu-se a colonização de ilhas, como a da madeira com o plantio da cana-de-açúcar, trigo, vinhas e comércio de escravos. A ilha se tornou no final do século XV a grande fornecedora de açúcar para a Europa. No reinado de João II (1481-1495), a navegação portuguesa atingiu o cabo da Boa Esperança no sul da África com a viagem de Bartolomeu Dias, e no apagar do século a memorável expedição de Vasco da Gama chegou a Calicute na Índia (1498).

Inaugurava-se uma rota comercial sem intermediários entre o oriente e o ocidente assegurada pelo controle português da rota índico-Europa, através de um processo de conquista militar. A geopolítica portuguesa procurou afastar a resistência muçulmana com a construção de feitorias em Coxim e Cananor, fortalezas na África e em pontos estratégicos dos oceanos Índico e Pacífico. Organizou-se um governo geral com a capital em Goa, possessão portuguesa até 1961. O domínio de Malaca garantiu a rota da pimenta e as do extremo oriente, de Ormuz controlou as rotas que utilizava o Golfo Pérsico, porém fracassou na tomada de Áden, chave para se apoderar das rotas do mar vermelho e Arábia.

O império colonial português detinha na primeira metade do século XVI uma vasta rede de rotas comerciais. Por essas escoava a pimenta de Timor, o gengibre da Índia e da Indonésia, o cravo das Molucas, a canela do antigo Ceilão (Sri Lanka), a seda e a porcelana da China, o ouro de Sumatra, a prata do Japão. Porém, muitas razões históricas provocaram o ocaso deste império, o qual não conseguiu manter a conquista e as rotas e os territórios, que caíram nas mãos de holandeses e de outras nações imperiais.

O expansionismo português teve um aliado poderoso, a Igreja Católica, cuja história é inseparável de Portugal. Desde a fundação durante

a reconquista, Afonso Henrique (1128-1185) primeiro rei, recebeu apoio do clero e do papa Alexandre III o qual reconheceu a independência de Portugal (1179).

Durante a expansão a Santa Sé expediu documentos protegendo, estimulando, defendendo em nome da cristandade, os interesses do Reino de Portugal. Desse modo o papa Nicolau V enviou ao monarca português duas Bulas. A primeira, “Dum Diversas” (1452), a qual autorizava o ataque, prisão de populações muçulmanas e pagãs, bem como o confisco de seus bens e a redução à escravidão. A segunda, “Romanus Pontifex” (1455), reconhecedora das conquistas e conferia um caráter missionário a expansão. O papa Calixto III publicou a Bula “Inter Coetera” (1456) confirmando a “Romanus Pontifex” e concedendo a Ordem de Cristo jurisdição eclesiástica a todas regiões conquistadas e as novas. A bula “Aeterni Regis” (1481) de Sisto IV e a “Praeclarae Devotiones” (1514) de Leão X, confirmava as anteriores e ampliavam os poderes do Estado Português. Estes documentos pontifícios revelaram a aliança entre a Igreja Católica e o Estado através da instituição do Padroado, e o controle que os reis tinham sobre a Igreja portuguesa.

É verossímil afirmar que a expansão comercial foi a expansão da cristandade européia e de sua civilização, pois o ato de evangelizar pertence ao mesmo projeto de dominar territórios, mercados e populações. O discurso da expansão comercial é religioso e seus protagonistas estão envolvidos com o sagrado, acreditando que o reino de Portugal tinha a missão de estabelecer o Reino de Deus.

Assim a posse da descoberta recebe os nomes sagrados, a defesa do território se coloca nas mãos de santos guerreiros, e se justifica a colonização com um ato religioso: D. João III (1521-1557) escreveu ao governador geral Tomé de Souza que a causa que o levou a povoar o Brasil foi converter a população a fé católica.

Foi neste processo que ocorreu a ação missionária, como as missões que partiam de Goa e atingiam a China e Nagasaki no Japão. No alvorecer da colonização do Brasil com a instituição do governo geral, o papa Júlio III criou a diocese de Salvador através da Bula “Super Specula Militantis

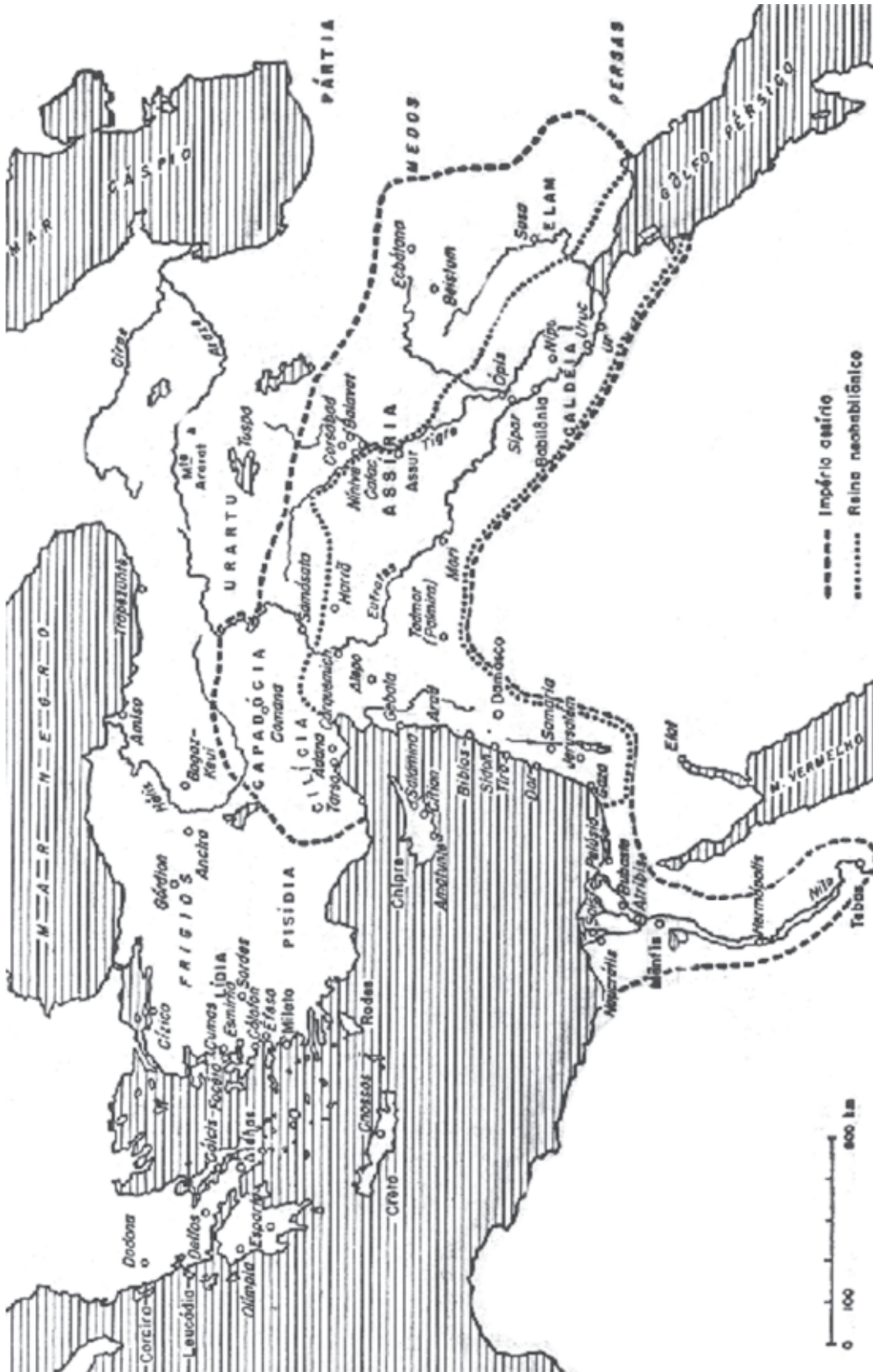
Ecclesiae” (1551), atendendo uma solicitação do rei português.

Os descobrimentos portugueses marcaram a gênese da construção de novos tempos e espaços. Iniciou o movimento da expansão imperial européia dilatadora de fronteiras, desvendadora do desconhecido, firmadora da economia de mercado. É a História da redução das distâncias, do desenvolvimento das comunicações, dos primeiros passos do capitalismo onde mitos e fantasias foram desfeitos. Instaura-se o culto ao lucro, à mercadoria e à sedução do consumo.

BIBLIOGRAFIA

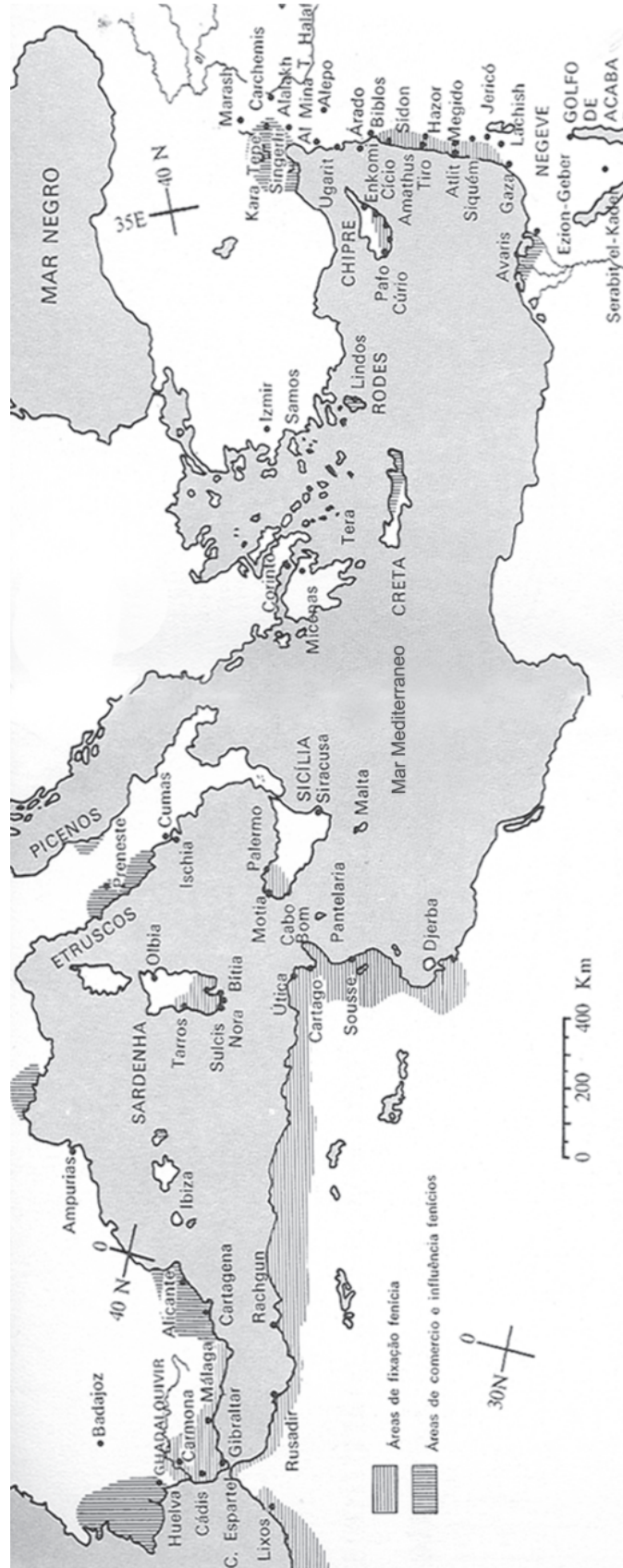
- ANDERSON, Perry., Passagens da Antiguidade ao feudalismo. Porto, Afrontamento, 1982.
- AUSTIN, Michel., VIDAL – Naquet, Pierre. Economia e sociedade na Grécia Antiga. Lisboa, Edições 70, 1986.
- BOXER, C. R., O Império Colonial Português. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BRAUDEL, Fernand., O Espaço e a História no Mediterrâneo. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- CULLICAN, William., O Comércio Marítimo. Lisboa, Verbo, 1970.
- FINLEY, M. I., Grécia Primitiva: idade de bronze e idade arcaica. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- GARCIA, José Manuel., História de Portugal uma visão global. Lisboa, Presença, 1981.
- JOHNSON, Paul., História ilustrada do Egito Antigo. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.]
- _____. , **História dos judeus**. Rio de Janeiro, Imago, 1995.
- LE GOFF, Jacques., Mercadores e Banqueiros da Idade Média. Lisboa, Gradiva, 1982.
- LE GOFF, JACQUES., Schmitt, Jean Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. Bauru, Edusc, 2002 V.1.
- LEWIS, Bernard., Os Árabes na História., Lisboa, Estampa, 1982.
- MOSSÉ, Claude., A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo. Lisboa, Edições 70, 1989.
- TAVARES, António Augusto., Economia e História Antiga. Lisboa, Presença, 1987.

O mundo oriental, do século VIII ao VI.



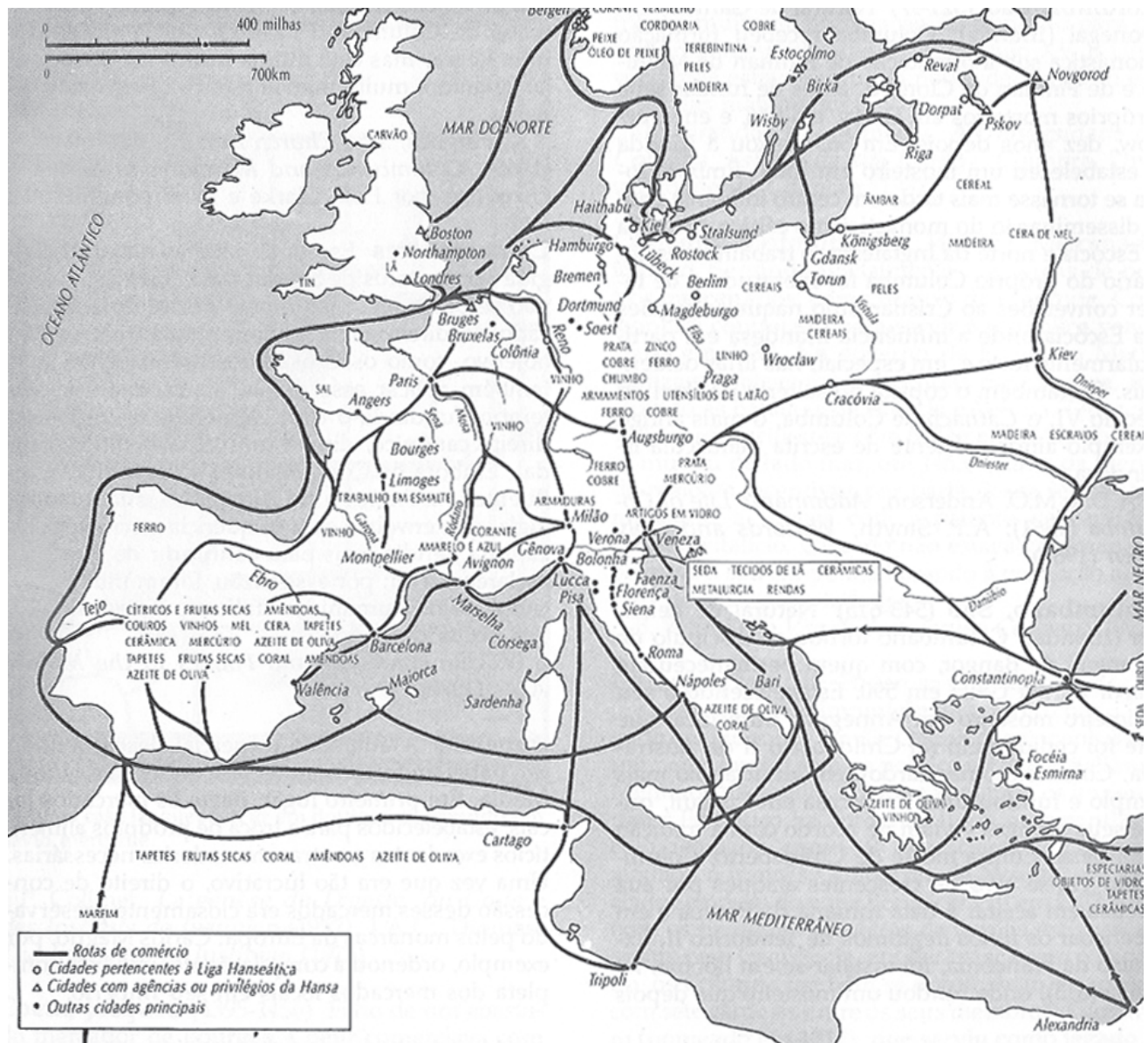
Fonte: PERLH, Paul., **HISTÓRIA ANUIGA**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 63.

Os fenícios no Mundo Mediterrâneo.



Fonte: CULICAN., 1970, p. 12-13.

As principais rotas comerciais da Europa na Idade Média e as cidades da Liga Hanseática.



Fonte: LOYN, Henry R. (org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, p. 100.



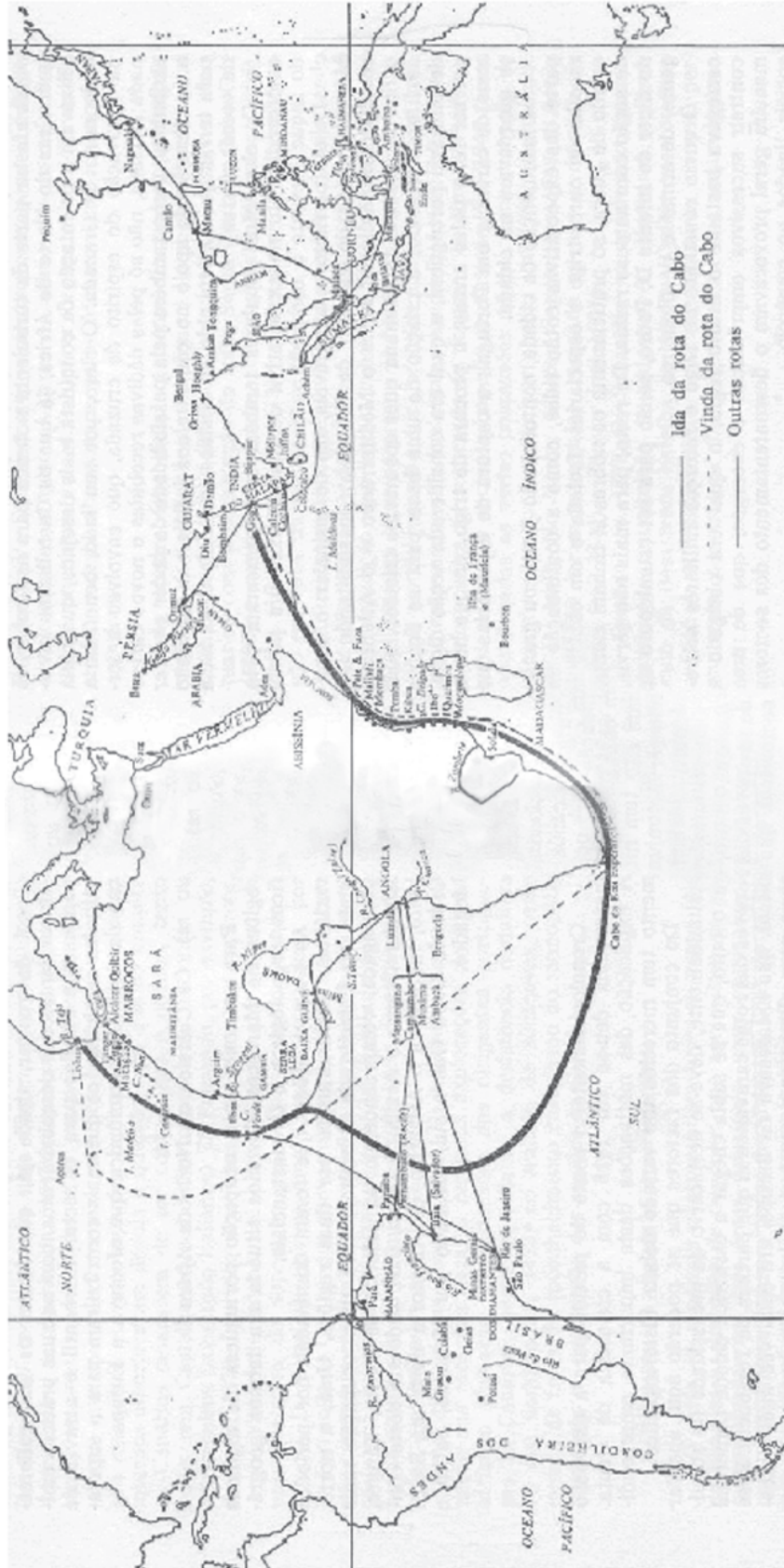
Fonte: BOEDER, Diana., Quem foi quem na Roma Antiga. São Paulo, Art. Editora, 1980, p. 296.



Esboço do mapa do Egito e da Núbia mostrando os principais sítios (os nomes gregos estão em capitulares; os nomes árabicos modernos, em tipos minúsculos).

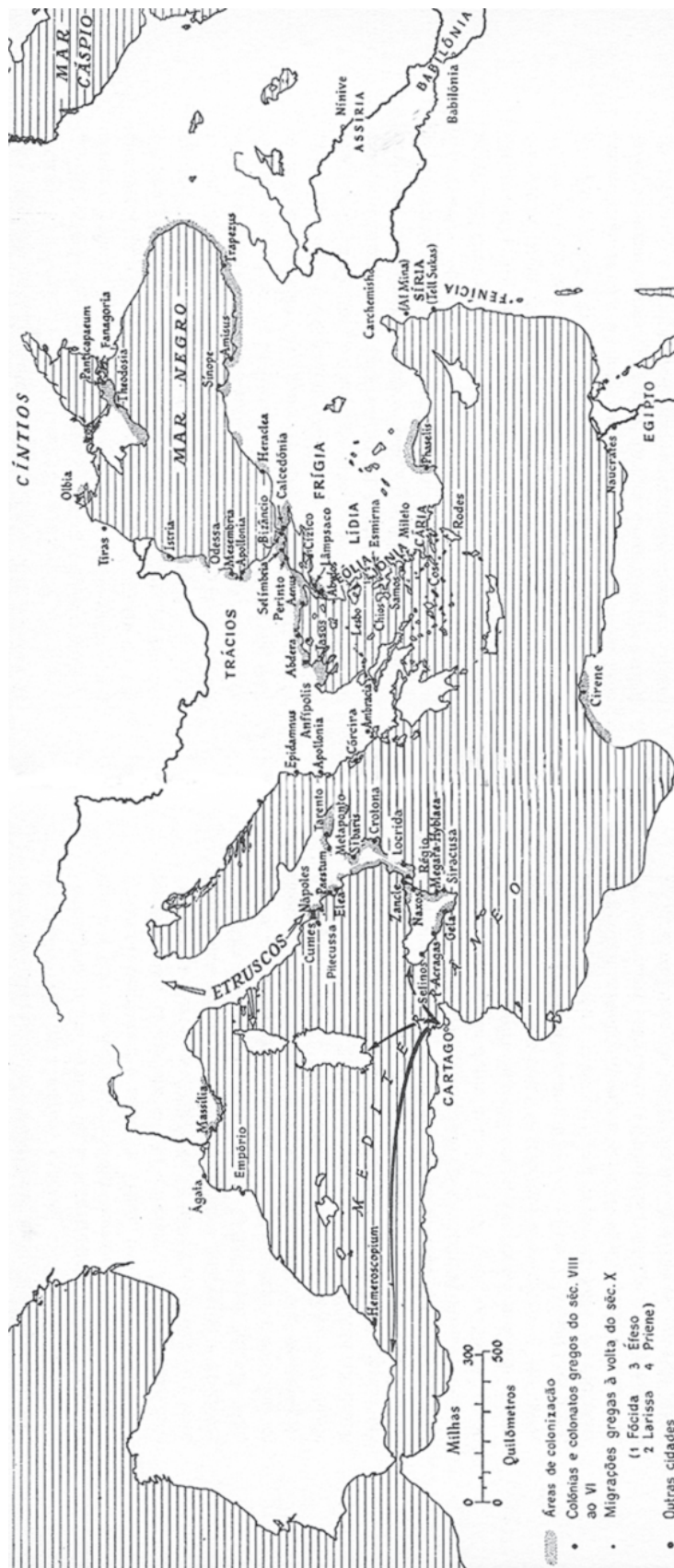
Fonte: JOHNSON, 2002, p. 375.

O Império Português durante o Antigo Regime. Rotas principais. O Tratado de Tordesilhas (baseado em C. Boxer, **O Império Colonial Português**, com acréscimo das rotas e do traçado do Tratado das Tordesilhas).



Fonte: GARCIA, José Manuel., **História de Portugal: uma visão global**. Lisboa, Presença, 1981, p. 136-137.

Mapa da Colonização Grega.



Fonte: COOK, Robert M., Os gregos até Alexandre. Lisboa, Verbo, 1966, p. 54-55.

A FESTA DO BODE E O BATISMO DE SANGUE PARA O NASCIMENTO DA NAÇÃO¹

Mônica Brincalepe CAMPO²

O enredo de **A Festa do Bode**, romance de Mário Vargas Llosa, traz à tona, através de um enredo misto de ficção e história, o período final da ditadura de Rafael Leónidas Trujillo Molinas, em São Domingos. Esta ditadura, ocorrida entre os anos 1930 e 1961, tornou-se um dos principais momentos de arbitrariedade política já instaurado na América Latina. O romance segue sua construção permitindo a voz a vários narradores, que o fazem através de discursos em monólogo interior ou mesmo em discurso direto, (o que significa que nos é dada à impressão de conhecer o ponto de vista de diversos personagens – fictícios ou não, históricos ou não -, desde aqueles que fizeram parte da ala em oposição a Trujillo, até àqueles que pertenceram ao Estado, como o próprio Trujillo).

Esta narrativa, misto de ficcional e factual, conhecida como romance histórico, e redigida de maneira a permitir enredar por diversos discursos e tramas, propicia a sensação de que se esta acima de todas estas articulações individuais, e de que a partir desta perspectiva se é possibilitada a faculdade de arbitrar, de modo a posicionar e conseqüentemente avaliar melhor as atitudes tomadas, qualificando-as e julgando-as. Além disso, induz a noção de que é permitido alcançar a compreensão plena dos acontecimentos históricos ocorridos no período final da era trujillista possibilitando a percepção do processo necessário de consolidação da nação. Assim, há uma tese

subjacente neste texto, a de que São Domingos, para atingir sua maioridade enquanto nação, teve que passar por esse período de terror, para então se erigir uma democracia, dentro de limites possíveis.

O livro está organizado em 24 (vinte e quatro) capítulos (sem título), compostos de forma intercalada. Três linhas de personagens principais são entrelaçadas, (como que montando uma trança), sendo que, a cada uma das linhas é dada a vez da palavra, de modo a assumir a narrativa.

- 1- *Urânia* fala a partir de nossa contemporaneidade, ela está retornando a São Domingos após 21 anos da morte de *Trujillo*;
- 2- *Trujillo* fala a partir dos momentos finais de seu governo;
- 3- *Os “justiceiros”* fazem a terceira linha desta narrativa através da exposição das motivações particulares de cada uma das personagens que participaram diretamente do assassinato de *Trujillo*. São encontradas as justificativas daqueles que o assassinaram, desempenhando o papel de vozes às possíveis motivações para o assassinato de *Trujillo*;

Assim, sob o ponto de vista de *Urânia*, seu olhar para a São Domingos atual, em contraposição à antiga Ciudad Trujillo observam-se permanências e modificações, a constatação da decadência

⁽¹⁾ Comunicação originalmente apresentada no encontro da ANPHLAC (Belo Horizonte/julho-2002) e disponibilizada na revista on line da associação.

⁽²⁾ Mestre em História Social – USP Uni-FMU; PUC-Campinas; Fundação Cásper Libero.

associada à modernidade, e até mesmo uma idéia de globalização, ao identificar hábitos comuns a habitantes de Nova York e outras cidades do mundo.

Do ponto de vista de *Trujillo* ficamos inteirados sobre o aparelho de Estado e sua concepção de Nação, Estado e Governo. Aqui serão apresentadas as principais personalidades políticas da era trujillista assim como as ações e intenções que se desenvolveram sob sua égide.

Os “*Justiceiros*” são apresentados um a um, sendo dedicado um capítulo a cada integrante dos dois veículos que participaram da ação. Através de monólogo interior apresentam-se suas motivações e a análise que fazem para justificarem o ato que irão cometer.

Esta será a composição da obra até o capítulo 12 (doze), em que ocorre o assassinato de *Trujillo*. A partir daí, no capítulo 14 (quatorze), há uma quebra cronológica na linha do tempo transcorrido e o desenvolvimento de uma nova personagem, que passará a ascender no romance e na política de São Domingos: o presidente Joaquín Balaguer³.

BARBÁRIE E CIVILIZAÇÃO

Percebe-se que a interpretação sobre o nascimento da nação foi elaborada tendo como base à contraposição da construção das duas personagens representadas respectivamente por Trujillo e Balaguer. Em Trujillo assiste-se a *barbárie* do regime, além da decrepitude da virilidade do líder. Já com Balaguer, percebe-se a civilização política, pois defende a negociação diplomática, assim, a transição para a *democracia*. Configura-se como uma democracia dentro do possível, pois, por vezes, é frisado que Balaguer permanece no poder por seis mandatos, daí a ironia de denominá-lo como o eterno presidente.

Explica-se a ascensão de Trujillo ao poder - principalmente a partir do ataque ao Haiti, isto trinta anos antes do período aqui abordado. O nacionalismo defendido por ele tem um caráter

personalista, pois se trata de uma defesa da nação a partir da idéia de que esta necessitaria de sua proteção pessoal e que sem a sua intervenção a consolidação da nação nunca seria alcançada, ou ainda, não seria possível o seu progresso.

As atitudes políticas e econômicas adotadas por Trujillo, e ainda, a permanência das empresas do país em seu poder (no caso, dispondo-as em seu nome e propriedade), não ocorre por pretender seu enriquecimento pessoal, mas porque, ao que parece, só assim seria possível a ele continuar mantendo o controle sobre o progresso e o crescimento da nação.

A fala de Trujillo (aqui proferido em discurso direto) justifica suas ações de estadista, assumindo uma postura paternalista, - a de alguém que em nome da nação a protege dela mesma, pois não acredita que esta tenha maturidade suficiente para levar adiante as obrigações necessárias para a manutenção de seu crescimento. No discurso de Trujillo há a afirmação de que se as empresas estivessem na condição de propriedades estatais seriam usurpadas, roubadas pelos burocratas, assim como por sua população mais simples, pois nenhum destes grupos mantém compromissos com a nação, deixando ao estado o ônus de prejuízos que possam advir de transações comerciais.

Desta forma, se isto não ocorre no momento de sua narrativa é porque Trujillo é o proprietário de todos esses bens, e que, por temor a ele, não ousam usurpá-lo, pois todos sabem quais são as conseqüências de tais atos.

Assim, identifica-se na fala de Trujillo o que se entende que deva ser o papel do *estadista*, que é o de governar pela nação, sendo que para isso deve se envolver também com o lado sujo das ações, necessárias para o engrandecimento da nação, agindo em nome da manutenção da paz, da estabilidade (política, econômica e social), da segurança e da ordem.

Outro discurso sobre o papel do estadista estará sendo desenvolvido a partir da apresentação de Balaguer, que será apresentado aos poucos, mais como uma personalidade incógnita, uma

³ Joaquín Balaguer começou sua vida política durante o período de Trujillo, permaneceu na política após seu assassinato, vindo a falecer em 14/07/2002, após sete mandatos presidenciais. Seu funeral durou três dias e foi homenageado como uma das principais figuras políticas de São Domingos.

esfinge a ser decifrada até mesmo por Trujillo (aquele de quem todos temem o olhar perscrutador). A partir do olhar de Trujillo temos acesso a esta personagem, afinal quem seria este presidente fantoche?⁴ Das hipóteses aventadas, discute-se sua falta de ambição, sua vida monástica, a não afeição por mulheres, ou ainda, homens, e, até mesmo, a história de que teria feito votos, e que na verdade seria um padre leigo. Tudo é desmentido com embaraço pelo personagem, mas nenhuma outra argumentação é colocada por Balaguer para contrapor estas hipóteses/informações.

Se Balaguer é apresentado como aquele que não possui apetite sexual, sendo mesmo tratado como assexuado, com Trujillo fica evidente a situação oposta.

A SEXUALIDADE

Desde sua ascensão ao poder Trujillo cultiva a fama de compulsivo sexual, daquele que possui uma vida sexual profícua, e sempre na ativa, acaba por afirmar com isto, o desenvolvimento e as possibilidades de progresso da nação a partir do bom desempenho, másculo, do ditador. Entretanto, desde o momento em que é apresentado, fica-se sabendo que agora este não consegue mais controlar seu corpo. O esfíncter não o obedece, e suas calças sempre podem estar manchadas, sem que este homem poderoso possa fazer qualquer coisa contra essa fatalidade.

Nota-se uma analogia entre a crescente impotência a qual o autor aproveita para traçar a ameaça de complô, demonstrando que a decadência de Trujillo e de seu governo é eminente, tanto quanto a de seu corpo. Este paralelo só é possível porque é dada a possibilidade de penetrar sua intimidade, reconhecendo seus temores e identificando a sua decrepitude, uma vez que o

autor emprega a utilização do monólogo interior como recurso deste acesso.

Entretanto, aos *justiceiros* e àqueles que participaram do complô para assassiná-lo e derrubar o regime, este acesso não é possível, e se o fizeram foi sem saber deste processo de decadência física. A relação entre decadência física e decadência do regime é estabelecida pelo autor do romance, Mário Vargas Llosa. O assassinato do ditador de São Domingos (que rompe com a ditadura de 31 anos) será realizado como na *Festa do Bode*⁵, estabelecendo-se o paralelo com um ritual e assumindo um caráter que transcende o espectro de causalidade política ou de contextualização histórica. O Bode (como Trujillo era chamado pelos adversários) será assassinado pelos *justiceiros*, que pagarão com a própria vida e com a de seus entes queridos, pelo ato que efetivaram. Sua virilidade não é mais existente, e sua substituição será realizada na competente transição negociada por Balaguer (o assexuado). Finalmente, substitui-se a era da virilidade pela da assexualidade, em que esta situação mal resolvida perdurará nos próximos 21 anos de história (período demarcado pelo romance) de São Domingos.

A RELIGIOSIDADE

O expurgo de Trujillo possibilitou a emergência de uma nova etapa para a nação São Domingos. Esta se organizará tendo como uma de suas personagens políticas principais Balaguer. Entretanto, para se entender a ascensão de Balaguer e o caráter transcendente que é dado ao governo e ao assassinato de Trujillo, é necessário retomar o diálogo estabelecido entre as duas personagens. Neste diálogo há a referência a um discurso produzido por Balaguer sobre Trujillo: “Deus e Trujillo: uma interpretação realista”⁶, primeiro através de monólogo interior de Trujillo e depois em discurso direto deste com Balaguer:

⁴ Note-se que Balaguer será apresentado através do olhar de outros personagens, somente no capítulo 22 será introduzido seu monólogo interior, daí a manutenção da característica de indecifrável, pois se com os demais personagens acredita-se penetrar mais profundamente em suas razões mais secretas, devido ao monólogo interior, com Balaguer isto não acontece, pois primeiro tem-se a perspectiva de terceiros, para somente no terço final da obra adentrar-se em seus pensamentos.

⁵ Em nota do editor aparece a explicação: “A Festa do Bode é uma comemoração popular difundida em vários países hispano-americanos, na qual se matam bodes, que são comidos assados, em meio a muita dança e bebida. Neste livro anuncia-se que o sacrifício do Bode, por meio de um atentado, converte-se em uma festa em que se celebra a libertação de um povo de uma longa e tenebrosa tirania.”

⁶ Mário Vargas Llosa. **A festa do Bode**. Editora Mandarim: São Paulo, 2000, pg. 254.

“(…) Aquele discurso de Balaguer o havia tocado, fazendo-o perguntar muitas vezes se não expressava uma profunda verdade, uma dessas insondáveis decisões divinas que marcam o destino de um povo. Aquela noite, ao ouvir os primeiros parágrafos que (...) o novo acadêmico lia (...) o Benfeitor não lhes deu maior atenção. (...) Aquilo parecia um resumo da história dominicana desde a chegada de Cristóvão Colombo à ilha Hispaniola. Começou a se interessar quando, (...), foi aparecendo uma visão, uma tese. A República Dominicana sobreviveu mais de quatro séculos – quatrocentos e trinta e oito anos – a múltiplas adversidades – os piratas, os invasores haitianos, as tentativas de anexação, o massacre e a fuga de brancos (só faltava emancipar sessenta mil do Haiti) graças à Providência. A tarefa foi assumida até então diretamente pelo Criador. A partir de 1930, Rafael Leónidas Trujillo Molina substituiu Deus nessa ínclita missão.”

(...)

“- O senhor acha que Deus me passou o bastão? Que me delegou a responsabilidade de salvar o país? – perguntou, com uma mistura indefinível de ironia e ansiedade.”

“- Mais que antes, Excelência – replicou a vozinha delicada e clara. – Trujillo não poderia ter levado a cabo a missão sobre-humana sem um apoio transcendente. O senhor foi, para o país, instrumento do Ser Supremo.”⁷

A associação entre Trujillo, sua obra e Deus permite compreender a analogia que se faz entre seu assassinato e *A festa do Bode*, além de estabelecer o marco de ruptura de um momento a outro, da *barbárie* necessária para o desenvolvimento de *nação* e sua substituição pela *democracia casta* do novo representante político de São Domingos.

Se Trujillo efetivamente utilizou todos os meios para comandar e elevar o Estado em direção ao progresso, Balaguer representa a nova etapa, aquela que necessita da negociação, da diplomacia.

Portanto, emerge daí um novo estadista, para novos tempos. Trujillo será substituído por este hábil negociador, um perspicaz investigador da alma humana, capaz de compreender as ambições de outros e utilizá-las em proveito da nação, afinal, é dado a ambos a missão de conduzir a nação, e apesar de todos os defeitos que ambos possuem, nenhum deles utiliza sua condição privilegiada em proveito próprio, mas sim, em nome da nação.

NASCE O ESTADISTA

A afirmação de Balaguer se dará a partir do terço final da obra, não mais com a contraposição a Trujillo, mas àqueles que poderiam tê-lo sucedido, e que não tiveram a competência de estadista para fazê-lo. Assim, Pupo Roman, um quase parente de Trujillo, chefe militar e um dos principais comandantes do complô que assassinou o Bode, não conseguiu agir efetivamente para dominar o Estado. Suas falas serão sempre entrecortadas por um rememorar em que se observa a contradição entre o conhecimento de que poderia ter atuado de modo diverso, mas quando em ação, acabava por se engendrar noutro caminho, até ocorrer a sua desgraça, em que foi torturado e assassinado barbaramente.⁸

Abbes Garcia, comandante da chefia da polícia de Trujillo, um sanguinário torturador, admirador de nazistas e de Fidel Castro (reconhecido por ele como um grande estadista), perde o controle da situação e, como que em uma partida de xadrez, através de jogadas hábeis realizadas por Balaguer, perde o controle da situação, sendo exilado pacificamente, e retirado da cena política de São Domingos.⁹

Ramfis, o filho mais velho, o herdeiro político, e aparentemente, o único que poderia suceder Trujillo na condução da nação, não quis assumir tal missão. Aceita ajudar Balaguer, então elevado à categoria de grande estadista, a comandar a limpeza da nação, retirando de São Domingos seus os familiares que pudessem vir a atrapalhar a transição negociada para a democracia, pois ainda poderiam

⁽⁷⁾ Op. cit. Pág. 254/255.

⁽⁸⁾ Op. cit. Pág. 346/350/360/394/395.

⁽⁹⁾ Op. cit. Pág. 398 e 448.

resistir às novas diretrizes políticas. Negocia-se que Ramfis poderia prender e exterminar todos que participaram do complô, e que após esta missão cumprida, deixaria a ilha, levando consigo uma pequena fortuna.¹⁰

O reconhecimento supremo desta substituição da chefia do Estado por um verdadeiro estadista, vem das palavras do cônsul americano Calvin Hill, que reconhece em Balaguer as características necessárias para o cargo, e utiliza-se do argumento de que nestes momentos de crise é que desponta o verdadeiro estadista.¹¹

ACERCA DO CONCEITO DE NAÇÃO

Neste momento pode-se recuperar as reflexões de Benedict Anderson¹² sobre o nacionalismo e a construção da idéia de nação:

“O Nacionalismo deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos quais – bem como contra os quais – passaram a existir.”

Seguindo o raciocínio acima aberto, Anderson afirma que a *nação* é uma Comunidade Política Imaginada, Limitada e Soberana. Assim, compreender o período histórico contextualizado na obra de Mário Vargas Llosa deixa perguntas por se responder, pois afinal, que *nação* é essa que prescinde da comunidade e que restringe seu percurso político à trajetória de seus líderes estadistas, cuja soberania deve sempre estar respaldada pelo reconhecimento de outra nação?

E o povo, onde ficou em todo este processo político de transição de um estado de *barbárie* para esta sugestiva *democracia* civilizada e assexuada? Bem, quanto a este, o olhar não é menos paternalista, e mesmo, denegridor, do que aquele que provinha de Trujillo, em monólogo interior segue-se os pensamentos de Balaguer:

“(…) Os sentimentos das multidões eram volúveis. O povo dominicano, trujillista fanático

até 30 de maio de 1961, teria arrancado os olhos e o coração de Juan Tomás Díaz, Antonio de la Maza, Estrella Sadhalá, Luis Amiama, Huáscar Tejeda, Pedro Livio Cedeño, Fifi Pastoriza, Antonio Imbert e associados, se pudesse botar-lhes as mãos. Mas a ligação íntima com o Chefe, na qual o dominicano vivera trinta e um anos, já desaparecia. As manifestações de rua convocadas pelos estudantes, a União Cívica, o 14 de Junho, no começo raquíticas, um punhado de gente assustadiça, depois de um mês, dois meses, três meses, haviam se multiplicado. Não só em Santo Domingo (...) mas também em Santiago, La Romana (...) e outras cidades. As pessoas perdiam o medo e crescia a rejeição a Trujillo. (...)”¹³

O povo que se descortina nesta obra segue desordenado, na expectativa de quem melhor possa conduzi-lo, nas poucas vezes em que é citado não produz, não opina, não se expressa, feito turba segue a espera de um líder. O encaminhamento da obra busca a *nação* que se esta forjando e a principal questão que o autor pretende compreender é a de qual deve ser o papel a exercer o estadista nesta nação.

NAÇÃO, ESTADISTAS E ANALOGIAS

Urânia, personagem que se apresenta intercalando-se na narrativa da transição de um governo a outro passa a ser fundamental para se compreender o romance e as concepções que este carrega. Violentada por Trujillo, que tem somente na força dos dedos a capacidade de romper a virgindade da menina, pois é um homem decrépito e impotente, torna-se testemunha presente e conhecedora da incapacidade do Bode. A heroína passa a ser perseguida e corre sério risco. Em uma negociação com o assentimento das freiras do colégio em que estuda, consegue bolsa para estudar nos E.U.A., sem que se explique muito bem o ocorrido. Fica aberta a possibilidade de leitura de

⁽¹⁰⁾ Op. cit. Pág. 396/397.

⁽¹¹⁾ Op. cit. Pág. 419.

⁽¹²⁾ Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. Ática: São Paulo, 1996.

⁽¹³⁾ Op. cit. Pág. 406.

que o próprio Balaguer tenha participado para efetivar o exílio afortunado.

Portanto, da era da sexualidade extremada, desregrada e amoral, representada por Trujillo, para a da sexualidade mal resolvida, encontrada na personagem de Urânia, que carrega em si a própria questão exposta, pois desde a noite em que sofreu o abuso nunca mais se permitiu ser tocada por qualquer um que fosse, ou ainda, a assexualidade do próprio presidente Balaguer, estadista competente, mas inexpressivo e insosso, sem ambições aparentes, constrói-se o que é a nova nação dominicana, democracia restrita e insossa, mas a que é possível, no melhor dos mundos possíveis.

Do romance histórico passa-se ao discurso histórico, e com este a construção de uma memória mítica sobre a *nação* e os *estadistas* que a constituíram. Da *Barbárie à Democracia*, de *Estadistas Bárbaros*, a *Estadistas Diplomatas*, o tema que percorre toda esta organização de *nação* é o poder político e como este é construído. O elemento complicador da narrativa está em reconhecer o que o autor compreende por um verdadeiro estadista, qual deva ser o espaço do povo e ainda, que esperança se pode possuir para a democracia na América Latina. Afinal, se a democracia possível é a da assexualidade, que desânimo para o futuro.

HUMANITAS

**Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais
e Faculdade de História no
Centro de Ciências Humanas (CCH)
PUC-Campinas**

Campus I - Rodovia Dom Pedro I, km 136
Prédio Administrativo II, Campus I, Sala 22
Caixa Postal 317 - Parque das Universidades
Telefone (0xx19) 3756-7298
CEP 13086-900 - Campinas - SP - Brasil
E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

Ficha de Assinatura

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço para envio da Revista:

Rua _____

Nº _____ Ap. _____ /Bloco complemento: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Vera Sílvia Marão Beraquet

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Jamil Cury Sawaya

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Profa. Carmem Cecília de Campos Lavras

Pró-Reitor de Administração

Prof. Antonio Sergio Cella

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor do Centro

Prof. Pe. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

Diretora-Adjunta

Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretora

Profa. Sônia Regina da Cal Seixas G. Barbosa

FACULDADE DE HISTÓRIA

Diretora

Profa. Lilia Inés Zanotti de Medrano

ARTIGOS / ARTICLES

- 3 Pertinencia y urgencia de inversión social em el mejoramiento barrial y habitacional de Latino-América
Pertynencia and urgency of social investment in the improvement claypit and habitacional of Latin America
Julián Salas Serrano
- 23 Reinventando o passado, reodernando o presente: a Festa da Uva de Vinhedo, Estado de São Paulo
Reinventing the past, reordering the present: the grape fair from Vinhedo, São Paulo, Brazil
André Pires
- 39 La Política agraria en el contexto de la experiencia desarrollista em Argentina durante el gobierno de Arturo Frondizi (1958-1962)
The agrarian policy in the context of the desarrollista experience in Argentina during the government of Arturo Frondizi (1958-1962)
Sílvia B. Lazzáro
- 57 O espaçamento nativo no Brasil: uma leitura introdutória a partir do critério de áreas culturais
The native espaçamento in Brazil: an introductory reading from the criterion of cultural areas
Agenor José Teixeira Pinto Farias e Lenize Lemos Miñarro
- 79 A questão tecnológica na sociologia ambiental: a necessidade de incorporar a dimensão da inovação
The technological issure of environmental sociology: the need to incorporate the innovation aspect
Thales de Andrade
- 91 A coleta informal de resíduos no distrito de Barão Geraldo - Campinas - SP
An informal collection of waste in Barão Geraldo - Campinas - SP
Cleci Schalemberger Streb e Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
- 103 Greve de outubro de 1957 em São Paulo: identidades de classe e de nação
The general strike of October 1957 in São Paulo: national and class identities
Murilo Leal Pereira Neto
- 115 História, Rotas e Comércio
History, Routes and Commerce
Ruy Machado

RESENHA

- 135 LLOSA, Mário Vargas. A Festa do Bode.
Mônica Brincalepe Campo

